

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**APOLOGIA DO ÓCIO COMO CRÍTICA DA
SOCIEDADE DO TRABALHO**

**FLORIANÓPOLIS
2002**

Valcionir Corrêa

**APOLOGIA DO ÓCIO COMO CRÍTICA DA
SOCIEDADE DO TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. **Fernando Ponte de Sousa**

**Florianópolis
2002**



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Campus Universitário - Trindade
 Caixa Postal 476
 Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
 E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**“APOLOGIA DO ÓCIO COMO CRÍTICA DA SOCIEDADE DO
 TRABALHO”.**

VALCIONIR CORRÊA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
 forma final pelo Orientador e Membros da
 Banca Examinadora, composta pelos
 Professores:

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
 Orientador

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella
 Membro

Prof. Dr. Selvino José Assmann
 Membro

Prof. Dr. Erni José Seibel
 Coordenador

Florianópolis, (SC), Outubro de 2002.

AGRADECIMENTOS

Não se faz uma obra sozinho, há sempre outras pessoas que contribuem de forma direta ou indireta para que ela se concretize.

A amizade que se conquista é o maior patrimônio que se constrói.

Expresso os meus agradecimentos à minha mãe Terezinha, pelo otimismo que representa e pelo carinho e força que sempre me dedicou, bem como às minhas irmãs, aos irmãos e demais familiares pelo apoio e carinho dos quais sempre recebi. Aos meus filhos Juliana e Bruno, pelo amor e por representarem a continuidade da crença num mundo melhor.

À Ana Maria, minha namorada, que durante esse processo esteve ao meu lado, e que com paciência muito contribuiu e dedicou seu amor e carinho, à qual retribuo com amor e gratidão.

Aos amigos e amigas que compartilham comigo de momentos muito importantes de minha vida, e que também contribuíram de várias maneiras com estas reflexões: Antônio Silva, Ana Pereira, Aldo, Altino, Ana Cordeiro, Carmem Vera, Masae, Diana, Marinete, Gilmar, Silvana, Hélia, Joãozinho, Gláucia, Manoel Arriga, Delmo, Leyli, Boca, Eduardo, Raquel, Jussara Godoi, Paulo, Rose, João, Silvana Pereira, Marinês, Marisa, Têre e àqueles que por um lapso deixei de citar.

Aos amigos e amigas: Júlio, pela revisão e importantíssimas contribuições a esta pesquisa; Aurélio, pelo permanente apoio e amizade; Batinga, pela ajuda cotidiana em tarefas que me oportunizaram mais tempo para os estudos e os bate-papos de tardes que me ajudavam a aliviar as tensões mentais; Jusara Giacomelli, Armando e Gláucia, pelo entusiasmo, descontração, colaboração e alegria de viver; Ângela, por ser mais coração; Moisés, Helena, Luiz Pereira, Irac e Elaine, pelas reflexões políticas e sociológicas regadas com boas cervejas.

Aos amigo(a)s e companheiro(a)s do Movimento Alternativa Independente (MAI) e diretores do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), com o(a)s quais aprendi muito sobre prática política e amizade e, também por me liberarem da direção enquanto escrevo esta pesquisa.

Ao Fernando, pela orientação, amizade, visão e prática política, contribuições importantes para a pesquisa; aos colegas do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO); ao Léo Vinícius, pelas valiosíssimas contribuições a esta pesquisa e, ao Fly e Otto, pela ajuda técnica na

formatação desta dissertação. À Maria e Iñigo, que contribuíram muito com suas reflexões no Laboratório e que continuam suas lutas no outro continente.

À Fátima, à Albertina e ao Otto da Secretaria do Programa, sempre atenciosos e colaboradores; aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e à UFSC.

Aos diretores do SINDMOC com os quais tive oportunidade de conhecer a realidade política dos companheiros e a luta que enfrentam atualmente.

Aos membros da Banca, Professores Selvino Assmann, Ricardo Silva e Luzinete Minella pelas valiosas contribuições e reflexões.

Ó Preguiça, tem piedade da nossa longa
miséria! Ó preguiça, mãe das artes e das
nobres virtudes, sê o bálsamo das
angústias humanas! (*sic*)

Paul Lafargue

RESUMO

CORRÊA, Valcionir. **Apologia do ócio como crítica da Sociedade do Trabalho**. 2002. 180f. (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a Sociedade do Trabalho a partir do conceito de ócio, observando os aspectos filosóficos, históricos, econômicos e sociológicos do trabalho. Trata-se de uma investigação que busca identificar semelhanças e antagonismos nos conceitos de ócio e de trabalho no pensamento ocidental, os quais, comparativamente, possibilitem uma crítica mais aprofundada da sociedade moderna. Assim, buscaram-se as apologias do ócio e os manifestos contra o trabalho que estão às margens das academias, movimentos político-sindicais e partidários, bem como reuniram-se vastas reflexões de vários pensadores sociais sobre o assunto. A sacralização do trabalho na modernidade tornou esta forma de produção quase eterna ao afastar análises que a questionassem ou que se posicionassem contrários aos seus princípios. Na etimologia dos conceitos de ócio e trabalho, constatou-se o antagonismo desde a sua origem. Com isso, foi possível perceber, a forte cultura do trabalho empregnada nas classes sociais, mais ainda na classe trabalhadora que não percebe que o trabalho é a forma de sujeição ao universo capitalista, e vê a tecnologia como um fenômeno rival, que desemprega as pessoas. Por isso, se posiciona contra ela, ignorando-a como elemento de análise política importante que substitui o trabalho humano. Porém, vários sociólogos apontam para uma sociedade onde o trabalho está perdendo a centralidade para outras formas do agir humano. Como exemplo disso, buscamos comprovar essa forte cultura do trabalho na classe trabalhadora, na ação particular de um sindicato que está em campanha, neste ano, que se posiciona contrariamente à introdução de novas tecnologias ao invés de transformá-las em benefício para seus filiados. Além de outros aspectos decorrentes dessa forma societal, a reivindicação de emprego, que se trata de reinserção das pessoas à exploração capitalista, por parte dos movimentos políticos de esquerda, centro e de direita é prova da crise da Sociedade do Trabalho que eles insistem em manter artificialmente vivo o trabalho já morto. A tecnologia, que deveria ser um meio de emancipação humana do jugo do trabalho, se transformou num meio político de dominação e manutenção do *status quo*. Da mesma forma, o avanço tecnológico não se traduz em progresso da humanidade, mas ao contrário, serve para a degradação de indivíduos, de povos e da natureza e a classe trabalhadora, que ora ao deus-trabalho, e não consegue viver sem o fatigoso trabalho, reivindica mais emprego e não a distribuição da riqueza, bem como seus intelectuais, sindicatos e partidos, academias, pais e escolas contribuem para a perpetuação dessa forma de exploração sem perceber os benefícios da força social da ciência traduzida no aparato tecnológico.

Palavras-chave: ócio, trabalho, tecnologia, inovações tecnológicas, desemprego, cultura do trabalho, sociedade sem trabalho, apologia do ócio, manifesto contra o trabalho, substituição do trabalho humano.

ABSTRACT

CORRÊA, Valcionir. **Leisure apologia as Labor Sociology review**. 2002.180 pages. (Master in Political Sociology) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

This research aims to analyze Labor Sociology from leisure concept, regarding philosophical, historical, economical and sociological aspects of work. This is an investigation that tries to identify similarities and antagonisms in the work and leisure concepts, which comparatively, make possible a deep review of modern society. So, Leisure apologias and manifests against work that are not part of academia, social political movements and parties will take place in this research and also a great number of different social thinkers reflexions about the issue. The work sacralization in modernity transformed this production way almost timeless when turned away all analyses that could question or take place against its principles. In the etymology of work and leisure concepts, it was noticed an antagonism from its origins, what made possible the perception of a strong labor culture in the social classes, even more in the work class that doesn't face the work as a path to become subjected to the capitalist universe, and sees technology as a rival phenomenon, responsible for unemploying people. That is why work class is against technology; ignoring it as an important element for analyses political that substitutes the human work. However, many sociologists point to a society in which the work is losing centrality for other forms of human action. As an example, we look forward to proving this strong work culture in the working class, in the particular action of a union dealing and being against the use of new technologies instead of transforming this technology into benefits to its partners. Even other aspects that are brought by this societal form, the request of new job opportunities, that deals with reinserting people back to capitalist exploration, done by left, "middle-of-the-road" and right wing political movements is the proof of Labor Society crisis in which they insist on keeping the dead work alive artificially. Technology, which was supposed to be a path to human emancipation from hard work, has become a way to political dominance and status quo maintenance. Thus, technological advance can not be translated into humanity progress, on the contrary, it is tool to destroy persons, people, nature and working class that begs to "Work-God", and can't live without the tiring work, asks for more job opportunities, not a fair wealth distribution; just like intellectuals, unions and parties, academia, fathers and schools contribute for the perpetuation of this form of exploration not being wise to the benefits of the social force of science on the technological field.

Key words: leisure, work, technology, technological innovations, unemployment, work culture, leisure apologia, manifest, human work substitution.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
LISTA DE SIGLAS	12
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 O <i>STATUS</i> DO TRABALHO	17
2.1 A Ontologia do Trabalho	18
2.2 O Trabalho na Perspectiva Histórica.....	24
2.3 O Trabalho na Perspectiva Econômica	30
2.4 O Trabalho na Perspectiva Sociológica Clássica	32
3 AS APOLOGIAS DO ÓCIO E MANIFESTOS CONTRA O TRABALHO.....	39
3.1 O Direito à Preguiça	44
3.2 Elogio do Lazer	45
3.3 Os Operários não Querem mais Trabalhar.....	47
3.4 Contra o Trabalho.....	47
3.5 Atividade Humana Contra o Trabalho	48
3.6. Teses para Abolição do Trabalho.....	50
3.7. A Liberdade Capitalista é a Escravidão Assalariada	52
3.8. Destruamos o Trabalho.....	53
3.9 O Trabalho.....	55
3.10 A Abolição do Trabalho.....	56
3.11 Os Desempregados Felizes	60
3.12 Manifesto Contra o Trabalho	64
3.13 Análise das Críticas dos Manifestos	71
4 A SOCIEDADE SEM TRABALHO	78
4.1 O Desemprego: um Incômodo Social?	80
4.2 O Debate na Atualidade	84
4.2.1 Gorz: os Neoproletariados.....	84
4.2.2 Offe: o Trabalho Perdeu seu <i>Status</i>	85

4.2.3 Dahrendorf: o Trabalho se Tornou um Privilégio	88
4.2.4 De Masi: a Libertação do Trabalho	90
4.2.5 Kurz: o Trabalho está Morto.....	94
4.2.6 Antunes: o Trabalho nunca Perde sua Centralidade.....	99
4.3 Quadro Sinóptico.....	102
5 O CONCEITO DE ÓCIO	105
5.1 Ócio e Trabalho: uma Mudança de <i>Status</i>.....	107
5.2 A Etimologia das Palavras “Trabalho” e “Ócio”.....	114
5.3 Os Conceitos de Ócio	119
5.3.1. O Ócio Conspícuo	119
5.3.2.O Ócio Criativo.....	121
5.3.3. O Ócio Produtivo	126
5.4 O Rizoma do Ócio	128
5.5 Comparação: Trabalho x Ócio.....	131
5.6 O Ócio Autogerido: Definindo o Conceito	132
6 AÇÃO POLÍTICA E TECNOLOGIA: DOMINAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?.....	137
6.1. Em Dois Séculos Parece que Nada Mudou: Analisando Um Caso Particular	138
6.2 Analisando Alguns Aspectos da Ação Sindical dos Trabalhadores	139
6.2.1 A Ação Sindical Contra a Tecnologia	139
6.2.2 A Cultura do Trabalho no Movimento Operário	140
6.2.3. O Movimento Sindical Continua Reivindicando Emprego e Não a Distribuição da Riqueza.....	143
6.2.4 Lafargue e o Movimento Operário Hoje.....	147
6.2.5 Diante dos Fatos, Outra Estratégia se Faz Necessária.....	149
6.3 Progresso Tecnológico e a Substituição do Trabalho	152
6.4 A Tecnologia como Instrumento de Poder	154
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	176

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sinopse do debate sobre o trabalho

Figura 2 – Rizoma do ócio

Figura 3 – Comparação entre trabalho e ócio

Figura 4 – Robô servindo chá

Figura 5 – Cartaz da campanha do SINDMOC contra a introdução da catraca eletrônica em Florianópolis, SC, 2002

Figura 6 – Campanha por emprego do Fórum Estadual de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, Florianópolis, SC, 2000

Figura 7 – Folder de propaganda do Curso Técnico em Hotelaria da Escola Técnica da CUT, Florianópolis, SC, 2002.

LISTA DE SIGLAS

BM - Banco Mundial

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EUA - Estados Unidos da América

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

LASTRO - Laboratório de Sociologia do Trabalho

MAI - Movimento Alternativa Independente

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OLT - Organização no Local de Trabalho

ONGs - Organizações Não Governamentais

SINDMOC - Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo e Urbano de Florianópolis e Região

SINTUFSC - Sindicato dos Trabalhadores da UFSC

UE - União Européia

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

Tudo na sociedade parece ser natural e/ou sagrado. O trabalho é uma dessas principais sacralizações da modernidade. Dessa forma, é-nos apresentado como sendo um dogma. Então, questionar o sagrado, não só é um sacrilégio para o senso comum e para o campo político de direita, como o é, também, para o mundo do pensamento, dos partidos de esquerda e do movimento operário. Para uma análise crítica, primeiramente é necessário dessacralizar o trabalho e observá-lo como sendo criação histórico-social. Feito isso, então, é possível examiná-lo no campo da ciência. Esta é a pretensão desta pesquisa.

A versão moderna do trabalho se difere significativamente da antiga. A sutileza desse conceito tornou a atual atividade humana, que antes era de prazer e de liberdade, numa atividade enfadonha, cansativa e hierárquica, causadora de mortes, doenças e de insatisfações individuais e coletivas. A vida das pessoas foi relegada ao segundo plano, enquanto o trabalho passou a ser central em detrimento de outras formas do agir humano. Questionar o significado de “trabalho” passou a ser objeto de espanto e, muitas vezes, uma atitude sem relevância social, haja vista a poderosíssima interpretação romântica e o culto do trabalho que predomina em todos os segmentos sociais, inclusive, fortemente observado na classe trabalhadora, através de seus movimentos sociais, partidários e intelectuais orgânicos.

Questionar o trabalho se tornou, assim, em certo sentido, tarefa complexa devido à ideologia que camufla seu próprio conceito. Mas, o avanço tecnológico, o desemprego, as mazelas sociais e a grande concentração da riqueza, por exemplo, conseqüências do capitalismo, nos impõem a necessidade desse questionamento. A sociedade está tão habituada a trabalhar que discute calmamente com o governo a flexibilização dos direitos trabalhistas, conquistados a duras penas, a terceirização, que se traduz numa forma de explorar ainda mais os trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e outras aberrações existentes - e por serem aberrações não deveriam existir - como o trabalho infantil e o trabalho escravo. Como se fosse uma normalidade, pacificamente discutem os efeitos do desemprego em massa que assola o mundo cada vez mais, porém, não páram para pensar sobre o que é o trabalho, por que precisamos trabalhar ou por que se trabalha tanto, apesar do avanço tecnológico e, também, porque o emprego é visto como a única forma de acesso ao mundo dos provimentos e de cidadania?

Indagar sobre o trabalho, que é tratado como algo sagrado, parece ser sinônimo de blasfêmia. O trabalho, que se tornou estilo de vida e fundamentou a sociedade capitalista é cultuado por instituições culturais e educacionais, pais, professores, partidos de trabalhadores, movimentos sociais, intelectuais e militantes tanto de esquerda como de direita. Todos se oferendam ao trabalho como se ele fosse um deus.

A tecnologia como propriedade privada, cada vez mais, é utilizada para impor a intensificação do trabalho, gerar desemprego e acúmulo de riqueza. O trabalho como se fosse algo autônomo, causa-nos a impressão de que se emancipou da vida das pessoas dividindo-se em tempo de labuta e tempo livre. Dessa forma, a atividade humana transformou-se num simples dispêndio de força de trabalho que serve para a produção de riqueza concentrada nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Com o capitalismo, inverteu-se um modo de vida ao criar-se um novo estilo que fundamentou todas as sociedades modernas com o desvirtuamento da atividade humana. Se antes trabalhava-se para viver, hoje vive-se para trabalhar. E o trabalho aprisionou a vida das pessoas, reduzindo-as numa máquina de trabalho, assim como toda a sociedade se transformou numa grande máquina de trabalho. Para os povos da Idade Média, o trabalho nada produzia, quem produzia era a terra e os céus. Na modernidade, o trabalho recebeu sua carta de cidadania que lhe foi conferida pela instância filosófica. Então, dessa época em diante, o trabalho passou a ser a fonte da riqueza e categoria central de análise social e econômica. Hegel viu a positividade do trabalho como meio de produção de cultura e de autonomia do escravo. Marx e Engels, porém mostraram como esse trabalho, que um dia tinha sido constituidor da essência humana foi transformado em pura alienação humana no mundo capitalista, através do trabalho abstrato.

Há, portanto, uma cultura do trabalho fortíssima que impregnou a todos e encontra-se fortemente enraizada na classe trabalhadora que ainda se mostra incapaz de se libertar. Se antes uma tecnologia inventada servia para liberar mais tempo para o ócio, hoje, ao contrário, serve para intensificação do trabalho. Dessa forma, o avanço tecnológico não está se transformando, ao mesmo tempo, em progresso da humanidade. Por causa dessa cultura, a classe trabalhadora ao invés de reivindicar a repartição da riqueza, pede mais trabalho, através da inserção ou reinserção no sistema de emprego, e se posiciona contrária à utilização de novas tecnologias no processo de produção. Apesar das denúncias de Lafargue e de muitos outros manifestos, o dogma do trabalho que assola a classe operária dificulta o aparecimento de outras alternativas ao mundo burguês e suas idéias continuam marginalizadas pelos movimentos políticos de esquerda e pelas ciências sociais.

O que não falta são apologias do trabalho, mas nosso objetivo nesta pesquisa foi a de buscar o inverso: as apologias do ócio e os manifestos contra o trabalho que estão às margens dos movimentos sindicais e sociais, dos partidos de esquerda e das academias. Assim, esta pesquisa tem a pretensão de ser uma apologia do ócio. Com as contribuições de vários autores, aqui se buscou construir, pelo menos dar alguns passos na sistematização de uma Teoria do Ócio que se faz urgente, tendo em vista as várias análises de sociólogos aqui apresentadas que prevêm uma Sociedade sem Trabalho.

Nesta pesquisa, estamos apresentando algumas apologias do ócio e manifestos contra o trabalho, com o intuito de divulgar as idéias neles contidas, bem como fazermos uma crítica mais profunda da Sociedade do Trabalho a partir do conceito de ócio e não do trabalho, e com isso mostrar que existem pessoas e grupos que são contrários às idéias da classe hegemônica, como também contrários à concepção política predominante nos movimentos sindicais, sociais e partidos operários.

Tendo o ócio como princípio e não o trabalho, a dúvida que se apresentou de início foi a de que se partiríamos de uma utopia com seu significado literário que é de “lugar algum” ou “lugar não existente” ou “país imaginário”, criado por Thomas Morus, que sonhou com um governo organizado proporcionasse ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz (HOLLANDA, 1988), para analisar a Sociedade do Trabalho ou se partiríamos de pontos negativos reais da sociedade no sentido de chamarmos a atenção das conseqüências de uma sociedade centrada apenas no trabalho e não na qualidade de vida das pessoas. Após, muitas reflexões, acalmou nossa aflição, quando descobríamos que utopia não significa lugar algum, mas pelo contrário, trata-se de um ideal pensado que se transforma numa linha de raciocínio que compara esse ideal imaginado com a realidade presente, dessa forma possibilitando fazermos a devida crítica tendo como sonho uma sociedade melhor construída a partir do presente. É um “sonhar para frente” na concretização do “princípio de esperança” que conduz a longa marcha da humanidade, conforme sintetização feita por Ernest Bloch de Marx e Freud. (BLOCH apud ROUANET, 2000) e, como escreveu o Subcomandante Marcos (1997)¹, “[...] é necessário construir um mundo novo. Um mundo que possa conter muitos mundos, que possa conter todos os mundos.”

¹ O Subcomandante Marcos é uma das lideranças do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), Chiapas, México.

2 O STATUS DO TRABALHO

O trabalho sempre foi tema que provoca muitas discussões. Entorno dele é criada muita polêmica, transformando-se assim em vários conceitos divergentes. Nos primórdios da racionalização ocidental, em “Os trabalhos e os dias”, Hesíodo (1991) defendeu a necessidade do trabalho árduo como condição humana. Esse aspecto negativo do trabalho influenciou a cultura ocidental. Os pensamentos filosóficos, científicos e religiosos têm no conceito de trabalho uma das suas principais bases de reflexão e de princípios, por se tratar de tema de relevância social. Para o pensamento religioso, o trabalho é uma atividade fundamental do ser humano para servir a Deus e se relacionar com o próximo. No âmbito do cristianismo, o trabalho é explicado como sendo um castigo divino e se transformou em um pecado original. Por causa da desobediência de seus filhos, Deus condenou Adão e Eva, bem como seus descendentes, através do veredicto “comerás o pão com o suor do teu rosto”.² Essa maldição de Adão e Eva perpetua e assombra toda a história mítica da humanidade até os tempos atuais. “Quem não trabalha, não come”, esse castigo, por mais paradoxal que possa nos parecer, é impressionante se observarmos que, quem mais trabalha são os que menos comem e usufruem das produções advindas do próprio trabalho.

Na filosofia, especialmente a filosofia materialista, o “trabalho” é concebido como constituidor da essência humana sendo que, para as ciências humanas e sociais, é fator de conflito, de solidariedade, de realização, de criação, de produção de riqueza, de servidão, de exploração, de integração e de coesão social. Enfim, o trabalho para essas diversas correntes de pensamento, apesar das divergências ou não entre si, tem em comum muitos aspectos, e um deles é o seu caráter antropológico. Em se tratando de uma atividade que busca atender necessidades, tem para uns, aspecto negativo, enquanto para outros, positivo, podendo ser de sofrimento ou de realização pessoal.

² Segundo o Velho Testamento, Adão e Eva viviam no paraíso e tudo que precisavam para sobreviverem existia em abundância. Até que um dia, provaram do fruto proibido, o único que Deus não permitia saboreá-lo, porém, o “espírito do mal” os convenceu. E eles, não resistindo à tentação, comeram a maçã. O criador não gostou da desobediência de seus filhos e impõe a Adão e a Eva e suas gerações futuras o castigo do trabalho: “comerás o pão com o suor do teu rosto”, dessa época em diante, o paraíso das abundâncias deixou de existir.

2.1 A Ontologia³ do Trabalho

Com a filosofia, o trabalho conquistou o *status* ontológico, que fez dele uma categoria de análise muito importante. O materialismo histórico e dialético parte desse conceito para explicar a realidade natural e humana, pois é através dele que o materialismo se estabelece primordialmente enquanto concepção de mundo, de humanidade e de sociedade em oposição à filosofia idealista. O materialismo estabelece como princípio epistemológico a matéria como primeira substância existente anteriormente à idéia, sendo o contrário para o idealismo, que é a idéia que primeiro existe, pensa e cria a realidade material. Sua origem pode ser de um deus ou qualquer outro ente que transcenda e exista antes da realidade mundana.

Marx e Engels elegeram o trabalho como uma atividade exclusivamente humana, estabelecendo, através dele, a distinção entre a concepção materialista e a idealista criacionista, pois segundo o materialismo, o trabalho é a fonte da essência humana. Essa teoria afirma que a essência humana não está dada *a priori*, pelo contrário, o ser humano é um processo e como tal se constitui homem na sua existência histórica concreta. Como se fosse um projeto, ele pode se concretizar ou não no contexto histórico. A natureza humana é histórica e não é uma coisa criada por um ser transcendente fora deste mundo, *a priori*, como concebe o idealismo. Para uma melhor compreensão, recorreremos à máxima existencialista, na qual “a existência precede a essência.”, ou seja, primeiro existe o primata que, através de sua relação com a natureza para garantir sua sobrevivência se vê obrigado a se intercambiar com a natureza. Dessa ação origina sua essência, portanto, a idéia. Assim, surge o ser humano, como a matéria mais evoluída da natureza. Tendo essa concepção, a filosofia materialista se enquadra no pensamento ateísta que não admite deus como criador do ser humano e do universo.

Parte-se da premissa de que a realidade vive se transformando, e como processo o gênero humano é uma matéria transformada, ou seja, a matéria mais evoluída da natureza por ter constituído a consciência, a subjetividade, o não-objeto, a natureza inorgânica, o “ser-em-si” - fazendo uso da terminologia filosófica. O ser que tem a consciência que ser sujeito é ser capaz de

³ O conceito de Ontologia aqui utilizado é de uso corrente da Filosofia. Entende-se Ontologia como disciplina que estuda os caracteres fundamentais do ser, ou seja, caracteres que o ser tem e não pode deixar de ter. Esses determinados caracteres têm que estar presentes em todas as formas e modos do ser particular. Enquanto disciplina, ela estuda essas determinações existentes em todos os objetos particulares. Trata-se, portanto, de uma ciência primeira, que precede todas as ciências particulares. (ABBAGNANO, 2000, p. 660) Com essa noção, compreende-se trabalho ontológico como sendo uma atividade inerente a todos os indivíduos, portanto, é ontológico por ser uma característica pertencente a todos exemplares humanos.

distinguir-se de um cachorro ou de uma pedra, ou seja, de um objeto, da natureza orgânica, do “ser-para-si”, é diferente do ser que não tem consciência de si. Segundo essa concepção filosófica, o ser humano⁴ é uma construção histórica e não uma criação divina, que surge do processo transformador do primata que se intercambia com a natureza através do trabalho. Portanto, o gênero humano surge pelo imperativo categórico do trabalho.

Tendo a necessidade de comer, o homem e a mulher criam ferramentas como extensão de suas próprias mãos. Com o intuito de facilitar o alcance de uma fruta que está no alto da árvore, por exemplo, eles se utilizam de um vara. Para caçar ou pescar utilizam-se de instrumentos especialmente criados para esses fins. Essa ação intencional, pensada e elaborada racionalmente com um fim específico é o resultado do trabalho criador da consciência, portanto, da idéia. O filósofo alemão Engels (1820-1895), co-produtor da teoria do materialismo histórico e dialético, afirma o seguinte: “Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão.” (Engels, [19--], p. 276)

O processo de transformação do primata em ser humano acontece lentamente. A partir do momento que o ser humano, primeiramente vegetariano, começa a se alimentar de uma dieta mista à base de carne, propiciada pela lança, por exemplo, essa alimentação oferece ao seu organismo ingredientes essenciais para o desenvolvimento de seu metabolismo cerebral, assim criando condições ulteriores materiais para o perfeito desencadeamento de idéias através das reflexões mentais. (ENGELS, [19--])

Quanto mais o ser humano se afasta do reino vegetal, mais ele se sobrepõe ao reino animal e natural. Dessa forma, a dominação do ser humano sobre a natureza vai se dando de maneira cada vez mais racional: caçando, matando e domesticando outros animais, põe-os a seu serviço, ampliando assim seu domínio e organizando cada vez mais seu meio social. A consciência, portanto, surge da transformação da matéria pelo imperativo do trabalho. O trabalho, para o filósofo alemão

⁴ Preferimos usar os termos “ser humano”, “gênero humano” ou “humano” no lugar do termo “homem”, com intuito de respeitar a atitude das pesquisadoras e pesquisadores das relações de gênero que denunciam, e com razão, a linguagem formalmente impregnada de conotações masculinas e termos machistas. O conceito “Homem”, na Filosofia, é utilizado com frequência como conceito filosófico que representa a espécie humana, o homem e a mulher, bem como as crianças. É importante fazermos essa distinção, porque a humanidade, na concepção filosófica materialista, ocorre pela necessidade vital de o primata se relacionar com a natureza para prover seu sustento, porém, o ser masculino e feminino não surge desse intercâmbio com a natureza, pois é natural e ambos são iguais e não hierárquico, pelo contrário, a desigualdade entre os sexos ocorre no transcórrer da história da humanidade.

Karl Marx (1818-1883), é um processo de racionalização do ser humano numa interdependência contínua com a natureza que se dá de forma dialética. Nessa relação, o ser humano transforma a natureza e, reciprocamente, a natureza o transforma. Com isso, há uma humanização da natureza e uma naturalização do homem.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos na natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1988, p. 202)

Esse processo de racionalização ocorrido no primata, que se conceitua de ser humano, conduz-o à produção do conhecimento para, cada vez mais, de forma intencional, construir artefatos para melhor produzir os meios de sua sobrevivência. Essa necessidade faz o homem pensar a realidade em sua volta e a explicar os fenômenos naturais através da razão. Com essa perspectiva, surgem a explicação mitológica, artística, filosófica, científica, por último, a aplicação prático-teórica de todos esses conhecimentos: a tecnologia. O esforço do ser humano para explicar a realidade em que vive, desvelando as ocultas leis da natureza é secular. Esse esforço transforma a realidade natural em humana através das categorias do pensamento. Essas categorias filosóficas, que são formas de sistematizar o conhecimento do real, são os instrumentos de correspondência entre a realidade e o discurso. O conhecimento mitológico é a primeira tentativa de explicar os fenômenos naturais, e os deuses e semi-deuses nada mais são do que o ser humano elevado ao absoluto pela sua própria capacidade e potencialidade de pensar, criar e de explicar o universo no qual está inserido. Dessa forma, o mundo cultural é criado através dos conceitos e categorias subjetivas e racionalizar é pôr ordem no caos através dos conceitos que se apresenta, diante de nossos sentidos, através do poder de reflexão da consciência.

Como se dá a passagem da natureza física para o mundo cultural humano? O trabalho é a ponte, conforme a teoria do materialismo histórico. Segundo Marx (apud GIANOTTI, 1966, p. 123), o trabalho é a-histórico, é um processo vital pré-lógico e matriz de outras formas de estruturação mais abstratas. Dessa forma, ele faz do trabalho o ponto de partida para as suas reflexões. O trabalho é uma imposição arbitrária da natureza ao seu organismo que o ser humano também faz parte. Alimentar-se, abrigar-se e reproduzir-se é uma necessidade instintiva de manter a vida. A vida do organismo é a sua determinação primeira, por fazer parte da essência da natureza e

não da história. Como escreve Marx na Ideologia Alemã, “a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos.” (MARX e ENGELS, 1984, p. 14) Então, preservar a vida é estar sujeito primeiramente aos ditames das leis da natureza enquanto parte passiva dela, e, posteriormente, de forma ativa, ou seja, através do trabalho, quando produz os seus meios de vida e disso resulta a distinção do ser humano do animal, num processo de interatividade entre o ser humano e natureza.

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX, 1984, p. 15)

A partir dessa ação humana na natureza através da produção de meios que facilitem essa intervenção para obter melhor resultado para satisfação de suas necessidades vitais como comer, beber, se vestir e morar é que se faz história, como nessa passagem escrevem Marx e Engels:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX e ENGELS, 1984, p. 31)

Assim, no transcorrer da transformação da própria natureza, surge do seu interior o ser humano. Mas como, tudo que é natural deve nascer, o ser humano também possui o seu ato de nascimento com a história. Como esta é a consciência do ser humano e, através disso, é consciente, dessa forma, é um ato de nascimento que se supera. (MARX apud GIANOTTI, 1966, p. 127) Com isso, Marx quer dizer, que cada estágio da sociedade é a forma que os indivíduos organizam seus meios de produção, cada estágio é superado por outro até chegar o estágio ideal que é sociedade comunista.

Nessa perspectiva, o primata é o ser natural que se transforma em ser humano através do trabalho, bem como, é um ser histórico que se relaciona dialeticamente com a natureza criando o mundo social, também, por inter-relações humanas com outros indivíduos sociais e, dessa forma, criando a sociedade.

O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu modo de existência, como em seu conteúdo; a atividade social e o gozo social. A essência humana da natureza

não existe senão para o homem social, pois apenas assim existe para ele como vínculo com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como fundamento de seu próprio modo de existência humana. Só então se converte para ele seu modo de existência natural em seu modo de existência humano, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza. (MARX, 1987, p. 175)

A relação entre homem e natureza faz parte de uma sociabilidade originária (sujeito e objeto), que após passa ser uma sociabilidade entre indivíduos, ou seja, uma sociabilidade intersubjetiva (sujeito x sujeito). Segundo o próprio autor, a sociabilidade faz parte da natureza humana, tratando-se, portanto, de um determinismo natural.

O caráter determinado da relação com o mundo revela em síntese a sociabilidade originária, uma forma de entrelaçamento que não é apenas intersubjetiva, mas sobretudo uma mediação pelo trabalho e pelas coisas. É preciso ter sempre presente que essa sociabilidade faz parte da *natureza* do homem. No processo de exteriorização e realização, cada indivíduo externa, por um lado, forças primitivas, capacidades intrínsecas, num esforço de expansão que lhe custa energia: o indivíduo transfere suas próprias forças que lhe advêm da espécie para o interior da natureza. Por outro lado, não sendo nem essência autônoma nem mônada fechada sobre si mesma, deve absorver em si parte da natureza exterior. Para o cumprimento dessa troca energética os objetos naturais submetem o homem a um processo de determinação, obrigando-o a reduzir sua universalidade indeterminada a uma particularidade seminatural, a passar pela especialização. Por causa, no entanto, da persistência da sociabilidade primitiva, o indivíduo não se aquieta no seu confinamento, luta contra ele, transpõe os empecilhos do ambiente, reduz suas próprias limitações biológicas. Instaura-se assim um processo de autoprodução que é ao mesmo tempo autoliberação: a história, cujas raízes se aprofundam na estrutura básica de nosso ser e cujo escopo se orienta para a abolição de todo e qualquer obstáculo à plenitude da vida social e da intensa liberdade. (GIANOTTI, 1966, p. 177)

A sociabilidade primitiva, que faz parte da essência humana, é a condição necessária para a construção da verdadeira coletividade, na qual homens e mulheres produzem, cumprindo sua essência, a coletividade humana que é o ser social. Tendo em vista o carecimento, sentem-se a necessidade de organizar seu meio social para produzir meios que dêem condições de garantir sua própria existência. A troca de bens de uso surge da relação entre carecimentos dos indivíduos, dessa forma constituindo a sociedade. A essência universal do homem, ao invés de vir de uma universalidade abstrata, nasce do relacionamento concreto de indivíduos necessitados. Porém, quando surge a propriedade privada, altera-se por completo o sentido da troca originária que se mantinha através do valor de uso, convertendo-se assim num comércio, “pois cada agente

intenciona roubar seu companheiro”. Desse momento em diante, nasce a sociedade civil tendo como base a troca alienada de mercadorias com base no valor de troca. (GIANOTTI, 1966)

Segundo Astrada (1968), foi na contemporaneidade⁵ que o trabalho recebeu carta de cidadania que lhe foi conferida pela instância filosófica. O responsável por esse feito foi o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), da tradição idealista, que destaca a positividade do trabalho, conceito esse que se desenvolve, se realiza e se consolida na interpretação da consciência burguesa até nossos dias. Com a dialética do senhor e do escravo⁶ apresentada na

⁵ Estamos considerando a Idade Contemporânea como o período compreendido entre a Revolução Francesa e os nossos dias, abrangendo, dessa forma, o final do Século XVIII e os Séculos XIX e XX, convencionada pelos historiadores da filosofia (MASIP, 2001, p. 241)

⁶ A dialética do senhor e do escravo trata de uma construção lógico-abstrata feita por Hegel para explicar o trabalho numa perspectiva positiva, bem como justificar a existência de duas condições humanas: a do senhor e a do escravo. Essa construção racional responde pela visão hegeliana, a uma questão colocada para a filosofia política daquela época que era a seguinte: como uma condição de igualdade no mundo natural se transforma em condição de desigualdade no mundo social? Hegel dá-nos a seguinte resposta: duas consciências se encontram e ambas são iguais. Cada uma delas traz da natureza sua faculdade do desejo, que ao se perceber incompleta, gera o desejo. O desejo é infinito e por mais que seja saciado sempre volta. Reforçando isso, os desejos são insaciáveis e podem até serem suprimidos, mas não pode ser suprimida a faculdade desejante. Portanto, a consciência não para de desejar. Esse desejo é quem faz a história, na qual constrói sua relação com o mundo. É a consciência desejante. Anulamos e negamos aquele objeto que saciou nosso desejo, porém, não aniquilamos a faculdade desejante. Por exemplo, um doce que havíamos desejado após comê-lo, o desejo desaparece, anulamo-lo. O objeto que não pode ser consumido é a própria consciência, pois resiste ao espírito devorador. Logo, a consciência é objeto de seu próprio desejo e, dessa forma, cria outra consciência que ela própria deseja e uma passa a ser a imagem da outra. Há uma duplicação da consciência. Surge, então, dessa duplicação a Dialética do Senhor e do Escravo, dessa forma, dá-se um embate de uma consciência com a outra. A consciência aparece como objeto do próprio desejo e surge outra consciência: consciência x consciência, sendo que uma é apenas o fantasma, reflexo da outra. É a dialética, a representação das próprias coisas, um discurso colado às próprias coisas. É uma experiência que vai enriquecendo a história. A consciência não consome a si própria, por que ela é objeto e sujeito ao mesmo tempo. O que aparece para a consciência aparece como igual. Surge o discurso daquilo que é semelhante a mim mesmo. Há um desdobramento da consciência na relação senhor x escravo, pois trata-se, agora, de quatro coisas: duas consciências duplicadas se conflitando. Uma consciência pequena dentro de uma grande conflitando com a outra consciência também duplicada. Ambas desejantes = dialética das consciências. A consciência só encontra resistência noutra consciência, ambas estão em pé de igualdade. Igualdade primária, porque ambas possuem desejos. Não há como fazer acordo, é necessário o confronto, a guerra entre elas. (Para Hegel, a dialética é o movimento na própria coisa, enquanto para Marx, a dialética está no sujeito e no objeto.) É esse movimento que Hegel estabelece. Primeiramente, consciência em relação à natureza, era movimento só de ida (S - N). Noutra momento, dá-se a relação das consciências afastadas da natureza. É quando uma tenta transformar a outra em objeto. No primeiro momento, em estado precário, elas são iguais, impedem o movimento. Quando uma vence a outra é que se dá o movimento dialético. Um sujeito (senhor) e outro objeto (escravo) ou seja, a consciência em si e a consciência para si. Aquela que ganha não mata, pois precisa da outra para reconhecê-lo como senhor, porém é o escravo que trabalha e que produz dessa forma a cultura. O senhor existe pelo escravo que produz, e este se relaciona com natureza por intermédio do escravo, tratando-se de uma relação mediata. Quem ganha a batalha se apodera de tudo, incluindo as propriedades, e ,o outro, é apenas um objeto falante. A relação do senhor e do escravo explica o surgimento da cultura pelo trabalho do escravo. O escravo, em relação com a natureza, forma-se a si mesmo e, também, a o seu senhor. O senhor, pelo o trabalho do escravo, passa a ser escravo por depender dele, pois o escravo está entre o senhor e a natureza. O metabolismo é feito entre escravo e natureza. Para Hegel, o intelectual surge pela consciência servil que será cultivada pelo trabalho. Então, o trabalho surge, primeiro como formação do escravo, e, em segundo, como formação do senhor. O Estado será a instituição política que dissolverá esta relação. É o Estado que resolverá o problema de reconhecimento. Estado, para Hegel, é pressuposto de equilíbrio entre as pessoas. Na sociedade, sempre haverá um domínio, e é

sua importante obra “A fenomenologia do espírito”, Hegel justifica a cultura do trabalho na sociedade burguesa e encontra a positividade nele na autonomia que o servo conquista mediante o trabalho e na independência do objeto deste trabalho. Segundo Hegel, o escravo é o produtor da cultura por ser ele o realizador do trabalho. É ele quem se relaciona com a natureza e produz o mundo humano, mais precisamente o mundo cultural.

Ao contrário de Hegel, seu ex-discípulo, Marx destacará a negatividade do trabalho. Para comprovar isso, o fato fundamental é que o objeto produzido pela ação de trabalhar, faz frente ao produtor como um ser estranho, como se fosse um poder independente do trabalhador. O ato de trabalhar não faz dele um ser humano com independência e liberdade, pelo contrário, a liberdade não está no ato de trabalhar, como quer explicar Hegel. Esse agir humano, reduzido à forma de trabalho, nas condições capitalistas, é um ato de servidão e de desrealização enquanto sujeito, como se expressa Marx:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção directa a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Semelhante facto implica apenas que o objecto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objecto, que se transformou em coisa física, é a *objectivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objectivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objectivação como *perda e servidão do objecto*, a apropriação como *alienação*. (MARX, 1993, p. 159)

2.2 O Trabalho na Perspectiva Histórica

Com a decadência da Idade Média, os novos conhecimentos surgidos com uma nova concepção de mundo contribuíram para que a realidade social se transformasse consideravelmente. A teoria geocêntrica aristotélico-ptolomaica superada pela heliocêntrica copernicana contribuiu para libertar a razão, após mil anos escravizada pela fé. Assim, a razão, ao romper com os seus grilhões

necessário a existência de uma instância para resolver esses conflitos. O Estado é um mal necessário. (HEGEL apud VERGEZ; HUISMAN, 1972, p. 275-282; HEGEL, 1992).

e desvencilhar-se da fé, assumiu sua própria iluminação acreditando ser, ela mesma, a fonte do conhecimento (Descartes) e fez da natureza seu objeto de estudo transformando-a numa realidade objetiva, pondo-a num tribunal como se fosse interrogada por um juiz (Kant), dessa forma, a ordem, para oportunizar o conhecimento, passa a ser construída na lógica subjetiva, nas cabeças de homens e mulheres, através dos conceitos. O conhecimento até então velado pela magia e pela religião é redescoberto pela racionalidade e, nesse afã, as bases para a revolução científica estão dadas e a técnica a acompanha como filha diletta da nova era. Assim, a humanidade assume com veemência mais uma forma do conhecimento, a ciência. Tudo pode ser racional. Tudo pode ser conhecido pela razão e racionalizar é pôr ordem para conhecer uma realidade desordenada pelo sujeito cognoscente. A humanidade sente a necessidade de retornar aos primórdios da racionalidade grega para retomar a continuidade do edifício do conhecimento, deixando de lado o longo período medieval. Aristóteles é o filósofo que é revivido para dar esse aparato. Com isso, surge a necessidade do método para melhor descobrir as leis gerais da natureza e também, produzir mais conhecimento racionalmente elaborado.

[...] se os seus sentidos fornecem aos homens todos os seus conhecimentos, daí resulta que a intuição, a idéia, a representação, etc. são apenas fantasmas do mundo corporal mais ou menos despojados de sua forma sensível. Tudo o que a ciência pode fazer é dar um nome a estes fantasmas. [...] (HOBBS apud BACON apud MARX, 1987, p.127)

E Bacon (apud MARX; ENGELS, 1987, p. 126), assim se pronunciou: “A ciência é a ciência da experiência e consiste na aplicação de um método racional ao dado sensível.”

Dessa época em diante, a ciência é secularizada e laicizada, significando com isso que a forma de conhecimento através da revelação divina, que perdurou toda a Idade Média, vai perdendo sua validade. Galileu comprovou muito bem isso. Tudo pode ser pensado, refletido, mensurado, calculado, ou seja, comprovado cientificamente e, com isso, a realidade também passou a ser simulada em laboratórios. As ciências particulares, cada qual com seu objeto próprio, se multiplicam fatiando a realidade por julgarem ser a melhor forma de conhecê-la.

O racionalismo surgido logo após o renascimento fez com que o mundo perdesse seu encanto, a sua magia. A ordem era matematizar a natureza. Criar uma nova realidade construída pela razão, passível de ser compreendida através da representação mental, ordenada, calculada metodologicamente através da subjetividade. A vida das pessoas torna-se passível de organização racional. Se antes o mundo tinha uma ordem dada por deus ou um rei, com os novos

descobrimientos científicos, essa ordem se desintegra e a razão passa a ser a possibilidade de pôr ordem às coisas novamente. Surge com isso os Estados-Nação e a economia política para manter e regular a propriedade privada e as instituições organizadoras da vida social. Com isso, surgem as preocupações com os métodos de conhecimento dos fenômenos naturais e sociais e a ordem racional econômica.

A racionalidade da ciência e os produtos por ela gerados serão utilizados na indústria para aumentar a produção. Assim, surge a tecnologia como resultado da união da ciência e da técnica. O conhecimento não é somente mera contemplação do mundo, mas também um fim prático e útil e, dessa forma, é utilizado para a produção social.

A Revolução Industrial, que culminou no Século XIX, é conseqüência desse grande desenvolvimento da racionalidade científica e econômica da ocidentalidade e a racionalidade do processo produtivo, que se manifesta nas indústrias, é resultado disso e se impõe inexoravelmente à organização social moderna. Nesse horizonte, surge a necessidade da organização racional do trabalho, até então, circunscrita numa economia doméstica, desenvolvida de forma individualizada em pequenas oficinas numa relação muito particularizada entre mestre e artesão. O trabalho nas oficinas tinha todo o processo acompanhado por ambos, desde os meios de produção, tais como as ferramentas e o local de produção, bem como o resultado do trabalho empreendido. Com a indústria, essa relação se desfaz. A indústria moderna passou a ser o espírito materializado da propriedade privada que reúne, num mesmo espaço e tempo, o caráter subjetivo da produção da riqueza que é o trabalho e o caráter objetivo, na forma de capital, juntamente com os meios de produção privados.

Toda riqueza se transforma em riqueza industrial, em riqueza do trabalho e a indústria é o trabalho acabado, assim como o sistema fabril é a essência desenvolvida da indústria, a saber, o trabalho e o capital industrial a forma objetiva acabada da propriedade privada. (MARX apud GIANOTTI, 1966, p. 150)

A divisão do trabalho se faz necessária para melhorar a produtividade e se dá, assim, a separação entre trabalho intelectual e braçal. Entre aqueles que pensam e aqueles que executam a tarefa. Se antes um produto era feito inteiramente por uma pessoa, na indústria, o produto é feito por um coletivo de pessoas, cada qual confeccionando uma pequena parte do todo do produto. E o operário deixa de perceber o resultado de sua atividade, pois o mesmo só tem uma parcela de contribuição na coisa produzida. O produto feito pelo operário, que se transformou em mercadoria,

se torna estranho, ele já não se identifica mais com sua própria obra. A isso Marx chamará de uma das formas do trabalho alienado, resultando daí o conceito de alienação. Segundo ele, a alienação ocorre por dois fatores simultâneos:

- 1) no processo do trabalho, e especialmente do trabalho nas condições do capitalismo, o homem se afasta de suas próprias faculdades criadoras, e
- 2) os *objetos* de seu próprio trabalho tornam-se seres estranhos, e eventualmente o dominam, tornando-se forças independentes do produto.

Segundo Marx, “o trabalhador existe para o processo da produção, e não este para aquele.” (MARX apud FROM, 1979, p. 54)

A indústria representa a forma racional da produção coletiva na sociedade moderna. De forma recíproca, a vida social, política e econômica se transforma, e a família passa a ser um bom exemplo disso. A ideologia e a moral burguesa vai ter como base de sua sustentação a família racionalmente organizada para a economia: pai, mãe e filhos, com a autoridade paterna estabelecida e a propriedade privada santificada.

A realidade da família burguesa, como todas as formas de vida no capitalismo, é condicionada pelo caráter da economia de mercado; ela entra na contabilidade geral como um “bem”, com seus custos e gastos, lucro e mais-valia específicos. Os interesses econômicos são determinados não somente na escolha do cônjuge (o mais das vezes decidida pelo pai), como também na geração e criação dos filhos. (MARCUSE, 1972, p. 145)

O fordismo⁷ é o exemplo cabal dessa racionalidade produtivista no capitalismo que se caracteriza por sistematizar de vez a radical separação entre concepção e execução do trabalho, ou seja, a velha separação imposta pelo capitalismo do trabalho manual e trabalho intelectual. E o

⁷ Segundo Laranjeira (1999), o conceito de fordismo se generalizou a partir da concepção de Gramsci, que utilizou o termo para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, EUA, 1913. O termo, hoje, é empregado para definir o modelo e tipo de produção “baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo de massa.” Quanto ao processo de trabalho, o fordismo caracteriza-se “como prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se esta no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores. O processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos, e, portanto, da porosidade. O trabalho, nessas condições, torna-se repetitivo, parcelado e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, que o executa através de uma rígida disciplina. **O trabalhador perde suas qualificações, as quais são incorporadas à máquina.** Esse método de produção alcançou surpreendente crescimento de produção de carros e se transformou num paradigma da produção capitalista e numa primeira prova da utilização prática dos conhecimentos científicos para a produção econômica da sociedade. Portanto, é uma Organização Científica do Trabalho.

taylorismo⁸ enfatiza mais a hierarquia dessa divisão destituindo ainda mais o trabalhador de sua capacidade de pensar. Segundo Taylor, “os trabalhadores não são pagos para pensar, mas para executar”. (apud CATTANI, 1999, p. 248) Ao trabalhador cabe a execução da tarefa anteriormente pensada por uma equipe de engenheiros, administradores, gerentes, etc., ficando o trabalho repetitivo, enfadonho, monótono, cansativo, fragmentado e desprovido de sentido. Dessa forma, o trabalhador perde de vez, no modo de produção capitalista, o elemento principal que o torna humano: a sua capacidade de pensar e de constituir sua essência através do trabalho. O produto se torna um objeto alheio, sem significado para aquele que o produz. O produtor não se identifica com sua obra. Isso é uma estranha invenção da sociedade capitalista, pois antes dela, “O sapateiro ou o carpinteiro orgulhavam-se da sua arte. Antigamente, os trabalhadores dos estaleiros podiam emocionar-se ao ver zarpar o barco que haviam construído.” (OS DESEMPREGADOS ..., 2002, p. 25)

Perdendo sua autonomia, sua capacidade de usar a criatividade, o trabalhador transformou-se em operário-massa, alienado do conteúdo do seu esforço produtivo, cabendo-lhe tarefas repetitivas comandado por máquinas. Essa condição foi muito bem representada por Charles Chaplin no filme “Tempos modernos”.

Com o desenvolvimento da tecnologia, primeiramente, a máquina vai assumindo as qualificações manuais do trabalhador e, depois, as intelectuais, com o advento da microeletrônica. O conhecimento científico é utilizado para aumentar a intensificação do trabalho, ou seja, produzir mais com menor tempo, aumentar a quantidade, bem como a qualidade (de acordo com o conceito de mercado) da mercadoria. A Sociedade se transforma numa Sociedade Produtora de Mercadorias. Então, aquilo que é a causa da essência humana se tranforma numa coisa estranha.

⁸ Seguindo a linha fordista, o taylorismo aparece dando a seqüência da Organização Científica do Trabalho. O termo vem do sobrenome do inventor F. W. Taylor (1856-1915), engenheiro norte-americano, empregado da Bewthlehem Steelwork e, depois, consultor de empresas. Segundo Cattani, taylorismo é um “sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho” (CATTANI, 1999, p. 247) O taylorismo conjuga a utilização intensiva da maquinaria, enfatiza o controle e a disciplina fabris “com vistas à eliminação da autonomia dos produtores diretos e do tempo ocioso como forma de se assegurarem aumentos na produtividade do trabalho.” (CATTANI, 1999, p. 248) Segundo Cattani, os princípios básicos do taylorismo são: 1. Separação programada da concepção/planejamento das tarefas de execução; 2. Intensificação da divisão do trabalho; 3. Controle de tempos e movimentos. “A esses princípios, agregam-se o estímulo ao desempenho individual (salários e prêmios por produção) e a criação de uma estrutura hierarquizada na qual atuam especialistas de controle (engenheiros, contramestres, cronometristas). Taylorismo e Fordismo estão associados à produção de massa de produtos estandardizados e escoados em mercados em expansão.” (CATTANI, 1999, p. 248)

A idéia contemporânea de trabalho aparece com o capitalismo fabril no Século XVIII, segundo Gorz. O conceito de trabalho nasce e se desenvolve com a entrada do capitalismo, tendo dois conceitos: trabalho é transformação material, e trabalho é algo penoso e desprezível. (GORZ apud OBESO, [19-?]) Segundo Obeso ([199-?]), o conceito de trabalho como transformação material é vago. Até a entrada da Idade Média não se considerava que o trabalho produzia algo e, mas sim, que a terra produzisse. Antes do Século XVIII, se entendia que as riquezas materiais eram frutos do céu e da terra. A atividade humana podia trocar essas riquezas, porém não podia criá-las e nem produzi-las. Argüi Obeso, que não é de se estranhar que o trabalho era visto como signo de superioridade hierárquica, segundo Veblen. A evolução da concepção mais positivista do trabalho temos que buscá-la, historicamente, no Ocidente, nos monastérios e nas cidades. Com o incremento do comércio na baixa Idade Média e, posteriormente, também com o incremento do comércio advindos dos grandes descobrimentos, afirma o autor.

São Benito institucionaliza a máxima “ora et labora”. Para Weber (apud OBESO, [199-?]), trabalhar e orar tem a ver com forma regular, com pontualidade cronometrada, que se define com os princípios pré-tayloristas. A igreja acumula riqueza, mas é uma nova classe mercantil-comercial que impõe uma nova conceitualização do trabalho. Com a invenção do relógio, o conceito de tempo, muda muito. Essa classe, segundo Weber, se comporta segundo os princípios pré-capitalistas e, dessa forma, vai se formando o sentido moderno de trabalho dentro do “espírito capitalista”. A acumulação do capital é o objetivo do novo modo de produção e, dessa maneira, o trabalho deve mudar. Não se trata mais de um trabalho que forma parte da vida, que cobre algumas necessidades entendidas como básicas, mas sim de um trabalho para produzir maior riqueza possível. Para isso dever-se-ia despojar o trabalhador de seu trabalho e converter o trabalho, nas palavras de Marx, em “força de trabalho”. E, assim, o protestantismo veio para legitimar esse novo conceito de trabalho, segundo Weber. E os habitantes de Königsberg ajustam seus relógios ao passo do filósofo Emanuel Kant.

Obeso constata que as ideologias anticapitalistas, marxismo e anarquismo, não enfrentam o trabalho em si como elemento central da vida do homem. A centralidade do trabalho como articulador de nossas sociedades atuais devem isso tanto às ideologias protestantes, como também às marxistas e anarquistas. A fé no trabalho civilizador e liberador ocupa em nosso tempo o centro do discurso social, tanto de direita como de esquerda. As sociedades que professam a moral do trabalho se dedicam a partir dele ao desenvolvimento de todas as dimensões humanas, em

transformar o trabalhador em um autômato sem pensamento, executante de tarefas estritas e fragmentárias. Com a redução humana, motivadas somente pelo salário e rendimento, engenharias se dedicam a “estetizar os ambientes de trabalho” e a desenvolver o espírito de corpo. Dessa forma, o controle “científico” dos corpos tem prevalecido sobre o governo das almas; a disciplina mecânica sobre a interiorização dos valores; os estímulos materiais sobre as diferentes motivações psicológicas. Parece coisa do passado, como se o taylorismo estivesse morto, mas seu espírito continua e ainda cria essas contradições, afirma Obeso. Nessa lógica, o enriquecimento sem limites supõe a produção sem limites, que implica por sua vez, no consumo sem limites e trabalho sem limites na sociedade industrial. Se, pelo contrário, o consumo fosse centrado nas necessidades básicas, o tempo de esforço dedicado ao trabalho seria limitado, e o tempo restante seria dedicado ao “ócio não produtivo”. Mas não é isso que ocorre no sistema industrial, o ócio deve também fazer parte do consumo.

2.3 O Trabalho na Perspectiva Econômica

A indústria representa a forma racional da produção coletiva na sociedade moderna. De forma recíproca, a vida social, política e econômica se transforma. A economia é o epicentro social. O novo modo de produzir de forma racional os bens materiais estabelece mudanças profundas nas relações sociais. A descoberta dos teares movidos à vapor e a divisão do trabalho são fundamentais para o sistema fabril que ora se origina e, assim, a tecnologia vai assumindo papel importantíssimo na produção. O barateamento dos produtos é forçado pela concorrência e, quanto mais produzir em menor tempo, a mercadoria fica em melhores condições de preço para disputar o mercado concorrencial. A invenção da máquina é fundamental para essa lógica, bem como a racionalidade tecnológica avança significativamente nas condições de substituição do trabalho humano pelas máquinas, tendo uma orientação intencional com um fim objetivado: o aumento do lucro.

A Sociedade Industrial se caracteriza pela mudança na natureza da economia: o setor primário pode produzir para alimentar pessoas que trabalham nos setores secundário e terciário, pelo aumento da produção mecânica nas fábricas, urbanização da sociedade, alfabetização de massa, aplicação do conhecimento científico e tecnológico na produção, e ampliação da

regulamentação burocrática de todos os aspectos da vida social. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 722)

O trabalho que, para o materialismo histórico e dialético como vimos anteriormente, é o fundamento do ser social e também o criador da essência humana, é transformado numa atividade de alienação humana, com a sociedade moderna, e se transforma em fator meramente econômico e propriedade privada e de centralidade social na universalidade capitalista. O trabalho passou a ser, como escreveu Adam Smith, a fonte de toda a riqueza.

O conceito de alienação é importante para a compreensão da racionalidade desse modo de produção. Segundo Marx (apud FROM, 1979), o processo de alienação manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho. O produto do trabalho feito pelo próprio homem se torna estranho e alheio a ele; o trabalho torna-se a negação do próprio produtor e dominando-o como se tivesse vida própria. Dessa forma, o trabalho se torna senhor, e o homem, escravo, ou seja, o meio se torna o fim e o fim se torna o meio. Ao invés de as pessoas trabalharem para viver, vivem para trabalhar incessantemente, como se sofressem a maldição do velho Adão. Com a expansão da propriedade privada, bem como sua intensificação e a divisão do trabalho, que são bases fundamentais do capitalismo, o trabalho perde sua determinante característica que é a expressão do poder do ser humano na relação com a natureza, e assume os seus produtos derivados, uma existência à parte do indivíduo, de sua vontade e de seu planejamento.

A racionalidade exigida pelo modo de produção capitalista transforma o homem em máquina de trabalho como no primórdio da humanidade o fez com o animal. Para alcançar elevados índices de produtividade, o capitalismo construiu reciprocamente com os eventos modernos, uma racionalidade jamais vista na humanidade.

O trabalho para Marx, no capitalismo, é velado pela mercadoria. O fetiche da mercadoria faz com que o trabalho dos operários não apareça na relação de troca, como se a mercadoria tivesse valor em si mesma. Segundo Bottomore, “A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais: o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas.” (1988, p. 149).

Marx demonstrou justamente isso: que o valor de um produto está na quantidade do trabalho empregado na fabricação do mesmo e que o lucro do capitalista está no valor produzido pelo trabalho que ele não paga ao operário, que ele designa de “mais-valia”. Com a racionalidade do modo de produção capitalista, os trabalhadores são destituídos dos meios de produção, sendo

forçados a venderem somente o que lhes resta: a força de trabalho em troca de um salário que não paga o trabalho empreendido e muito menos garante a sua subsistência. Forçado a trabalhar, com alto nível de intensidade em longas jornadas de trabalho, esse modo de produção não poupa nem as mulheres e as crianças.

Para Marx, o trabalho tem duplo aspecto: ele encerra em si um valor de uso e um valor de troca. Todo o trabalho que produz algo útil é considerado “trabalho concreto”, pois produz valor de uso. Mas quando o trabalho é considerado somente no outro aspecto que é dispêndio de força humana, essa atividade é chamada de “trabalho abstrato”, pois produz valor de troca, portanto mercadoria. O trabalho concreto é uma condição da existência humana, como foi demonstrado anteriormente, independente de qual seja a forma de sociedade, pois segundo ele “é uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana”. (MARX, 1988, p. 50)

O sociólogo alemão Robert Kurz (1999), parte da crítica ao conceito de trabalho abstrato de Marx, mantendo a sua essência. Porém, num sistema produtor de mercadorias, o aspecto concreto dessa atividade é subsumido pelo o dinheiro. O trabalho abstrato, fundamento da sociedade produtora de mercadorias, cuja encarnação é o dinheiro, não permite que o aspecto concreto se manifeste, mas apresenta-se como se tivesse conteúdo concreto. Isso é um paradoxo, argumenta Kurz,

[...] ali onde o dinheiro, como imperativo social de fazer mais dinheiro (lucro absoluto), passa a trazer em si sua própria finalidade, a abstração real estende-se também ao próprio processo de trabalho material. Os homens, antes de qualquer determinação concreta e substancial, transformam-se em mônadas do dispêndio de força de trabalho abstrata. [...] O trabalho abstrato é, portanto, uma espécie de *neurose obsessiva da economia*. (KURZ, 1999, p. 225)

2.4 O Trabalho na Perspectiva Sociológica Clássica

O trabalho foi conceito importante para os clássicos do pensamento social, tanto para Marx, como para Durkheim e Weber. Todos os três se utilizaram do conceito de trabalho para compreender cientificamente a vida social, diferenciando-se, entretanto, nas dimensões dadas, tanto quanto ao método, quanto à concepção e opção política. Para Marx, o trabalho é o fundante do ser social e categoria econômica que funda a sociedade; para Durkheim, a sociedade surge devido a

solidariedade social, e a divisão do trabalho é apenas uma manifestação dessa solidariedade, enquanto para Weber, o trabalho, na modernidade, é uma atividade ético-religiosa e econômica.

Marx, analisando a sociedade moderna, faz a crítica ao modo de produção capitalista que é a base dela. Ele vê nela a alienação do trabalho humano provocada pela divisão social do trabalho e o fetichismo da mercadoria e a continuidade da luta de classes com outra formação histórico-social: a dos burgueses e proletários. Ele não só analisa a sociedade em sucessivo processo de transformação, mas também propõe a forma de superar este estágio da humanidade. Para ele, a sociedade se estabelece através de conflito de classes sociais, enquanto para Durkheim a sociedade existe por um consenso entre os indivíduos. Este último está preocupado em manter a ordem social, enquanto Marx quer justamente o contrário: a desestruturação da ordem para provocar a mudança social e chegar à sociedade comunista, que tem como ideal a igualdade e a recuperação do trabalho ontológico enquanto fator de essência humana.

Na compreensão de Durkheim, a razão social não está no trabalho, mas na solidariedade social. As preocupações desse pensador, estão em saber como uma coleção de indivíduos pode constituir uma sociedade e chegar a um consenso de existência social? Durkheim chega à conclusão de que isso acontece tendo em vista à solidariedade. A solidariedade, portanto, é o fator da coesão social, e tem dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica.

A solidariedade mecânica caracteriza-se pela semelhança e os indivíduos se diferem muito pouco uns dos outros. Sendo de uma mesma coletividade, eles se assemelham através dos sentimentos, dos valores e reconhecem os mesmos objetos sagrados. Nessa forma de solidariedade, há uma coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam. Diferentemente ocorre com a solidariedade orgânica, que é aquela em que o consenso, ou seja, a unidade coerente da coletividade resulta de uma diferenciação ou se expressa por seu intermédio. Nessa forma, os indivíduos não se assemelham, são diferentes. E, de certo modo, são diferentes porque o consenso se realiza. (DURKHEIM apud ARON, 1990)

Partindo dessa divisão conceitual de sociedade, Durkheim percebeu na sociedade arcaica a predominância da solidariedade mecânica, onde não existe a individualidade ainda, predominando a semelhança entre os indivíduos. Diferentemente o que ocorre nas sociedades modernas, no momento que surge a individualidade, nasce o indivíduo. Segundo ele, a sociedade é anterior ao indivíduo e essa tomada de consciência individual é decorrente do desenvolvimento histórico. Nesse tipo de sociedade, os indivíduos são diferentes uns dos outros, e é por causa dessa diferença que o

consenso se realiza. A solidariedade, argüi Durkheim (apud ARON, 1990) baseada na diferenciação dos indivíduos, por analogia com os órgãos de um ser vivo, cada um exercendo uma função própria; embora os órgãos não se pareçam uns com os outros, todos são igualmente indispensáveis à vida. Nesse sentido, a diferenciação das profissões e das atividades industriais exprimem a diferenciação social que o autor considera prioritária e essa diferenciação se origina da desintegração da solidariedade mecânica e da estrutura segmentária. Portanto, para Durkheim, a divisão do trabalho é uma certa estrutura da sociedade surgida tendo em vista a diferenciação entre os próprios indivíduos. “A divisão do trabalho pela diferenciação é a condição primordial da existência de uma esfera de contrato.” (DURKHEIM apud ARON, 1990, p. 304-306) O contrato surge depois da sociedade, tendo em vista a diferenciação individual. Assim, também surge o contrato de trabalho. Segundo ele,

A divisão do trabalho não pode portanto ser explicada pelo enfado, pela busca da felicidade, pelo aumento dos prazeres, ou pelo desejo de aumentar a produção coletiva. A divisão do trabalho é um fenômeno social, que só pode ser explicado por outro fenômeno social: o de uma combinação do volume, densidade material e moral da sociedade. (DURKHEIM apud ARON, 1990, p. 304-306)

A diferenciação social entre os indivíduos resulta da combinação entre os fenômenos do volume e da densidade material e moral. Durkheim explica isso através do conceito da luta pela vida, popularizado pelo naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). “Quanto mais numerosos os indivíduos que procuram viver em conjunto, mais intensa a luta pela vida. A diferenciação social é a solução pacífica da luta pela vida.” (DURKHEIM apud ARON, 1990, p. 306-307) Então, para Durkheim, a diferenciação social é fenômeno característico da sociedade moderna e é a condição criadora da liberdade individual. Nessa sociedade de indivíduos, o problema é manter o mínimo de consciência coletiva possível, sem a qual a solidariedade orgânica provocaria a desintegração social.

Partindo dessas premissas, a divisão social do trabalho para esse Sociólogo, não surge por uma necessidade econômica, mas sim por uma necessidade solidária entre amigos. A divisão social do trabalho tem, por conseguinte, uma função moral de relações entre as pessoas. Segundo ele, “[...]os serviços econômicos que ela produz e pode prestar são pouca coisa ao lado do efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade.” (DURKHEIM, 1983, p. 27) Independente de serem iguais ou diferentes um se completa com o outro. Para reforçar isso, o melhor exemplo, segundo o autor, é a divisão do trabalho sexual que é a fonte da solidariedade conjugal. Prova disso, também, é que quanto mais se

avança na sociedade moderna, mas se desenvolvem os casamentos e a divisão do trabalho se consolida. A divisão social do trabalho tem um caráter moral, assim como a ordem, a harmonia e solidariedade social. Para comprovar isso cientificamente com outro fato social, de acordo com seu próprio método, Durkheim buscará no direito a materialidade da moral e da solidariedade social. Sendo a divisão social do trabalho responsável pela “[...]força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é a condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; ela é a fonte da civilização.” E se ela “[...]não tivesse outro papel além do de tornar a civilização possível, participaria da mesma neutralidade moral [...]” (DURKHEIM, 1983, p. 23-31) de que goza a ciência, a indústria e as artes, por exemplo.

Weber (1996), partindo de outra concepção sociológica e metodológica diferente dos autores precedentes, perceberá a racionalidade como expressão problemática do mundo moderno. E foi a racionalidade existente na sociedade moderna que permitiu ao capitalismo se transformar nessa inaudita força produtiva que é sua característica. Essa racionalidade se trata de uma “atitude frente à vida, um modo de vida e um caráter ocidental multicondicionado e, no entanto, único.” (WEBER apud LOEWITH, 1977, p. 151) Weber, diferentemente de Marx, analisará o capitalismo e a sociedade moderna como uma união de causas do racionalismo econômico e do racionalismo de uma ética religiosa do trabalho que, em determinada época, se encontraram e propiciaram o desenvolvimento do capitalismo. A isso ele chamou de imputação causal.

Utilizando como tipo ideal o personagem de Benjamin Franklin, o autor elenca as máximas que constroem a tipologia do espírito do empreendedor moderno. Destaca-se esta, por representar melhor a racionalidade do trabalho:

As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som do teu martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite, ouvido por um credor o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte, se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma taverna, quando deverias estar no trabalho; exige-lo-á de ti antes de que possas dispor dele. (WEBER, 1996, p. 30)

O trabalho como moral, como uma atividade que estabelece o caráter de uma pessoa e como uma vocação, é isso que Weber perceberá como condição necessária para o capitalismo: a essência da racionalidade como força motora desse modo de produção, com sua própria ética prática na vida cotidiana, o trabalho como uma racionalidade moral religiosa. A vocação para ele era algo aceito como uma ordem divina, a qual cada um devia adaptar-se. Essa tendência domina o

outro pensamento, também presente, de que o trabalho vocacional é uma, ou melhor, a tarefa ordenada por Deus.” (WEBER, 1996, p. 57)

O cumprimento do dever dentro das profissões, se transformou em dogma central de todos os ramos do protestantismo, e teve como consequência a atribuição de um significado religioso ao trabalho secular cotidiano (diferentemente dos católicos). Esse preceito de vocação “segundo o qual é a única maneira de viver aceitável por Deus, não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo. Nisso é que está a sua vocação” (WEBER, 1996, p. 53), portanto, trabalhar significava cumprir um dever com deus. Para os católicos, o trabalho era atividade neutra como comer e beber. A ética protestante foi o que oportunizou, juntamente com o racionalismo econômico em desenvolvimento, as bases do modo de produção moderno. “Um dos componentes fundamentais do espírito do moderno capitalismo, e não apenas deste, mas de toda a cultura moderna: a conduta racional baseada na idéia de vocação, nasceu [...] da ascese cristã.” (WEBER, 1996, p. 130)

A Reforma Protestante, que eliminou a salvação através da igreja e dos sacramentos, fez com que o homem se sentisse sozinho, predestinado, e que sua salvação estaria na continuidade da obra de deus aqui na terra. Segundo o dogma luterano, “O mundo existe para a glorificação de Deus, e somente para este fim”. (WEBER, 1996, p. 75) Então, é preciso trabalhar para continuar essa obra; a organização racional do nosso ambiente social é necessária e o serviço tem uma utilidade social. A vida mundana era dirigida para um fim transcendental: a salvação. Esta razão era completamente racionalizada com a finalidade de aumentar a glória de deus sobre a terra.

Uma forte objeção moral contra o ócio e o prazer é outra característica dessa ética. O eterno descanso se encontra em outro mundo. Perder tempo é o principal de todos os pecados. Essa ética foi necessária para mudar o modo de vida tradicional das pessoas que, naquele tempo, trabalhavam somente para atender as necessidades imediatas e não tinham uma lógica de comportamento frente à vida e ao trabalho. É o *ethos* do puritanismo, ou seja, a organização racional do capital e do trabalho contrapondo-se ao espontaneísmo da vida predominante na Idade Média. Essa conduta racional para o trabalho influenciou na uniformidade da vida que resultou na padronização do modo de produção capitalista. O capitalismo aconteceu porque existia uma ética já posta contra o tradicionalismo do trabalho.

No modo de vida tradicional que, sob muitos aspectos, era capitalista, as horas trabalhadas eram exíguas, os ganhos, moderados, as relações entre os competidores eram boas e “uma longa visita diária à taverna, geralmente com abundância de bebidas, e um círculo aprazível de amigos tornavam a vida confortável e prazerosa”. (WEBER, 1996, p. 43) Mas, numa determinada época, a vida de lazer foi convulsionada, e os trabalhos feitos em oficinas domésticas foram reorganizados em fábricas unificadas, como a tecelagem, mecânica, etc., e os camponeses foram transformados em operários. A ascese (literatura ascética) protestante em nada modificou a ética dos pobres dos católicos, segundo a qual deve-se trabalhar mesmo por baixo salários, porque para esses a vida não oferece outras oportunidades, e trabalhar é sumamente agradável a deus. Contudo, o protestantismo produziu uma norma e tornou eficiente:

[...] a da sua sanção psicológica através da concepção do trabalho como vocação, como meio excelente, quando não único, de atingir a certeza da graça. Por outro lado, ela legalizou a exploração dessa específica vontade de trabalhar, com o que também interpretava como ‘vocação’ a atividade do empresário. (WEBER, 1996, p.128-9)

O deus calvinista não só exige o trabalho como provação, mas também santifica sua obra. A salvação dos fiéis está na obra realizada neste mundo. “A expressão paulina ‘Quem não trabalho não deve comer’ é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência de estado de graça” (WEBER, 1996, p. 113) A profissão é fundamental para essa ética, pois, segundo ela, a atividade profissional treina o indivíduo para cumprir a vocação e, cada vez mais, na ética protestante, a profissão se torna um dom especial de deus e a posição profissional do indivíduo é a manifestação da vontade divina. Assim, o efeito da Reforma, diferentemente da doutrina católica, é justamente o aumento da “ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional.” (WEBER, 1996, p. 55). Outro fator que Weber destaca e que foi também importantíssimo para o capitalismo concorrencial, foi a mudança da ética religiosa feita pela a Reforma. Ser rico não era mais pecado, pelo contrário, quanto mais acumulada era a riqueza, mais isso significava que o rico era um escolhido por deus, e estava cumprindo com sua obrigação aqui na terra. Neste sentido, ser rico era sinônimo de quem estava cumprindo com sua vocação. Desta maneira, a ética de ganhar e não gastar para acumular foi o que propiciou a acumulação capitalista. À medida que se foi estendendo a influência da concepção de vida puritana - e isto, naturalmente, é muito mais importante do que o simples fomento da acumulação de capital - mais se favorecia o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Era a sua

orientação mais importante, e, antes de mais nada, consistente, tendo sido o berço do moderno “homem econômico”. A entrada em cena do capitalismo competitivo, não foi o investimento de capitais posto, mas sim o surgimento de um novo espírito, “o espírito do capitalismo moderno” (WEBER, 1996, p. 44) e do empreendedor moderno.

Segundo o autor, desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo, considerando o desenvolvimento dos bens materiais como uma inexorável força sobre os homens, nunca antes vista na história, o espírito religioso se libertou da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica não carece mais do abrigo religioso. “No setor de seu mais alto desenvolvimento, nos Estados Unidos, a procura da riqueza, despida de sua roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que freqüentemente lhe dão o caráter de esporte.” (WEBER, 1996, p. 131) Com essa interpretação, presenciamos o capitalismo concorrencial. Resultado de sua base metodológica da imputação causal, num determinado momento histórico há um encontro entre a racionalidade econômica com a racionalidade da ética protestante do trabalho e de acumulação do dinheiro juntos propiciam o capitalismo, mas logo se separam novamente.

Finalizando, entre os três clássicos constata-se a diferença de método de análise social. Marx com o método dialético, parte da relação econômica de conflito entre capital e trabalho para explicar a sociedade; Durkheim, com o método funcionalista, parte de uma disposição de solidariedade entre os indivíduos para manter a coesão social e Weber, através da sociologia compreensiva, adota o método de imputação causal, afirmando que não existe somente uma, mas várias causas para o fenômeno social.

O trabalho para eles é conceito fundamental para compreensão da sociedade. Cada qual focando as dimensões mais importantes para suas análises. Para Marx, o trabalho é fundante do ser social; para Durkheim, o conceito de trabalho não possui essa centralidade, a sua divisão faz parte da estrutura social e acontece por uma relação de solidariedade entre os indivíduos da sociedade, enquanto para Weber, o trabalho, na análise da sociedade moderna, não é conceito central, mas consiste na relação com outras racionalidades. A racionalidade da sociedade é conceito central para ele. Tanto para Durkheim quanto para Weber, o trabalho constitui uma obrigação moral, porém para o primeiro é uma moral social, temporal e mundana, enquanto para o segundo, é uma moral ético-religiosa.

3 AS APOLOGIAS DO ÓCIO E MANIFESTOS CONTRA O TRABALHO

Como demosramos no capítulo anterior, na modernidade, o trabalho recebeu da filosofia a carta de cidadania e, nas teorias sociais, foi utilizado como categoria para compreender as rápidas transformações sociais que vinham ocorrendo. Enquanto categoria, foi tema central também para vários economistas clássicos como Adam Smith e David Ricard, pois a nova versão da atividade humana denominada de trabalho, a partir daquele momento, transformou-se num fator de geração de riquezas, portanto objeto de economia política. Ideologias sociais e religiosas, como vimos em Weber, e apologias em sua defesa foram necessárias para que as bases necessárias ao novo sistema fabril fossem construídas. Mas, a degradação humana no trabalho e o estado de subserviência e de exploração decorrentes dele, fizeram com que filósofos e pensadores marxistas e anarquistas denunciassem esse aviltamento da condição humana. A partir dessas denúncias, marxistas e anarquistas perceberam em sua própria época o aspecto negativo que atingiu a atividade humana que, ao invés de ser uma atividade responsável pela busca da plena realização, transformou-se em fator de alienação no modo de produção capitalista. Esse estágio que atingiu a sociedade, fez com que, a partir dessa data, inúmeras apologias do ócio e de manifestos contra o trabalho surgissem. São justamente esses discursos que serão objetos de conhecimento e de análise deste capítulo.

Observaremos que o trabalho foi visto por alguns como sendo um mal para a sociedade, ao contrário da concepção que predominou nos dois séculos anteriores e ainda predomina nos tempos atuais. A forma que essa atividade humana adquiriu na sociedade moderna propiciou terreno para que discursos contra ela aparecessem, bem como as longas jornadas e as péssimas condições de trabalho a que as pessoas estavam submetidas que não poupava nem mulheres e nem crianças. Essas condições foram alvos de muitas críticas e de levantes sociais. Apesar da quantidade de trabalho imposto, o progresso tecnológico e a grande produção que decorreram não foram suficientes para acabar com a miséria e nem diminuí-la em muitas sociedades. Esses fatores suscitaram inúmeros manifestos denunciando o trabalho como forma de miséria humana e não de emancipação, de liberdade, de vida digna e de abundância. Como veremos a seguir, essas manifestações compõem-se de diversas formas, como de poesias, músicas, apologias do ócio e muitos manifestos contra o trabalho. Nelas veremos a indignação registrada, a denúncia da tortura do trabalho e os malefícios que trouxe às pessoas, sendo o contrário do que apregoa e defende a

ideologia⁹, com discursos a favor e tendo a insígnia da moral do eterno trabalho, mantendo assim, sob sua égide, populações inteiras.

De forma resumida ou na íntegra, quando se tratar de texto de menor tamanho, apresenta-se esses manifestos, os quais julgamos importantes para conhecermos as suas idéias que, na maioria das vezes, estão à margem das academias e das metateorias sociológicas, econômicas, políticas e filosóficas, sendo assim, pouco divulgadas. Da mesma forma, essas idéias foram negligenciadas pelo movimento operário e político de esquerda. Contudo, neste momento de profundos questionamentos sobre o fim do trabalho e, por extensão, em que se está presenciando o fim da sociedade do trabalho, avalia-se que serão de grande contribuição teórica se considerarmos essas reflexões advindas desses grupos preocupados com as mazelas sociais. A agudeza das análises, bem como as denúncias e angústias que nelas estão presentes são suas características e, assim, contribuirão no aprofundamento das análises da Sociedade do Trabalho que se seguem nos capítulos posteriores.

Ao compararmos a sociedade atual com a sociedade da Grécia Antiga, percebe-se que o trabalho teve um significado diferente do que é concebido hoje. O trabalho, para os gregos, teve significado próprio, assim como a concepção de cidadão era diferente do conceito atual que a conhecemos, teoricamente. Hoje, apesar de todos serem considerados cidadãos perante a lei, na prática, ocorre quase da mesma forma como acontecia no contexto da antiga Grécia, pois os acessos à cidadania ainda são estabelecidos por alguma forma de cooperação econômica livre ou involuntária, na qual, para quem não tiver emprego, as portas dos provimentos se fecham e os acessos a benefícios sociais são negados. As mulheres e pessoas na condição de escravos não eram considerados cidadãos da pólis. Por isso, caberia a eles o trabalho, o qual produz bens úteis à comunidade, à vida, ao consumo imediato. Os cidadãos ficavam livres dessa tarefa e, com isso, podiam se dedicar ao ócio, ou seja, a pensar e discutir política, às artes, aos esportes, ao exército, às ciências e à filosofia, já que não eram consideradas tarefas e nem trabalho, mas uma atividade que não tinha o objetivo de consumo, mas uma produção que interessava a toda a humanidade, bem como às gerações futuras. Os não-cidadãos (escravos e mulheres) eram considerados instrumentos de produção e, dessa forma, propriedades de um senhor tal qual as terras. Era da responsabilidade dos não-cidadãos, ou seja, àqueles que perderam sua liberdade, fazer o metabolismo com a

⁹ O conceito de ideologia utilizado é da tradição do pensamento marxista, segundo o qual trata de uma “consciência invertida” ou de uma “falsa consciência” da realidade ocultando, assim, os antagonismos de classes sociais.

natureza, cultivando as terras e outras atividades de produção de alimentos, artefatos e serviço. Quanto aos cidadãos, os senhores proprietários, eram dispensados para terem o corpo e a mente sãos. Portanto, o trabalho era atribuição de pessoas não consideradas nobres. Dessa forma, se deu a hierarquia societal: a classe que trabalhava sustentava a classe ociosa e essa ficava livre para se dedicar ao conhecimento. É célebre a frase “a Filosofia é filha do ócio”. Segundo o Grupo Krisis, “a ciência nasceu na antigüidade - não do *trabalho*, mas do *ócio*, da distância da crua unidade do processo vital.” (Krisis, 1999, p. 2) Assim, o trabalho tem sua origem como um castigo imposto às pessoas que perderam suas liberdades, enquanto o ócio é responsável pelas coisas belas, realizadas pelos cidadãos livres. No capítulo 5, veremos a etimologia das palavras trabalho e ócio, que se diferem desde suas origens.

Na “A utopia”, Thomas More (1988) denunciou a classe que vive do trabalho alheio, sendo essa a causa da miséria, pois a classe ociosa explora os que trabalham. Nessa sua visão, o trabalho por ser penoso deve ser dividido entre todos.

A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres zangões ociosos, que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorchando os reideiros até à carne viva. Não conhecem outro gênero de economia. E não menos funesto é o fato de arrastarem consigo uma turba de lacaios e mandriões sem estado e incapazes de ganhar a vida. (MORE, 1988, p. 176)

Por ser muito cansativo, na visão de More, o tempo destinado ao trabalho teria de ser reduzido, e este distribuído entre todos, pois é embrutecedor do espírito e do corpo, além de ser uma atividade pior do que a tortura e a escravidão. Nessa sua sonhada sociedade, todos os utopianos devem se ocupar com as artes e ofícios úteis, porém esse trabalho material deve ser de curta duração, pois ele produz a abundância e o supérfluo. Quando há acúmulo de produtos, os trabalhos diários devem ser suspensos e transferidos para outras atividades necessárias à sociedade como a construção de estrada, por exemplo. Na falta de obras comuns, um decreto do governo autoriza a diminuição da jornada de trabalho, mesmo porque, o governo não objetiva fatigar seus cidadãos em labores inúteis.

O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo as necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade. (MORE, 1988, p. 233)

Marx e Engels elaboraram suas teorias tendo o trabalho como conceito central de análise. Esta clássica passagem na Ideologia Alemã denunciou a exploração do homem pelo homem, que ocorria através do trabalho e indicou como forma ideal de sociedade o comunismo para pôr fim a essa exploração. Com essa sociedade, se recuperaria a verdadeira atividade humana, tendo como característica a vida feliz, sem a alienação feita pelo trabalho, em gozo de plena liberdade e de sua realização.

E, finalmente, a divisão do trabalho oferece-nos logo o primeiro exemplo de como, enquanto os homens se encontram na sociedade natural, ou seja, enquanto existir a cisão entre o interesse particular e o comum, enquanto, por conseguinte, a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se torna para este um poder alheio e oposto que o subjuga, em vez de ser ele a dominá-lo. É que assim que o trabalho começa ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência - ao passo que na sociedade comunista, na qual cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas se pode adestrar em todos os ramos que preferir, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo, torna possível que seu faça hoje uma coisa e amanhã outra, que cace de manhã, pesque de tarde, crie gado à tardinha, critique depois da ceia, tal como se aprover, sem ter de me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX e ENGELS, 1984, p. 38-9)

Com a intenção de mostrar os antagonismos inerentes ao trabalho, o exemplo a seguir, retirado de uma inscrição em um quadro da parede de entrada de uma oficina mecânica permite-nos perceber a sua positividade e a negatividade que dele são decorrentes, pois enquanto para alguns é fator de degradação, para outros é fator de realização. A ideologia tenta convencer que o trabalho, apesar de ser um sacrifício, é um bem supremo como o é, também moralmente nobre o esforço que para ele é despreendido.

*O trabalho enobrece, cansa, evita crise,
dá prêmios, distrai, faz crescer, gratifica, conscientiza,
dá alegria, rouba tempo da família, dá úlcera,
conquista espaço, desafia, constrói sucesso e, principalmente,
dá aquela certeza de que você fez a sua parte.*

Outra forma criativa de denunciar o trabalho, foi utilizada pelo grupo de música popular brasileira “Os Paralamas do Sucesso” que viu na música a possibilidade de fazer a devida crítica da Sociedade do Trabalho. O corre-corre da vida cotidiana tomada toda pelo trabalho, provoca o desejo de ter o tempo livre necessário para uma liberdade que permita pelo menos sonhar e descansar.

Capitão de Indústria

(Marcos Valle/Paulo Sergio Valle)

*Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais*

*Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas*

*Eu acordo p'rá trabalhar
Eu durmo p'rá trabalhar
Eu corro p'rá trabalhar*

*Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
Eu não vejo além da fumaça que passa
E polui o ar
Eu nada sei
Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas*

3.1 O Direito à Preguiça

Uma clássica apologia do ócio é do revolucionário socialista Paul Lafargue com o “O direito à preguiça”, escrito em 1880. A princípio sob a inspiração das idéias do anarquista Proudhon e, posteriormente, próximo das idéias de Marx, Lafargue foi um ardente militante anticlerical, que se interessava pelos direitos das mulheres e denunciava também a exploração do trabalho infantil que ocorria nas fábricas capitalistas. Ainda hoje no mundo, continua essa aberração.¹⁰ Com estilo libertário, essa obra é um autêntico manifesto em favor do lazer para os trabalhadores e contra o trabalho capitalista, porém acusa o próprio movimento operário de ser um dos responsáveis pela situação em que se encontra, que, ao invés, de reivindicar menos trabalho, prefere reivindicar mais trabalho na ordem vigente. Esta passagem destacada de seu manifesto, sintetiza o seu grito contra a ordem do trabalho nefasto e embrutecedor das paixões humanas no sistema capitalista.

Este trabalho, que em Junho de 1848 os operários reclamavam de armas na mão, impuseram-no eles às suas famílias; entregaram, aos barões da indústria, as suas mulheres e os seus filhos. Com as suas próprias mãos, demoliram o lar, com as suas próprias mãos, secaram o leite das suas mulheres; as infelizes, grávidas e amamentando os seus bebês, tiveram de ir para as minas e para as manufacturas esticar a espinha e esgotar os nervos; com as suas próprias mãos, quebraram a vida e vigor de seus filhos. - Que vergonha para os proletários! ... Temos hoje as raparigas e as mulheres da fábrica, insignificantes flores de pálidas cores, com um sangue sem rutilância, com o estômago deteriorado, com os membros sem energia!... Nunca conheceram o prazer robusto e não seriam capazes de contar atrevidamente como quebraram a sua concha! - E as crianças? Doze horas de trabalho para as crianças. Ó miséria! - ... não teriam podido inventar um vício mais embrutecedor do seu organismo do que o trabalho na atmosfera viciada da oficina capitalista. (LAFARGUE, 1990, p. 21-22)

Observemos um pouco o entendimento de Lafargue sobre o não-trabalho e o ócio:

Os Gregos da grande época também só tinham desprezo pelo trabalho: só aos escravos era permitido trabalhar, o homem livre só conhecia os exercícios físicos e os jogos da inteligência... Os filósofos da antigüidade ensinavam o desprezo pelo trabalho, essa degradação do homem livre; os poetas cantavam a preguiça, esse presente dos Deuses:

Ó Melibeu, um Deus deu-nos esta ociosidade.

Cristo pregou a preguiça no seu sermão na montanha:

Comtemplai o crescimento dos lírios dos campos, eles não trabalham nem fiam e, todavia, digo-vos, Salomão, e toda a sua glória, não se vestiu com maior brilho.

¹⁰As estatísticas oficiais apontam que, no Brasil, mais de 4 milhões de crianças estão sendo exploradas e mutiladas no trabalho, nas carvoarias, no corte de cana e no cizal. No meio urbano, também há exploração do trabalho infantil, como exemplo: empregada doméstica, prostituição, engraxates, guardadores de carro, vendedores de balas, guardas mirins, carregadores de malas em rodoviárias, etc.

Jeová, o deus barbudo e rebarbativo, deu aos seus adoradores o exemplo supremo da preguiça ideal; depois de seis dias de trabalho, repousou para a eternidade. (LAFARGUE, 1990, p. 16-17)

Lafargue viu a Revolução Industrial como destruidora dos prazeres da vida através do excesso de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores:

Ó miserável aborto dos princípios revolucionários da burguesia! Ó lúgubre presente do seu deus Progresso! Os filantropos proclamam benfeitores da humanidade aqueles que, para se enriquecerem na ociosidade, dão trabalho aos pobres; mais valia semear a peste ou envenenar as fontes do que erguer uma fábrica no meio de uma povoação rústica. Introduzam o trabalho de fábrica, e adeus alegria, saúde, liberdade; adeus a tudo o que fez a vida bela e digna de ser vivida. (LAFARGUE, 1990, p. 25)

Com sua visão crítica, percebe o equívoco do movimento operário, que reivindica mais trabalho reforçando a ordem, ao invés de reivindicar a divisão da riqueza:

“Os operários, embrutecidos pelo dogma do trabalho, não compreendem que é o supertrabalho que infligiram a si próprios durante o tempo da pretensa prosperidade a causa da sua miséria presente, em vez de correrem ao celeiro de trigo e de gritarem: ‘Temos fome e queremos comer!’ [...], pedem mais trabalho.” (LAFARGUE, 1990, p. 27)

A confiança de Lafargue na tecnologia: “Ainda não compreendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sórdidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhe dará tempos livres e a liberdade. (*sic*)” (LAFARGUE, 1990, p. 57)

Contrariando a ordem, o autor percebe que a preguiça é fonte criativa e de felicidades e, dessa forma, exclama: “Ó Preguiça, tem piedade da nossa longa miséria! Ó preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, sê o bálsamo das angústias humanas!(*sic*)” (LAFARGUE, 1990, p. 57)

3.2 Elogio do Lazer

Outra importante apologia é a do filósofo Bertrand Russel (1977) intitulada “Elogio do lazer”, escrita em 1932. Na mesma direção de Paul Lafargue, também critica o capitalismo que concentra muita renda e degrada a condição humana no trabalho. Denunciou os proprietários dos meios de produção que vivem na ociosidade devido a trabalhadeira dos outros, e reclama por tempo livre para que as pessoas tenham lazer e possam ser criativas, bem como escreveu sobre os benefícios que a tecnologia deveria trazer para todos, conforme essa sua passagem: “A tecnologia moderna possibilitou que o lazer, dentro de certos limites, não seja prerrogativa de pequenas classes

privilegiadas, mas um direito uniformemente distribuído por toda a comunidade. A moralidade do trabalho é a moralidade de escravos e o mundo moderno não precisa de escravidão.” (RUSSEL, 1977, p. 13)

Russell também criticou a economia de produção de excedentes:

O indivíduo, na nossa sociedade, trabalha para ter lucro; mas o propósito social do seu trabalho consiste no consumo do que ele produz. É esse divórcio entre o propósito individual e o social da produção que dificulta pensar claramente em um mundo em que o objetivo do lucro é o incentivo da indústria. Pensamos demasiado na produção e pouquíssimo no consumo. Uma das conseqüências é que atribuímos pouquíssima importância ao prazer e à felicidade singela, e que não julgamos a produção pelo prazer que ela possa proporcionar ao consumidor. (RUSSEL, 1977, p. 21)

Nesta passagem, Russell escreveu sobre a criatividade imanente no ócio, porém aqui se trata da classe dominante que se beneficia de outra classe que trabalha:

Esses fatos diminuiriam imensamente os seus méritos, mas a despeito dessa falha¹¹ ela contribuiu com quase tudo para o que chamamos civilização. Ela cultivou as artes e revelou as ciências; escreveu livros, inventou as filosofias, tornou requintadas as relações sociais. Até mesmo a libertação dos oprimidos, em geral, foi por iniciativa de cima. Sem a classe ociosa, a humanidade jamais teria saído da barbárie. (RUSSEL, 1977, p. 22)

No sonho de Russell, o ócio oportunizaria outros tipos de atividades baseadas na liberdade de expressão e de alternativas outras, livres da coerção do trabalho.

Num mundo em que ninguém seja obrigado a trabalhar mais que quatro horas por dia, toda pessoa que tiver curiosidade científica terá condições de dedicar-se à ciência e todo pintor terá condições de criar sem morrer de fome, por mais estranha que a sua criação possa ser. Os jovens escritores não serão obrigados a chamar a atenção para si mesmos mediante recursos escandalosos, tendo em vista adquirir independência econômica para produzir obras monumentais, para o que, quando chegar a época, já tenham perdido o gosto e a capacidade. Homens que, no seu trabalho profissional, se tenham interessado por algum aspecto da economia ou da política, terão oportunidade de expor suas idéias sem o requinte acadêmico que torna a obra dos economistas universitários tantas vezes sem o senso de realidade. Os médicos terão tempo para aprender sobre o progresso da medicina, os professores não estarão lutando desesperadamente para ensinar coisas por métodos rotineiros aprendidos na juventude e que, com o passar do tempo, já se mostraram falsas. (RUSSEL, 1977, p. 23-24)

¹¹ A falha a que Russell se refere trata-se da injustiça social e por ser a classe burguesa uma classe opressiva.

3.3 Os Operários não Querem mais Trabalhar

Este artigo de autoria coletiva intitulado “Os operários não querem mais trabalhar”, publicado em 1970, na Revista italiana anarquista *Potere Operaio*, inicia seu discurso afirmando que a máquina do poder patronal enguiçou porque os operários recusam-se a trabalhar e que as suas exigências extrapolam as reivindicações salariais. Segundo o artigo, essa recusa em trabalhar se manifesta das mais variadas formas e contrárias à sociedade capitalista.

O constante aumento de horas de trabalho, o massivo uso do seguro previdenciário como aposentadoria antecipada, os autolicenciamentos, o rechaço das horas-extras mostram que - além dos limites da sobrevivência física - a classe operária se recusa a vender sua força de trabalho. A luta não funciona mais como motor do desenvolvimento econômico porque vai além das reivindicações, torna-se recusa imediata do trabalho: não trabalhar se torna o objetivo, torna-se o poder de recusar o trabalho, o meio se torna fim e vice-versa. (OS OPERÁRIOS ..., 1970)

Com intuito de se por contra a ordem capitalista, o manifesto se posiciona estabelecendo, como estratégia, o binário de ir contra o trabalho que se dá através da recusa ao domínio capitalista e da gestão socialista do desenvolvimento, sem prescindir da necessidade de a vanguarda organizar as massas de forma permanente.

3.4 Contra o Trabalho

A revista *Comunismo* (2000) do Grupo Comunista Internacionalista, editou o número 3, de janeiro de 2000, com o título “Contra o trabalho”, o qual é um verdadeiro dossiê sobre este assunto. A revista é composta de seis artigos. No primeiro deles, intitulado “Actividade humana contra o trabalho”, foi exposto o antagonismo entre atividade e trabalho, ressaltando que a direção histórica do proletariado, enquanto classe para libertar a humanidade do trabalho, se concretiza na frase “Abaixo o trabalho!”. Seu subtítulo dá seu tom dizendo que “A palavra ‘trabalho’ é a denominação burguesa para a ‘atividade humana’”. Outro artigo, “Acerca da apologia do trabalho”, se posiciona contra o elogio que se faz dos “trabalhadores” e do “trabalho”, que corresponde à necessidade de manter os proletários na condição de produtores de mais-valia, provocando o surgimento da perspectiva proletária contra o trabalho. Esta crítica também atinge os diferentes partidos do trabalho (fascistas, estalinistas, castristas), e a luta se põe também contra eles.

“Memória obreira” - Essas maravilhosas máquinas! (CGI 1983) e “O obreiro e a máquina” (“Regeneracion” 1916) são artigos que se posicionam contrários às forças produtivas do capital na perspectiva revolucionária de nunca defender os instrumentos de exploração, pois a organização da luta é para destruí-los. Em “Memória obreira” evidencia-se uma vez mais os elementos invariantes da continuidade histórica do combate militante contra o trabalho, a partir de textos que foram escritos em diferentes momentos, mas que convergem em uma mesma crítica.

O artigo “Falam-nos de paz... e fazem-nos a guerra!” - aborda a posição do Grupo Comunista Internacionalista sobre a guerra capitalista nos Balcãs, denunciando-a como uma guerra contra o proletariado e contra a revolução. “Da alienação do homem à comunidade humana” é um artigo que, partindo do comunismo primitivo até a sua descomposição, descreve o capitalismo como resultado de um processo de desapropriação do homem e de separação entre os homens até a atomização em cidadão livre, no qual a desumanização atinge o seu ponto culminante. Em contraposição, define o comunismo como aquilo que o proletariado é historicamente forçado a realizar, na concretização da comunidade humana mundial, tendo como resultado a destruição de todas as separações baseadas na propriedade privada, nas classes sociais, no dinheiro, no trabalho e no Estado.

3.5 Atividade Humana Contra o Trabalho

De forma resumida, apresentamos o artigo principal da Revista “Contra o trabalho”, cujo título “Actividade humana contra o trabalho”, define de início o que entende por trabalho: a “palavra ‘trabalho’ é a denominação burguesa para ‘actividade humana’”, sendo ele “o exemplo total, perfeito da falsificação das consciências humanas.” Através da atividade vital o homem sempre se exprimiu e se realizou construindo objetos e idéias, o sistema mercantil se apropriou disso e encerrou essa atividade sob a forma trabalho. O capitalismo universalizará essa forma sob o aspecto do assalariamento, tornando-a a relação dominante deste planeta e se pondo como a única possibilidade de sobrevivência da maioria das pessoas. Assim, sendo “a única maneira de existir do proletariado, a forma ‘trabalho’ torna-se também a actividade central do homem, a actividade universal, em volta da qual tudo gira.” O trabalho convertido na atividade principal do homem, a burguesia apresenta-nos como se a *essência* do homem consistisse no trabalho. Dessa forma, “a palavra ‘trabalho’, que apenas designa uma forma particular de actividade humana, soa hoje aos

ouvidos de qualquer um como um sinônimo completo de ‘actividade’, visto que para a maioria dos homens, o trabalho chegou a ser, na realidade, a totalidade das suas atividades. Logo, actuar significa ‘trabalhar’, quer dizer com bom rendimento [...]” Diante disso, é preciso entender “o trabalho como sendo a produção da actividade humana na qualidade de actividade alheia ao homem, à manifestação da sua vida e à consciência que ele tem da sua vida, é a *redução* do homem ao estado de trabalhador.” (p. 7)

O trabalho sob essa forma é a actividade humana alienada, “a expressão da manifestação da vida como extraenisação da vida.” (p. 8) Esse carácter alienado do trabalho aparece de diferentes maneiras, sendo uma delas é que o objeto criado não pertence ao produtor e sim ao capitalista, o objeto se torna alheio e se opõe a ele. “A extraenisação do trabalho é a real necessidade para o proletário de vender a sua força de trabalho para produzir uma mercadoria que lhe é totalmente *alheia*. O trabalhador não pode retirar verdadeira satisfação do resultado do seu trabalho” (p. 8), seu produto é lhe arrancado e submetido às leis mercantis. Não só o objeto se torna alheio como também sua própria actividade produtiva não lhe pertence mais. Sendo a única forma de sobrevivência no sistema capitalista, o operário, para subsistir, submete-se a ele e, assim, o trabalho é um actividade não livre, que só se realiza por ser constrangido e forçado. Ao trabalhar o obreiro não se afirma, ele nega-se. Da mesma maneira que ele investe a sua vida no objecto de que é despojado, ele abandona a sua existência à actividade de produção de esse objecto.

Não bastando a perda de si, bem como a perda do objecto, a perda do outro é sua consequência.

O trabalho alienado torna o género humano alheio ao próprio homem. Separa a vida individual da vida genérica. O que distingue o homem do animal é que o animal identifica-se totalmente com a sua actividade vital. Ele ‘é essa actividade. O homem faz da sua actividade o objecto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem uma actividade vital consciente.’” (Apud Marx - Manuscritos de 1844) (p. 8)

Com a alienação, o ser humano deixa de se pertencer e acaba pertencendo a outro. Então, diz o artigo, que a emancipação universal do homem depende da emancipação do proletariado por ser a classe que concentra, devido a relação de produção, toda a escravatura do homem. Portanto, o proletariado deve se organizar enquanto classe e em partido, por ter “a tarefa histórica de libertar a humanidade do trabalho e de resolver uma vez por todas os antagonismos entre o homem e a natureza, entre a sua actividade e o seu desfrute, entre o indivíduo e a espécie.” (apud Marx, p. 9)

Abaixo o trabalho! Com convicção, se expressa o manifesto e diz que

[...] as exigências sindicalistas e esquerdistas de ‘direito ao trabalho’ e ‘garantia de emprego’ são eminentemente reaccionárias e utópicas. [...] Mas reivindicar trabalho para todos dentro sistema burguês, é fazer crer que isso é possível, é negar o carácter catastrófico do capitalismo, sua incapacidade a controlar o movimento que ele próprio cria. Os comunistas sabem que a reivindicação de trabalho para todos é utópica e tomam como prova o facto que, se o capital não conseguiu realizar o pleno emprego a nível mundial em tempos de prosperidade, mal se imagina que possa satisfazer esse pedido em período de crise. A exigência é reaccionária, porque corresponde a uma visão idealizada do sistema ao poder; é a negação da natureza contraditória do capital, que, se desenvolve o emprego, só pode também desenvolver desemprego, quer dizer o trabalho ao grau zero; a natureza da ditadura do capital é riqueza que cria miséria. Todos os ‘economistas’ e outros ideólogos do trabalho tentaram explicar que o trabalho é necessário porque confundem produção de mercadorias e riquezas sociais. E das mais altas hipocrisias que de tentar apresentar-nos o trabalho como sendo a única fonte de riqueza. (p. 10)

Ao invés da exigência reaccionária, “‘um salário justo para um dia de trabalho justo’, já Marx nos dizia de inscrever a exigência revolucionária: ‘abolição do sistema salarial’. Da mesma maneira, em vez das reivindicações de ‘trabalho para todos’, operemos a viável exigência do programa comunista: ‘abaixo o trabalho!’” (p. 10) Com essa frase, finaliza o manifesto.

3.6. Teses para Abolição do Trabalho

Outro grupo chamado Organização Conselhistas apresenta as treze “Teses para a abolição do trabalho” . Este panfleto foi distribuído por esta Organização, em outubro de 1970 (Texto extraído de “Acheronte”, 14/11/70, Turim). Apresenta-se aqui integralmente:

1. A ideologia do trabalho é o estratagema com que a sociedade atual consegue retardar sua ultrapassagem, já agora possível, no sentido de uma sociedade sem classes e livre da escravidão do trabalho.
2. O mercado mundial, na sua última fase: a troca de mercadorias materiais subsiste apenas como forma econômica em vias de superação; a forma mais evoluída, doravante realizada em escala planetária, é a troca de mercadorias ideológicas.
3. As ideologias, fundamento da atual riqueza das nações, são as mercadorias em sua moderna versão: o seu valor é proporcional à duração do consenso que conseguem garantir. Elas são a forma pela qual se manifesta o capital, e é através delas que o poder se exerce.

4. A ideologia permutada entre os estados, inclusive os “comunistas”, será posteriormente distribuída ao proletariado, para ser consumida, no varejo. Vem imposta sob a forma de leis naturais: o trabalho como maldição contínua e a produção como necessidade inelutável.
5. Porém, a lógica do trabalho contém as condições para sua total superação. O capital poderia, hoje, reduzir o tempo de trabalho à metade: as forças que se dizem revolucionárias incluem nos seus objetivos a redução progressiva do tempo de trabalho, já que representam assim o dissenso consentido.
6. A produção imposta de mercadorias materiais e o consumo imposto de mercadorias ideológicas se identificam, e o regime salarial ocupa as 24 horas do dia, alternando as duas imposições. A jornada de trabalho é, doravante, de 24 horas: vida produtiva e vida cotidiana coincidem, desde já, na sua miséria.
7. Nenhuma forma de trabalho assalariado, mesmo que uma possa minimizar os inconvenientes da outra, pode eliminar os inconvenientes do próprio trabalho assalariado. Portanto, é necessário que o pensamento se arme durante a ação.
8. Na revolta proletária de Reggio Calabria - como antes, nas de Casetta e Battipaglia -, isso aconteceu. O proletariado se constituiu em ralé para lançar seu desafio consciente à inconsciência da ordem constituída. A solidão do proletariado, a aparência obscena e ameaçadora de suas insurreições deixam consternados seus opressores e falsos protetores.
9. Os companheiros napolitanos e os devastadores calabreses esclareceram, de uma vez por todas, que a nova luta espontânea começa sob o aspecto criminal e se lança na destruição das máquinas do consumo permitido.
10. Hoje, em Reggio, os motivos de revolta são considerados “fúteis”. De fato, o proletariado não tem alguns motivos para rebelar-se, porque os têm todos; não há reivindicações particulares a apresentar ao poder, porque seu objetivo é a destruição de todo poder que não seja exercido pelos conselhos proletários.
11. Os Conselhos Proletários não exigirão nada menos do que a destruição desta sociedade, a abolição do trabalho, a eliminação violenta de toda instituição separada (escolas, fábricas, prisões, igrejas, partidos, etc.), após o que existirá o poder decisório de cada um no poder unitário e absoluto dos Conselhos.

12. Os Conselhos Proletários nada mais serão do que o início da construção, por todos, da vida livre e feliz hoje relegada aos desejos e sonhos produzidos pela infelicidade da atual sobrevivência.
13. Proletários conscientes, que a maldição do trabalho seja maldita, que a inelutabilidade da produção se transforme no seu luto.

3.7. A Liberdade Capitalista é a Escravidão Assalariada

Este outro manifesto, que apresentamos na íntegra, é do Grupo Autonomia e tem como título “A liberdade capitalista é a escravidão assalariada!”

Há séculos que o Estado, para assegurar seu poder, vem inculcando na mente dos escravos assalariados que a liberdade se obtém através do salário; que se limita à possibilidade de escolher por quem e em que condições será explorado; enfim, que se realiza com o direito a periódicas manifestações eleitorais, cuja função é reconciliar a vítima com seu algoz e mascarar a opressão.

A liberdade que a burguesia concede aos explorados, mediante o uso de mistificações políticas e toda sorte de embustes religiosos, é somente aquela que lhe interessa como classe exploradora. Ou seja, os explorados são livres para continuar reproduzindo as condições de sua exploração: a mais-valia e as guerras, os salários de fome e o domínio do capital.

Mas a liberdade, como a entendemos e pela qual lutamos, só poderá ser realizada por meio da destruição do capitalismo e de todas as suas liberdades. Neste sentido, o ponto de vista do proletariado, a afirmação de um mundo libertado dos grilhões salariais e do espetáculo mercantil, é a comunidade humana mundial, o comunismo. Porque somos inimigos encarniçados de todas as liberdades burguesas: liberdade de empresa, liberdade individual e privada, liberdade de vender e comprar, etc., combatemos sem tréguas todas as liberdades democráticas, mediante as quais o capital realiza a exploração e perpetua nossa condição de trabalhadores assalariados. Reivindicando o comunismo, manifestamos nosso completo repúdio a todas as liberdades capitalistas e exigimos a libertação de todos os prisioneiros.

Sim! Libertamos o ser humano da extorsão que é a mais-valia; libertemos as crianças da escola e da família; libertemos os “doentes mentais” dos psiquiatras e psicanalistas, e os demais enfermos da ciência assassina; libertemos os recém-nascidos das mãos frias e profissionais dos

médicos; libertemos os homens e mulheres de toda autoridade e hierarquia; libertemos a sociedade do dinheiro; libertemos o amor da miséria sexual; libertemos os velhos da morte em vida que é a aposentadoria; libertemos os produtores da tortura que é o trabalho; libertemos a mulher da rotina imbecilizante das tarefas domésticas; libertemos o homem e a mulher do patriarcado e das chamadas opressões específicas; libertemos o ser humano da religião; da arte; da economia; da política - enfim, de todas as formas de alienação; libertemos a criatividade e todo o potencial de gozo da espécie humana; libertemos a humanidade das classes sociais e do Estado; libertemos os prisioneiros de todas as escolas, todas as fábricas, todos os quartéis, hospitais, prisões... Unam-nos, pois, e nos libertemos, proletários, de toda exploração e de toda opressão, suprimindo as relações sociais capitalistas!

A autêntica liberdade - pela qual vivemos e lutamos apaixonadamente - é a que atualiza sua potência instituinte no desenvolvimento do prazer e da alegria, superando positivamente o capitalismo, após a destruição revolucionária de todo Estado e o advento da comunidade humana mundial.

3.8. Destruamos o Trabalho

Um outro artigo intitulado “Destruyamos el trabajo”, de autoria de Bonnano (19--), que apresentamos resumidamente, após fazer uma breve análise da forma de produção capitalista, o autor declara que a Sociedade Pós-Industrial não tem ocupação para todos. A reestruturação produtiva é a forma de adaptar os trabalhadores para a produção e que a luta pela redução da jornada de trabalho não é uma alternativa de ação revolucionária. Segundo ele, “luchas por una reducción, pongamos de veinte horas semanales, del horario de trabajo no tienen sentido revolucionario, en cuanto que abre el carrino a la solución de algunos problemas dei capital y no el de la posible liberación de todos.”

O capitalismo pós-industrial não tem como dar ocupação a todos e o trabalho deixou de ser constituinte da identidade social dos indivíduos, dessa forma, só resta uma alternativa, a da destruição do trabalho.

Hoy, en el momento en que el capital no suministra más una identidad social al trabajador, sino que al contrario trata de utilizarlo de manera genérica y diferenciada, sin perspectiva y sin futuro, la única respueta contraria al trabajo es la de destruirlo,

procurando una propia proyectualidad, un propio futuro, una propia identidad social del todo nueva y contrapuesta a los intentos de nificación puestos en marcha por el capitalismo postindustrial.

3.9 O Trabalho

O texto a seguir, com o título “O trabalho”, foi extraído do Livro “Do anarquismo”, de Walter Nicolas (2000, p. 52-55), que faz uma síntese do pensamento anarquista e mostra, nesta parte, o que os anarquistas pensam sobre o trabalho. De forma resumida, apresentamos suas principais idéias.

A alimentação, o teto e o vestuário são as necessidades elementares do homem e têm outras de caráter secundários que fazem da vida valer a pena de ser vivida. Então, a primeira atividade econômica é a produção e a distribuição dos bens que satisfazem tais necessidades. Assim, o aspecto mais importante da sociedade é a organização do trabalho, indispensável para a realização dessa produção. Os anarquistas, partindo desses pressupostos, consideram o trabalho desagradável, mas que pode ser organizado de tal forma que poderá se tornar agradável e suportável.

Os anarquistas concordam com os marxistas que o trabalho, na sociedade atual, aliena o trabalhador.

O labor fatigante e repetitivo que é preciso efetuar para fazer crescer plantas e criar animais, para fazer funcionar ramos industriais ou dos transportes, para proporcionar às pessoas o que desejam e para lhes tirar da vista aquilo que não querem, semelhante labor não pode ser abolido sem uma queda radical do nível de vida material; e a automatização, que pode diminuir a fadiga, aumenta ainda mais a repetição.

Diante disso, os anarquistas afirmam que o que

[...] é preciso fazer é reorganizar o trabalho essencial de tal maneira que, em primeiro lugar, seja normal que cada pessoa capaz faça a sua parte e não passe nisso mais do que escassas horas por dia; em segundo lugar, que seja facultada a cada um a possibilidade de alternar entre diferentes tipos de trabalhos aborrecidos, os quais pela sua variedade perderão um pouco desse caráter.

Os anarquistas estão de acordo também com os sindicalistas que dizem que o trabalho deve ser organizado pelos trabalhadores, porém sem a direção dos partidos e dos sindicatos. Isso quer dizer, que as pessoas envolvidas devem controlar total e diretamente o que fazem, sem patrões, diretores e inspetores.

O supracitado princípio aplica-se a todas as espécies de trabalho - tanto aos campos como às fábricas, às grandes ou às pequenas empresas, a trabalhos qualificados ou não e tanto aos trabalhos sujos como às profissões liberais - e não é só uma medida útil para tornar os operários felizes, mas também um princípio fundamental para toda a economia liberta.

O texto finaliza afirmando que os economistas se preocupam mais com a produção do que com o consumo, ou seja, mais com a fabricação dos bens do que com sua utilização, o contrário ocorre com os anarquistas que se preocupam mais em satisfazer as necessidades de todos.

Os homens de esquerda e de direita querem todos que a produção aumente, ou para que os ricos se enriqueçam, ou para que o Estado se reforce, e daí resulte uma 'sobreprodução' vivendo lado a lado com a pobreza, uma produtividade crescente ao lado de um desemprego crescente [...] Os anarquistas preocupam-se mais com o consumo do que com a produção - com a utilização dos bens para a satisfação das necessidades de todos, não para o aumento dos lucros dos ricos e dos poderosos.

3.10 A Abolição do Trabalho

Com o título “A abolição do trabalho”, Black (1998) também escreveu um manifesto contra o trabalho, que apresentamos resumidamente. No prefácio, o autor apresenta a sua definição do trabalho, como sendo “uma forma determinada de produção da actividade humana, intrinsecamente ligada ao sistema mercantil e ao processo de hierarquização dos indivíduos.” (p. 7) A ordem e a norma societal, denuncia o autor, ameaçam a perseverança de se sonhar em viver da invenção, do jogo, da arte e de utopia e que os indivíduos vivendo em situações sociais deploráveis e indignas, foram reduzidos à condição de trabalhador e de objeto da História. Diante disso, o manifesto “Abolição do Trabalho” contém as grandes linhas da crítica abolicionistas do trabalho através de uma contribuição rebelde “a sério e a brincar” na perspectiva de mudança de direção.

Black, inicia seu manifesto dizendo que “Nunca ninguém deveria trabalhar.” O trabalho, em sua visão, é a origem da miséria no mundo e a causa de muitos males e, para acabar com isso, precisamos parar de trabalhar e provocar uma revolução jocosa baseada no divertimento. Segundo ele, necessitamos de tempo para preguiça e descanso indiferente ao salário e à ocupação, embora muitos ideólogos, peritos, como sindicatos e administrações fazem defesa de que devemos vender parte de nossa vida em troca da sobrevivência. O manifesto diz que não está promovendo a desocupação chamada de descanso, pelo contrário o que não quer é defender o amor desmedido ao trabalho. A definição de Black de trabalho “é aquela em que somos obrigados a produzir, isto é a produção compulsória”, é a produção pela economia ou por meios políticos e só se beneficia quem tem acesso ao produto. O trabalho, segundo ele, “é uma ocupação e é salariedade, o que quer dizer que tens que te vender ao Plano.” (BLACK, 1998, p. 11-14)

Outra aspecto que Black denuncia é a degradação imposta aos trabalhadores pela disciplina que a fábrica, o escritório e a empresa partilha com a prisão, a escola e o hospital psiquiátrico. Disciplina, segundo o manifesto, “é o diabólico modo moderno de controlo. É uma inovadora intrusão que necessita de ser interdita na primeira oportunidade.” Sendo o trabalho a troca da liberdade, o divertimento é seu oposto. O divertimento é voluntário enquanto o trabalho é forçado. O Estado tem o papel de impor arbitrariamente e mantém todos sob estreita vigilância para que o trabalho aconteça. A isso se chama de emprego moderno, diz o autor. “A hierarquia e a disciplina no escritório ou na fábrica é idêntica àquela que encontramos na prisão ou num convento”, conforme Foucault. “Um trabalhador é um escravo temporal. O patrão determina as horas a que tens de entrar, quando é que tens de sair e o que tens de fazer durante esse espaço de tempo. Ele decide a quantidade de trabalho que tens de fazer e a rapidez em que o realizas. Ele é livre para te controlar. Até para te humilhar, guiar e se ele achar necessário, escolhe a roupa que deves vestir ou quantas vezes poderás ir à casa de banho. Com algumas excepções, pode despedir-te com ou sem causa alguma. Ele tem os seus espiões e super-visores em cima de ti e possui um processo de cada trabalhador.” (BLACK, 1998, p. 16-19) Até as crianças recebem o mesmo tipo de educação em casa e na escola.

A maioria das mulheres e dos homens dedicam décadas das suas breves vidas para conquistarem os seus *salário-marmitas*. O nosso sistema chamado de democracia, capitalismo ou melhor ainda de industrialismo, diz o autor, que seu verdadeiro nome é “fascismo de fábrica e oligarquia de ofício”. A existente cretinização das pessoas é revelada pelo trabalho que elas executam. Um povo que se encontra arregimentado para o trabalho feito pela a escola e também pela a família está habituado pela hierarquia e psicologicamente escravizado. As pessoas que se encontram nessa situação,

[...] suas aptidões à autonomia encontram-se tão atrofiadas que tem medo do que possa significar a liberdade. Cada membro desse povo transporta para dentro da família a sua treinada obediência no trabalho iniciando, deste modo, a reprodução do sistema em diferentes caminhos: políticos, culturais e outros. Uma vez esvaziada no trabalho a vitalidade do povo, os indivíduos ficam aptos para se submeterem em todas as coisas à hierarquia e ao saber dos peritos. Uma vez submetidos, as pessoas estão prontas a serem usadas. (BLACK, 1998, p. 19-20)

O trabalho ocupa muito do nosso tempo. “Aquilo a que designamos *tempo livre* é, a maior parte das vezes, o momento em que nos preparamos para voltar, ir e retornar ao trabalho e dele recuperar. *Tempo livre* é eufemismo, considerando o factor produtivo.” (BLACK, 1998, p. 21)

Segundo o autor, a definição de divertimento de Friedrich Schiller é satisfatória. “Para ele, o divertimento é a única ocasião em que o Homem realiza a sua capacidade humanitária ao dar pleno ‘divertimento’ a ambas as partes da sua dupla natureza: pensar e sentir.’ Como ele afirmou, ‘o animal só trabalha quando necessita de alimentos e diverte-se quando satisfaz essa necessidade.’” (BLACK, 1998, p. 24) E, mesmo Marx que pertence ao panteão produtivo, observou que “o domínio da liberdade não principia enquanto o trabalho sob a coação da necessidade e da utilidade externa existir.” (BLACK, 1998, p. 25)

O trabalho, segundo Black, é perigoso para a saúde, é o homicídio de um povo ou assassínio de uma comunidade. Os acidentes de trabalho matam milhares de pessoas e as doenças ocupacionais nos EUA são fatalidades superiores à aids. As pessoas quando não morrem ou fiquem inválidas no trabalho, são vítimas de automóveis, poluição industrial, alcoolismo ou outras drogas e vícios ou doenças que são provocadas ou incentivadas por ele. O impressionante nisso é que as pessoas fazem do trabalho uma atividade obrigatória e, dessa forma, o trabalho institucionaliza a nossa maneira de viver. Matamos pessoas a trabalharem para podermos vender Big Macs e automóveis aos sobreviventes, resume o autor.

Black escreve em seu manifesto que o controle da economia por parte do Estado não é a solução, porque o trabalho é muito mais perigoso nos estados socialistas do que nos EUA. Como exemplo disso, milhares de trabalhadores russos morreram ou ficaram feridos na construção do metrô de Moscou e nos desastres nucleares soviéticos. Diante disso tudo, muitos trabalhadores estão fartos do trabalho. Há altos índices de absentismo, descatos, roubos e sabotagens praticados por empregados. Talvez estejamos a “caminhar para uma rejeição consciente e não apenas visceral do trabalho” (BLACK, 1998, p. 29-31) apesar da ideologia continuar afirmando que o trabalho é necessário e inevitável. Discordando dessa moral, o autor, diz que hoje

[...] é possível abolir o trabalho e substituí-lo, na medida em que sirva para fins positivos, por uma panóplia de actividades de um tipo novo. A abolição do trabalho requer uma abordagem sob dois pontos de vista distintos. O *quantitativo* e o *qualitativo* (grifo meu). No que diz respeito ao aspecto quantitativo, temos de reduzir drasticamente a quantidade de trabalho que está a ser feita. Presentemente, a maior parte do trabalho é inútil ou pior do que isso, por conseguinte, deveríamos simplesmente ver-nos livres dele. Por outro lado - e penso que este é o cerne da questão e o novo ponto de partida revolucionário -, teremos que agarrar no que é importante fazer e transformar essa actividade numa agradável variedade de divertimento, arte e passatempo. Não se distinguindo de outros prazeres, excepto que eles acontecem para chegar a produtos finais úteis. Certamente esse pormenor não os deverá tornar menos atractivos. Aí todas as barreiras artificiais do poder e da propriedade poderão cair. A criação poderá tornar-se recriação. E todos nós poderemos deixar de ter medo uns dos outros. (BLACK, 1998, p. 29-31)

Escreve o Black, que não se trata de todos os trabalhos aqui mas uma fração reduzidíssima de trabalho serve a propósito útil, os demais são inúteis. Paul e Percival Goodman (apud BLACK, 1998) que, há 30 anos, avaliaram que 5% de trabalho realizado cobririam as nossas necessidades de alimentação, vestuário e abrigo. Hoje, com a tecnologia, é possível que esse percentual deva ter diminuído, pois “muitos trabalho servem um desígnio improdutivo de comércio ou controlo social” (*sic*). Podemos libertar milhares de vendedores, soldados, gerentes, bófiás, corretores, padres, banqueiros, advogados, académicos, senhorio, guardas e todos aqueles que trabalham para eles.

Todos concordarão que inúmeras companhias de indústria, de seguros, da banca, de habitações, por exemplo, não servem para nada a não ser para um enredo de papelada, um extraordinário aumento das fortunas privadas de alguns e servirem a uma minoria privilegiada de polícia social. (BLACK, 1998, p. 31-32)

Black indica que

[...] temos que acabar com o trabalho onde as horas de laboração são de longe as mais compridas, as mais mal pagas e do mais enfadonho que há por aí. Estou também a referir-me às donas de casa que fazem o trabalho de casa e tomam conta das crianças, enquanto o marido está a trabalhar. Abolindo o trabalho assalariado e realizando o desemprego total, podemos destruir a divisão sexual da lida doméstica. Como sabemos, a família nuclear é uma adaptação inevitável imposta pelo regime do salariato para a divisão do trabalho. [...] Ao mesmo tempo, as crianças são arrebanhadas para campos de concentração de jovens chamados ‘escolas’. Primeiramente, para as manter afastadas das saias das mães, mas, no fim de contas, para adquirirem o hábito da obediência e da pontualidade que tanto jeito fazem a um trabalhador. Porém, se estás com a pretensão de ter desembaraços do patriarcado, procura desembaraçar-te da família nuclear, cujo trabalho *de sapa* sem direito a salário, na opinião de Ivan Illich, viabiliza o sistema do trabalho que o torna necessário. O que acompanha esta estratégia anti-nuclear é a abolição da infância e o encerramento das escolas. [...] Precisamos das crianças como professores e não como estudantes. As crianças têm muito a contribuir para a revolução lúdica porque sabem brincar melhor do que os adultos. Os adultos e as crianças não são idênticos, mas pela interdependência acabarão por tornar-se iguais. Só a brincadeira pode lançar a ponte sobre o abismo que separa as gerações.” (BLACK, 1998, p. 33-34)

Os cientistas, engenheiros e técnicos ao invés e se dedicarem à investigação bélica, deveriam se divertirem buscando meios de eliminar a fadiga, o tédio e o perigo de muitas atividades, tais como o trabalho mineiro. Na opinião do autor,

[...] há um lugar para a tecnologia que economiza o trabalho, mas esse lugar é de pequenas dimensões. Os registros históricos e pré-históricos não são propriamente animadores. Quando a tecnologia de produção passou da caça e recolha para a agricultura, e daí para a indústria, o trabalho aumentou, ao passo que as habilidades e autodeterminação decresceram.” (BLACK, 1998, p. 34-35)

Dessa forma, O autor também faz crítica aos entusiastas da tecnolofilia.

Black, se referindo a Fourier, diz que gostaria de ver acontecer é a transformação do trabalho em jogo, sendo que o primeiro passo seria descartarmos as noções de “emprego” e “ocupação”. Dessa forma, não haveria mais empregos, apenas coisas e pessoas para as fazer.

Finalizando seu manifesto, o autor, sonha com a transformação da vida num jogo.

Um encontro sexual que corra pelo melhor é o paradigma do jogo produtivo. Os seus participantes potenciam mutuamente os prazeres, ninguém soma pontos e todos ficam a ganhar. Quanto mais dares mais recibes. Na vida lúdica, o que o sexo tem de melhor irá transvasar para a maior parte da vida quotidiana. A generalização da brincadeira conduz aos prazeres sensuais da vida. O sexo, em contrapartida, pode tornar-se menos obsessivo e desesperado, mas mais jocoso. Fazendo as cartadas certas, todos nós podemos receber mais da vida do que nela investimos, mas só se jogarmos à defesa. (BLACK, 1998, p. 40-41).

“Nunca ninguém deveria trabalhar. Trabalhadores de todo o mundo... descansem!” Com essa frase Black, finaliza seu manifesto numa referência ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels.

3.11 Os Desempregados Felizes

A Revista Letralivre (2002) publicou um manifesto que teve origem num grupo de Berlim, de nome análogo. Neste manifesto, é desenvolvida uma “crítica mordaz e bem humorada ao trabalho e aos alicerces que o fundamentam, ou seja, a opressão e a exploração do ser humano pelo homem.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 23) Obteve ressonância na Alemanha, França e Colômbia pelo

[...] mérito de falar; sem consideração, contra uma miséria que todos os dias se universaliza e, talvez, por isso mesmo, cada vez mais silenciada. Ato contínuo, atreve-se a procurar soluções coletivas, desde a base, antes de invocar improváveis retificações macroeconômicas. Alegremente provocador, demolidor e construtivo, constata que para escapar de um beco sem saída, é preciso dirigir na contramão. E, além disso, manifestá-lo de viva voz. (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 23)

Apresentamos, resumidamente, as principais idéias do manifesto com o título “Os desempregados felizes: em busca de recursos obscuros” que julgamos necessários aos propósitos desta pesquisa.

O manifesto inicia dizendo que

[...] já sabemos que já não se pode abolir o desemprego. Se a empresa funciona mal, despedem-se os trabalhadores. Se vai bem, investe-se na automação e despede-se da mesma forma. Antes, era preciso mão-de-obra, porque havia trabalho. Agora necessita-se, desesperadamente, de trabalho porque sobra mão-de-obra e ninguém sabe o que fazer com ela, já que as máquinas trabalham mais depressa, melhor e mais barato. (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 23)

Segundo o manifesto, este processo de substituição do trabalho pela máquina, é um processo que não tem volta. Todo mundo, desde as instituições oficiais até as vítimas, diz lançar-se contra o desemprego, mas na verdade é uma luta contra o desempregado, pois falsificam as estatísticas, ocupam o desempregado e exigem prova de que eles procuram por trabalho. Diante disso, o Desempregado Feliz diz o que tudo mundo já sabe:

“Despediram-me, filhos-da-puta! Por fim vou ter tempo para me divertir, ir a festas todas as noites e já não terei de comer às pressas os pratos requentados no microondas e poderei me divertir sem qualquer impedimento.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 24)

Segundo o manifesto, “onde se perdeu a ética do trabalho fica o medo ao desemprego como melhor chicote para aumentar o servilismo.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 24) Porém, ao se estabelecer um ambiente propício aos Desempregados Felizes, essa condição contribuiria para melhorar a situação dos trabalhadores, pois diminuiria o medo de continuar desempregado e aumentaria a coragem de dizer “não” às condições de exploração no trabalho. O manifesto, denuncia a ideologia do trabalho que tenta-nos convencer de que o trabalho é uma questão de sobrevivência, mas é justamente no trabalho que milhares de pessoas perdem suas vidas ou ficam mutiladas, conforme estatística feita por Bob Black, nos EUA.¹²

O manifesto diz que o dinheiro é o problema. “O desemprego existe, justamente, porque o dinheiro é a verdadeira finalidade e não a utilidade social. O pleno emprego significa crise econômica.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 25) Em troca, o desemprego faz o mercado econômico são. Quando uma empresa anuncia extinção de posto de trabalho, imediatamente as suas ações sobem na Bolsa. Isso faz com que os desempregados contribuam mais com o rendimento dos donos da empresa, mais do que seus empregados, porém não recebendo nada por isso. “Dessa forma, o Desempregado feliz pensa que deveria ser remunerado pelo seu não-trabalho.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 25)

“Se o desempregado é infeliz, não é porque não tenha trabalho, mas sim porque não tem dinheiro. Desta forma já não deveríamos falar de ‘procura de emprego’, mas sim de ‘procura de

¹² Bob Black é autor do manifesto “A abolição do trabalho”, apresentado anteriormente neste capítulo.

dinheiro’ nem de ‘procura atividade emprego’, para por as coisas no seu lugar.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 25) Diante dessa situação, o Desempregado Feliz pretende amenizar esta carência de dinheiro na busca de recursos obscuros e, assim seguem as propostas.

Ao invés de investir em formação que não se sabe para quê, para pseudotrabalhos por pseudo-salário, com o único propósito de baixar artificialmente as estatísticas de desemprego e inventar emprego para os desempregados, então, deve abolir essas medidas contra os desempregados e fechar os departamentos de empregos e com essas somas poupadas, dar diretamente ao desempregado, apesar de o delírio conservador ser contra os desempregados viverem às expensas do Estado-Providência. Como o Estado ainda continua e cobra impostos, o salário do desempregado poderia ser financiado pelo setor privado, através de doação, de impostos sobre o capital, ou também de chantagem. “Não temos preferência”, afirma o manifesto.

O desempregado é também infeliz porque o único valor social que conhece é o trabalho. Já que não tendo nada que fazer, aborrece-se. Já não tem contatos, porque o trabalho é, com freqüência, a única possibilidade de se relacionar. E o mesmo vale também para os aposentados. Mas, a causa desta miséria existencial é, decerto, o trabalho e não só o desemprego. (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 26)

Devido ao tempo que dispõe, o Desempregado Feliz introduz novos valores sociais, tem relações com pessoas simpáticas e está disposto a ministrar cursos de ressocialização para trabalhadores despedidos. A isso poderia se chamar *sorte histórica* (grifo nosso) que seria a possibilidade de usufruir uma vida plena de sentido, alegria e razão. Dessa forma, é como se fosse uma reconquista do tempo e, também, livre da ditadura do relógio e dos desígnios e ordens dos superiores hierárquicos que está sob o julgo a “população ativa”. “E é porque somos ativos que não temos tempo para trabalhar”, (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 26) ressalta com humor o manifesto.

Replicam-nos que o Desempregado Feliz só é desempregado (sem trabalho) no sentido que hoje em dia o uso comum dá à palavra “trabalho”, que é, em definitivo, o trabalho assalariado. A isto temos que contestar, com firmeza, que o Desempregado Feliz não procura trabalho assalariado, mas tampouco procura trabalho como escravo. E só há, que saibamos, dois tipos de trabalho: o trabalho escravo e o trabalho assalariado. (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 26)

Diz o manifesto, que trabalho ou desemprego são categorias morais. E uma nova escola de pensamento em vez de considerar a pobreza como causa econômica, deve considerar a pobreza como conseqüência de um comportamento moral errôneo, cita como exemplo, Paul Lafargue, como um modelo histórico para o Desempregado Feliz. No entanto, diz o manifesto que não pede direito

à preguiça, porque a preguiça não deixa de ser mais do que o contrário de empenho. E onde não se reconhece o trabalho, a preguiça perde seu sentido. Desde Lafargue, o “tempo livre” concedido ao trabalhador, na maioria das vezes, provoca mais aborrecimento do que o próprio trabalho. O manifesto se solidariza com os trabalhadores que quando quiseram acabar com a sesta, sob o pretexto que ameaçava o mercado europeu, opinaram no sentido contrário, que a União Européia deveria é introduzir a Euro-Sesta.

O Desempregado Feliz não apóia os partidos da redução do horário de trabalho, pois isso não seria suficiente e não resolveria o problema. Por acaso, calcula-se o tempo quando se faz amor? Questiona, o manifesto.

O Desempregado Feliz não é um utopia no sentido próprio da palavra “lugar não existente”. Um “topista”: “tateia e experimenta os lugares e coisas que tem ao alcance da mão. Não elabora nenhum sistema, sendo que investiga todas as possibilidades para melhorar à sua volta.

Apresentando a vantagem de ser excluído, o manifesto ressalta uma expressão de um humanista da Unesco que disse que “O primeiro passo para a integração social é ser explorado.” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 29) O Desempregado Feliz agradece pelo convite!

“Ora bem: quem é que gostaria de viver como um executivo cheio de *stress*?” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 29) Outro tipo de integração é que desejamos, diz o manifesto. Mesmo porque existem outras comunidades que usufruem intensamente de uma vida social apoiada em tradições pré-capitalistas. E se compararmos com isso, as sociedades ocidentais parecem moribundas. Nessas, sociedades o trabalho é desprezado e tem outro significado, como para os artesãos somalis. O manifesto também nos chama a atenção para avaliarmos o nível de outras sociedades e comunidades sob os critérios ocidentais. E pergunta: “Quanto dinheiro necessito para viver bem?” (OS DESEMPREGADOS..., 2002, p. 29) Este tipo de pergunta é insuficiente.

Finalizando, o manifesto reafirma que diante dos Desempregados Felizes estende-se o campo aberto da experimentação que é a “busca de recursos obscuros” que, ao invés de ser uma ação teórica e prática, seria uma ação lúdica, local e internacional, já que na Europa já existem 29 milhões de desempregados felizes virtuais e que um dia poderás dizer com orgulho:

- Vivi o começo!

3.12 Manifesto Contra o Trabalho

Em 1999, o Grupo Krisis, de Nuremberg (Alemanha), lançou o Manifesto contra o trabalho, do qual apresentamos as principais idéias de forma resumida. Este Grupo estudou durante oito anos a obra marxiana, após isso, lançou a Revista Critica Marxista, tratando-se, de fato, de uma crítica a Marx e ao marxismo em geral. Depois lançou a Revista Krisis, após a queda do Muro de Berlim.

Em uma mesa redonda sobre os “Sentidos do trabalho”, em 08/05/2000, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) os representantes do Grupo Krisis no Brasil ligados à Universidade de São Paulo (USP) apresentaram-nos um arrazoado interpretativo da teoria do Krisis que culminou no Manifesto. As informações trazidas por eles contribuíram significativamente para a nossa interpretação do Manifesto e, da mesma forma, nos ajudará, também nesta introdução.

No centro do Grupo Krisis está a análise da sociedade moderna através da crítica à teoria do valor de Marx. A sociedade moderna é analisada por eles através do conceito central do fetichismo, segundo o qual, “toda a história é a história das relações fetichizadas”. Entende, também, a partir do fetichismo, o conceito de estranhamento de Marx, bem como o fetichismo do valor e da mercadoria.

O Manifesto contra o trabalho apresenta um duplo Marx: de um lado, o Marx exotérico (socialista, positivista, do trabalho ontológico), que luta pelo melhor pagamento do trabalho na visão do trabalhador, ou seja, luta pela mais-valia não paga; e, por outro, o jovem Marx esotérico (ainda sob forte influência hegeliana).

O Manifesto, com 18 itens, tem três momentos importantes. O primeiro (itens 1 a 10) é um diagnóstico do presente. O segundo (itens 11 a 15) desenvolve o diagnóstico da crise da sociedade do trabalho e critica a ontologização do trabalho e do valor e, o terceiro (itens 16 a 18) trata do fim da política e da superação da Sociedade do Trabalho, bem como das formas embrionárias dessa superação.

Esse Manifesto parodia o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1872), tecendo críticas com uma acidez literária, irônica, sarcástica, corrosiva e catastrófica. Nele a linguagem tem o senso crítico e se apresenta de forma estética, contribuindo para um melhor entendimento através de dados históricos. Por isso é muito bem fundamentado e estruturalmente bem elaborado através de conceitos centrais fundantes. No primeiro momento, que trata do domínio

do trabalho morto, apresenta-se sob dois sentidos: primeiramente, o trabalho morto representa a mercadoria sob sua própria forma ou do dinheiro que é a acumulação do trabalho morto, na sua forma fantasmagórica. É a forma morta dessa energia que domina a sociedade e, no segundo sentido, se refere à pseudo-essência do trabalho. O trabalho é imposto como algo ontológico.

A crítica do Manifesto não se refere ao trabalho concreto, mas ao trabalho abstrato que domina a sociedade, sendo seu critério de participação no produto social, a quantidade de trabalho que se vende para a sociedade. O trabalho concreto é a forma ontológica, protossocial, que Marx chama de metabolismo entre Homem e Natureza, enquanto que o trabalho abstrato é o produtor de mercadorias. Diz o Grupo que o conceito de trabalho moderno no sistema produtor de mercadoria já é o conceito de trabalho abstrato. Sendo assim, não dá para chamá-lo de trabalho concreto, porque a modernidade perdeu isso. É somente trabalho. O trabalho como um instrumento de tortura, um *tripalium* (canga de boi, empalar escravo). Assim, a idéia de trabalho está relacionada na modernidade com um trabalho vil, penoso e torturador.

Objetivando erguer uma sociedade sem o *ethos* do trabalho, primeiramente, temos que divorciar esse trabalho vil, torturador, etc. e acabar, de vez, com esse *ethos* de trabalho como vocação, salvação e emancipação. O Krisis resgata a etimologia para fazer a crítica ao trabalho, pois não dá para se chamar a atividade autônoma e livre de trabalho concreto; plantar batatas, escrever um livro, e a isso chamar de trabalho, é algo muito recente na humanidade. O trabalho abstrato submete, na modernidade, o trabalho concreto. Pensar trabalho concreto, não fetichizado e autônomo pressupõe primeiramente uma sociedade emancipada. A maneira da exposição de Marx que separa o trabalho concreto do abstrato, só pode acontecer numa sociedade produtora de mercadorias; um não vive sem o outro. Numa sociedade emancipada não se pode falar então em tempo de trabalho e em tempo livre, porque a sociedade delibera o que precisa produzir, desse jeito, tudo passa ser tempo livre. Nesse contexto, “pegar no pesado” não faria mais sentido chamar de trabalho.

Com a teoria do valor, Marx pretende superar a sociedade do trabalho. O trabalho surge na história para designar o trabalho servo, do escravo, sendo que a sociedade capitalista surge na sociedade feudal. Como uma sociedade de iguais, por princípio, se transforma numa sociedade de desiguais? Responde o Krisis, que é devido à fetichização da mercadoria. O trabalho é mercadoria, podendo ser vendido por preço diferente e através desse mecanismo se dá o surgimento da mais-valia. O fetichismo é a moral do capitalismo, por isso é categoria central para o Grupo Krisis. O

trabalho na sociedade já não é a mediação de todos os membros da sociedade, porque muitos estão fora dele, pois o sistema não consegue pôr todas essas pessoas a trabalharem. **Como estratégia, teríamos que criticar a lógica do trabalho e começarmos a reivindicar segundo as necessidades, pois está havendo a valorização fictícia do capital, sem passar pelos sistemas produtores.** No terceiro momento, o capital fictício tornou a produção real em um apêndice. Assim, a lei do valor foi abalada, mas como isso reproduz o capital e a relação societal, transparece na flexibilização das leis trabalhistas e na precarização do trabalho.

Dados esses pressupostas da teoria do Grupo Krisis, resumidamente, apresentamos as principais idéias do “Manifesto contra o Trabalho”

Com uma crítica profunda, começa sua denúncia, culpando autoridades do capitalismo internacional, bem como o movimento dos trabalhadores, constituídos em sindicatos e partidos, por manterem o domínio do trabalho morto.

Um defunto domina a sociedade - o defunto do trabalho. Todos os poderes ao redor do globo uniram-se para a defesa deste domínio: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jörg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só conhecem um lema: trabalho, trabalho, trabalho! (KRISIS, 1999, p. 1)

Segundo o Krisis, a sociedade, dominada pelo trabalho, não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto, sendo que a produção de riqueza desvincula-se, cada vez mais, do uso de força de trabalho humano devido a revolução da microeletrônica. Nessa situação, quem não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo”. Mas, apesar do fundamento cínico “Quem não trabalha, não deve comer!”, a sociedade atual nunca foi tanto sociedade do trabalho como está sendo agora em que o trabalho se faz superfluo e, dessa forma, ele revela, claramente, seu poder totalitário. Não poupando nenhum esforço para prorrogar artificialmente a vida do deus-trabalho, o grito paranóico por “emprego” justifica a falsa saída para a crise. E a frase, seria melhor ter ‘qualquer’ trabalho do que nenhum, tornou-se a confissão de fé exigida e moral geral.

Quando mais fica claro que a sociedade do trabalho chegou a seu fim definitivo, tanto mais violentamente este fim é reprimido na consciência da opinião pública. A barreira objetiva ao trabalho deve aparecer como um problema subjetivo daqueles que caíram fora do sistema. Para uns, o desemprego é produto de exigências exageradas ou da falta de flexibilidade dos desempregados,

enquanto para outros acusam os “seus” executivos e políticos de incapacidade, corrupção, ganância ou traição do interesse local.

A mesma lei do sacrifício humano vale, também em escala mundial. “Um país após o outro é triturado sob as rodas do totalitarismo econômico, o que comprova sempre a mesma coisa: não atendeu as assim chamadas leis do mercado. E, assim, “três quartos da população mundial já foram declarados como lixo social.” (KRISIS, 1999, p. 1-2)

Segundo o manifesto,

[...] a sociedade centralizada na abstrata irracionalidade do trabalho desenvolve, obrigatoriamente, a tendência ao *apartheid* social quando o êxito da venda da mercadoria força de trabalho deixa de ser a regra e passa a exceção. Todas as facções do campo de trabalho, trespassando todos os partidos, já aceitaram dissimuladamente essa lógica e ainda a reforçam. E o incômodo do ‘lixo humano’ fica sob os cuidados da polícia, das seitas religiosas, da máfia e dos sopões para os pobres. Não tendo outra opção, os novos pobres se submetem como trabalhadores baratos e escravos na ‘sociedade de prestação de serviços’, engraxando sapatos, vendendo hambúrgueres ou trabalhando de vigias. (KRISIS, 1999, p. 2)

As facções antineoliberais do campo de trabalho social têm como idéia de que um ser humano sem trabalho não é um ser humano. Nostalgicamente presas ao fordismo do trabalho em massa, elas não pensam em outra coisa a não ser em revitalizar os tempos passados da sociedade do trabalho cobrando do Estado o endireitamento do mercado para dar a aparente solução através dos “programas de ocupação”, tais como: trabalhos comunitários obrigatórios, subvenções de localizações, endividamento estatal e outras medidas públicas. Essa simulação estatal de trabalho tem como objetivo a manutenção do domínio incondicional do deus-trabalho, mesmo após a sua morte.

Diz o manifesto que esse “[...] novo fanatismo do trabalho, com o qual esta sociedade reage perante a morte de seu deus, é a continuação lógica e a etapa final de uma longa história.” (KRISIS, 1999, p. 5) Desde a Reforma Protestante e os últimos 150 anos, socialistas e conservadores estavam possuídos pela idéia do trabalho e sempre defenderam sacrifícios ao altar do deus-trabalho.

O Krisis rejeita a idéia da determinação natural do homem pelo trabalho, como se fosse uma necessidade eterna imposta ao homem pela natureza. O trabalho, segundo o manifesto,

[...] não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, farão hortas, música, etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a *atividade humana em si*, o puro

‘gasto de força de trabalho’, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais. (KRISIS, 1999, p. 6)

Foi o moderno sistema produtor de mercadorias que transformou a energia humana em dinheiro, e o trabalho se transformou numa esfera dissociada das outras relações sociais obedecendo uma abstrata racionalidade funcional da “economia empresarial” para além das necessidades das pessoas. “A acumulação de ‘trabalho morto’ como capital, representado na forma-dinheiro, é o único ‘sentido’ que o sistema produtor de mercadorias conhece.” (KRISIS, 1999, p. 7)

O Krisis diz que a esquerda política sempre adorou o trabalho e o elevou à essência do homem e o pôs como contra-princípio do capital.

O escândalo não era o trabalho, mas apenas a sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos os ‘partidos de trabalhadores’ foi sempre ‘libertar o trabalho’ e não ‘libertar do trabalho’. A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses com o fim em si mesmo capitalista. A luta de classes foi a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias. Ela pertencia à dinâmica interna da valorização do capital, tratando-se de luta por salários, direitos, condições de trabalho ou postos de trabalho. (KRISIS, 1999, p. 7)

Dizendo que o trabalho é domínio patriarcal, o Manifesto diz que a esfera separada do trabalho fez surgir a esfera privada doméstica, da família e da intimidade, considerada “feminina”. Disso surge, os estereótipos sexuais que foram generalizados fortalecendo o preconceito em massa da imagem da mulher irracional e emocional juntamente com a imagem do homem trabalhador, produtor de cultura, racional e autocontrolado. Diz ainda, que a origem etimológica do “trabalho”, não é sinônimo de atividade humana autodeterminada, mas aponta para um destino social infeliz. É a atividade daqueles que perderam sua liberdade, portanto uma atividade destinada aos escravos.

A modernidade tem como história a imposição sangrenta do trabalho que deixou seu rastro de devastação e horror em todo o planeta. Mudou o tradicional modo de vida da população; expulsou famílias das suas roças e impôs a colonização interna da Europa e das duas Américas e partes da África. O poder europeu antropofágico da sociedade do trabalho subjuguou culturas estrangeiras e as impôs sob o regime de escravidão.

Segundo o Grupo Krisis o trabalho está em crise,

[...] o sistema produtor de mercadorias sofre, desde seu nascimento, de uma autocontradição incurável. De um lado, ele vive do fato de sugar maciçamente energia humana através do gasto de trabalho para sua maquinaria: quanto mais, melhor. De outro lado, contudo, impõe, pela lei da concorrência empresarial, um

aumento de produtividade, no qual a força de trabalho humano é substituída por capital objetivado cientificizado.” (KRISIS, 1999, p. 14)

Segundo o Grupo, essa contradição já foi causa profunda de todas as crises anteriores, entre elas a desastrosa crise econômica mundial de 1929-33. Com a

[...] terceira revolução industrial da microeletrônica finda o mecanismo de compensação pela expansão, até então vigente. É verdade que, obviamente, através da microeletrônica muitos produtos também são barateados e novos são criados (principalmente na esfera da mídia). *Mas, pela primeira vez, a velocidade de inovação do processo ultrapassa a velocidade de inovação do produto. Pela primeira vez, mais trabalho é racionalizado do que pode ser reabsorvido pela expansão dos mercados.*” (grifo nosso) Com essa racionalização, a robótica eletrônica substitui a energia humana, ou as novas tecnologias de comunicação tornam o trabalho supérfluo. Setores inteiros e níveis da construção civil, da produção, do *marketing*, do armazenamento, da distribuição e mesmo do gerenciamento caem fora. Pela primeira vez, o deus-trabalho submete-se, involuntariamente, a uma razão de fome permanente. Com isso, provoca sua própria morte. (KRISIS, 1999, p. 15)

Dessa forma, o capitalismo torna-se um espetáculo global para minorias, em seu desespero, busca alimento através da globalização destruindo economias nacionais. Numa onda de fusões e “integrações não amigáveis” sem precedentes históricos, os trustes se preparam para a última batalha da economia empresarial. Os Estados e Nações desorganizados implodem, as populações empurradas para a loucura da concorrência pela sobrevivência assaltam-se em guerras étnicas de bandos. O fim do trabalho tem como consequência o fim da política, pois “[...] o Estado não é uma unidade de valorização autônoma, ele próprio não transforma trabalho em dinheiro, precisa retirar dinheiro do processo real da valorização. Esgotada a valorização esgotam-se também as finanças do Estado.” (KRISIS, 1999, p. 16)

Essa simulação do cassino-capitalista da sociedade do trabalho, através da respiração artificial do deus-trabalho pela expansão aparente autonomizada dos mercados financeiros é somente uma maneira de adiar sua morte. O colapso dos mercados financeiros dos Estados Unidos da América (EUA), União Européia (UE) e Japão é somente uma questão de tempo.

Segundo o Manifesto, há uma crise da luta de interesses, porque os assalariados desertam dos sindicatos, bem como, os empresários, de suas confederações. Dessa forma, querer ainda “[...] utilizar a luta de interesses imanentes ao sistema como alavanca de emancipação social esgota-se irreversivelmente. Assim, a esquerda clássica está no seu fim. O renascimento de uma crítica radical do capitalismo pressupõe a ruptura categorial com o trabalho.” (KRISIS, 1999, p. 21) Pois, segundo o Manifesto, o movimento dos trabalhadores sempre defendeu o trabalho e “[...] assumiu a

herança do absolutismo, do protestantismo e do iluminismo burguês. A infelicidade do trabalho tornou-se orgulho falso do trabalho, redefinindo como ‘direito humano’, o seu próprio adestramento enquanto material humano do deus moderno.” (KRISIS, 1999, p. 13) Essa crítica serve para aqueles que reivindicam a renda mínima ou de dinheiro para subsistência, porque ao invés de organizar um programa geral contra o trabalho, “[...] esta reivindicação pretende construir uma falsa universalidade de crítica social, que se mantém em todos os aspectos abstrata, desamparada e imanente ao sistema.” (KRISIS, 1999, p. 22)

A superação do trabalho pressupõe a ruptura categorial com o trabalho.

Trata-se da ruptura com uma falsa normatividade objetivada de uma ‘segunda natureza’, portanto não da repetição de uma execução quase automática, mas de uma conscientização negadora - recusa e rebelião sem qualquer ‘lei da história’ como apoio. O ponto de partida não pode ser algum novo princípio abstrato geral, mas apenas o nojo perante a própria existência enquanto sujeito do trabalho e da concorrência, e a rejeição categórica do dever de continuar ‘funcionando’ num nível cada vez mais miserável. (KRISIS, 1999, p. 23)

Diz o Manifesto que é preciso fazer a crítica ao trabalho e que devem ser esboçadas as diretrizes para um mundo além do trabalho. Os inimigos do trabalho almejam a formação de uniões mundiais de indivíduos livremente associados e pregam que, a propriedade privada e estatal precisam ser atacadas de um modo diferente e novo, bem como o Estado. Então, a conquista desses meios de produção por associações livres contra a administração coercitiva do Estado é para que esses meios de produção não sejam mais utilizados para a produção de mercadorias para mercados anônimos.

Em lugar da produção de mercadorias entra a discussão direta, o acordo e a decisão conjunta dos membros da sociedade sobre o uso sensato de recursos. A identidade institucional social entre produtores e consumidores, impensável sobre o ditado do fim em si mesmo capitalista, será construída. As instituições alienadas pelo mercado e pelo Estado serão substituídas pelo sistema em rede de *conselhos*, nos quais as livres associações, da escala dos bairros até a mundial, determinam o fluxo de recursos conforme pontos de vista da razão sensível social e ecológica. Em lugar de nações separadas, *uma sociedade mundial que não necessita mais de fronteiras* (grifo nosso) e na qual todas as pessoas podem se deslocar livremente e exigir em qualquer lugar o direito de permanência universal.

A crítica do trabalho é uma declaração de guerra contra a ordem dominante, sem a coexistência pacífica de nichos com as suas respectivas coerções. O lema de emancipação social só pode ser: tomemos o que necessitamos! (KRISIS, 1999, p. 24)

Diz o manifesto, que “[...] os inimigos do trabalho não têm nada contra a preguiça. Um dos seus objetivos principais é a reconstrução da cultura do ócio, que antigamente todas as sociedades conheciam e que foi destruída para impor uma produção infatigável e vazia de sentido.” (KRISIS,

1999, p. 25) Isso não quer dizer que as atividades domésticas desaparecerão com o ócio. Como atividades necessárias elas serão realizadas por homens e mulheres numa relação que tenha sentido no contexto da vida e, “[...]uma vez despojadas das coerções objetivas capitalistas do trabalho, as forças produtivas modernas podem ampliar, enormemente, o tempo livre disponível para todos.” (KRISIS, 1999, p.25- 26)

A luta contra o trabalho é antipolítica, afirma o Grupo Krisis. Se o fim do trabalho significa o fim da política, um movimento político para a superação do trabalho seria uma contradição em si. Os inimigos do trabalho dirigem reivindicações ao Estado, mas não formam nenhum partido político, nem nunca formarão. A finalidade da política só pode ser a conquista do aparelho do Estado para dar continuidade à sociedade do trabalho. Os inimigos do trabalho, por isso, não querem ocupar os painéis de controle do poder, mas sim desligá-los. A sua luta não é política, mas sim antipolítica.

Neste sentido, interessa aos inimigos do trabalho encontrar novas formas de movimentos sociais e ocupar pontos estratégicos para a reprodução da vida, para além do trabalho. Trata-se de juntar as formas de uma práxis de oposição social, com a recusa ofensiva do trabalho.

Os poderes dominantes podem declarar-nos loucos porque arriscamos a ruptura com seu sistema coercitivo irracional. Não temos nada a perder senão a perspectiva da catástrofe para a qual eles nos conduzem. Temos a ganhar um mundo além do trabalho. (KRISIS, 1999, p. 27)

“*Proletários de todo mundo, ponham fim nisso!*”, com essa frase, o Krisis finaliza seu manifesto.

3.13 Análise das Críticas dos Manifestos

Com a análise das apologias do ócio e dos manifestos contra o trabalho busca-se aglutinar os pontos que foram mais vezes focalizados como objetos de suas críticas, no intuito de sistematizá-los. Conforme pudemos perceber, os manifestos foram escritos sob a inspiração de teorias anarquistas e marxistas e, cada qual, recebe influências específicas de tendências políticas internas. O manifesto do Grupo Krisis se impõe como crítica a essas teorias clássicas (anarquistas e comunistas), mas seu foco central é a Sociedade do Trabalho. Com uma acidez literária, riquíssima em fatos históricos, inovando nas análises através de novas aplicações conceituais, o Krisis decreta o fim do trabalho e, com ele, toda uma era se desfaz. Seu mais conhecido representante, Robert Kurz inicia seu livro o Colapso da Modernização afirmando que “Nunca houve tanto fim.”

A crítica ao trabalho é o foco central desses manifestos, pois foi esse o primeiro critério que estabelecemos para selecioná-los. O trabalho foi visto por eles como sendo a causa da miséria humana, tratando-se de uma atividade que somente reúne aspectos negativos e toda a sorte de adjetivos desqualificadores. Assim, segundo eles, o trabalho possui as seguintes características: hierarquiza as pessoas e se trata de uma atividade penosa, enfadonha, maldita, embrutecedora do corpo e do espírito. É coercitivo e involuntário, portanto é uma atividade realizada sem liberdade, que provoca doenças e mortes, é alienado e alienador, pois a obra que surge dele não pertence ao produtor. Ele é realizado de forma desagradável, fatigante, repetitivo e sem sentido e quem o realiza se vende ao sistema. Diante disso tudo, o trabalho é incapaz de promover a realização plena do ser humano, transformando-se na falsificação das consciências e nas desrealizações humanas. Segundo alguns manifestos, o trabalho é a denominação burguesa para a atividade humana e o mundo burguês reduziu a pessoa a um mero trabalhador, que com isso perdeu sua identidade e se tornou subserviente.

Sob o foco dos manifestos, a divisão de classes sociais é outro aspecto denunciado. Desde as sociedades antigas com o advento da propriedade privada, há uma classe ociosa e uma classe que trabalha. A classe ociosa com abstenção total de qualquer trabalho produtivo, de um lado, e a classe de escravos, mulheres e trabalhadores que se dobram de tanto trabalhar sem usufruir dos produtos por eles fabricados. A classe ociosa, isenta do trabalho, se dedicava às artes, às ciências, às filosofias, aos esportes e às boas maneiras. Porém, com a modernidade, todas essas atividades transformaram-se em trabalho e a sociedade foi transformada numa máquina de trabalho.

A classe burguesa idolatrou o trabalho e também convenceu a classe trabalhadora de que essa seria a melhor maneira de participar do produto social e, assim, construiu-se uma fortíssima cultura do trabalho. O proletariado embrutecido pelo dogma do trabalho, como denuncia Lafargue, ficou incapaz de perceber as causas da miséria em que vive. Alguns desses manifestos, afirmam que a miséria é decorrente da classe ociosa que vive do trabalho alheio e, também, dessa loucura que se apossou da classe operária, que é o amor ao trabalho, que ao invés de exigir a distribuição da riqueza, pede mais trabalho nos marcos capitalistas. É muito comum perceber que sindicalistas e administradores empresariais concordam que devemos vender parte de nossas vidas em troca da sobrevivência. Como escreveu o Krisis, o movimento dos trabalhadores assumiu a herança do absolutismo, do protestantismo e do iluminismo burguês que culminou nessa adoração do deus-trabalho.

O trabalho, por ter aquelas características elencadas acima, deveria ser dividido entre todos e a ele ser destinado o menor tempo possível. Com essa visão, o tempo destinado ao trabalho seria apenas para atender as necessidades de consumo. Após isso, destinar-se-ia maior tempo ao deleite e dedicar-se-ia ao corpo, ao cultivo do espírito, ao estudo das ciências, da arte, da filosofia e das letras, pois pela forma que assumiu na modernidade, o trabalho se destina à produção de excedentes e para auferir lucro, sem se preocupar com a qualidade de vida das pessoas. A economia reinante está mais preocupada em produzir do que consumir. Dessa forma, o trabalho se tornou um fim em si mesmo: trabalha-se para gerar mais trabalho e não para ter tempo de usufruir do consumo e da vida.

A tecnologia é vista como fator positivo, pois através dela que muitos manifestos vislumbram uma saída possível para viver sem esse amaldiçoado trabalho. Segundo alguns deles, a tecnologia oportunizará a superação do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”. Como diz Lafargue, a tecnologia é a redentora da humanidade, a deusa que resgatará os homens das sórdidas artes e que, também, libertará do trabalho assalariado. O trabalho assalariado, para muitos manifestos, foi a forma que a escravidão adquiriu na modernidade. Conforme a Teoria do Colapso do Grupo Krisis, a revolução da microeletrônica decreta de vez a morte do trabalho. Pela primeira vez na história, a velocidade de inovação do processo ultrapassa a velocidade de inovação do produto. Assim, mais trabalho é racionalizado do que pode ser reabsorvido pela expansão do mercado. Dessa forma, as novas tecnologias tornam o trabalho supérfluo e a Sociedade do Trabalho entra em colapso. Com essa substituição do homem pelas tecnologias, a moralidade do trabalho deve ser transformada numa nova forma de viver através do ócio, pois segundo Russell, a moralidade do trabalho é a moralidade de escravo. Nessa linha, o velho Kropotkine sinaliza eis aí milhões de escravos de ferro que farão tudo que o homem quiser. A tecnologia substitui o trabalho humano e isso não tem volta! Afirmam com convicção vários manifestos.

Diante desses fatos, surge o sonho de outro tipo de sociedade, seja ela anarquista, socialista ou comunista onde haverá liberdade de produção e os produtos gerados serão de usufruto da comunidade em geral. Nessas sociedades não haveria a tradicional divisão de classes sociais. Mas, para haver essa transformação social há a necessidade de organização permanente dos indivíduos que estão sob o jugo do trabalho. Suas emancipações dependerão da organização sem hierarquias e sem direção, que conduzirá à subversão da ordem ou pela organização da vanguarda política de partidos ou sindicatos, segundo determinados princípios políticos. O controle da economia pelo

Estado também não é a solução e, por isso não se deve fazer exigência ao poder, mas sim destruí-lo e, assim sendo, caberá ao proletariado a organização das atividades, não administrada por gerentes, partidos, sindicatos, estado, etc., mas autogestionárias, que seriam formas embrionárias exercidas fora do sistema produtor de mercadorias. A emancipação do homem dependerá da emancipação do proletariado, por ser esta a classe que concentra a relação de produção e com isso a escravatura do homem. O proletariado tem a missão histórica de ser o sujeito da nova transformação social. Nele está o germe da revolução.

Uma das estratégias apresentadas por vários manifestos contra o capitalismo é, primeiramente ir contra o trabalho, que é a forma a que a sociedade burguesa estabeleceu e reduziu as atividades humanas ligadas à produção do sistema mercantil e ao processo de hierarquização dos indivíduos. Aniquilando, no transcorrer da história, outras formas de sociabilização presentes em muitas comunidades, o sistema mercantil burguês encerrou todas as atividades humanas sob a forma “trabalho” e, dessa maneira, universalizou a sua dominação, pondo-se como a única forma de sobrevivência e, também, apresentando-se como sendo essência das pessoas. O trabalho, na modernidade, é a fonte de concentração de riqueza da sociedade burguesa, de acordo com economistas, filósofos e os manifestos.

Segundo alguns manifestos já há sinais de recusa ao trabalho, como pode-se perceber nas pessoas que, muito tempo desempregadas desistem, de procurar emprego e acabam constituindo suas identidades fora da produção formal. Daí se origina uma cultura do desemprego que se inicia com inúmeros pedidos de licença, recusa em fazer horas extras, opção em receber benefícios sociais ao invés de procurar trabalho, realização de atividades informais, apesar de ganharem menos, e se sentirem felizes nessas realizações, etc. Nessa situação, as exigências sindicalistas e esquerdistas de direito ao trabalho e pedido de emprego são reacionárias, pois nunca teve emprego para todos no sistema burguês, e isso é negar o caráter catastrófico do capitalismo. Devemos sim, destruir o trabalho e não pedir a redução da sua jornada, o seguro desemprego e a renda mínima, que são reivindicações circunscritas ao modo de produção capitalista. O sistema produtor de mercadorias, desde sua gênese, possui sua própria contradição interna, de acordo com Marx e vários outros autores, pois investe na maquinaria e substitui o trabalho humano e, dessa forma, diminui a mais-valia que é o lucro capitalista. Nessa lógica, pedir emprego é continuar pedindo para ser explorado pelo sistema, ao invés de fazer com que ele se defina. Segundo o Grupo Krisis, a oposição social entre capital e trabalho é apenas uma posição de interesses diferenciados como fim

em si mesmo e capitalista. A luta de classes foi a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias. E pertence à dinâmica interna da valorização do capital, pois se tratava de luta por salários, direitos trabalhistas, condições de trabalho ou postos de trabalho. Esse grito paranóico por emprego é a falsa saída da crise e, também, a prova de que a Sociedade do Trabalho chegou ao fim. Quanto mais claro fica seu fim, mais violentamente esse fim é reprimido na opinião pública, através de infinitas propagandas convencendo que o desemprego dá-se por falta de qualificação, devido à rigidez das leis que encarecem a produção, da inflexibilidade das leis trabalhistas, enfim, tentam convencer os indivíduos de que o desemprego é por culpa destes e não da sociedade. Esses desempregados, vistos como lixo humano, ficam sob a competência da política, das seitas religiosas, da máfia, dos narcotráficos e dos sopões para pobres. Como nunca houve empregos para todos e, agora essa situação se agrava mais ainda, ao invés de se pedir emprego, deve-se fazer a exigência revolucionária, a “abolição do sistema salarial” (Manuscritos de Marx).

Além de se lutar pela abolição do trabalho, deve-se também pôr fim às instituições burguesas, tais como: escolas, fábricas, prisões, igrejas, partidos, etc., por serem elas aparelhos ideológicos que contribuem para a manutenção do *status quo*.

A ideologia é outro aspecto importante da sociedade moderna e da crítica dos manifestos. Ela prega que o trabalho e a produção são como leis naturais. Dessa forma, a ideologia do trabalho se transforma num estratagema para retardar a superação da atual sociedade. Conforme muitos manifestos, as ideologias são as mercadorias modernas nas quais manifestam-se o capital e o seu poder. Por mais ridículo que possa parecer, ela tenta nos convencer de que é no trabalho que se consegue a sobrevivência e a riqueza, mas é justamente nele que as pessoas perdem suas vidas ou ficam mutiladas física ou psicologicamente. O trabalho faz mal para a saúde, quando não mata deixa inválido, viciado ou estressado. “Matam pessoas através do trabalho para venderem os produtos para os sobreviventes”, expressa-se dessa forma um dos manifestos.

O Estado, através de seus mecanismos de consenso e de coerção, incute na mente dos escravos assalariados que a liberdade se conquista através do salário, porém omite por quem em que condições o trabalhador será explorado. O papel do Estado é impor trabalho a todos e manter os trabalhadores sob vigilância permanente, pois ele está a serviço do capital, e não se cansa de lançar programas de emprego desnecessariamente. O Estado não só impõe como cria trabalho desnecessário, propiciando o surgimento de segmentos sociais que aumentam ainda mais a

quantidade de trabalhadores: vendedores, soldados, polícia, gerentes, clero, banqueiros, advogados, acadêmicos e guardas são exemplos disso. Ao invés de os cientistas, engenheiros e técnicos estarem à disposição da investigação bélica deveriam prestar seus serviços em algo mais proveitoso para a comunidade, buscando meios de eliminar a fadiga, o tédio e o perigo nos trabalhos realizados. Alcançar isso, bem como a plena liberdade, pressupõe também, dentre outros fatores, a destruição do capitalismo. Essa liberdade, implica libertar o ser humano da extorsão que é a mais-valia, bem como libertar as crianças da escola e da família, as mulheres das tarefas domésticas e os doentes dos psiquiatras e psicanalistas. Enfim, libertar as pessoas do trabalho.

Outro ponto de crítica que os manifestos destacam é a disciplina para o trabalho, uma das causas de degradação humana que é imposta pela disciplinas das fábricas, pelos escritórios, pelas empresas, pelas escolas e pelos hospitais psiquiátricos. Dessa forma, a disciplina se transforma no modo moderno de controle. As crianças são disciplinadas para o trabalho, desde cedo, nas escolas e nas famílias. Com todas essas coerções, forçosamente se constrói a cultura do trabalho, tendo como alvo de combate a preguiça. Esse estado do espírito humano foi uma das funções mais combatidas para dar as bases para o novo modo de produção. Em muitos desses manifestos, a preguiça é vista como fonte de criação, da arte e das belas virtudes e foi graças ao ócio que se deu origem à escola, como veremos posteriormente. Devido ao ócio, foi possível a produção de belas artes, das ciências, das filosofias e, também, das requintadas relações sociais. Com esse novo jeito de produzir, deixamos de atribuir pouca importância ao prazeres sociais, e o ócio se transformou em deleite das elites e em vagabundagem para os trabalhadores. Dessa forma, muitos manifestos se posicionam dizendo que temos que transformar o trabalho em atividades que dão prazer em realizá-las, que sejam agradáveis, que oportunizem as artes e os divertimentos. Precisamos de mais tempo para divertimento e para preguiça, pois o divertimento é o oposto do trabalho, esse último é coercitivo, enquanto o ócio é livre e voluntário. Devemos transformar o trabalho em jogo, e para isso precisamos das crianças como professores e não como estudantes. Elas têm muitos que contribuir com a revolução lúdica, pois sabem brincar melhor do que os adultos, afirma um dos manifestos. O tempo livre no capitalismo é só o momento para nos reabilitarmos novamente para o trabalho, e não é isso que se quer. As denúncias constantes dos manifestos são decorrentes da cisão provocada na vida das pessoas através do espaço da produção e da reprodução. Somente o sistema produtor de mercadorias criou essa esfera chamada de trabalho, dissociada de outras relações sociais e transformada na forma-dinheiro. A esfera separada do trabalho, de certa forma,

como seu avesso, provocou o surgimento da esfera privada doméstica, da família e da intimidade. Trabalho e tempo livre fazem parte da mesma categoria trabalho, afirma o Krisis e outros manifestos.

O trabalho está morto e a globalização é apenas o adiamento do colapso da Sociedade do Trabalho e também do Estado. Para superar o trabalho deve-se fazer a ruptura categorial com o ele, deve-se esboçar as diretrizes para um mundo além dele. Com essa perspectiva, a propriedade privada e estatal deve ser atacada de modo diferente e novo (Krisis). Em lugar da produção de mercadorias, deve haver a decisão conjunta dos membros da sociedade, que se organizaram em rede de conselhos, em livres associações desde as escolas do bairro até em nível mundial sobre o uso dos recursos. Dessa forma, a riqueza então produzida é apropriada segundo as necessidades e não mais segundo o poder de compra que o dinheiro propicia. Junto com o trabalho desaparece a universidade abstrata do dinheiro e, em lugar das nações separadas, uma sociedade mundial que não tenha mais fronteiras. A crítica do trabalho é uma declaração de guerra contra a ordem dominante. Os inimigos do trabalho nada tem contra a preguiça, pois um de seus objetivos é a reconstrução da cultura do ócio. O ócio, juntamente com as atividades necessárias e atividades livremente escolhidas, deve ser posto numa relação com sentido que oriente as necessidades no contexto da vida.

Finalizando, podemos observar que a crítica ao trabalho se exprime num leque de opções políticas, porém, em muitos pontos, encontra-se a unanimidade, diferenciando-se apenas na forma como se dá a organização dessas vontades no sentido de se constituírem em potências emancipatórias. Viver em uma sociedade mais prazerosa e ter uma vida baseada no ócio são objetivos de todos os manifestos, mas o que se percebe como dificuldade para avançar nessa direção, são os limites internos do próprio movimento operário que está fortemente impregnado da cultura do trabalho, dessa forma impossibilitando que outras alternativas se apresentem no sentido de ir além da sociedade do trabalho. Se o sentido do trabalho se tornou mais importante do que o sentido da vida, o trabalho adquiriu seu *status* para além da vida.

4 A SOCIEDADE SEM TRABALHO

O sonho de uma sociedade sem trabalho está gerando debates profundos. Nesses debates, os questionamentos se dirigem a várias direções e dimensões da vida social. Fala-se em pós-modernidade, em crise de paradigmas e em sociedade pós-industrial. Para resolver o problema da falta de emprego, alguns pensadores sociais propõem a redução da jornada de trabalho, objetivando a socialização do que ainda resta de emprego, mantendo a atual forma de assalariamento, tendo como referência, a obra de Guy Aznar, intitulada “Trabalhar menos para trabalharem todos”. Outros propõem um ir além do mercado através da Terceira Via, como Jeremy Rifkin, através da obra “O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho”. Enfim, vários autores discutem sobre a possibilidade de uma “Sociedade sem trabalho”. É sobre isso que aqui iremos tratar.

Uma sociedade sem trabalho. Esse é um dos pesadelos deste fim de século. O trabalho foi, durante muito tempo, o fator de integração, de produção de identidades coletivas estáveis e modelo de referência suscetível de estruturar o campo social. A sua dimensão negativa (como fator de alienação e de exploração) fomentou a resistência dos trabalhadores e as críticas ferozes dos marxistas e humanistas, mas não ao ponto de abalar o mito do progresso linear e da eficiência integradora da organização econômica. (CATTANI, 1996, p. 80)

Atualmente, vários autores vêm escrevendo sobre o fim da Sociedade do trabalho¹³. Para alguns deles, o trabalho que foi categoria fundamental da sociedade industrial como atividade responsável pela coesão social e constituidora da identidade individual e coletiva, perde sua centralidade com a Sociedade Pós-Industrial, enquanto, para outros, deixa de ser o único fator responsável pela integração social. Esses questionamentos surgem devido à diminuição dos postos de trabalho e o conseqüente desemprego que assola a Sociedade Pós-Industrial, causado

¹³ Segundo König (1994), foi a filósofa Hannah Arendt a primeira a se utilizar do termo “Sociedade do Trabalho”, segundo a qual “[...] da sociedade de trabalho esgota-se o trabalho e com isto a única atividade por meio da qual ela se entenderia a si mesma.” (KONIG, 1994, p. 149) Após Arendt, a discussão sobre a Sociedade do Trabalho obteve súbita preocupação na sociologia e na política. Em 1980, Dahrendorf, trouxe novamente a discussão o termo e o diagnóstico da crise do trabalho. No ano de 1982, “[...] os sociólogos alemães fizeram da ‘crise da sociedade do trabalho’ objeto de seu encontro anual, e, desde então, o tema, junto com a questão do ‘futuro do trabalho’, faz parte dos problemas sociológicos sobre os quais mais se discute.” (KÖNIG, 1994, p. 149) Por sua vez, Dahrendorf (1992, p. 152-153), definiu as sociedades modernas como sendo Sociedades do Trabalho, porque se baseiam em uma ética do trabalho e de posições ocupacionais, sendo que os empregos são ingressos para o mundo de provimentos, através deles se define a renda da pessoa, seu *status* social, seu respeito próprio, bem como a maneira que organiza sua vida.

principalmente pela introdução de novas tecnologias¹⁴ de alta eficiência no processo de produção poupando, significativamente, a mão-de-obra.

A sociedade pós-industrial - referência concreta do desenvolvimento capitalista - se pauta por uma forte demanda de condições de produção de alta eficiência, e uma relativa diminuição do trabalho necessário à reprodução das formações sociais, em função dos avanços técnicos e científicos associados às forças produtivas. Ao mesmo tempo, há uma degradação geral do trabalho: o trabalho qualificado é necessário em quantidade mínima, e mesmo assim reduz-se as especializações extremadas. A qualificação dissocia-se grandemente do trabalho, que não utiliza suas potencialidades 'modernas'. (LEO MAAR, 1991, p. 62-63)

Uma sociedade sem trabalho sempre foi um sonho de muitos visionários. Não só o movimento operário e partidos trabalhistas acreditavam em um dia viver sem o amaldiçoado e fatigante trabalho, mas também os arautos do liberalismo vendiam essa idéia. Conforme dados do relatório da OIT, o qual citaremos a seguir, que divulga o desemprego no mundo, parece que isso, de certa forma, está acontecendo. O economista americano John Keynes numa conferência em Madri, Espanha, em junho de 1930, com uma visão de futuro, anunciou o desemprego tecnológico desta forma.

No momento, a própria rapidez dessa evolução nos deixa desconfortáveis e nos coloca diante de problemas de difícil solução. Para os países que não estão na vanguarda do progresso o impacto é relativo. Nós, ao contrário, somos atingidos por uma nova doença da qual alguns leitores podem ainda desconhecer o nome, mas da qual muito se irá falar nos próximos anos: o *desemprego tecnológico*. Isso significa que o desemprego resultante da descoberta de instrumentos que economizam mão-de-obra caminha mais rapidamente do que nossa capacidade de encontrar novos empregos para a mesma mão-de-obra. (KEYNES apud DE MASI, 1999a, p. 95)

Nessa conferência, ele destaca um problema que atualmente enfrentamos que é a cultura do trabalho fortemente forjada para dar as bases à sociedade capitalista e, hoje, profundamente enraizada em toda a sociedade. A cultura do trabalho está impregnada tanto no pensamento de direita quanto no pensamento de esquerda, dessa forma dificultando uma verdadeira crítica da Sociedade do Trabalho.

Ainda por muitas gerações, o instinto do velho Adão continuará tão forte dentro de nós que precisaremos de "algum" trabalho para ficarmos satisfeitos. Faremos, para servir a nós mesmos, mais coisas do que costumam fazer os ricos de hoje e ficaremos mais do que contentes de ter obrigações, deveres e rotinas a cumprir. Mas, além

¹⁴ O termo "novas tecnologias", segundo Silva (1997, p. 169), de forma genérica, é empregado para designar a automação através da microeletrônica que está sendo introduzida nas indústrias e nos serviços como componente da reestruturação produtiva que se dá em nível mundial.

disso, teremos de nos empenhar com cuidado para compartilhar desse “pão” a fim de que o pouco trabalho que ainda resta seja distribuído entre o maior número possível de pessoas. Turnos de três horas de trabalho por dia são de fato mais do que suficientes para apaziguar o velho Adão que está em cada um de nós. (KEYNES apud DE MASI, 1999a, p. 99)

Debater a “Sociedade sem trabalho” leva-nos a pensar e refletir sobre a categoria “trabalho”, em suas várias dimensões e, também, enquanto centralidade epistemológica de compreensão da realidade social. Para fazermos esse debate, incluiremos os argumentos de alguns sociólogos que estão discutindo esse assunto, com o intuito de tomarmos conhecimento acerca das suas reflexões localizando-as no tema da pesquisa aqui tratado.

4.1 O Desemprego: um Incômodo Social?

Comer o pão com o suor do rosto está ficando cada vez mais cansativo. Esse preceito cristão de condenação divina parece que se aplica, nestes tempos atuais, com carga dobrada. Dá muito trabalho procurar trabalho. O trabalho do desempregado é procurar por um emprego. Mesmo que a vaga já não exista, ou seja, está cada vez mais rara, procurar por um emprego já é trabalho, além de ser uma atividade deprimente. Apesar das tecnologias, da produção enorme de riquezas e dos conhecimentos ergonômicos, o trabalho e o desemprego continuam a degradar a condição humana, pois não são fator de liberdade e nem de garantia de uma vida feliz.

A população do planeta, no dia 12 de outubro de 1999, atingiu os seis bilhões de pessoas. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que apresentou estudo sobre “O emprego no mundo”, divulgado em 25 de novembro de 1996, denunciou que um bilhão de pessoas no mundo não têm emprego ou estão subempregadas. Isto corresponde a 30% da força de trabalho, se considerarmos a população economicamente ativa. Esse dado é importante para uma análise social e para refletirmos sobre o papel do trabalho na vida das pessoas.

A crise do emprego tem provocado profundos debates atualmente na economia, na política e na sociologia. O desemprego¹⁵, denominado pelos economistas de “desemprego

¹⁵ Segundo Pereira (1993), o desemprego foi construído ou inventado no século XIX pelos reformadores para dar uma compensação à parcela que involuntariamente não encontrava ocupação no mercado formal. Essa concepção de desemprego, não foi devido à deficiências pessoais, mas como resultante das leis objetivas do mercado. Dessa forma, entra em cena o “desemprego involuntário” que, em épocas anteriores, não fazia sentido em falar de desemprego. O desempregado, portanto, é um personagem que entra em cena no moderno modo de produção

conjuntural” , “desemprego estrutural”¹⁶, ou “desemprego tecnológico”¹⁷ parece ser, hoje, o mal que assola a humanidade. Não há discurso “politicamente correto” que não tenha registrado na plataforma de candidatura às eleições, a promessa de geração de empregos. Hoje, não há um só país que não compartilhe desse “mal” de início de milênio. A diferença, entre os países, é apenas de índice. Tanto nos países ditos “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o desemprego vem crescendo. Em alguns países da Europa, segundo o Relatório da OIT, os índices são esses: Reino Unido 7,2%, França 12,6%, Alemanha 10,6%, Suécia 7,6%, Espanha 21,4% e Portugal 7,1%. Também as duas potências atuais sofrem com o desemprego: EUA 5,2% e Japão 3,3%. Na América Latina os índices são esses: México 5,2%, Argentina 17%, Chile 6,8% e Brasil 5,2. Os indicadores mais recentes, apontam para o crescente aumento dos índices de desemprego em todos os países.

A humanidade sente-se perplexa. Afinal, uma sociedade que tem como seu fundamento a relação de compra e venda da força de trabalho, com o desemprego está polarizando as contradições a ela inerente e deixando, assim, seus antagonismos se revelarem. A grande oferta de força de trabalho disponível e nenhum padrão para comprá-la é prova de uma crise sem precedentes na História. Aliás, o número de padrões diminui enquanto que o número de trabalhadores aumenta, devido a reorganização capitalista que acontece através dos grandes conglomerados econômicos e de sua financeirização.

O “exército industrial de reserva”¹⁸ que antes era nacional se transformou em um “exército de reserva mundial”, pois não se trata mais de desemprego local, mas em escala mundial,

capitalista e se torna objeto de política social e como dado estatístico. Para a autora, “desempregado” é aquela pessoa que não tem “emprego” ou quem “não trabalha”.

¹⁶ O desemprego estrutural ou tecnológico ocorre em face das mudanças na tecnologia de produção, como o aumento da mecanização e da automação ou variação dos padrões de demanda dos consumidores, tornando obsoletas certas indústrias e profissões fazendo surgir outras novas. Esses fatores provocam um grande número de desempregados. (SANDRONI, 1994, p. 95)

¹⁷ Dentre as causas de desemprego, uma delas pode ser atribuída à Tecnologia. As inovações tecnológicas contribuem para a racionalização do processo produtivo e aumento significativo da produtividade do trabalho, com isso reduzindo o emprego de mão-de-obra. Ambos fatores ocasionado pela incorporação de novas tecnologias no processo produtivo geram o chamado “desemprego tecnológico”. (BASTOS, 1997, p. 51-52)

¹⁸ Essa expressão foi criada por Marx que chamou de “exército de reserva do trabalho” ou “exército industrial de reserva”. Esse exército é formado por consequência do acúmulo de capital que significa também seu crescimento, dessa forma oportuniza investimento em mecanização da produção. Ao mesmo tempo que o aumento de capital contribui para o aumento da demanda por trabalho, o investimento em mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e com isso reduz essa demanda. A demanda líquida resultante desses dois efeitos forma o exército de reserva. Quando aumenta o número de empregos, o exército de reserva diminui e, com isso, há o aumento dos valores dos salários. Esse aumento dos salários reduz o crescimento do capital, portanto, também do emprego. A escassez do trabalho provoca o investimento em novas tecnologias dispensando trabalhadores. Assim, novamente reabastece o exército industrial de reserva. (BOTTOMORE et al, 1988, p. 144)

provocado pelas inovações tecnológicas, pela globalização e pelo capital financeiro que prioriza a especulação em detrimento da produção. Esses fatores, politicamente articulados, salvo algumas particularidades locais e regionais de cada país, são responsáveis pela maior concentração de renda jamais vista na humanidade e, por extensão, pelo crescimento da miséria no planeta.

Apesar da grande produção existente no mundo hoje, os verdadeiros produtores estão cada vez mais marginalizados, descartados e excluídos da participação na riqueza produzida pelo capitalismo. Essa situação, que se agrava diante de nós, não se trata de novidade. O filósofo Karl Marx e outros pensadores sociais, através de suas obras, analisaram e previram essa situação com muita exatidão. Desde a Revolução Industrial, ocorrida no Século XIX, o processo de substituição da força de trabalho humano é uma constante no desenvolvimento dos investimentos capitalistas em inovações tecnológicas, bem como na organização científica do trabalho com o intuito de aumentar a eficiência produtivista na busca da rapidez da produção e a qualidade do produto, objetivando, dessa forma, o barateamento dos custos de produção para o mercado concorrencial.

Se existe novidade, ela se localiza no alto índice de desemprego e de exclusão que se tornou um problema também para os países ricos, o que antes era um problema somente de países ditos “periféricos”. A falta de postos de trabalho se transformou num incômodo social e, nessa perspectiva, os desempregados são os alforriados do Século XX e XXI. (FLORIANO, 1999) Estão livre da coerção e da coação do trabalho diretamente, mas não libertos das amarras da lógica capitalista e nem da própria cultura do trabalho, que não tinham e que, para tê-la, apanharam muito até aderirem à disciplina que o novo modo de produção assim exigia.

Neste século, o chão se desfaz sob seus próprios pés e itinerantes vagueiam nas cidades e campos ou migram entre os países pobres e ricos como pessoas ilegais. Os atuais desempregados, expropriados há dois séculos de seus bens materiais (casa, terras e instrumentos de trabalho), hoje, estão diante de uma nova expropriação, a expropriação de sua própria força de trabalho feita pela concentração do trabalho passado, materializado na tecnologia. Dessa forma, essas pessoas desnecessárias ao processo de produção, simplesmente ficam condenadas ao não consumo e à morte, pelo fato de não ter um emprego. Mulheres, homens e crianças estão excluídas no mundo todo, jogados fora como lixo social, uma vez que o emprego, nessa lógica societal, é a forma “moral” de acesso aos bens de consumo propiciada pelo dinheiro ganho em forma de salário e, a cultura do trabalho impregnada nelas, não permite que outras alternativas se apresentem.

A mesma sociedade que, ao mesmo tempo que diz que tem que ter emprego, não os oferece; que induz os jovens aos estudos, não tem ocupações para eles, nem mantém escolas e universidades; ao mesmo tempo, consagra o trabalho como uma moral eficiente para a coesão social, santifica as profissões e as põe acima da vida das pessoas, impõe leis que permitem dar voz de prisão¹⁹ a indivíduos desocupados. Essas constatações são indícios de uma sociedade que não está em seu juízo perfeito.

Os discursos oficiais tanto de direita quanto de esquerda continuam enfatizando o pleno emprego ou o emprego, insistindo que ele deva ser a base da sociedade, assim como a educação para o trabalho continua sendo a forma específica de convencer as pessoas a se instruírem e se qualificarem. Os míseros salários que os jovens têm recebidos estão se transformando em pagamento de caríssimas mensalidades de universidades e faculdades privadas, como alternativa de se formarem e arrumarem um emprego. Estamos vivendo uma diminuição radical do emprego, sem precedente na história, o qual ainda é o único meio formal para a maioria da população que se apresenta para participação no consumo, ou seja, a única forma de participar legalmente da riqueza produzida pela sociedade. Através do emprego, precariamente, os cidadãos provêm suas vidas e de seus filhos e suprem suas necessidades enquanto partícipe da produção social e, também, é fator de realização profissional para alguns e, para a grande maioria da população, apenas trata-se de um emprego que permite acesso a míseros salários que minimamente contribui para a sobrevivência enquanto máquina de trabalho.

Se os empregos não existem, como as pessoas poderão arrumar dinheiro para viver? Como ocuparão seu tempo? Como mediarão o êxito, a riqueza ou a felicidade? Que estruturas encontrarão para substituir as existentes? Qual o futuro do trabalho? Qual o futuro da educação? O trabalho é um direito e o desemprego um castigo, ou é o inverso? Como as pessoas terão acesso ao mundo dos provimentos? São esses os principais questionamentos característicos do fim da Sociedade do Trabalho.

¹⁹ A Lei de Contravenções Penais, estabelecida no Decreto-Lei 3688, de 1941, em seu Art. 59, permite dar voz de prisão flagrante à pessoa por vadiagem. De acordo com essa Lei, o desempregado(a) é um contraventor(a) penal: “[...] entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência por ocupação ilícita.” Pedir esmola, por exemplo, é considerado ocupação ilícita perante à Lei.

4.2 O Debate na Atualidade

4.2.1 Gorz: os Neoproletariados

O sociólogo André Gorz (1982) defende a tese de que o capitalismo destruiu o fundamento do socialismo científico por ter criado outra esfera da sociedade produtora de mercadoria, que é a da existência individual, da não-classe, que ele mesmo denomina de “Esfera Autônoma”.

Para ele, o socialismo científico via no proletariado o ser-de-classe, por constituir a classe majoritária dos produtores sociais, que traria no seu próprio interior a negação de classe. Porém, o capitalismo criou uma não-classe que se forma pelo conjunto de indivíduos que foram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, através da industrialização, da automação e da informatização. São os desempregados, subempregados, permanentes ou temporários, totais ou parciais. A não-classe se constitui do proletariado pós-industrial, que são os não-produtores, a não-força, por estarem desprovidos da importância social objetiva, excluídos da sociedade produtora de mercadorias, formando assim o neoproletariado.

Os neoproletários, segundo o autor, não vêem mais no trabalho a justificação de suas vidas, como viam os operários tradicionais da sociedade industrial que o tinha como centro de suas vidas, bem como fator de dignidade e utilidade social. Para o neoproletário, todo o emprego, “[...] tem um caráter acidental e provisório, e todo trabalho uma forma contingente. O trabalho deixa de ser, para ele, uma atividade ou mesmo uma ocupação principal, para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está ‘ocupado’ em ganhar algum dinheiro.” (GORZ, 1982, p. 89) O neoproletário já não se sente pertencente à categoria “trabalhador”, ou seja, não se sente “trabalhador”, porque está excluído do processo de produção. O neoproletário já não constrói a si mesmo nem a sociedade, quando o fazia através da mediação das relações de produção. Pelo contrário, é o aparelho social produtivo que rege o trabalho. “Em lugar de ser o modo de inserção social do trabalhador na cooperação universal, o trabalho é o modo de sujeição do trabalhador ao aparelho de dominação universal”, sentencia o autor. (GORZ, 1982, p. 91)

O neoproletariado não se realizando mais como sujeito na esfera heterônoma, que é o reino da necessidade, vai se construir na esfera autônoma do reino da liberdade. Nesta segunda esfera, os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente

associados, bens e serviços materiais e imateriais, não somente necessários mas também de acordo com os desejos, os gostos e a fantasia de cada um. Portanto, para Gorz, a sociedade pós-industrial é uma sociedade dualista, que tem como base essas duas esferas, a autônoma e a heterônoma.

4.2.2 Offe: o Trabalho Perdeu seu *Status*

Segundo o sociólogo Claus Offe (1989), o trabalho foi questão central de pesquisa para os pensadores clássicos Marx, Weber e Durkheim, por ser a atividade econômica o centro da sociedade burguesa que estava abalada pelos conflitos trabalhistas. Ele pontua três aspectos sob os quais a noção de trabalho impunha-se como pedra fundamental da teoria da sociedade para esses pensadores e teóricos da política daquela época.

O primeiro ponto que Offe levanta é o rápido crescimento quantitativo do trabalho em sua forma pura, ou seja, livre de outras esferas da ação e das funções sociais, tais como família e lazer, que eram tratados de forma conjunta. Segundo ele, “[...] esse processo de diferenciação e purificação, que pela primeira vez tornou possível a personificação do trabalho na figura social do ‘trabalhador’, estende-se à diferenciação entre a esfera doméstica e a do trabalho, entre a propriedade e o trabalho remunerado [...]” (OFFE, 1989, p. 14) O trabalho livre dos vínculos feudais que passa ser orientado pelo mercado e pelo “açóite da fome” (WEBER apud OFFE, 1989, p. 14), se transforma numa coação estrutural e ponto de partida empírico para as teorias dos clássicos. O segundo ponto que ele destaca como fator de atenção dos clássicos ao trabalho é a antiga hierarquia entre atividades “inferiores” e “superiores” que, no Século XVIII, foi nivelada ou até mesmo invertida devido a reforma protestante, as teorias político-econômicas e a revolução burguesa. O último ponto é a proletarização da força de trabalho e a liberação moral do trabalho para utilização na indústria como força motriz.

Offe quer mostrar com isso que o trabalho, no início na Sociedade Industrial, era categoria central de análise social, enquanto que na sociedade atual, ele perde sua centralidade ao ser compartilhado com outras frentes do agir humano. Dessa forma, ele enumera alguns indícios que comprovam que o trabalho se mescla com outras ações humanas. Segundo ele, dois mecanismos fariam o trabalho desempenhar papel central na vida das pessoas: sendo normatizado como obrigação para integração social ou instalado como imposição no âmbito da integração sistêmica.

No primeiro caso, o trabalho seria uma referência de uma vida moralmente correta e, no segundo, seria uma condição de sobrevivência física.

No primeiro caso, provavelmente fracassaria essa tentativa de se atribuir uma moral para o trabalho, devido a erosão das tradições culturais religiosas ou secularizadas. Outro motivo desse fracasso seria a taylorização da produção, que conduz à eliminação do “fator humano” no processo de produção industrial imediata. Nesse modelo de produção, o fator humano sempre foi visto como insegurança e transtorno, sendo que para a empresa torna-se “[...] estrategicamente racional vincular o processo produtivo a normas como a ‘responsabilidade’ e outras virtudes do trabalho.” (OFFE, 1989, p. 27)

Outro motivo que secundariza moralmente a esfera do trabalho é a desagregação dos ambientes de vida, que são homogêneos com respeito às categorias de trabalho e profissão e geram um contexto de vida composto pelo trabalho, por tradições familiares, vinculações a organizações, lazer, consumo e instrução. Argüi ele, que a tentativa de construir o ambiente de vida a partir da esfera do trabalho é cada vez mais inútil hoje, por causa da estrutura temporal e da biografia de trabalho. Em primeiro lugar, porque a formação e o exercício profissional deixaram de ter continuidade e já representam mais uma exceção que uma regra. Em segundo lugar, devido à tendência secular de redução da parcela do tempo de trabalho no tempo de vida, pois com isso se expande, cada vez mais, o tempo livre, no qual outras experiências, orientações e necessidades são determinantes. Além disso, afirma Offe,

[...] quanto maior for a extensão de experiências (ou ansiedades) de desemprego ou de retirada involuntária da atividade de trabalho remunerado, tanto mais baixo será, presumivelmente, o limiar do efeito da (auto-) estigmatização moral do desemprego, já que ele não mais poderia ser atribuído ao fracasso ou à culpa individual (principalmente no caso do desemprego maciço em certas regiões ou em certos ramos de atividades). (OFFE, 1989, p. 28)

Diz o autor que, diante desses fatos, é “[...] improvável que o trabalho volte a ter um papel central enquanto referência normativa de vida e de integração da personalidade [...]” (OFFE, 1989, p. 29) O que se pode esperar é apenas alguma influência através do segundo mecanismo, que é a condição de sobrevivência física, através do “[...] estímulo por meio dos bens adquiridos através do trabalho e/ou estímulo negativo das necessidades que por ele podem ser evitadas.” (OFFE, 1989, p. 29) Outro fator que perde relevância como motivação para a disciplina do trabalho é a redução da renda. Segundo ele, muitos optam em receber os benefícios do Estado de Bem-Estar Social e que o princípio do apóstolo Paulo adotado, também, por Josef Stalin segundo o qual “quem não

trabalha não deve comer”, não tem mais tanta validade institucional nos estados liberais de bem-estar.

Segundo Offe, uma “remoralização” das atitudes frente ao trabalho só seria possível numa crise sistêmica no contexto do Estado de Bem-Estar e a democracia concorrencial e que, a solução apontada pelos neoliberais da “auto-responsabilidade” individual e dos “mecanismos de mercado”, somente ameaçaria aquela relativa paz social da sociedade do trabalho, historicamente alcançada pelos sistemas coletivos de distribuição e seguridade.

A convivência com o contínuo desemprego e subempregos leva às desmotivações ocupacionais e a uma diminuição das pretensões salariais e qualitativas frente ao trabalho, afirma o autor.

A formação, no foco do desemprego estrutural, de subculturas de uma economia ‘informal’ próxima à pauperização, ou de uma ‘economia clandestina’, cujos participantes adquirem uma aversão no mínimo passiva com respeito aos valores e às regras legais da ‘sociedade do trabalho’, podendo facilmente enrijecer-se em uma ‘cultura do desemprego’, subproletária, em uma ‘não-classe de não-trabalhadores’ (Gorz). (OFFE, 1989, p. 32-33)

Essas constatações e reflexões sociológicas de Offe aqui, brevemente resumidas, corroboram com sua afirmação de uma crise da sociedade do trabalho, considerando-se a relevância subjetiva e o significado valorativo da esfera do trabalho. Segundo ele,

[...] uma sociedade industrial capitalista altamente desenvolvida, inserida em um Estado de bem-estar igualmente desenvolvido, tende a excluir - no plano moral, econômico e de qualificação - parcelas crescentes do potencial social de trabalho do âmbito da atividade ocupacional, sem possuir os recursos culturais ou os meios econômicos de coerção que seriam necessários à estabilização da centralidade subjetiva da orientação ao trabalho, à produção e à renda ocupacional, através de normas culturais ou da coerção muda dos processos de mercado. O trabalho foi deslocado de seu *status* de fato vital central e óbvio não apenas em termos objetivos, mas também perdeu tal *status* na motivação dos trabalhadores - em consonância com tal desenvolvimento objetivo, mas em discrepância com os valores oficiais e os padrões de legitimação da sociedade. (OFFE, 1989, p. 33)

Continua Offe,

[...] se a consciência social não mais pode ser reconstruída como consciência de classe, a cultura cognitiva não mais pode ser referenciada principalmente ao desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político não mais se atém primordialmente à garantia das condições de produção e da superação de conflitos distributivos, e se a sociedade não mais se problematiza principalmente através da indagações que possam ser respondidas pelas categorias da escassez e da ocupação, então surge evidentemente a necessidade de um sistema de coordenadas conceituais, com o qual seria possível cartografar as esferas da realidade social não plenamente determinadas pelo âmbito do trabalho e da produção. Essa questão é o equivalente sociológico à busca, no plano da ética social em ambas as confissões

cristãs, de uma interpretação atualizada do preceito bíblico do repouso sabático, ou seja, das estruturas, dos campos de ação e das relações de sentido além da esfera do trabalho. (OFFE, 1989, p. 34)

4.2.3 Dahrendorf: o Trabalho se Tornou um Privilégio

O sociólogo Dahrendorf (1992) diz que, nos anos 80, surge o fenômeno do desemprego, apesar do crescimento em vários países avançados. (Enfocando somente a cultura ocidental, seus estudos dizem respeito às parcelas européias, norte-americana e oceânica do mundo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE)

Segundo o autor, o PIB desses países aumentou, porém esse crescimento pouco fez pelo desemprego. “Em certa medida, pode-se até dizer que ele foi construído sobre o desemprego. Há duas maneiras de aumentar a produtividade. Uma é produzir mais com o mesmo número de mãos, a outra, é produzir o mesmo com menos mãos. Nos anos 80, o último método prevaleceu.” (DAHRENDORF, 1992, p. 151)

A noção de que o desenvolvimento técnico torna o trabalho humano supérfluo, apesar disso ser repetido ao longo de 200 anos, tem menos apoio oficial hoje do que nos tempos de debate sobre automação nos anos 50. Contudo, diz ele, aqueles que pensam que já viram tudo deveriam tomar cuidado. “As mudanças na natureza do trabalho foram profundas, e influenciaram as vidas individuais assim como as estruturas sociais. Hoje, o trabalho não é mais a solução óbvia para os problemas sociais, mas uma parte do próprio problema.” (DAHRENDORF, 1992, p. 152)

O trabalho é a agenda oculta do mundo industrial, afirma Dahrendorf. Apesar de as sociedades modernas serem sociedades de trabalho, baseadas em uma ética do trabalho e de posições ocupacionais, paradoxalmente, elas têm a perspectiva de um mundo sem trabalho. O empregos são os ingressos para um mundo de provimentos e, através deles, se define a renda das pessoas, seu *status* social, seu respeito próprio, bem como a maneira como organizam suas vidas.

Segundo o autor, na sociedade do trabalho, a vida social das pessoas pode ser resumida sob quatro tópicos principais: a primeira fase da vida, antes que a pessoa possa ser empregada; o período do dia, da semana e do ano em que as pessoas empregadas não trabalham realmente; e o crepúsculo, fase da vida em que a pessoa se aposenta do emprego. Há um século atrás, essas três facetas da vida eram todas relacionadas a uma quarta: o trabalho. A infância, a educação e as recreações eram preparações para o trabalho, bem como a aposentadoria era a recompensa por

uma vida de trabalho. Essas três facetas, hoje, que adquiriram seus próprios significados, são tratadas como fatos separados.

O mundo da educação desposa e defende seus próprios valores; alguns autores demonstram que ela aí está para dominar as sociedades modernas a expensas do trabalho. O lazer deu nascimento a um conjunto de novas indústrias; muitas pessoas tiram tanta satisfação e mesmo reconhecimento de suas atividades de lazer quanto do trabalho. A aposentadoria tornou-se uma *troisième age*, terceira idade, que para muitas dura 20 anos ou mais, e que gerou suas estruturas apropriadas, [...] (DAHRENDORF, 1992, p. 152-153).

Segundo Dahrendorf,

Neoconservadores preocupados e socialistas desnorteados juntam forças na exaltação das virtudes do trabalho duro quando nenhum dos dois tem empregos suficientes para oferecer para todos. Na realidade, estão falando de controle político e social, para o qual não foi encontrado nenhum outro mecanismo melhor do que a disciplina do emprego. De fato, de um fardo, o trabalho se tornou um privilégio. Poucos descreveriam os grupos de *status* superior dos dias hoje como uma classe de ociosos; eles são, ao invés disso, uma classe de ‘workaholics’²⁰. Uma grande maioria de seus membros está sempre reclamando de não terem tido férias há anos; mas na realidade essas queixas são uma outra forma de consumo conspicuo, de mostrar a nova riqueza do trabalho. (DAHRENDORF, 1992, p. 153)

Dahrendorf, apresenta-nos os seguintes dados dos países objetos de seu estudo: 20% da população não têm idade para entrar se entrar no mercado de trabalho; 20% estão aposentados; 10% passam o tempo em instituições educacionais; 15% não estão procurando emprego; 10% estão desempregados; os 25% restantes trabalham, porém o trabalho exige a metade dos dias do ano, nesses dias, o trabalho exige a metade do tempo em que estão acordados. Faz então a seguinte indagação: “ Estamos ainda de fato vivendo numa sociedade do trabalho?” (DAHRENDORF, 1992, p. 153)

Respondendo que sim, Dahrendorf diz que a prova disso é o próprio desempregado. “Ser um desempregado não é nada bom. Destrói a auto-estima das pessoas, transtorna a rotina de suas vidas e torna-os dependentes da seguridade social.” (DAHRENDORF, 1992, p. 153) O desempregado está à margem e cria novas prerrogativas. “O fato de que mais possa ser produzido com menos insumo humano significa que o trabalho pode tornar-se raro. Isso significa, por sua vez, que, sob certas condições, alguns podem ser definidos como estando fora do mercado de trabalho.” (DAHRENDORF, 1992, p. 155) Os empregos, segundo o autor, foram, por muito tempo, o

²⁰ A palavra “workaholic”, de origem inglesa, surge da junção de “work” (trabalho) e “alcoholic” (álcool). Os “workaholics” se relacionam com o trabalho como os alcóolatrás com o álcool. Isso significa que, assim como o álcool e as drogas, o trabalho também vicia. O termo “workaholic”, surgiu com os primeiros estudos realizados nos EUA, para designar pessoa viciada em trabalho. (NEGRO, 1992, p. 3-5)

bilhete de ingresso para o mundo dos provimentos e, também, condição para as prerrogativas de cidadania. Os direitos sociais eram ligados à questão do emprego, notadamente utilizado nos princípios das prerrogativas previdenciárias. “Enquanto o acesso aos mercados e, portanto, aos provimentos depende do emprego, o desemprego significa, por implicação, que o acesso é negado. Isso é verdade mesmo se o salário desemprego for tal que as pessoas possam sobreviver.” (DAHRENDORF, 1992, p. 157) Diz o autor, que na Europa e nos EUA começou uma dissociação progressiva entre trabalho e cidadania.

4.2.4 De Masi: a Libertação do Trabalho

Atualmente, o sociólogo italiano Domenico De Masi vem escrevendo muito sobre a Sociedade sem trabalho e seus livros têm tido muita repercussão no Brasil. Com uma visão otimista e deslumbrado com os avanços científicos e tecnológicos, ele desenha um cenário positivo para o tempo atual, que se denomina de “Sociedade Pós-Industrial”. Um tempo em que as pessoas estarão libertas da escravidão do trabalho e que deverão se preparar para viver no ócio criativo. Segundo ele, “[...] o advento pós-industrial é uma revolução épica, profunda, global, não um simples retoque, uma aceleração de marcha ou uma mudança de rota em relação à sociedade industrial a que estávamos habituados há dois séculos, de meados do século XVIII a meados do Século XX.” (DE MASI, 1999, p. 220)

Essa sociedade pós-industrial que surge, após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1950, indica um modelo completamente diferente das sociedades anteriores, principalmente da Sociedade Industrial que a originou. A nova sociedade “[...] se move sob o signo da conexão e da reintegração de trabalho e vida, casa e escritório, quantidade e qualidade, ética e negócio, bens e serviços.” (DE MASI, 1999, p. 221)

O autor identifica traços característicos da Sociedade Pós-Industrial, alguns dos quais apresentam-se a seguir:

- os parâmetros de referência são constituídos pela tecnologia eletrônica;
- predomínio do trabalho intelectual criativo;
- produção de bens imateriais (diferente dos bens materiais da sociedade industrial): serviços, informações, símbolos, estética, valores;
- baseada no saber, tem cultura própria e distinta definida como pós-moderna;

- nova sociedade caminha para não ter operários, camponeses ou analfabetos;
- o tempo livre prevalece sobre o tempo de trabalho; qualidade de vida prevalece sobre o consumismo;
- tem cada vez mais o peso dos movimentos e os novos sujeitos sociais. A aposta principal no jogo dos conflitos não é mais a distribuição da riqueza: quem vence tem o direito de programar o futuro, seu e dos outros;
- o trabalho é de natureza flexível e criativa;
- vai-se afirmando uma drástica hierarquia entre os países e os grupos hegemônicos, que monopolizam as atividades criadoras científicas e artísticas;
- a exigência de criatividade requer a avaliação do papel da esfera emotiva e afetiva sobre os limites da racionalidade;
- na nova sociedade interagem três níveis: o virtual, constituído do dos *mass media* e das redes de telecomunicação; o tangível, constituído pelos sujeitos reais e também pelas relações interpessoais; o financeiro, constituído pelos fluxos monetários cada vez mais velozes, que excitam a dinâmica das bolsas.

Através dessas transformações ocorridas com a Sociedade Pós-Industrial, o computador é destacado como fator de substituição do trabalho humano, principalmente aquele nocivo e enfadonho. Essas inovações importantes ocorridas no processo produtivo pelas novas tecnologias e pelas organizações científicas do trabalho substituem não só a força muscular, mas também, paulatinamente, o cérebro, restando aos trabalhadores o monopólio do trabalho criativo, afirma De Masi.

O “Terceiro Setor” para ele, tem papel fundamental nas novas relações sociais de produção na Sociedade Pós-Industrial, com características completamente diferentes dos demais. Neste setor reina um grau de liberdade e solidariedade que se sobrepõe até às organizações que têm como lógica o lucro. Nele existem muitas vantagens: a missão é uma paixão; o dinheiro vem de doações; a produção é auto-avaliada; prevalece a vontade dos clientes; o trabalho é voluntário (desinteressado); dá-se ênfase à solidariedade; e existe gratificação moral; a criatividade consegue matar a burocracia; prevalece a liderança carismática entre outras.

De Masi (1998a: p. 8-10) apresenta-nos dez teses afirmando que, no transcorrer da história, o ser humano sempre objetivou viver sem o trabalho e, a cada momento desse processo, há uma certa libertação. Dessa forma, o desemprego atual significa, de vez, a libertação dos homens e

das mulheres do trabalho, tendo em vista o alto grau que atingiu as inovações tecnológicas. Porém, a questão passa por uma tomada de consciência, por uma educação que prepare para viver no ócio para vida e não para o trabalho. A sociedade industrial se impôs contra o ócio, por isso faz-se necessário um esforço para superar a cultura do trabalho. Para termos uma idéia mais aprofundada das reflexões deste Sociólogo, optamos em apresentar, resumidamente, essas teses:

1. O progresso humano nada mais é do que um longo percurso do homem rumo à intencional libertação, primeiro da fadiga física e depois da faina intelectual (Ele mostra através a história as fases libertatórias). Assim, a Sociedade Pós-Industrial trouxe, finalmente, a libertação do trabalho.
2. Cada vez que a inovação tecnológica se apresenta em nível estrutural, num primeiro momento é visto como causadora do desemprego e ameaça da coesão social e, num segundo momento, é vista como libertação da escravidão do trabalho, da carestia e da tradição.
3. O desemprego muitas vezes é devido à incapacidade de valorização dos recursos humanos, assim como a tecnologia é subjugada para não provocar o desemprego. A primeira causa é a incapacidade de extrair da tecnologia e das ciências das organizações as vantagens que elas podem oferecer. A segunda razão, é a incapacidade de redesenhar o sistema social, dando-lhe condições de valorizar o ócio ativo, isto é, a peculiaridade humana de introspecção, ideação, produção criativa, reprodução vital e jogo inventivo.
4. Enquanto a sociedade greco-romana tinha aprendido a enriquecer de significados os poucos objetos à sua disposição, a sociedade industrial preferiu enriquecer-se de tecnologia para construir sempre mais objetos. Além disso, preferiu enriquecer-se de objetos tanto mais pobres de significados qualitativos quanto mais o consumismo almejava a multiplicação quantitativa deles. Isso leva a uma disputa entre a superprodução de um mercado ciclicamente saturado por objetos obsoletos e à indução de necessidades alienantes que cria uma demanda fictícia por objetos novos, destinados, por sua vez, a uma rápida obsolescência.
5. A inovação tecnológica acontece buscando a substituição do trabalho humano na produção. A demissão da mão-de-obra e da mente-de-obra acontece quando os empresários empregam o luxo de tecnologias sofisticadas.
6. Na sociedade industrial o aumento do consumo e a relativa lentidão tecnológica permitiu ao mercado absorver muita mão-de-obra. Na sociedade pós-industrial, os avanços tecnológicos caminham na velocidade que o equilíbrio entre oferta e procura de trabalho fica definitivamente rompido, criando um crescente acúmulo de mão-de-obra em relação às exigências da produção.

7. Sendo o desemprego inexorável, os esforços deveriam ser empreendidos no sentido redesenhar os tempos e a vida, produzindo com o trabalho decrescente, aos invés de criarem postos ilusórios de trabalho. Diante dessa situação, tudo leva a crer que a coragem necessária para aceitar e planejar a libertação do trabalho será encontrada quando todos tiverem plena consciência de que os esforços para aumentar o número de empregos numa sociedade foram superados.

8. Quando comparada à libertação da escravidão, que caracterizou a Idade Média, e à libertação da fadiga, que caracterizou a sociedade industrial, a libertação do trabalho, que irá caracterizar a sociedade pós-industrial, delinea-se com traços peculiares. Posto que as máquinas se incumbirão de quase todo o trabalho físico, assim como de boa parte do trabalho intelectual do tipo executivo, o ser humano irá guardar para si o monopólio da atividade criativa que, por sua própria natureza, dá muitos menos margem do que a atividade industrial à alocação de tarefas e para a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre. De modo diferente do desemprego, que necessariamente é acompanhado pelos males da miséria e da marginalização, a libertação do trabalho admite formas de vida muito mais livres e felizes. Passam a existir uma riqueza mais distribuída, uma autodeterminação sobre as tarefas, uma atividade intelectual mais rica em conteúdos, uma maior importância dada à estética e à qualidade de vida, e maior espaço para a auto-realização subjetiva.

9. A eventualidade de suprir a humanidade de bens e serviços de que ela precisa, com um uso mínimo de trabalho humano, implica na necessidade de se projetarem novas formas “políticas” de alocar as tarefas e de distribuir a riqueza. Tendo em vista que um número sempre maior de pessoas irá usufruir dos bens e serviços sem se envolver em sua produção, serão precisas novas formas de bem-estar (welfare) para atender às necessidades daqueles que não trabalham, e novas formas de gratificação, para atender às necessidades daqueles que trabalham.

10. Dentro das organizações, a ciência de planejar e controlar as atividades dos “dependentes” terá de se converter, e bem depressa, na arte de motivar para a criatividade e para a remoção de barreiras das quais a burocracia sempre lança mão para impedir a expressão criativa. No âmago da sociedade atual, diante de um sistema composto sobretudo por “novos desocupados”, isto é, de “libertos da escravidão do trabalho”, a qualificação profissional para o trabalho criativo terá de funcionar em uníssono com o preparo profissional para o ócio ativo.

Tecendo críticas à Sociedade Industrial, ele defende uma nova postura perante a vida, na qual o tempo de trabalho não mais seja separado do tempo do ócio. Cita várias vezes, o filósofo Alexandre Koiré, do qual destaca uma de suas afirmações a de que “Não é do trabalho que nasce a

civilização: ela nasce do tempo livre e do jogo”. (apud DE MASI, 2000, p. 139) Também insiste na importância do esforço em superar a cultura do trabalho imposto necessariamente para aquele momento durante a revolução industrial, o qual passou a ser fator principal do desenvolvimento econômico.

Foi a indústria que separou o lar do trabalho, a vida das mulheres da vida dos homens, o cansaço da diversão. Foi com o advento da indústria que o trabalho assumiu uma importância desproporcionada, tornando-se a categoria dominante na vida humana, em relação à qualquer outra coisa - família, estudo, tempo livre - permaneceu subordinada. (DE MASI, 2000, p. 139)

Com a questão da importância do trabalho para a indústria, o ócio ficou relegado para a um segundo plano, diferentemente de épocas anteriores. E o tempo para o lazer, descanso, namoro, etc., ficou numa outra esfera do tempo, denominado de resíduo fora do tempo de trabalho. Então, é necessário inverter, pois segundo ele, “[...] nos anos passados foi o trabalho que colonizou o tempo livre. Nos anos futuros será o tempo livre a colonizar o trabalho.” (DE MASI, 2000, p. 298)

Na Sociedade Pós-Industrial, segundo o autor,

[...] o trabalho perdeu o papel central que ocupou durante um par de séculos até agora, e que, portanto, a família, a escola e a mídia devem colocar ao lado da atual educação profissional dos jovens um outro tipo de educação, igualmente séria, com vistas às atividades lúdicas e culturais. (DE MASI, 2000, p. 305)

Com a Sociedade Pós-Industrial, foi concedido uma segunda liberação a Prometeu: depois dos membros, pode finalmente liberar também o cérebro. A sociedade industrial permitiu que milhões de pessoas agissem somente com o corpo, mas não lhes deixou a liberdade para expressar-se com a mente. Na linha de montagem, os operários movimentavam mãos e pés, mas não usavam a cabeça. A sociedade pós-industrial oferece uma nova liberdade: depois do corpo, liberta a alma, sentencia De Masi.

4.2.5 Kurz: o Trabalho está Morto

O sociólogo e ensaísta alemão Robert Kurz também vem escrevendo muito sobre o fim da Sociedade do Trabalho. Ele inicia seu livro “O colapso da modernização” afirmando que “Nunca houve tanto fim”. Com isso ele quer dizer que “com o colapso do socialismo real, toda uma época desaparece e vira história.” (KURZ, 1992, p. 13) Tanto o sistema socialista que antecipou a sua

própria decadência, quanto o sistema capitalista sofrem do mesmo mal. De acordo com o autor, não foi o conflito de sistemas que provocou o colapso do Leste Europeu e está arruinando o capitalismo, mas sim foi a falha dos mecanismos internos de funcionamento do próprio sistema e que essa crise ameaça também o suposto vencedor. A causa dessa crise tem que ser procurada para além da sociedade industrial, bem como das relações entre mercado e Estado. Essa crise tem que ser procurada no nível onde se encontram todos os sistemas sociais da modernidade, é a crise da “Sociedade do trabalho”.

O trabalho não é supra-histórico. E por ser um processo histórico, “[...] o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas.” (KURZ, 1992, p. 18) Com essa forma, pertence exclusivamente à era moderna, e foi adotado acriticamente por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra. Nessa curiosa forma abstrata, o trabalho traz em si a própria finalidade. É esse caráter de finalidade inerente que caracterizou tanto o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno que revela o “ponto de vista do trabalhador” e o *ethos* do trabalho abstrato através da idolatria fetichista de maior dispêndio de força de trabalho, além das necessidades concretas. Segundo o autor, em nenhum lugar o *ethos* protestante do trabalho de Weber foi posto em prática como na sociedade real e no movimento operário. O movimento operário transformou o trabalho abstrato numa religião secularizada. E a sociedade foi transformada numa máquina de trabalho.

O trabalho atual é incompatível com o trabalho das formações sociais anteriores da história humana. Naquelas sociedades, o trabalho, bem com seu produto e a apropriação aparecem de forma concreta, direta, sensível, como valor de uso, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que traz em si sua própria finalidade. Enquanto no sistema produtor de mercadorias da modernidade, ocorre o contrário,

[...]a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante à industrialização e cientificização, rompem a coação e a prisão da ‘primeira natureza’, passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma ‘segunda natureza’, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da ‘primeira natureza’, apesar de sua origem puramente social. (KURZ, 1992, p. 21-22)

Dessa forma,

[...] a sociedade do trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas

modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho. Mas, desde a Renascença, a conexão natural entre estafa e riqueza de produtos veio a ser rompida pelo dinheiro. (KURZ, 1992, p. 21-22)

“O fato de que o trabalho vivo, ao produzir mercadorias, se transforma em trabalho morto, ‘representado’ (expressão de Marx) na forma encarnada do dinheiro, parece óbvio à consciência moderna.” (KURZ, 1992, p. 22) Tudo bem, diz ele, o dinheiro é uma categoria real que atravessa muitas formações históricas. Como mercadorias, os produtos são coisas de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando-se somente no dinheiro que é a mediação da sociedade. Na crítica da economia política de Marx, o dinheiro é uma coisa fetichista, que não tem conteúdo concreto. A forma de representação morta e abstrata em que se apresentam os produtos de um trabalho social pertencente ao passado, significa o dinheiro que é a coisa abstrata. Diferentemente de Marx, a teoria burguesa clássica, compreendeu essa forma como fenômeno que existe a priori, parecendo que tinha uma existência óbvia, afirma o autor. Mas, segundo Kurz, na sua importante tese, é justamente aí que “[...] esse ponto de vista esconde a inversão em que a ‘primeira’ natureza é substituída pela ‘segunda’, inversão que é o fundamento da constituição de todas as sociedades da modernidade. E precisamente nessa inversão origina-se o caráter do trabalho moderno, de atividade que traz em si sua própria finalidade.” (KURZ, 1992, p. 22)

A mercadoria pré-moderna é diferente da mercadoria moderna. A primeira se mantinha numa relação de economia não monetária, assim, a sociedade, de maneira geral, não era um sistema produtor de mercadorias.

O trabalho que produzia mercadoria (por exemplo, os dos artesãos urbanos) permanecia dentro do horizonte social do valor de uso: era uma produção destinada à troca de produtos concretos. Nesse sentido, pode-se dizer que ela “extingue-se no valor de uso” (Marx), apesar de passar pelas abstrações do processo de troca no mercado. (KURZ, 1992, p. 23)

Assim, o valor, na forma da mais valia, passa a referir-se de forma tautológica a si mesmo: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade., ou seja, traz em si o próprio trabalho acumulado. O processo de produção deixou de “extinguir-se” no valor de uso, apresentando-se como automovimento do dinheiro, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato e outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológica do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto, um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho

desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si a própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que se tornou independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro.

As pessoas e os materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas e matérias-primas) não podem mais ser entendidos apenas como uma parte do metabolismo entre os homens e a natureza a serviço da satisfação de necessidades materiais. Passaram a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como “mais dinheiro”. Segundo o autor, com a troca no mercado a mediação social que se dava através dos bens de uso deixou de acontecer para servir de realização de lucro, ou seja, para transformar o trabalho morto em dinheiro. Assim, os bens de uso se constituíram em um fenômeno secundário no qual se realiza a esfera monetária. E, assim, todo o processo vital social e individual passa a ser submetido ao dinheiro. Dessa forma,

[...] atrás da ligeira subjetividade da troca no mercado esconde-se o pesado homem trabalhador, que apenas em sua forma mais grosseira aparece como um Stakhanov²¹; mesmo atrás da fachada mais brilhante da embalagem colorida dos valores de uso oculta-se a qualidade de capital fetichista dos produtos que faz deles ‘coágulos de trabalho’ fantasmagóricos (Marx). Sua forma de existência sensível torna-se algo secundário, e um algo necessário para o processo do trabalho abstrato e do dinheiro.” (KURZ, 1992, p. 24)

Kurz advoga que, tendo em vista essa ocultação do trabalho através do dinheiro, há uma necessidade de uma crítica social radical diferente das idéias tradicionais obsoletas, renovada e praticada no apogeu da crise do sistema produtor de mercadorias.

A própria necessidade de produzir mais mercadorias através da tecnologia, causou um desenvolvimento inaudito da “força produtiva ciência” e, com isso, o próprio capitalismo gerou no seu interior o comunismo já presente. A substituição da força humana no trabalho, ou seja, o trabalho abstrato gerador da “mais-valia” é a crise do capitalismo, o mesmo que aconteceu no Leste Europeu. Essa crise “[...] consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital [...]” (KURZ, 1992, p. 213) Assim, o capitalismo é autofágico. Está comendo a si próprio. Eliminando o trabalho abstrato

²¹ O conflito dos sistemas fez com que a URSS investisse massivamente na cultura do trabalho. O maior impulso ocorreu em 1935 com o movimento stakhanovista, que poderia ser comparado ao taylorismo americano. O mineiro russo Alexei Stackanov conseguiu a façanha de cavar 102 toneladas de carvão em 6 horas de trabalho. Seu ato heróico rendeu-lhe o título, outorgado pelo Jornal de Pravda, de “Operário Padrão”. (CARMO, 1992, p. 57) O stakhanovismo passou a ser conhecido como um método de aumentar o rendimento do trabalho por iniciativas

através do desemprego, ele deixa de produzir mais-valia que é seu próprio alimento e permite, dessa forma, o surgimento de sua negação.

Mas, reconhecendo e aceitando ou não à realidade: a humanidade tem que enfrentar o fato de que, por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e “técnico”. [...] O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno já *presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um comunismo das coisas, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. (KURZ, 1992, p. 214)

No artigo “A honra perdida do trabalho”, Kurz (1991) explica melhor a identidade entre o conceito de trabalho em geral e o trabalho abstrato que é o da forma mercadoria. Segundo ele,

O ‘trabalho’ que se manifesta separado do ‘tempo livre’, da ‘política’, da ‘arte’, da ‘cultura’ etc. já é sempre trabalho abstrato. Só a relação capitalista como forma-valor desdobrada produziu em forma pura esta separação real do ‘trabalho’ e os outros momentos do processo de reprodução social. [...] (KURZ, 1991, p. 2)

Para superar essa forma histórica da atividade humana, que se encontra hoje na forma de “trabalho abstrato”, segundo ele, só é possível,

[...] em primeiro lugar, como superação do “trabalho” em geral, que não deve ser confundido com a atividade reprodutiva humana ou com o processo de troca material com a natureza; em segundo lugar, ela só é viável como superação direta do “produtor imediato” como figura histórica. (KURZ, 1991, p. 17)

Essa superação não pode ser através do “trabalho produtivo” que é sua forma moderna, mas através do “ócio produtivo”. O ócio produtivo é gerado no interior do próprio capitalismo na substituição do trabalho abstrato tendo como instrumento dessa emancipação, a força produtiva da ciência. Kurz diz que somente desse ponto de vista torna-se claro “o discurso de Marx sobre o ‘desenvolvimento das forças produtivas’ como *pressuposto* para uma revolução socialista que o capitalismo há de criar inconscientemente”.(KURZ, 1991, p. 3)

Só quando a ciência como força produtiva, a título de forma diversa e superior da atividade reprodutiva humana, começa a exceder o dispêndio da força de trabalho humana na própria produção, o trabalho abstrato entra em crise, torna-se obsoleto e tem de ser substituído pelo “ócio produtivo”, um fenômeno hoje em ascensão nos países ocidentais mais desenvolvidos. Também a ciência como força produtiva é

força produtiva humana, mas sobre um plano diverso e mais elevado. (KURZ, 1991, p. 20)

Segundo o Grupo Krisis (1999), no plano das forças produtivas, é a microeletrônica, como tecnologia universal de racionalização e de comunicação, que se torna a força produtiva da crise para o sistema produtor de mercadorias, ao mesmo tempo que pode se tornar uma força produtiva da emancipação social em relação às formas fetichistas do valor. Temos que partir das forças produtivas microeletrônicas para ir contra as relações de produção e consumo capitalistas. Essa nova força produtiva é um potencial, que o capitalismo não produziu em benefício próprio, mas para seu fim. É uma forma embrionária de reprodução social para além do valor que não começará com a produção, mas com a utilização de chips.

Nesse raciocínio, o Grupo Krisis, estabelece uma importante tese afirmando que, “[...] **pela primeira vez na História, a velocidade de inovação do processo produtivo conduzido pela tecnologia, ultrapassa a velocidade de inovação do produto.**” (KRISIS, 1999, p. 15, grifo nosso) E, assim, o trabalho abstrato torna-se supérfluo. Nessa lógica de auto-destruição, o capitalismo gerou no seu interior a substituição da força humana no trabalho, que se traduz no desemprego. Porém, é o trabalho abstrato que é o gerador da mais-valia e, acabando com ele, o capitalismo cria estruturalmente sua crise, pois com o desemprego reduz a mais-valia e entra em colapso. Essa é a forma do “capitalismo autofágico”, ou seja, devora-se a si mesmo.

No Manifesto contra o trabalho como vimos anteriormente, o Grupo Krisis, do qual Kurz é um dos membros mais conhecido, decreta a morte sumária do trabalho abstrato, mas constata que mesmo ele estando morto, tanto empresários, como trabalhadores e também autoridades capitalistas mundiais se recusam a enterrá-lo de vez. Mesmo estando morto, o trabalho continua dominando o mundo através da globalização.

4.2.6 Antunes: o Trabalho nunca Perde sua Centralidade

O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes (1995) se contrapõe muito a essas visões. Na perspectiva lukacsiana, ele reafirma o trabalho enquanto categoria ontológica como fundante do ser social. Assim sendo, a humanidade sempre terá o trabalho como centro da formação social. Mesmo

com o desemprego, o trabalho não perde sua centralidade, por ele ser ontológico, ser “fenômeno original”, protoforma do ser social (Lukács), como se fosse uma lei natural.

Segundo ele, essa tendência de maior intelectualização do trabalho fabril ou incremento de trabalho mais qualificado, levando com isso a desqualificação da mão-de-bra e a sua subproletarização, não permite concluir a perda da centralidade do trabalho na sociedade produtora de mercadorias. Nessa sua avaliação numa perspectiva interpretativa da teoria marxiana, mesmo reduzido relativamente o fator subjetivo do processo de trabalho, mas não chega ao ponto de eliminá-lo por se o trabalho abstrato o produtor de valores de troca.

Antunes ressalta que quando se fala sobre a crise da sociedade do trabalho, tem que se saber de que trabalho se está falando: se é o da crise do trabalho abstrato que, segundo ele, é o alvo da crítica de Kurz ou sobre a dimensão concreta, que é a tratada por Offe, Gorz e Habermas. Se for sobre a crise do trabalho abstrato, então ela tem que ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Nesse ponto, diz ele, está de acordo com Kurz. Nessa vertente, podem ser constatadas duas maneiras distintas de interpretar a crise da sociedade do trabalho abstrato: uma é a que acha que “o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias” (o que Antunes discorda) e, a outra, é aquela que “critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho *estranhado*, *fetichizado* e, portanto, *desrealizador* e *desefetivador* da atividade humana autônoma”. (ANTUNES, 1995, p. 77-78, grifo do autor) Nessa última, que “[...] apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece-se o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca”. (ANTUNES, 1995, p. 78) Antunes não só concorda, mas diz que Marx já discorreu profundamente sobre isso nos Manuscritos de 1844, sobre o trabalho estranhado que é nefasto para o ser social.

Segundo ele, outra vertente crítica da sociedade capitalista que recusa o papel central do trabalho, tanto em sua dimensão abstrata, que cria valores de troca, quanto na dimensão concreta, que cria valores de uso, é defendida por Habermas. E, nessa linha, segue Claus Offe e André Gorz. Habermas, embora se refira à dimensão abstrata do trabalho, evidencia que o

[...]trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem no universo da sociedade contemporânea, como trabalho *abstrato*, nem como fundamento de uma ‘utopia da sociedade do trabalho’, como trabalho *concreto*, pois ‘os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação. (ANTUNES, 1995, p. 79)

Antunes nos lembra que tratar do trabalho implica tratá-lo considerando-o essas suas duas dimensões: concreto e abstrato. Segundo ele, Agnes Heller é sugestiva nesse sentido quando diz que o trabalho deve ser apreendido no seu duplo aspecto: “como execução de um trabalho que é *parte da vida cotidiana* e como *atividade* de trabalho, como uma objetivação diretamente genérica (grifo do autor)” (HELLER apud ANTUNES, 1995, p. 79). Segundo Heller, Marx serve-se de dois termos: *work* e *labour*. “O primeiro (*Work*) realiza-se como expressão do trabalho concreto, que cria valores socialmente úteis. O segundo (*labour*) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado.” (HELLER apud ANTUNES, 1995, p. 79). Antunes explica ainda que

O trabalho entendido enquanto *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho *concreto*. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade *estranhada, fetichizada*. (ANTUNES, 1995, p. 79-80)

Se não for levada em conta essa dupla dimensão do trabalho, “a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho *concreto*.” (ANTUNES, 1995, p. 79-80)

A crítica da sociedade do trabalho abstrato requer o reconhecimento emancipador da “classe-que-vive-do-trabalho”, pois mesmo que essa classe esteja fragmentada, heterogeneizada e complexificada é potencialmente capaz de ir além do capital. A ação que é capaz de possibilitar a superação desta sociedade para além do capital será aquela que

[...] incorpore as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como a redução radical da jornada de trabalho e a busca do ‘tempo livre’ sob o capitalismo, *desde que esta ação esteja indissolivelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis*. (grifo do autor)” (ANTUNES, 1995, p. 86, grifo do autor)

Este seria o ponto de partida para uma organização societária que busca a superação do reino da necessidade para o reino da liberdade, condição para um projeto de associação livre dos indivíduos sociais identificado com o gênero humano, afirma Antunes.

Os críticos da sociedade do trabalho, com algumas exceções, constatarem empiricamente a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, a partir daí, generalizam para o “fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico, afirma Antunes.

Quando a defesa da sociedade do mercado e do capital não é claramente explicitada nestas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele*. (ANTUNES, 1995, 86)

Por ser a classe-que-vive-do-trabalho potencialmente revolucionária é necessário que aglutine e articule o conjunto dos seus segmentos, mesmos aqueles desempregados, sub-contratados, etc., para abolir o trabalho abstrato. A revolução deve ser *no e do* trabalho, pois a esfera do trabalho concreto, como protoforma da atividade humana, é o ponto de partida que se pode instaurar para uma nova sociedade. Dar ênfase ao universo da não-classe dos não-trabalhadores elegendo-o como pólo potencialmente capaz de transformar a sociedade, como se fosse um segmento portador de potencialidades anticapitalistas, segundo ele, é outro equívoco de Gorz; que por outro lado, vê como irreversivelmente integrados à ordem capitalista os incapazes de lutar por uma vida emancipada, os trabalhadores formais. Outro equívoco conceitual de Gorz é caracterizar conceitualmente como não-classe dos não-trabalhadores um segmento importante e crescente da classe trabalhadora.

[...] a *heterogeneidade, fragmentação e complexificação* efetivam-se no interior do mundo do trabalho, nele incluído desde os trabalhadores produtivos, ‘estáveis’, até o conjunto de trabalhadores precários, daqueles que vivenciam o desemprego estrutural etc. É este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a *totalidade do trabalho social*, a classe trabalhadora e o mundo do trabalho. (ANTUNES, 1995, p. 90, grifo do autor)

4.3 Quadro Sinóptico

Optou-se em fazer um quadro sinóptico da análise dos sociólogos relacionados para melhor visualizarmos comparativamente seus principais argumentos relativos a conceitos que consideramos mais relevantes para a pesquisa.

Sociólogo/ Conceitos	Trabalho	Sociedade	Classes sociais	Identidade	Tecnologia
Gorz	Perdeu a centralidade; o emprego tem caráter acidental e provisório; torna-se um tempo morto à margem da vida; ao invés de ser um modo de inserção social e um modo de sujeição universal	Sociedade de produção dualista; Pós-Industrial;	Criou o neoproletariado: não-classe que foi expulso da produção pela automação e atua na esfera autônoma.	Os neoproletários não vêem mais o trabalho como justificação de suas vidas, perde a moral do trabalho; os indivíduos produzem sozinhos ou livremente associados de acordo com desejos e fantasia de cada um com grau maior de liberdade.	Substitui o trabalho.
Offe	Perdeu seu status e a centralidade compartilhando com outras frentes do agir humano;	Pós-Industrial	De acordo com Gorz, criou uma não-classe, portanto, não pode ser construída uma consciência enquanto classe trabalhadora. Propõe um equivalente sociológico além da esfera do trabalho.	Improvável que o trabalho volte a ter papel central de integração da personalidade; o contínuo desemprego cria uma cultura do não-trabalho e perde a ética do trabalho.	Substitui o trabalho.
Dahrendorf	Ainda é sociedade do trabalho, mas tem a	Pós-Industrial	Burguesia e proletariado	O emprego constitui a identidade social, é	Tornou o trabalho humano supérfluo;

	perspectiva de um mundo sem trabalho, se produz com menos trabalho humano; mudanças profundas e não é mais a solução óbvia para os problemas sociais, mas somente parte dele; o trabalho tornou-se um privilégio.			prerrogativa de cidadania e acesso ao consumo.	
De Masi	Perdeu a centralidade; as pessoas estão libertas da escravidão do trabalho, após libertar o corpo libertou a alma.	Pós-Industrial	Burguesia e proletariado	Educação para viver o ócio criativo, esforço para superar a cultura do trabalho	Substitui o trabalho.
Kurz	Perdeu a centralidade; pertence à era moderna; há idolatria do trabalho; o trabalho está morto e é representado na forma dinheiro; o trabalho traz em si sua própria finalidade.	Crise da Sociedade do Trabalho. A sociedade entrará em colapso.	Burguesia e proletariado	Autogestão através do ócio produtivo.	Força social da ciência que substitui o trabalho através da microeletrônica
Antunes	O trabalho é ontológico, por isso nunca perde a centralidade.	Sociedade Pós-Industrial; o que há é uma crise do emprego (ciclo do capitalismo)	Burguesia e proletariado	Construção através do trabalho.	Substitui um setor, mas cria frentes de trabalho em outros setores da economia.

Figura 1 – Sinopse do debate sobre o trabalho

5 O CONCEITO DE ÓCIO

O que é ócio? Esta é a pergunta que neste capítulo se ousa responder, pelo menos, se procura um entendimento sobre o assunto relacionando-o ao conceito de trabalho. Quando se pergunta o que é trabalho, todos nós sabemos responder de imediato, mas quando se pergunta o que é o ócio, a interrogativa mostra a sua complexidade, bem como sua perplexidade por ser algo que não faz parte do cotidiano, pelo menos da maioria das pessoas. Não fomos preparados para o ócio, para o lazer, para as atividades lúdicas e prazerosas. Fomos educados para padecer sob o jugo do trabalho, que se caracteriza como uma atividade enfadonha, penosa como se fosse uma eterna sujeição à algo sagrado, que mesmo sendo dessa forma, somos obrigados a praticá-lo. Um dos sofrimentos hoje da sociedade é a consequência da falta de trabalho, que some diante dos olhos perplexos das instituições políticas, sociais e religiosas, que ajudaram a promover e a fazer opressão ao trabalhador. Acostumada com a tradição do trabalho, a sociedade não consegue mudar para outra direção a não ser a trilhar o caminho já conhecido, ou seja, continuar reivindicando que seja reintegrada à sujeição.

Porque, infelizmente, todas as instituições que cuidaram da gente - a família, a escola e as instituições religiosas - nos prepararam, de uma forma obsessiva, para trabalhar, negligenciando a educação para o lazer, identificado só como consumo exibicionista, caro e perigoso. (DE MASI, 2000, p. 299)

O desemprego é mais catastrófico pelo fato de impossibilitar o acesso aos bens de consumo pela falta de salário ou pela ausência do trabalho? Todos nós fomos educados para o trabalho e não para o ócio. Essa foi a opção da modernidade. O que fazer diante dos que não têm o que fazer? Se a vida das pessoas, nessa lógica societal, se garante através do emprego que gera salário com o qual se tem acesso ao mundo de provimentos, quando não existe mais o emprego como garantir o acesso ao consumo? Como mudar a cultura do trabalho para uma cultura do ócio? Essas e outras questões são pertinentes se considerarmos as análises e previsões dos pensadores sociais apresentados anteriormente.

Os neoproletários, segundo Gorz, não concebem mais o trabalho como justificação de suas vidas, como fora para os operários tradicionais da sociedade industrial que o tinham como centro de suas vidas, bem como fator de dignidade e valorização enquanto utilidade social. A tentativa de construir o ambiente de vida a partir da esfera do trabalho, conforme afirma Offe, é cada vez mais inútil atualmente, em decorrência dos seguintes fatores: a formação e o exercício profissional

deixaram de ter continuidade e já representam mais uma exceção que uma regra; há tendência secular de redução da parcela do tempo de trabalho no tempo de vida; as experiências e a convivência com o contínuo desemprego e subempregos levam às desmotivações ocupacionais e a uma diminuição das pretensões salariais e qualitativas frente ao trabalho. O trabalho, segundo o autor, foi deslocado de seu *status* de fator vital central e, é óbvio, não apenas em termos objetivos, mas também na motivação dos trabalhadores e, nessa direção, ocorreu a conseqüente diminuição do valor moral do trabalho.

Tem razão Offe! A manifestação do governo alemão em abril de 2001, feita pelo chanceler Gerhard Schröder, comprova muito bem isso. Os trabalhadores alemães estão preferindo os benefícios, mesmo sendo menores do que os salários, ao invés de irem trabalhar. Schröder disse a seus compatriotas que eles “não têm direito ao ócio” e que, se os alemães continuassem a recusar persistentemente às ofertas de emprego, deveriam perder os benefícios sociais. A preocupação dos políticos e comentaristas alemães é com a possibilidade de que “a prosperidade está dando origem a uma sociedade do divertimento”. Em 1991, cerca de 2,6 milhões de alemães estavam desempregados o número aumentou para 3,7 milhões em 2000, diz o estudo. (GM, 20/04/2001, p. A20)

O trabalho é a agenda oculta do mundo industrial, afirma Dahrendorf (1992). Apesar de as sociedades modernas serem sociedades de trabalho, baseadas em uma ética do trabalho e de posições ocupacionais, paradoxalmente, elas têm a perspectiva de um mundo sem trabalho e, segundo De Masi, “nos anos passados foi o trabalho que colonizou o tempo livre. Nos anos futuros será o tempo livre a colonizar o trabalho.” (DE MASI, 2000, p. 298)

Pela própria necessidade de produzir mais mercadorias através da tecnologia, na visão de Kurz (1992), ocorreu um desenvolvimento inaudito da “força produtiva ciência” e, com isso, o capitalismo gerou o comunismo, que já estava presente no seu próprio interior. A substituição da força humana no trabalho, ou seja, no trabalho abstrato gerador da “mais-valia” significa a crise do capitalismo, que se caracteriza pelo desemprego que a reduz. Assim, o capitalismo é autofágico. Está comendo a si próprio. Eliminando o trabalho abstrato através do desemprego, ele deixa de produzir mais-valia que é seu próprio alimento e permite, então, o surgimento de sua negação. Dessa forma, - o trabalho está morto! - Anuncia o Krisis, em seu manifesto.

5.1 Ócio e Trabalho: uma Mudança de *Status*

Num determinado momento histórico, propriamente na modernidade, a atividade humana²² que tinha como o fim o ócio perdeu seu *status* para o trabalho. O trabalho passa a ter um fim em si mesmo, ou seja, trabalha-se com o objetivo de gerar mais trabalho e não tempo para usufruir a vida. Até a pré-modernidade, trabalhava-se para viver, com a modernidade, passou-se a viver para trabalhar. Segundo o Grupo Krisis,

[...] trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, farão hortas, músicas, etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a atividade humana em si, o puro ‘gasto de força de trabalho’, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais. (KRISIS, 1999, p. 6)

O ócio antes fazia parte da cotidianidade da vida, quando a atividade humana significava atividade da vida e a busca por mais tempo para festas pagãs e religiosas. Na versão moderna, essa atividade foi cindida, transformando-se em trabalho e tempo livre, porém, o tempo livre do trabalho é algo marginal à vida cotidiana, transformado em curto período destinado ao descanso, alimentação, higiene e poucos lazeres, ou seja, apenas para minimamente tratar do corpo que é visto como máquina de trabalho para a produção capitalista. Com essa perspectiva, homens, mulheres e crianças deixaram de ser pessoas e se transformaram em “trabalhadores”²³. Segundo Adorno, o tempo que é dito livre, na verdade não é momento de liberdade, pois também é um tempo administrado pelo trabalho.

A questão do tempo livre: o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento, não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente, aliás – antes se dizia ócio, e este era um privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo -, aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora. O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Esta oposição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo dependerá da situação geral da sociedade. Mas esta,

²² O materialismo histórico e dialético se distingue do idealismo por priorizar a matéria em relação à idéia. O trabalho é a atividade humana que permite ao homem interagir com a natureza e, através dessa relação dialética, criar sua essência, a idéia. Portanto, primeiro a matéria e depois a idéia, conforme arrazoado no Capítulo 1.

²³ Na versão atual o que predomina são as definições de “Trabalhador” ou “Operário”, ambas originárias de “Proletário”, termo cunhado por Karl Marx. Segundo ele, a classe proletária tem a missão histórica de superar, através da revolução, o modo de produção capitalista e abolir as classes sociais. (MARX, 1988, p. 12)

agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas como real liberdade. (ADORNO, 1995, p. 70)

A sociedade, dividida em classes sociais, manteve a oportunidade de uma delas viver melhor (burguesia) do que a outra (trabalhadora). Porém, existe uma característica distintiva fundamental no capitalismo que se diferencia de outras relações de classes pré-capitalistas. O aspecto aqui é que ambas as classes sociais trabalham muito, ambas se oferecem ao trabalho como se ele fosse um deus, salvo as proporções nos limites de cada classe. A diferença se encontra no tipo de trabalho que é desenvolvido. A burguesia faz o trabalho supérfluo, o burocrático, desnecessário socialmente, criando outros tipos de trabalhos parasitários para manter a relação de exploração. A classe trabalhadora é a que produz o socialmente necessário, é a que põe a mão na massa, como se diz popularmente. Ambas, desmensuradamente trabalham porque, nessa visão, a vida perde o sentido sem o trabalho.

Qualquer senhorio medieval teria desprezado profundamente essas pessoas. Pois, enquanto ele podia se dedicar ao ócio e gastar mais ou menos em orgias a sua riqueza, as elites da sociedade do trabalho não podem se permitir nenhum intervalo. Mesmo fora da Roda-Viva, eles não sabem outra coisa para fazer consigo mesmos que infantilizarem-se. Ócio, gozo no reconhecimento, prazer sensual lhes são tão estranhos quanto o seu material humano. Eles são servos do deus-trabalho, meras elites funcionais do fim em si mesmo social irracional. (KRISIS, 1999, p. 8)

A classe burguesa trabalha para inventar trabalho e ter mais lucro, e a classe trabalhadora com seus partidos e intelectuais, impregnados da cultura do trabalho, contribuem para o *status quo*, principalmente quando ainda continuam reivindicando a reinserção dos trabalhadores na ordem capitalista, ao pedir emprego. É o sentido do trabalho, e não o sentido da vida, que importa. O trabalho necessário é o gerador da mais-valia²⁴ que a burguesia usufrui, apropriando-se da riqueza social, conforme Karl Marx.

Após séculos de adestramento, o homem moderno simplesmente não consegue imaginar uma vida além do trabalho. Como princípio imperial, o trabalho domina não só a esfera da economia no sentido estrito, mas permeia toda a existência social até os poros do cotidiano e da existência privada. (KRISIS, 1999, p. 19)

²⁴ Segundo Marx, é a forma específica de exploração do capitalismo. A produção de excedente toma a forma de lucro e o produto feito pelo operário é vendido por mais do que recebe como salário. A mais-valia é a diferença entre o valor da força de produção e o valor produzido pela força de trabalho em ação, ou seja, “é o valor produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca”. (MARX apud BOTTOMORE, 1988, p. 227) Resumidamente, é o trabalho não pago.

A racionalidade moderna capitalista é a organização social através da cisão. Com a Revolução Industrial reforça-se a cisão entre trabalho e tempo-livre. A vida das pessoas passou a ter duas dimensões: a do espaço privado - o da reprodução, o familiar, o da vida, - e a do espaço público - o da produção, privado da vida. Quem não conhece a famosa expressão: “Problemas particulares deixa-se em casa, portanto, não os tragam para a empresa.” Assim, trabalho e vida foram separados. Aquela atividade criadora da essência humana que é o fundamento do materialismo histórico e dialético, que deveria ser de prazer e de liberdade, na ontologia filosófica do termo, foi reduzida à atividade denominada “trabalho” com o modo de produção capitalista. O **trabalho** é a denominação burguesa para a **atividade humana**, como se expressa o manifesto a “Atividade humana contra o trabalho”.

Esse “*status*” e a “nobreza” que o trabalho obteve, nem sempre foi assim. Trata-se de uma invenção histórica muito recente na humanidade, não passando de um par de séculos. O mundo antigo não tratou o trabalho como uma atividade nobre, pelo contrário, era uma atividade destinada àqueles que perderam suas liberdades, ou seja, aos escravos, estrangeiros e não aos cidadãos da pólis, a exemplo da Grécia Antiga, onde a agricultura era para os escravos, o artesanato e o comércio para os estrangeiros, homens livres, porém não cidadãos. Como afirma o filósofo e matemático britânico Bertrand Russell (1872-1970), “a moralidade do trabalho é a moralidade de escravos e o mundo moderno não precisa de escravidão”. (RUSSEL, 1997, p. 13) A política, as artes, a filosofia e os esportes eram para os cidadãos. Trabalhar era coisa de atividade subjugada, inferiorizada, subordinada, não era tarefa destinada aos homens da pólis. As atividades dos cidadãos não eram consideradas trabalho. As consideradas trabalho eram as de subsistência. Segundo Arendt, (2000: 94),

Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. A degradação do escravo era um rude golpe do destino, um fado pior que a morte, por implicar a transformação do homem em algo semelhante a um animal doméstico. (ARENDR, 2000, p. 94)

Portanto, as pessoas que precisavam trabalhar não eram dignas de participarem dos destinos da cidade, por serem inferiores. A visão dessa época, de que existia uma natureza escravista, Aristóteles a consagra nessa expressão: “A natureza faz o escravo; ela não faz o sapateiro nem qualquer outro artesão.” (ARISTÓTELES, [19--], p. 43)

Com a nova racionalidade produtivista, várias atividades passam a ser denominadas de trabalho, tais como cozinhar, cuidar dos filhos, fazer horta, etc. A Revolução Industrial precisou mudar o *modus vivendi* para que a produção no modo capitalista fosse viabilizada. Exemplo excepcional disso é a obra de Weber anteriormente apresentada. A cultura do ócio precisou ser mudada, através de mecanismos de coerção e de coação, feitos por instituições educacionais, políticas e religiosas para dar as bases à nova sociedade capitalista. Com essa cultura toda preparada, as pessoas que se recusassem a trabalhar eram condenadas de alguma forma. Ideologias sociais²⁵ e religiosas²⁶ foram criadas, bem como a disciplina do corpo foi necessária (Foucault), pois inúmeras apologias do trabalho foram escritas e palavras como “preguiça”²⁷ e “indolência” transformaram-se em sinônimos de mau caráter, ou seja, quem não trabalha é vagabundo. No Brasil, ainda existe lei que permite ao policial ou a qualquer cidadão dar voz de prisão por desocupação. Haja cadeia para todos os desempregados! Para se ter mais uma idéia dessa forte cultura, o portal de entrada do campo de concentração de Auschwitz, citava o trabalho como moral, que serviu para libertar a alma do corpo, numa analogia à Platão que dizia que “o corpo é o cárcere da alma”. Nele tinha a seguinte inscrição “Orbeit macht frei”, traduzindo “O trabalho liberta”, que contribuiu, dessa forma, para os nazistas matarem, contendo a resistência de milhões de judeus.

²⁵ Usaremos este exemplo apenas para mostrar que o investimento na cultura do trabalho ocorreu em ambos os sistemas. O conflito de sistemas fez com que a ex-URSS investisse massivamente na cultura do trabalho. O maior impulso ocorreu em 1935, com o movimento stakhanovista, que poderia ser comparado ao taylorismo americano. O mineiro russo Alexei Stakhanov conseguiu a façanha de cavar 102 toneladas de carvão em 6 horas. Seu ato heróico deu-lhe o título, ortogado pelo Jornal de Pravda, de “Operário Padrão”. (CARMO, 1992, p. 57) O stakhanovismo passou a ser conhecido como um método de aumentar o rendimento do trabalho por iniciativas dos próprios operários. Trabalhar era o melhor meio de um cidadão soviético provar seu patriotismo. (PAQUOT, 2000, p. 39) No ocidente, também essa prática de entrega de títulos e prêmios ao “Operário padrão” ocorreu com intuito de aumentar o rendimento do trabalhador na produção.

²⁶ As instituições religiosas desempenharam papel importantíssimo para o desenvolvimento da cultura do trabalho. Como foi citada nesta pesquisa, a obra de Weber (1996) mostra a ascese do protestantismo como um dos fatores importantes para o desenvolvimento do capitalismo. Através de sua metodologia da imputação causal, ele diz que em determinado momento histórico há um encontro entre a racionalidade econômica e a racionalidade da ética protestante do trabalho e, também da ética de acumulação do dinheiro que propicia o capitalismo. No campo do catolicismo, temos a primeira encíclica papal sobre o trabalho, com o título “*Rerum Novarum*”. Em latim, significa “Das coisas novas”, elaborada pelo Papa Leão XIII, em 1891, tinha como subtítulo “Sobre a condição dos operários”. Segundo Carmo, “mesmo a Igreja negando o socialismo e a contradição entre o capital e o trabalho, nota-se o reflexo da crítica marxista à exploração do trabalhador”. (CARMO, 1992, p. 84) O Papa Pio XI, edita a encíclica “*Quadragesimo anno*”, comemorando 40 anos da primeira. Após cem anos da primeira, João Paulo II, lança a encíclica “*Laborem exercens*”, com a promulgação, em 1991, “*Centesimo annus*”. (CARMO, 1992, p. 84)

²⁷ A preguiça é um dos sete pecados capitais. Sua etimologia é de ordem dúbia: ela deriva do latim *pigritia*, que por sua vez deriva de *piger*, que significa “lento”, “indolente”, de onde provém “pouco trabalhador”. A “preguiça” significa, também, “torpor espiritual”, típico do crente pouco praticante, daquele que não se empenha com fervor a Deus, ou quando pratica os ritos religiosos. (PAQUOT, 2000, p.38)

A “preguiça”²⁸, na hierarquia dos pecados capitais, com a Revolução Industrial, conseguiu seu *status*, pois sendo um pecado contra deus, tornou-se, a partir daquele momento, também, um abuso contra a economia. Diante disso, Lafargue concluiu que a condenação da preguiça, por um lado, a defesa do trabalho, por outro, resultam da soma da hipocrisia cristã com o utilitarismo capitalista.

No Antigo Regime, as leis da Igreja garantiam ao trabalhador 90 dias de descanso (52 domingos e 38 dias feriados) durante os quais era estritamente proibido trabalhar. Era o grande crime do catolicismo, a causa principal da irreligião da burguesia industrial e comercial. Na Revolução, mal esta foi senhora da situação, aboliu os dias feriados e substituiu a semana de sete dias pela de dez. Libertou os operários do julgo da Igreja para melhor os submeter ao julgo do trabalho. (LAFARGUE apud PECADOS ..., p. 11).

No transcorrer da história, um ou outro pecado muda de posição hierárquica com maior ou menor grau de pecabilidade. Imaginem, hoje, se todos os desempregados ou desocupados fossem presos e, também fossem considerados pecadores: certamente não haveria cadeia e nem inferno para todos. A religião deu sua contribuição catequizando os “indolentes”²⁹. Para atender os objetivos imperialistas, contribuiu para o genocídio dos índios³⁰ no Brasil e em todo continente americano, em nome do deus-trabalho. Diante disso, podemos observar que, devido a essa cultura do trabalho, construída para dar as bases à nova sociedade capitalista, as pessoas desempregadas sofrem muito, além de verem suas vidas ameaçadas pela fome e a miséria decorrentes da falta de salário. Assim, em outra dimensão, suas identidades construídas pelo trabalho sofrem as conseqüências decorrentes do sentimento de inutilidade e de desqualificação. Esses sentimentos também podem ser percebidos em jovens e velhos que não conseguem emprego e em pessoas aposentadas, que após uma importante etapa de suas vidas dedicada prioritariamente ao trabalho, com a aposentadoria, sentem-se descartadas, por se tornarem velhas para a produção social perdendo, dessa forma, o sentido da vida.

- O que você faz?- Na maioria das vezes, essa é a primeira pergunta que surge quando uma pessoa se apresenta a outra. A Sociedade do Trabalho transformou as pessoas em meros

²⁸ Além da preguiça, a avareza, a gula, a ira, a inveja, a luxúria e a soberba completam a lista dos sete pecados capitais.

²⁹ Os religiosos consideravam os índios indolentes por não terem o hábito do trabalho.

³⁰ Para se ter uma idéia do que significa isso, quando aconteceu a invasão européia no Continente Americano, existiam nestas terras que depois foram batizadas de Brasil, aproximadamente seis milhões de índios com mil dialetos diferentes. Hoje, 19 de abril de 2002, quando se “comemora” o dia do índio, existem apenas 500 mil com 180 dialetos, conforme divulgado no Jornal Hoje da Rede Globo de Televisão.

trabalhadores, a ponto de elas serem identificadas somente pela profissão que exercem. A identidade é construída pela profissão. Dependendo da profissão, a pessoa será enquadrada numa escala de valores estabelecida socialmente. Se for lixo, será tratada com desprezo e, se for advogado, com admiração; mas, se for desempregada, será imediatamente tratada com indiferença. Outra idéia falaciosa e enganadora é a de produzir a riqueza para depois dividi-la. Sendo essa uma promessa nunca cumprida, a classe trabalhadora continua desesperadamente trabalhando e sonhando que, através do trabalho, a repartição da riqueza aconteça; a casa dos seus sonhos será conquistada e o carro do ano comprado. Esse é o patamar do sonho vendido para conter qualquer insurgências de indivíduos descontentes com a Sociedade do Trabalho. Alguns até conseguem, mas depois disso, percebem que seu desejo foi saciado, porém sua faculdade desejante não foi aniquilada sentindo-se, dessa forma, eternamente insatisfeitos, conforme Hegel (v. nota de rodapé n. 6). O fato de uns conseguirem, faz com que a maioria fique convencida de que é possível realizar seu sonho, assim contém as oposições ao sistema social. De acordo com Marcuse, “independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é organizada.” (MARCUSE, 1968, p. 23-24)

A tecnologia de automação vem substituindo paulatinamente a força e a mente humana no trabalho, segundo alguns sociólogos que aqui foram citados. Segundo o Grupo Krisis, com a Terceira Revolução Industrial, que consiste na revolução da microeletrônica, dá-se de vez a substituição do homem no processo produtivo. Isso significa que, o deus-trabalho tão adorado por todos, autofagia-se e sucumbe diante do seu próprio altar. Porém, com a globalização, os donos do poder não querem desligar a máquina que mantém o trabalho artificialmente vivo, num estado de zumbi. “O deus-trabalho está clinicamente morto, mas recebe respiração artificial através da expansão aparentemente autonomizada dos mercados financeiros.” (KRISIS, 1999, p. 18) Com essa avaliação, a cultura do trabalho não dá mais para ser sustentada. As escolas, universidades, sindicatos e partidos políticos têm que fazer a devida crítica e educar as pessoas para a vida. Hoje percebe-se facilmente que jovens não têm o mesmo romantismo pelo trabalho que tinham as gerações anteriores.

O ócio nas sociedades ocidentais nem sempre foi tratado como algo marginal à vida das pessoas como quer a ideologia dominante³¹. A inversão para o trabalho ocorreu recentemente, ou seja, há dois séculos, com afirmamos anteriormente. E toda uma cultura social e religiosa precisou ser forjada para que a mudança ocorresse no sentido de dar conta dos interesses econômicos vigentes. Para construir os alicerces da moderna sociedade industrial, os costumes recreativos e ociosos da cultura pré-industrial não eram as formas mais desejadas da nova disciplina de trabalho. Segundo Bottomore (1988, p. 186), “[...] foi esse o motivo pelo qual a supressão e a marginalização das formas recreativas tradicionais foram um dos requisitos preliminares da nova ordem industrial [...]” e isso resultou em conflitos sociais.

A institucionalização da sociedade produtora de mercadorias ou, igualmente compreendida, da Revolução Industrial no Século XIX, exigiu toda uma mudança no modo de vida tradicional de homens, mulheres e crianças, bem como a separação do tempo de trabalho do tempo de ócio. Este último virou tempo residual de descanso e de lazer. Esta cisão é uma novidade histórica. A atividade humana não era assim como é hoje separada, decorrendo dessa época uma institucionalização social da cisão. Segundo Kurz (1991, p. 4), a modernidade tem mania estrutural de cisão. Essa cisão ocorre com a constituição do fetiche da forma-mercadoria através de esferas separadas que se manifestam por pares antagônicos: indivíduo-sociedade; público-privado; política-economia e trabalho-tempo livre.

Até a pré-modernidade, uma ferramenta inventada, imediatamente transformava-se em redução do trabalho para toda a coletividade e, com isso, aumentava o tempo para jogos, festas pagãs e religiosas. O contrário ocorre hoje, quando a tecnologia serve para o desemprego e para a intensificação do trabalho para aqueles que continuam momentaneamente empregados.

O ócio perdeu *status* e se transformou em tantos outros sinônimos que, no transcorrer de dois séculos, o seu conceito se tornou, no imaginário social, depreciativo, como veremos adiante no rizoma do ócio. Observa-se, como foi demonstrado, que a cisão entre ócio e trabalho se dá na modernidade, principalmente com a Revolução Industrial, marcada por uma trajetória muito bem definida pela racionalidade social. Toda uma cultura literária, política e religiosa fez apologias do trabalho, preparando assim a racionalização do novo espaço de produção: a indústria. O trabalho

³¹ Quanto ao uso da expressão “ideologia dominante” foi utilizada a definição dada por Athusser que trata da visão de mundo da classe dominante que se impõe como algo verdadeiro sobre a classe dominada, com o intuito de manter a coesão social. Nesse sentido, pode-se, também, falar de “ideologia dominada”. (BOTTOMORE, 1988, p. 186)

adquire *status* e supremacia sobre a vida das pessoas. O significativo aumento da produtividade e dos postos de trabalho, bem como os conflitos originários dessa nova forma de produzir influencia decisivamente os pensadores sociais clássicos como Hegel, Marx, Durkheim e Weber levando-os a analisarem a sociedade, tendo o trabalho como categoria central ou como uma das mais importantes, conforme suas análises apresentadas anteriormente. Tal influência, eleva a categoria trabalho ao *status* ontológico, de solidariedade, de conflito e de valor moral social e religioso e, também, como fator predominantemente econômico decorrente da Revolução Industrial, e em consequência disso, indicando um determinismo economicista da análise social que perdura até hoje no meio sindical, nos partidos de esquerda e também na academia, através das ciências sociais.

5.2 A Etimologia das Palavras “Trabalho” e “Ócio”

Os conceitos “Trabalho” e “Ócio” se distinguem desde suas origens. A etimologia da palavra “ócio” tem um significado diferente de como ele é hoje entendido. Segundo Leão (1998), sua origem é grega. Vem da palavra *skholé* que deu origem à palavra em latim *schola* que, significa, em português, “escola”. Em latim, o não ócio é, pois, *necotium*, o negócio, ou seja, a negação do ócio (*nec + otium*). Negócio para um romano, quanto *askholia* para um grego, significam “[...] trabalho e esforço de uma ação transitiva que, aplicada a uma coisa, produz outra.” (LEÃO, 1998, p. 10) Negar o ócio, então, é trabalhar. Por isso se diz que a filosofia, a arte e a ciência são filhas do ócio, portanto, filhas da escola. Como disse Aristóteles, “o ócio é o eixo em torno do qual gira toda a realização humana”. (ARISTÓTELES apud LEÃO, 1998, p. 10). Enquanto, a palavra “trabalho”, em português, vem do latim *tripalium*, que significa instrumento de tortura feito com três paus que era usado para torturar escravos na época romana. Por isso, a condenação divina lançada sobre a Eva, “trabalho de parto”, que devido à desobediência, as mulheres seriam eternamente torturadas. Deu, também, origem às palavras *trabajo*, em espanhol, e *travail*, em francês. Do mesmo modo, “labor” significa qualquer trabalho da terra feito com dor e fadiga. Em alemão moderno, a raiz de *arbeit* significa “fadiga”, “tormento”, “atividade sem dignidade”.

Arendt (2000, p. 15) designa três atividades humanas fundamentais da vida ativa: *labor*, *trabalho* e *ação*. Essas atividades têm características distintas tanto quanto à sua prática como também à sua finalidade. O “labor” corresponde ao processo biológico do corpo humano, tendo

como condição humana a própria vida. O “trabalho” é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, pois é através dele que o ser humano produz um mundo “artificial” (com coisas diferentes do ambiente natural) e sua condição humana é a mundanidade. A “ação” é a única atividade de relação entre os homens sem a mediação das coisas e sua condição humana é a pluralidade, posto que não existe um homem igual ao outro. Segundo a autora, todas essas atividades têm relação com a política, pois a pluralidade da ação dá condição para isso.

Na Bíblia, conforme gênesis, deus trabalha. Seu trabalho tem conotação positiva em geral, mas carrega algo negativo. A conotação positiva é que o trabalho de deus é criador e, no sistema axiológico da Bíblia, a criação acontece através do artesão que molda o barro e faz o homem, e da costela dele faz a mulher. Deus, que é bom, é um artesão que cria o produto de seu trabalho transformador. O algo negativo é que, depois de seis dias de trabalho, Deus descansa e isso se entende como não trabalho. Então, se entende o trabalho como algo que cansa, cansativo. Essa conotação positivo-negativa está explícita na maioria das definições de trabalho. A Bíblia fala em ganhar o pão com o suor do rosto frente às maravilhas do trabalho do criador. (OBESO, [199-?], p. 4)

O manifesto do Desempregado Feliz anteriormente exposto, nos remete à famosa frase de Lutero que tem a conotação do valor espiritual do trabalho como predestinação do ser humano neste mundo: “O homem nasceu para trabalhar como o pássaro para voar”. Segundo Obeso ([199-?]), a distinção entre trabalho como castigo, fadiga e sofrimento frente às atividades criativas é nossa herança greco-latina. Por exemplo, o grego “*techne*” (do que deriva tecnológico) e o latim “*ars*” definem o trabalho dos artesãos livres, socialmente valorado, frente a la “*hanausis*” grega que definia o trabalho embrutecedor dos escravos e não pessoas. Nas mesma linha, vão as reflexões de Chauí (1999) nas quais a idéia do trabalho como desonra e degradação não é exclusiva da tradição judaico-cristã. Essa idéia aparece em mitos que narram a origem das sociedades humanas e apontam a necessidade de trabalhar para viver como uma punição, assim referida na obra de Hesíodo, “O trabalho e os dias”. Isso acontece também com as sociedades grega e romana,

[...] cujos poetas e filósofos não cansam de proclamar o ócio como um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade política, para o cultivo do espírito (pelas letras, artes e ciências) e para o cuidado com o vigor e a beleza do corpo (pela ginástica, dança e arte militar), vendo o trabalho como pena que cabe aos escravos e desonra que cai sobre homens livres e pobres. (CHAUI, 1999, p. 13)

E ela, ainda nos lembra, que a palavra “trabalho” não existe na língua da sociedade grega e romana e que os vocábulos *ergon* (em grego) e *opus* (em latim) referem-se às obras produzidas e não à atividade de produzi-las.

A questão do trabalho para os gregos teve significado próprio. A concepção de cidadão era diferente do conceito atual. Na prática, nem tanto. Escravos e mulheres não eram cidadãos da pólis. Então, caberia a eles o trabalho. O trabalho que produz bens úteis à vida. Estavam livres dessa tarefa os cidadãos, que com isso poderiam se dedicar à política, às artes, aos esportes, à Filosofia e às ciências. A preocupação de Aristóteles era que caso existissem teares que fiassem sozinhos, o que os escravos iriam fazer? Hoje, essa preocupação é realidade. As máquinas estão cada vez produzindo mais com número menor de pessoas. O conhecimento da civilização ocidental foi sistematizado e produzido tanto pelo ócio quanto pelo o trabalho. Os filósofos, artistas e políticos que estavam livres do trabalho puderam se dedicar à reflexão, ao conhecimento, às artes, aos esportes e à política, enquanto outras classes sociais, desprovida de propriedade e de liberdade, tinham como obrigação o trabalho.

O *otium* é um estado do espírito, um clima espiritual, conforme nos indica De Grazia. Esta atitude espiritual é exatamente a antítese do ideal de trabalhador da sociedade capitalista, visto que sua característica é de trabalho como fadiga, trabalho como função social. Contra este estado dominante do trabalho está o *otium* que “implica num estado de contemplação repousante”. Trabalho e ócio pertencem a dois mundos distintos, afirma o autor. (DE GRAZIA apud BAGOLINI, 1981, p. 52-53)

Para Pieper, a dimensão do *otium* é entendida

[...] como um deixar que a consciência humana se expanda através de certos comportamentos artísticos, filosóficos, religiosos, desinteressadamente culturais, simpáticos no convívio com os outros, etc..., de *per si* não exclusivamente redutíveis a termos de trabalho e em relação aos quais o trabalho poderá ser apenas um meio [...] o elemento central, o núcleo do *otium* é a atitude festiva, o fazer festa. Nesse se compõem em unidade harmônica os três elementos do conceito de *otium*: a *distensão*, a *ausência de fadiga*, a *excelência da função de proporcionar-se otium* (grifo nosso). Se, portanto, a atitude festiva é o núcleo de *otium*, este receberá a sua íntima possibilidade e legitimação da mesma raiz da qual recebem existência e significado a festa e o repouso festivo. *E esta raiz é o culto*. (PIEPER apud BOGOLINI, 1981, p. 52)

Não há festa sem divindade, e a verdadeira festividade só é bem sucedida onde há relação com o culto.

De Grazia analisou o problema do trabalho e do *otium* através do tempo. Enquanto o trabalho é considerado uma sucessão de tempo, como horas, dias, semanas, férias, etc., o *otium*, pelo contrário, não pode ser visto em termos de tempo, pelo âmbito do quantitativo. Enquanto a noção de tempo livre pressupõe o “[...] modo especial de calcular uma particular espécie de tempo”. (DE GRAZIA apud BOGOLINI, 1981, p. 53) Todos podem ter tempo livre, mas nem todos podem gozar de *otium*. Ao tempo livre corresponde uma idéia realizável de democracia. O *otium* nem sempre pode ser plenamente realizável e por isso é um ideal, não apenas uma idéia; “[...] é um ideal no qual se exprime aquilo que está mais profunda e qualitativamente implícito na natureza e na condição humana, que, portanto, não pode ser exclusivamente reduzido a termos quantitativos, mensuráveis e calculáveis, de uma sucessão temporal de eventos concebida como objetivada no espaço ou em um pseudo-espaço.” (DE GRAZIA apud BOGOLINI, 1981, p. 54)

Segundo Bogolini, alguns autores contemporâneos pensam que a atividade artística é uma espécie de corretivo do trabalho penoso e monótono, ou ainda que funcione como um “valor humano capaz de se opor à redução do homem a um puro instrumento ou a um simples elemento passivo da grande máquina tecnoestrutural” (BOGOLINI, 1981, p. 56)

Camargo nos lembra que,

[...] há mais de dois séculos, a sociedade vem esmagando o *homo ludens* de maneira sistemática. O homem, desde sempre, começa lúdico. É expressão pura. Aprende a se exprimir para a vida, a se esticar, a tentar desenvolver suas potencialidades. [...] Antes da Revolução Industrial, a passagem do *homo ludens* para o *homo faber* era mais espontânea. Ao longo da vida ia aprendendo a trabalhar com o pai, mergulhando na intensidade do trabalho, um pouco hoje, mais amanhã, até ficar adulto. A Revolução Industrial breou essa situação. Foi como se dissesse: a partir de agora, o trabalho passa a ser a necessidade fundamental do homem. (CAMARGO, 1993)

O estóico Sêneca disse que, achar um modelo que conduza nossas vidas não é possível sem o ócio, pois ele propicia perseveramos no que nos agradou. Segundo o estoicismo, “o maior bem é viver segundo a natureza: a natureza nos gerou a um e outro, tanto para a contemplação das coisas como para a ação.” Dessa forma, de modo algum “é recomendável perseguir resultados sem algum amor às virtudes e sem cultivo da inteligência, executando tarefas rudes [...]” (SÊNECA, 1994, p. 85-89)

Segundo Sêneca, há três gêneros de vida: um consagra-se ao prazer, outro à contemplação, um terceiro à ação. Seguramente, afirma ele, “uma coisa não existe sem a outra: nem aquele sem ação contempla, nem este sem contemplação age, nem aquele terceiro, que temos

concordado em menosprezar, experimenta um prazer inerte, mas sim o prazer pela razão torna ele duradouro para si.” (SÊNECA, 1994, p. 91)

O filósofo se referindo às repúblicas disse o seguinte:

Se eu quisesse examinar cada uma, nenhuma encontraria que pudesse admitir o sábio, ou que o sábio pudesse admitir. E se não se encontra aquela república que concebemos para nós, o ócio começa a ser necessário para todos, porque a única coisa que se poderia preferir ao ócio não existe em parte alguma. (SÊNECA, 1994, p. 93)

Conforme Sêneca, o ideal de homem para o estoicismo, é aquele no qual deve usufruir os dons da natureza, esses

[...] dons naturais acessíveis ao homem os julgamentos e decisões livres, de acordo com a consciência; as possibilidades de desenvolvimento intelectual e de aperfeiçoamento moral, com a conseqüente maior compreensão do mundo, pelo estudo constante; as forças inesgotáveis para inúmeras atividades de progresso, aperfeiçoamento e satisfação pessoal. O homem só não usufruirá esses dons enquanto for escravo dos prazeres corporais, dos desejos de sucesso e de enriquecimento material, e dos temores. (SÊNECA, 1994, p. 07-08)

Para o estoicismo, a Filosofia é concebida como uma moral para a direção da vida e, dentro desse entendimento, Sêneca concebe “[...] o homem como ser independente, como cidadão do mundo que deve servir à pátria, que pode ser útil a si e aos outros”. (SÊNECA apud SEABRA FILHO, 1994, p. 8) Segundo a interpretação de Seabra Filho, na visão senequiana, o homem é “uma criatura nascida tanto para a contemplação como para a ação - significando essa um agir em prol da humanidade, e não exatamente um produzir, um fabricar coisas.” (SEABRA FILHO, 1994, p. 8)

Segundo Sêneca, o labor contínuo degrada a condição humana, pois o jogo e a distração é um natural deleite, bem como o sono é necessário para a restauração do vigor. As festas são importantes para o divertimento em comum, interpondo aos trabalhos, os passeios e a embriaguez, que também são necessários, e momentos de repouso que se dá ao espírito, pois servem de alimento e de restauração. É preciso também, de acordo com Sêneca, ser indulgente com o espírito e de vez em quando

[...] passear por espaços abertos, para que o espírito se fortifique e se eleve a céu livre e em pleno ar; algumas vezes um passeio, uma viagem ou uma mudança de região darão vigor, ou mesmo um banquete e uma bebida em doses mais generosas. Às vezes também é preciso chegar até a embriaguez, não para que ela nos trague, mas para que nos acalme: pois ela dissipa as preocupações, revolve até o mais fundo da alma e a cura da tristeza assim como de certas enfermidades. (SÊNECA, 1994a, p. 72-73)

5.3 Os Conceitos de Ócio

Nas incursões literárias que realizamos, deparamo-nos com várias definições e entendimentos sobre ócio, cada qual destacando aspectos diferentes, conforme vimos acima. Para aprofundarmos nossos estudos, elegemos três conceitos de ócio tendo como critério a definição mais acabada dada pelos próprios autores. Enquanto o conceito de trabalho é mais fácil de ser compreendido, o mesmo não ocorre com o conceito de ócio. Primeiramente, apresentaremos as definições de ócio de três pensadores sociais: Veblen, De Masi e Kurz, para posteriormente os sintetizarmos num único conceito.

5.3.1. O Ócio Conspícuo

O conceito de “ócio conspícuo” é cunhado pelo filósofo americano Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) na sua obra mais conhecida “A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições” (1980). Segundo Veblen, o trabalho é atividade destinada às classes inferiores e elas não evitam o trabalho, por não entenderem o trabalho como algo vergonhoso, enquanto que a classe superior o considera degradante. A eficiência no trabalho representa para as classes inferiores o único critério de emulação que lhes é permitido, sendo o trabalho o único modo de vida reconhecido e aceito por eles. Os indivíduos dessas classes se orgulham de serem eficientes no trabalho. O contrário acontece com a classe superior: os indivíduos pertencentes a esta têm como uma das principais **exigências da emulação**, o requisito de **abstenção total de qualquer trabalho produtivo**.

No estágio bárbaro da cultura, segundo o autor, o trabalho foi associado, no pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor, portanto, transformou-se numa marca de inferioridade, sendo considerado indigno do homem na sua plena capacidade. Em virtude dessa tradição, o trabalho é visto como humilhante até hoje e, com o progresso da diferenciação social, essa tradição se mantém sem ser contestada. (VEBLEN, 1980, p. 32)

Segundo ele, para obter e conservar a consideração alheia, não é suficiente que a pessoa tenha riqueza ou poder. É preciso que ela “[...] patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração.” (VEBLEN, 1980, p. 33) Essa

prova de riqueza não só serve “[...] para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como também tal prova é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria.” (VEBLEN, 1980, p. 33) Essa explicação está de acordo com o confronto entre as consciências que lutam pelo reconhecimento na metáfora do senhor e do escravo de Hegel, exposto anteriormente.

Segundo Veblen, desde os tempos dos filósofos gregos até hoje, os homens ponderados reconhecem como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa viver no ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades cotidianas da vida humana. “A vida ociosa, por si mesma e nas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados.” (VEBLEN, 1980, p. 33) Diferentemente ocorre com quem é obrigado a trabalhar. Segundo ele, os outros sinais de riqueza são secundários e derivados do ócio. O valor direto e subjetivo do ócio, em parte, apresenta-se como um meio para se obter o respeito e a admiração dos outros e, de outra parte, como sendo o resultado de um processo de substituição pelo outro, por ser visto o trabalho como um sinal convencional destinado a pessoas inferiores e intrinsecamente vil. A pessoa, na condição inferior, admira o outro superior como sendo a sua própria realização. Trata-se, aqui, de um dos efeitos da alienação desenvolvido pela teoria marxiana.

Durante o estágio predatório, no qual ocorreram as primeiras ações industriais, a vida ociosa era o mais patente modo de demonstrar força pecuniária e, conseqüentemente, força superior. A condição essencial era que o homem ocioso pudesse viver sem dificuldade, no conforto. Nesse estágio, a riqueza e o poder são simbolizados pela posse, principalmente de escravos que servem como executores de serviços pessoais, assim, livrando os senhores dessa atividade, para serem vistos, pelos olhos dos outros, como eminentes e respeitáveis. Conseqüentemente, a desnecessidade de trabalhar “se torna a marca convencional de uma superior realização pecuniária e o índice aceito de respeitabilidade; de outro lado, torna-se o trabalho inconsistente com uma posição respeitável na comunidade, já que o trabalho produtivo é a marca de pobreza e de sujeição.” (VEBLEN, 1980, p. 33-34)

A instituição da classe ociosa, se não surgiu com a propriedade privada, foi uma das primeiras conseqüências dela. Embora existisse em teoria desde a cultura predatória, “[...] a classe ociosa assume nova e mais completa significação com a transição de um estágio predatório para o seguinte estágio pecuniário. [...] **Desse momento data a instituição da classe ociosa na sua**

forma consumada.” (VEBLEN, 1980, p. 34, grifo nosso) Desde esse momento, o traço característico da classe ociosa é a isenção conspícua de todo trabalho útil.

A desnecessidade de trabalhar não só é um ato honorífico e meritório, como, em seguida, se constitui num requisito de decência. Essa desnecessidade de trabalhar, segundo Veblen, é a prova convencional da riqueza e, portanto, a marca convencional de posição social; e essa insistência sobre o mérito da riqueza leva também a uma insistência sobre a continuidade de viver no ócio conspícuo. Nessa lógica, “[...] o trabalho produtivo se torna intrinsecamente indigno, num duplo sentido. A norma termina por tornar indigno o trabalho aos olhos da comunidade e também moralmente impossível para os homens nobres e livres: torna-se incompatível com uma vida digna.” (VEBLEN, 1980, p. 35)

Por último, como se observa na teoria de Veblen, o conceito de “ócio” não implica indolência e nem quiescência, o “ócio conspícuo” significa simplesmente “[...] tempo gasto em atividade não-produtiva. Gasta-se o tempo de modo não-produtivo: primeiramente, por um consentimento da indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa [...]”, (VEBLEN, 1980, p. 36) para ser visto e reconhecido como eminente, notável e digno, pelos outros.

5.3.2.O Ócio Criativo

De Masi (2000) entende que o alto índice de desemprego é devido ao progresso tecnológico e à globalização que desloca de um lado para outro as mercadorias produzidas onde há mais avanço tecnológico. Segundo ele, a humanidade produz cada vez mais com menos esforço, porque o descarrega em cima das máquinas. Nessa perspectiva, defende a idéia de que a saída para o desemprego é a redução da jornada de trabalho e uma educação para o **ócio criativo**. Por estarmos numa sociedade pós-industrial, o que prevalece não é a produção de produtos, mas de idéias. Por isso, De Masi propõe a mudança de “trabalho” para o “ócio criativo”, por ser o melhor modo de produção de idéias.

Segundo ele, o país que se basear no ócio criativo poderá se tornar mais criativo do que um país que se baseia no estresse, na competitividade ofegante, na neurose e no consumismo a qualquer preço. O Brasil pode superar outros países, incentivando para o ócio criativo, pois, “é possível sim

que os países do segundo mundo se liberem da hegemonia do primeiro mundo apenas através da criatividade científica e artística.” (DE MASI, 2000, p. 18)

Para ele, o ócio criativo não é inércia ou preguiça, “trata-se de uma modalidade alegre, divertida, de trabalho, estudo e brincadeira juntos.” (DE MASI, 2000, p. 18) A saída é preparar os jovens para viverem no ócio criativo, com atividades que hoje são menos alienadas, como os artistas e os cientistas. Porque os mais velhos já estão muito viciados em trabalho e seria uma tentativa vã.

Um executivo, por exemplo, que atua há anos de forma estressante, competitiva, agressiva, eu acredito que não seja possível curá-la. A vida dele está implementada em cima da agressividade, da renúncia dos valores vitais, da afetividade, da emotividade, da feminilização, da família, da recusa da qualidade de vida. Para ele a qualidade de vida está baseada no dinheiro, no sucesso, na destruição da concorrência, por isso, não pode ser recuperado. (DE MASI, 2000, p. 18)

A Sociedade Industrial precisava de uma disciplina para a produção circunscrita no espaço da fábrica e no tempo de produção porque era o corpo quem produzia. Diferentemente ocorre com a Sociedade Pós-Industrial, pois quem produz é a mente. Para a produção de idéias, essa noção de espaço e de tempo tem de ser suprimida. Não se produz grandes idéias num determinado tempo e espaço. Uma grande idéia não tem hora para parecer, ela surge a qualquer momento, por isso há a necessidade de liberdade de criação, segundo De Masi. Essa liberdade de criação, significa não ter hora determinada para produzir, tratando-se apenas de uma flexibilidade de jornada de trabalho. Se antes produzia-se das 08 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h horas, por exemplo, pela proposta dele, o empregado mente-de-obra trabalhará 24 horas/dia, ininterruptamente.

A pedagogia da idade industrial ensinava a separar trabalho da diversão. Hoje, é necessário misturar esses dois mundos que se potencializam reciprocamente. Mas, de qualquer forma, haverá a predominância do tempo livre propício ao lazer. De Masi cita pesquisa, a qual firma que 170.000 horas de um adulto médio são dedicadas ao tempo livre, enquanto que 80.000 são dedicadas ao trabalho. Essas características, juntamente com o desenvolvimento da biotecnologia serão os sinais distintivos do Século XXI, prevê o autor. (DE MASI, 2000a, p. 282-283)

Além disso, como eu já disse, os trabalhos que permanecem como monopólio dos seres humanos, isto é, aqueles de natureza intelectual e criativa, não admitem ser circunscritos a um lugar ou intervalo de tempo específicos. Portanto, invadem o tempo livre e de estudo, confundindo-se e misturando-se com o jogo e com o aprendizado. Trabalho, estudo e diversão confundem-se cada vez mais. (DE MASI, 2000a, p. 176)

Nessa sua visão, o trabalho tem natureza intelectual, portanto, não pode estar condicionado ao tempo de trabalho ou tempo livre, pois o ócio criativo é a união desses dois tempos, ou seja, é a união das atividades da vida que, na sociedade industrial, foram cindidas, dessa forma, se constituindo num outro elemento distintivo importante, no qual o trabalho intelectual não se restringe ao ócio e ao estudo.

Entre trabalho material e ócio, compreendido como inércia física, existe uma contradição total. Quando o trabalho era físico, ou se trabalhava, ou se gozava o ócio. Mas entre inércia física e trabalho intelectual não existe essa separação: o sujeito pode passar horas deitado e estar trabalhando só com a cabeça, vertiginosamente. (DE MASI, 2000a, p. 214-215)

Com a Sociedade Pós-Industrial há o domínio do trabalho intelectual sobre o braçal que predominou na sociedade anterior. O trabalho físico foi substituído pelas máquinas, portanto deixando de ser um monopólio do trabalho humano, tocando às pessoas o trabalho ideativo. Por isso, ele defende que espaço e tempo para a produção, que caracterizaram a sociedade industrial não são mais necessários, pois “A cabeça é diferente do corpo: ela carrega o trabalho para onde quer que vá”, (DE MASI, 2000a, p. 218) e o exemplo cabal disso é o teletrabalho.

Segundo De Masi, na Atenas de Péricles, o trabalho intelectual era desenvolvido graças ao trabalho pesado feito pelos escravos e mulheres que liberava os homens para o ócio, que tinha a conotação de “não suar”. Era do ócio, portanto, que advinham grandes idéias, e para tê-las era preciso ter corpo e mente sãos, não castigados pelos trabalhos árduos e livres para pensar. Na sociedade atual, segundo ele, **não precisamos delegar mais esses trabalhos para um grupo social, pois com o avanço tecnológico cada vez mais as máquinas substituem o trabalho físico** (grifo nosso) e, assim, podemos exercitar cada vez mais as atividades intelectuais que implicam o cansaço mental. Para esse cansaço mental, a compensação é o ócio, sendo que para o trabalho físico não requer muito repouso da mente. O contrário acontece com o trabalho ideativo que exige muito repouso para a produção de idéias.

Essa atividade mental que De Masi denomina de ócio criativo,

[...] não é ficar parado com o corpo, ou uma ação corporal não obrigatória. O ócio criativo é aquela trabalhadeira mental que acontece até quando estamos fisicamente parados, ou mesmo quando dormimos à noite. Ociar não significa não pensar. Significa não pensar regras obrigatórias, não ser assediado pelo cronômetro, não obedecer aos percursos da racionalidade e todas aquelas coisas que Ford e Taylor tinham inventado para bitolar o trabalho executivo e torná-lo eficiente. O ócio criativo obedece a regras completamente diferentes. Mas é o alimento da ideação. É uma matéria-prima da qual o cérebro se serve. Do mesmo modo que a máquina usava

matérias-primas como o aço e o carvão, transformando-as em bens duráveis, o cérebro precisa de ócio para produzir idéias. (DE MASI, 2000a, p. 223)

Como se observa, De Masi não consegue com sua teoria superar a Sociedade do Trabalho. A distinção que ele faz entre a sociedade industrial e pós-industrial dá-se apenas pelo fator “tempo”, ou seja, a sua proposta fica restrita a uma flexibilização do tempo e a forma de trabalho. Sua análise fica circunscrita ao trabalho e tecnologia e, de forma alguma, consegue avançar numa análise estrutural do conflito entre capital e trabalho que permeia a sociedade moderna, tanto a sociedade industrial que é sua conformação, como também a sociedade pós-industrial que é a sua continuidade. Sua teoria apenas indica como produzir mais nessa nova conjuntura que tem à disposição do empresariado a tecnologia ainda como propriedade privada. A preocupação dele é a de teorizar, como fez Ford e Taylor, para tornar mais eficientes, na produção, os operários “mentes-de-obra” sem as amarras do controle do corpo e do tempo, pois já não é o corpo quem trabalha, mas sim a mente. Na visão dele, não se pode falar mais em “mão-de-obra”, mas em “mente-de-obra”. Todavia, essa mente-de-obra está sendo também substituída pela tecnologia através da microeletrônica, transformando-se em uma das características da Sociedade Pós-Industrial. Com isso se dá a segunda libertação a Prometeu: primeiro libertou o corpo, agora, finalmente, liberta a alma, sentencia De Masi.

Com a Sociedade Pós-Industrial, foi concedido uma segunda libertação a Prometeu: depois dos membros, pode finalmente liberar também o cérebro. A sociedade industrial permitiu que milhões de pessoas agissem somente com o corpo, mas não lhes deixou a liberdade para expressar-se com a mente. Na linha de montagem, os operários movimentavam mãos e pés, mas não usavam a cabeça. A sociedade pós-industrial oferece uma nova liberdade: depois do corpo, liberta a alma. (DE MASI, 2000a, p. 15)

Essa libertação a que ele se refere é apenas de alguns trabalhadores, aqueles que trabalham com a mente, na organização, na administração, na produção de idéias, nas artes, enfim, no trabalho imaterial. Ele não teoriza para vislumbrar para todas as pessoas, mas somente para aqueles que têm acesso a um trabalho que poderia ser mais criativo e, também, para executivos de empresas, cientistas, artistas, etc., como observamos nesta sua passagem:

Preenchendo o tempo com ações escolhidas por vontade própria, em vez daquelas que se faz por coação, como o trabalho de escritório ou na cadeia de montagem. É a situação do poeta, do cientista, do estudioso, do amante de xadrez ou de quem adora o computador, o alpinismo ou o voluntariado. A criatividade se nutre de desperdício: de milhares de horas de reflexão ou exercício, que visto de fora, pode parecer pura perda de tempo. Mas, na verdade, são uma perambulação da mente, que mais cedo ou

mais tarde acaba desembocando numa ação positiva: numa obra de arte, num novo teorema, num romance. (DE MASI, 2000a, p. 247)

Na Sociedade Pós-Industrial, o ócio é necessário à produção de idéias que são necessárias ao desenvolvimento da sociedade. Por isso, precisamos nos dedicar à educação dos jovens para viverem no ócio, mas, segundo ele, há um ócio alienante e um ócio criativo. O alienante faz com que nos sintamos vazios, inúteis e nos afundemos no tédio e nos subestimemos. Há o ócio criativo, no qual “[...] a mente é muito ativa, que faz com que nos sintamos livres, fecundos, felizes e em crescimento. Existe um ócio que nos depauperava e outro que nos enriquece. O ócio que enriquece é o que é alimentado por estímulos ideativos e pela interdisciplinaridade.” (DE MASI, 2000a, p. 223-224)

Os conceitos de “ócio” e “tempo livre” em De Masi são confundidos com freqüência nos seus escritos. Para ele, ócio e tempo livre, na prática, significam

[...] viagem, cultura, erotismo, estética, repouso, esporte, ginástica, meditação e reflexão. Significa, antes de tudo, nos exercitarmos para descobrir, desde hoje, o que podemos fazer no nosso tempo disponível, sem gastar um tostão: passear sozinhos ou com amigos, ir à praia, fazer amor com a pessoa amada, adivinhar os pensamentos, os problemas e as paixões que estão por trás dos rostos dos passageiros do metrô, admirar as fachadas dos prédios e as vitrines das lojas, assistir a um festival na televisão, ler um livro, levantar uma polêmica com um motorista de táxi, assistir ao pôr-do-sol ou ao nascer da lua, admirar a sábia beleza de uma garrafa, de um ovo ou dos carros que circulam pelas ruas. Balançar-se numa rede, que é o símbolo por excelência do ócio criativo, perfeita antítese da cadeia de montagem que foi o símbolo do trabalho alienado. Em suma, dar sentido às coisas de todo dia, em geral lindas, sempre iguais e diversas, e que infelizmente ficam depreciadas pelo uso cotidiano. (DE MASI, 2000a, 299-300)

- 170.000 horas dedicadas ao tempo livre. O que esse dado significa para a família, a escolas, as políticas de emprego e para a organização social? - questiona-se o autor. Respondendo, ele afirma que o “trabalho perdeu o papel central que ocupou durante um par de séculos até agora, e que, portanto, a família, a escola e a mídia devem colocar ao lado da atual educação profissional dos jovens um outro tipo de educação, igualmente séria, com vistas às atividades lúdicas e culturais.” (DE MASI, 2000a, p.305) A educação que ele defende é a educação para o ócio.

Educar para o ócio significa ensinar a escolher um filme, uma peça de teatro, um livro. Ensinar como se pode estar bem sozinho, consigo mesmo, significa também habituar às atividades domésticas e à produção autônoma de muitas coisas que até o momento comprávamos prontas. Ensinar o prazer do convívio, da introspecção, do jogo e da beleza. Inculcar a alegria.

A pedagogia do ócio tem sua própria ética, estética, dinâmica e técnicas. Tudo isso deve ser ensinado. O ócio requer uma escolha atenta dos lugares justos: para se repousar, para se distrair e para se divertir. Portanto, é preciso ensinar aos jovens não só como se virar nos meandros do trabalho, mas também pelos meandros dos vários

possíveis lazeres. Significa educar para a solidão e para o convívio, para a solidariedade e o voluntariado. Significa ensinar como evitar a alienação que pode ser provocada pelo tempo livre, tão perigosa quanto à alienação derivada do trabalho. Há muito o que ensinar! (DE MASI, 2000a, p. 313-314)

Segundo ele, é preciso educar para a cultura pós-moderna e “educar significa enriquecer as coisas de significado, como dizia Dewey. Quanto mais educado você for, mais significados você descobre nas coisas.” (DE MASI, 2000a, p. 315)

5.3.3. O Ócio Produtivo

Para esboçar um mundo além do trabalho, segundo o Grupo Krisis (1999), faz-se necessária uma ruptura categorial da Sociedade do Trabalho e a construção de uma sociedade através do **ócio produtivo**. Sendo assim, os inimigos do trabalho almejam uniões mundiais de indivíduos livremente associados, para tomar em suas próprias mãos a produção. No lugar de produção de mercadorias, entra a discussão direta e a decisão conjunta dos membros da sociedade sobre o uso sensato de recursos e a necessidade de produção. As instituições burguesas atuais, que são instituições alienadas pelo mercado e pelo Estado, terão de ser substituídas por um sistema em rede de conselhos organizados localmente e mundialmente que determinem os recursos conforme ponto de vista social e ecológico.

O trabalho como um fim em si mesmo e a ocupação que determinam a vida, nessa nova organização da utilização sensata dos recursos e das necessidades, deixarão de ser dirigidos por uma “mão invisível”, que será substituída por uma ação social consciente. A produção é apropriada segundo as necessidades e não mais segundo o poder de compra. Junto com o trabalho que é dispêndio abstrato de energia, desaparecerá também o dinheiro que é uma universalidade abstrata, tal como também o Estado e, no “[...] lugar de nações separadas, uma sociedade mundial que não necessita mais de fronteiras e na qual todas as pessoas podem se deslocar livremente e exigir em qualquer lugar o direito de permanência universal.” (KRISIS, 1999, p. 24)

Os inimigos do trabalho têm como um dos objetivos a reconstrução da cultura do ócio, que antigamente era conhecida de todas as sociedades que foi destruída pela imposição de uma produção infatigável e vazia de sentido. As atividades serão feitas por decisão livre e não por qualquer tipo de coerção. A atividade, assim, como o ócio, é uma necessidade. Segundo o Krisis,

os inimigos do trabalho defendem que as atividades devem ter sentido e que se orientem sob as necessidades e nos contextos da vida. Não havendo mais as coerções capitalistas para impor às pessoas o trabalho constante, e tendo as modernas forças produtivas que ampliam, enormemente, o tempo livre, não haverá mais necessidade de se viver num mundo do trabalho que é sem sentido. Por isso, é importante a constituição de uma contra-sociedade no próprio interior da Sociedade do Trabalho, através da auto-organização e autoderminação dos produtores. (KRISIS, 1999, p. 25-27)

Segundo Kurz, poderíamos imaginar produzir coisas necessárias à vida num ambiente agradável, que fosse prazeroso e que contivesse lazer e trabalho ao mesmo tempo,

[...] onde tudo é bonito, onde você tem direito a pausas, onde ninguém tem que perguntar se pode ir ao banheiro. Que isso pudesse ser organizado por você mesmo, que se daria, por exemplo, uma grande pausa para o almoço. Que houvesse uma forma de cultura, biblioteca, filmes, ligados à produção. Seria desejável também uma nova forma de arquitetura para que o morar, o trabalhar e o lazer estivessem todos interligados. Não numa área externa, horrível. Podemos criar um local social em que a pessoa não seja reduzida à função que exerce apenas. (KURZ, 1998, p. 9)

Segundo Kurz, quando a ciência, enquanto força produtiva, excede o dispêndio da força de trabalho humano na produção, o trabalho torna-se supérfluo e tem de ser substituído pelo ócio produtivo. Esse fenômeno está em ascendência nos países ocidentais mais desenvolvidos tecnologicamente. (KURZ, 1991, p. 21)

Para substituir o trabalho pelo ócio produtivo é necessário elaborarmos definições sócio-econômicas de uma forma embrionária de reprodução, para além da produção de mercadorias. Essa forma embrionária não poderá ser mediada pelas relações monetárias e mercantis. Isso significa, também, que essa

[...] forma embrionária de reprodução social para além do valor não começará com a *produção*, mas com a *utilização* de *chips*. Se por hora a tecnologia de produção tem de permanecer nas mãos capitalistas tem que haver um movimento social contra o sistema produtor de mercadorias que direcione os próprios potenciais microeletrônicos para fins emancipatórios de reprodução. (KURZ, 1997, p. 15-17)

Resumidamente, afirma Kurz, que a forma embrionária terá de ser baseada numa “economia microeletrônica de troca”, diferentemente da sociabilização sob o princípio do valor. Nessa perspectiva, a “ [...] ‘economia de troca’ indica somente que a reprodução não assume a forma-valor e que os meios de produção serão tratados de acordo com o caráter material e sensível dos

produtos e em vista do prazer humano, isto é, não se submeterão mais à abstração fetichista da forma-valor.” (KURZ, 1997, p. 23)

A forma embrionária de “economia microeletrônica de troca”, que supera a propriedade privada dos meios de produção, não é possível na estrutura de reprodução, mas somente nos pontos finais onde a produção converte-se em consumo, pois, segundo Kurz, “[...] só nesses pontos é possível a constituição de um espaço social de cooperação, cujas atividades não reconduzem ao mercado, mas, antes, são consumidas, em seus resultados, pelos próprios membros.” (KURZ, 1997, p. 26)

Finalizando, segundo o autor, para a elaboração de uma imagem conceitual da antieconomia, se faz necessária a unidade entre teoria da crise, teoria da desvinculação e a teoria do planejamento.

5.4 O Rizoma do Ócio

O ócio perdeu seu sentido no transcorrer da história e transformou-se em sinônimos depreciativos. A moral é trabalhar e não mandriar. Ócio, ocioso, vagabundagem, malandragem, etc. são vocábulos dessa comparação. O rizoma construído por De Masi (2000a, p. 302) apresenta inúmeros vocábulos originários do conceito de ócio. Isso mostra, a importância desse conceito para interpretação da realidade social.

Segundo Ferreira (1988), “ócio” é definido como descanso do trabalho, como folga ou repouso ou quando desocupação, bem como é sinônimo de lazer, preguiça, moleza e indolência. É, também, relacionado com ocupação suave e agradável. O “trabalho” é definido como uma ação e faculdade humana para alcançar um fim; uma ocupação, uma profissão; luta, faina, tarefa a ser cumprida, e é relacionado à obrigação e responsabilidade.

O ócio evoca uma série de significados negativos nos moldes da cultura da Sociedade do Trabalho, mas, é nele, e não no trabalho, que estão instituídas noções de prazer, de liberdade e de felicidade. Analisando o rizoma do ócio, como raiz, podemos observar, que dele surgem quinze sinônimos: lazer; inércia; ociosidade; trabalho mental suave; desocupação; mândria; debilidade; acídia; preguiça; negligência; improdutividade; repouso; inação; divagação e inatividade. Dessas palavras surgem mais sessenta e sete sinônimos, totalizando oitenta e dois sinônimos.

Desses sinônimos, destacam-se apenas as palavras que, de certa forma, contemplam os nossos estudos sobre o ócio, ligadas à atividade prazerosa que é o ideal pensado e sonhado, mas nunca objetivado pela Sociedade do Trabalho, principalmente aquelas que dão conotações contrárias à moral vigente do trabalho. São elas: lazer (diversão, prazer, jogo, festa); repouso (paz, descanso, equilíbrio); preguiça (indolência, lentidão); divagação (alheamento) e desocupação (vagabundagem, desobrigação, greve, vadiagem).

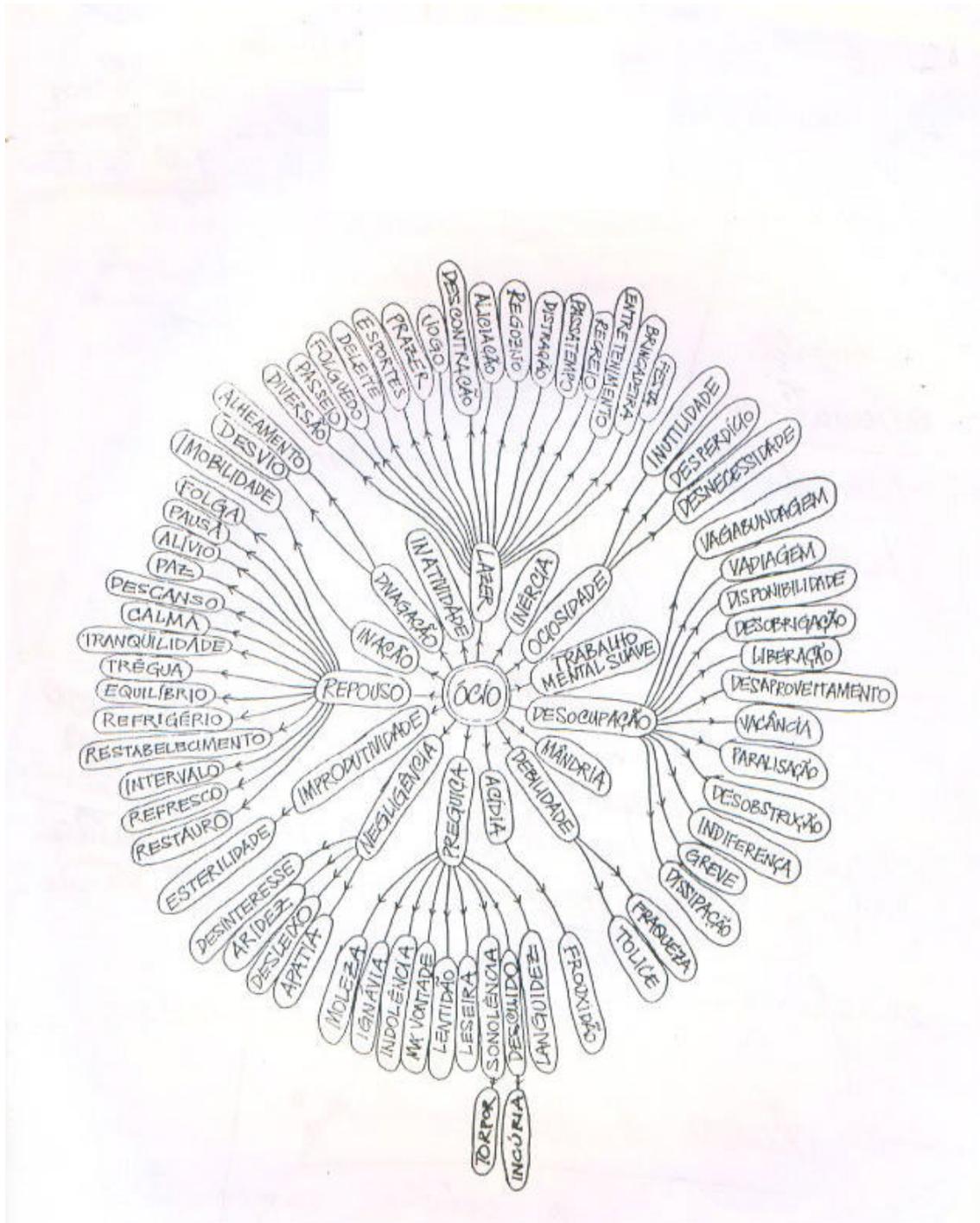


Figura 2 - Rizoma do ócio

Fonte: DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 302

5.5 Comparação: Trabalho x Ócio

O ócio, como vimos, é uma ação humana que se distingue essencialmente do trabalho através de muitos aspectos. Para facilitar a compreensão e a definição do conceito de ócio, optamos pela elaboração deste quadro síntese, para que, de forma mais didática, visualizemos alguns aspectos distintivos que conseguimos perceber através das análises que procedemos a partir das teorias dos autores aqui tratados e as reflexões suscitadas pelos estímulos advindos durante o desenvolvimento da pesquisa .

ASPECTO	TRABALHO	ÓCIO
Valor supremo	Mercado	Vida
Atividade	Alienada e abstrata. Simples dispêndio de força de trabalho.	Não alienada. Não abstrata. Há a identificação do produtor com sua obra, percebe seu objetivo.
Vida	Cindida. Há o espaço da produção e da reprodução. Há o espaço de trabalho e espaço de lazer.	Não há cisão. Somente há o espaço da vivência. Produção, reprodução, tempo livre e lazer não são separados.
Tempo	Determinado para produção, como tempo privado de reprodução	Indeterminado.
Espaço	Determinado	Todo social.
Valor moral	Ética religiosa, política e econômica	Ética social, como bem da comunidade
Objetivo/Resultados	Usufruto de alguns	Usufruto de todos.
Qualidade	Ditames do mercado	Potencialidade de cada produtor ou coletivo de produtores
Clientela	Possuidores de dinheiro. Relação de compra e venda.	Autoprodutores e autoprodutores. Relação de trocas.
Meio ambiente	Visto como matéria-prima, como meio a ser explorado	Concebido como natureza da qual se faz parte. Harmonização da vida entre o mundo humano e o natural.
Propriedade/Meio de Produção/Tecnologia	Privada	Coletiva
Forma de produção	Proprietário define.	Autoprodutores decidem a melhor forma de produzir.
Produção	Organizada pelo patrão, engenheiros, administradores, gerências, etc. Há	Organizada pelas pessoas envolvidas. Não há hierarquização.

	hierarquização das pessoas de acordo com as funções que exercem.	
Educação/Ciência	Aprender e conhecer para produzir	Aprender e conhecer para melhor viver.
Resultado	Mercadoria como valor de troca	Produto como valor de uso.
Criatividade	Dentro dos limites das necessidades do mercado	Sem limites, livre.
Consumo	Imediato, visando o lucro	Imediato e para a posteridade, visando a satisfação universal humana

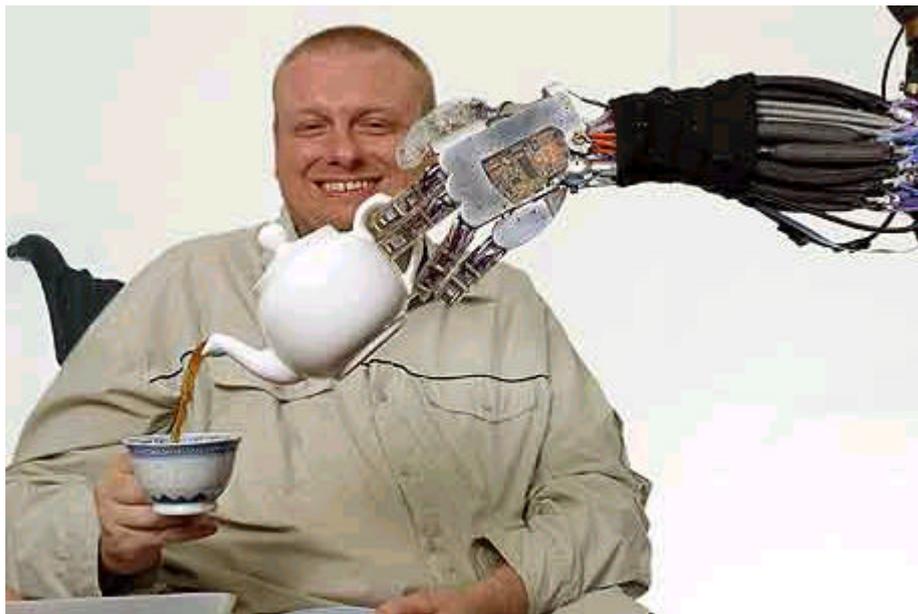
Figura 3 - Comparação entre trabalho e ócio

5.6 O Ócio Autogerido: Definindo o Conceito

Como pudemos observar, o ócio não é trabalho e nem derivado dele. São antagônicos desde suas origens. De um lado, uma classe ociosa que poderia se dedicar às artes, à filosofia, às ciências, à política e aos exercícios do corpo, por ter suas necessidades vitais supridas por outra classe, de outro lado, que era obrigada a trabalhar, arando a terra, tecendo e executando outros serviços. Observamos com isso, que do ócio surgem idéias e do trabalho surgem produções materiais, tratando-se dessa forma, de uma antiga divisão de trabalho social em intelectual e braçal entre as classes sociais. Com a modernidade tudo virou trabalho, e a sociedade passou a ser uma máquina de trabalho. Criação artística, é trabalho artístico, escrever um livro é trabalho, cuidar da criança é trabalho, etc. Também, pudemos observar que ócio simplesmente não é uma atividade improdutiva. É um estado do espírito atemporal, de repouso, alheio às necessidades materiais. É a dedicação a uma obra sem ter pressa em finalizá-la, sem ser de uso imediato ou efêmero para consumo. A obra surgida do ócio é descompromissada, no sentido de não ser uma obrigação de produzir algo por encomenda. É um atividade no seu sentido pleno de realização humana. É fazer algo para a geração futura, para a humanidade, e estar agindo com outros seres humanos como ser genérico na acepção de Marx, dessa forma, não tendo fronteiras entre países ou nações. Assim sendo, podemos compartilhar da idéia de De Grazia, como acima expusemos, de que o ócio pertence a outro mundo social e não a este mundo que é concorrencial, que produz efemeridades, que é consumista, que pouco se preocupa com o meio ambiente e com as gerações futuras.

A exploração e trabalho têm caráter sempre imediato, não se importando com as conseqüências. As obras, que são os meios e não os fins, ficam para a posteridade. Diferentemente do que ocorre com o capitalismo, no qual o que importa é a quantidade de coisas produzidas, ou seja, a quantidade em detrimento da qualidade. Essa característica também está sendo, aos poucos, adotada pelo mundo acadêmico. O que se observa hoje é que inúmeras dissertações e teses são produzidas pelo o critério da quantidade. O ineditismo está deixando de ser um critério observado pelos programas de pós-graduação. É o risco que também se corre nesta pesquisa, quando se tem prazo para finalizá-la. Atualmente, a sociedade está asfixiada de informações, e a internet é prova disso. Porém, sob um exame rigoroso, pouca coisa restaria de conteúdo essencial, pois muitas dessas informações são pura tautologia.

Como vimos nesta pesquisa, para chegar ao momento atual, a humanidade dependeu de um segmento social que fizesse o trabalho árduo, cansativo e dito desonroso para que outra classe social pudesse ficar livre para a produção de idéias, pois o repouso é um dos estados mais propício para isso. Com o advento da tecnologia, essa produção gerada por gerações e gerações, ofereceram as condições técnicas e teóricas para as pessoas usufruírem do ócio, já que a maquinaria cada vez mais substitui esse caráter cansativo da atividade humana ao qual chamamos de trabalho, ficando sob o monopólio do ser humano as atividades criativas. A preocupação de Aristóteles de que os escravos não teriam nada para fazer se as máquinas assumissem suas tarefas, tornou-se realidade, não havendo mais necessidades de tarefas enfadonhas e nem de escravos para realizá-las. Se existia para ele uma natureza escravista, essa natureza foi transportada para a máquina, que a materializou. Então, teoricamente, poderia se dá de vez o fim da exploração do homem pelo homem, que seria substituída pela exploração da máquina pelo homem, conforme escreveu Kropotkine (1953) : eis aí milhões de escravos de ferro.



Marx Worsdall, programador da companhia britânica Shadow Robot que sofre de atrofia muscular, é servido de chá por um robô desenvolvido pela empresa.

Figura 4 - Robô servindo chá.

Fonte: UOL - Mundo Digital, 02/08/2002, <http://home.img.uol.com.br/020808cha.jpg>

Tendo o ócio como atividade humana genuína, a produção necessária se faria da forma mais apazível possível. A atividade passara ser atrativa, pois não significaria sofrimento, mas atividade prazerosa, que tem como objetivo um bem social e não privado. Doenças advindas do trabalho reduzir-se-ia quantitativamente, bem como não existirá aposentadoria nos moldes da Sociedade do Trabalho. Os desejos de realização seriam imediatamente satisfeitos e não protelados, exemplificados nas palavras das pessoas: - quando eu me aposentar, farei pintura, estudarei, cuidarei dos meus filhos. Todos nós sabemos que isso é um engodo, pois quando a pessoa se aposenta, seus desejos já foram superados sem serem realizados: os filhos já não precisam mais do cuidado dos pais, e na maioria das vezes, ao se aposentar, a saúde está precarizada pelo fato de as energias terem sido sugadas durante a longa jornada de trabalho, e a pessoa se encontra à beira da morte, como projetos inacabados. O capitalismo é uma máquina de gastar gente. O capitalismo é a religião que prega a ética do paraíso perdido, na qual o reencontro com esse paraíso se dá somente noutra mundo. Transformam-se as pessoas como apêndices do trabalho e assim, a vida passa como se fosse uma promessa contínua e nunca cumprida ou vivida inadequadamente.

A tecnologia como, diz Lafargue (1990), é a redentora da humanidade, a deusa que resgatará os homens das sórdidas artes para que usufruam da preguiça, arduamente combatida pela Revolução Industrial. Com o progresso tecnológico, tecnicamente e teoricamente, a humanidade

pode pôr fim à exploração do homem pelo homem, uma vez que é possível todos viverem do ócio sem que algumas classes sociais sejam obrigadas ao trabalho, enquanto outras se comprazem na abstinência do mesmo, como ócio conspícuo definido por Veblen. Porém, viver em uma relação de exploração é uma decisão política de indivíduos ou de classes sociais.

Outro aspecto que se destaca é o fator tempo. Vimos, através de De Masi (2000a), que o ócio criativo se difere do trabalho unicamente pela flexibilização do tempo, não deixando, portanto, de ser trabalho nos moldes da sociedade atual. Com esse termo, o autor do ócio criativo, não consegue fazer a devida crítica à verdadeira causa que estrutura a sociedade. Acredita ele que o trabalho para deixar de ser penoso e passar a ser criativo basta apenas ter um tratamento técnico como as chamadas “reengenharias”, com os seus “colaboradores”, e as suas “flexibilizações” e “reestruturações produtivas”. Dessa forma, sua crítica se torna inócua e fica no vazio, servindo apenas a outros propósitos que certamente não são os da conclusão desta pesquisa. A atividade produtiva, mesmo com o conceito de ócio criativo, é trabalho que está acima da vida das pessoas. Com esse conceito “dora a pírula”, ajudando a camuflar a exploração dos indivíduos no trabalho e pelo trabalho, não só braçal, mas principalmente mental. Trata-se, portanto, da teoria de uma receita para os patrões saberem melhor explorar as mentes-de-obra e delas tirarem mais proveito. Outra contribuição sua, é a de propor a ampliação da jornada diária de trabalho, de 8 para 24 horas, conforme sua receita para produzirmos grandes idéias.

Visto de outra forma, o fator tempo é importante para entendermos o ócio. O tempo, é uma convenção humana e foi muito utilizado para aumentar a produtividade no processo de industrialização dos produtos. A pressa na produção se tornou aspecto definidor do modo de produção capitalista, assim como também a idéia de progresso às pressas, sem se permitir questionar para que tanta pressa, para onde estávamos caminhando. Pensa-se, que um dos reflexos dessa pressa, seja compreendido pelo longo período medieval que impossibilitou e manteve encarcerados muitos desejos da humanidade. A partir dessa ruptura, como vimos no aspecto histórico do trabalho, o conhecimento humano loucamente se desenvolve, não tendo nem o céu mais como limite, e com isso, não poupa nem animais, homens, mulheres e crianças, e, muito menos a natureza. A natureza foi transformada, com a insensatez e a visão da insanidade humana, em ser coisa a ser explorada indiscriminadamente e os resultados disso são os altos índices de poluição, de degradação do ecossistema e do desaparecimento de recursos não renováveis.

Na comparação entre trabalho e ócio (Fig. 3), elencamos vários aspectos que caracterizam o ócio e, momentaneamente, podemos dar uma definição ao termo que ora designa-se de **ócio autogerido**, pois deve-se dar mais conta do que se pensa sobre a atividade genuinamente humana. **Ócio autogerido é a ação humana que recupera a atividade de metabolismo entre a cultura humana e a natureza, realizada por todas as pessoas e não apenas por algumas, sem a tradicional divisão social de classes. O ócio autogerido é aquela atividade através da qual os produtores associados organizam suas vidas, levando em conta a produção, a organização do bairro, da cidade, do lixo, do transporte, da saúde e da produção do conhecimento.** A produção não é o fim, mas a vida das pessoas e da natureza, portanto, a autogestão não se dá só na produção, mas esta faz parte do todo da vida cotidiana. Por isso, partindo da grande contribuição de Kurz e do Krisis, pensa-se que o termo “ócio produtivo” não sintetiza os objetivos da teoria deste último, mas o “ócio autogerido” seria o melhor conceito interpretativo de uma nova realidade que se vislumbra com outra forma de tratar a vida, a natureza, o espaço e o tempo social. A organização de uma sociedade melhor, para além do mercado, do trabalho e da divisão de classes, tem que priorizar o bem estar das pessoas em comunidade, enquanto que a produção é uma consequência disso. Caso contrário, correremos o risco de tornar trabalho novamente.

6 AÇÃO POLÍTICA E TECNOLOGIA: DOMINAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?

A preocupação de Aristóteles sobre a desocupação dos escravos decorrente da possibilidade de existirem teares que fiassem sozinhos, tornou-se realidade.

Com efeito, se cada instrumento pudesse, a uma ordem dada ou apenas prevista, executar sua tarefa [...] se as lançadeiras tecessem as toalhas por si, se o plectro tirasse espontaneamente sons da cítara, então os arquitetos não teriam necessidade de trabalhadores, nem os senhores de escravos. (Aristóteles, [19--], p. 21)

No Século XIX, Lafargue finalizou seu manifesto contra o trabalho denunciando a classe operária, que tendo tão fortemente enraizada a cultura do trabalho, não compreende os benefícios que os avanços tecnológicos trazem para os seres humanos e que o assalariado é a pior forma de escravidão humana. “Ainda não compreenderam que a máquina é a redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sórdidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhes dará tempos livres e a liberdade. (*sic*)” (LAFARGUE, 1990, p. 57)

A racionalidade tecnológica avança significativamente na direção de substituição do trabalho humano pelas máquinas, tendo uma orientação intencional com um fim objetivado.

Primeiro, reforçaram-se e substituíram-se as funções do aparelho locomotor (mãos e pernas); em seguida, a produção da energia (o corpo humano), depois, as funções do aparelho dos sentidos (olhos, ouvidos, pele) e, por fim, as funções do centro de controlo (do cérebro). (GEHLEN apud HABERMAS, [19--], p. 52)

Hoje, após mais de dois mil anos, os escravos finalmente não têm mais o que fazer. As máquinas estão cada vez produzindo mais com menor número de pessoas e, dessa forma, tornando o trabalho supérfluo, fazendo com que o desemprego tecnológico se imponha de forma inexorável, conforme Rifkin, Kurz, Marcuse e outros autores.

Para alguns, especialmente para os cientistas, engenheiros e empregados, um mundo sem trabalho sinalizará o início de uma nova era na história, na qual os seres humanos serão libertados finalmente de uma vida de árduo trabalho e de tarefas repetitivas sem sentido. Para outros, a sociedade sem trabalhadores evoca a idéia de um futuro sombrio de desemprego em massa e pobreza generalizada, acentuada por tumultos sociais e revoluções. Em um ponto, virtualmente todas as correntes em disputa concordam. Estamos efetivamente, entrando em um novo período na história - em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e de transporte de bens e fornecimento de serviços. (RIFKIN, 1995, p. 13)

6.1. Em Dois Séculos Parece que Nada Mudou: Analisando Um Caso Particular

Neste ano de 2002, em Florianópolis (SC), está havendo uma reestruturação no transporte coletivo da cidade, que está sendo denominado de Sistema Integrado de Transporte. Essa reestruturação implica na descentralização e integração de terminais em toda a cidade, tratando-se, portanto, de uma racionalização do sistema de transporte articulando a otimização da frota e a implantação de novas tecnologias no transporte coletivo urbano. Isso oportunizará aos passageiros se locomoverem de um lugar a outro da cidade através das interconexões de terminais. Resumindo, o transporte coletivo será objeto de um processo de reestruturação que implicará em três fatores: integração, otimização e introdução de novas tecnologias.

Com o processo de integração de terminais haverá uma otimização das linhas de ônibus, e com isso, um enxugamento da frota. Conforme informações dos trabalhadores, ao invés de melhor atender a população com mais horários de ônibus, o enxugamento da frota implicará na redução de 71 ônibus, dos 411 hoje, existentes. Com essa otimização, ou seja, com o melhor aproveitamento das linhas de ônibus, haverá uma redução de 300 vagas para motorista e cobradores. Com a introdução de novas tecnologias, que consiste na utilização de catracas eletrônicas, 70% da frota de ônibus circularão sem cobradores. Isso equivale ao total de 238 ônibus. Conforme cálculo da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano de Florianópolis e Região (SINDMOC), se multiplicarmos 238 ônibus por 3 cobradores, que são necessários em cada um desses veículos por dia, teremos um total de 814 postos fechados. Se somarmos 814 desempregados pela implantação das catracas eletrônicas e, mais 300, pela otimização da frota, serão ao todo 1114 postos fechados, somente no interior dos veículos de transporte. Porém, essa redução não para por aí. A redução de ônibus reduzirá também a necessidade de mecânicos e de trabalhadores de apoio técnico à frota, que o Sindicato dos Trabalhadores estima em mais 200 postos. Esse processo de reestruturação do transporte coletivo urbano de Florianópolis, implicará, então, aproximadamente, em 1314 trabalhadores desempregados. O total da categoria é de 3.400 trabalhadores. Esse montante equivale a 38,64% de redução no quadro de empregados no transporte coletivo de Florianópolis, somente nessa primeira etapa de implantação do novo sistema de racionalização do transporte coletivo urbano de Florianópolis.

O SINDMOC não concorda com essa redução nos postos de trabalho e nem com a introdução das catracas eletrônicas. Essa posição da entidade consiste na preocupação com o desemprego de seus filiados e na idéia do trabalho como algo que não pode ser suprimido. Dessa forma, a manutenção dos postos de trabalho deve ser o objetivo da mobilização dos trabalhadores contra as decisões dos patrões e da Prefeitura, bem como contra a tecnologia. A tática adotada segue em direção de se posicionar contrário ao uso da tecnologia para não gerar o desemprego de seus filiados. Como isso é impossível, a história é a melhor prova disso: o passo seguinte é reivindicar a redução da jornada de trabalho com o intuito de manter todos os postos. Se conseguirem essa redução, os benefícios da tecnologia viria a favor dos trabalhadores.

Como se expressa popularmente: “contra os fatos, não há argumentos”. Uma vez mais, a história mostrará que os esforços serão inúteis contra essa onda de substituições e o SINDMOC não terá outra saída a não ser a de negociar com o patrão, pelo menos, a redução mais gradual do desemprego, ao invés desse percentual impactante. As ações dos sindicatos dos trabalhadores do Brasil e de muitos outros países que adotaram essa mesma postura e estratégia do SINDMOC não foram suficientes para conter essa onda tecnológica de substituições, nem como de impedir que decisões políticas desse nível se preocupassem mais com os lucros do que com as pessoas. O que se observa atualmente é que, cada vez mais as empresas produzem, na prática, sem trabalhadores. Tecnicamente é possível produzir muito com um número reduzidíssimo de indivíduos, tanto é prova disso que o índice de produtividade e a riqueza crescem e o índice de emprego decresce.

6.2 Analisando Alguns Aspectos da Ação Sindical dos Trabalhadores

6.2.1 A Ação Sindical Contra a Tecnologia

O SINDMOC, com a participação de, aproximadamente 300 filiados na Assembléia Geral, aprovou por unanimidade e deflagrou campanha contrária à implantação das catracas eletrônicas, que implicará na substituição dos cobradores, causando em primeiro lugar, o desemprego, que geraria com isso a miséria, além de trazer insegurança ao usuário e a dificuldade ao motorista em trabalhar sozinho no interior do ônibus. Com a idéia de que a *‘profissão de cobrador seja uma opção de ganhar o pão-de-cada-dia’*, e que *“é melhor trabalhar com a pessoa do que com a máquina”*, o SINDMOC e seus dirigentes sindicais se posicionaram

contrários às máquinas. Vários cartazes estão sendo fixados e panfletos estão sendo distribuídos na cidade, em locais públicos, principalmente em terminais de ônibus com a seguintes palavras de ordem, contrárias à tecnologia e a favor dos empregos: “*CONTRA A CATRACA ELETRÔNICA, POR MAIS SALÁRIO E EMPREGO.*” (v. Figura 5)

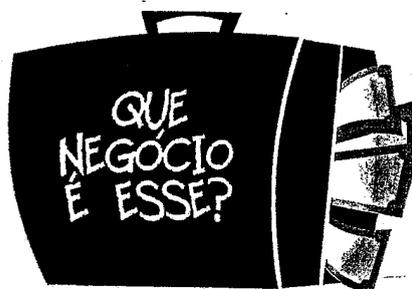
6.2.2 A Cultura do Trabalho no Movimento Operário

A cultura do trabalho que está fortemente enraizada na sociedade atual, principalmente na classe trabalhadora que não se permite pensar outra forma societal sem o fatigoso trabalho, foi combatida com veemência por alguns militantes político-sindicais e pensadores sociais como apresentamos anteriormente, porém, essas idéias ficaram à margem do pensamento que predomina nos movimentos sociais e partidários. Um dos mais conhecidos e podemos dizer, um clássico, é o manifesto de Lafargue.

Este caso particular apresentado, mostra-nos como se materializa a cultura do trabalho na ação político-sindical que, apesar dos avanços tecnológicos que, paulatinamente, vem se desenvolvendo e substituindo as pessoas no trabalho, continua agindo da mesma maneira como se comportaram outros movimentos desse nível nos séculos passados, ignorando os benefícios da tecnologia.

Desde seu lançamento em 1880, o manifesto de Lafargue, se impôs contra a exploração capitalista e denunciou - já naquela época - a cultura do trabalho, da qual o próprio movimento operário ao mesmo tempo é vítima e o seu próprio algoz. O movimento operário acaba perpetuando-a e se apresenta como uma inabalável fortaleza cultural. Apesar do grande progresso tecnológico e do conhecimento científico, o movimento político de oposição à forma capitalista de produção social ainda não considera esses fatores relevantes como elementos políticos para a transformação social e a emancipação humana do jugo do trabalho. A tecnologia ainda é vista como um **mal**, e não como um **bem** em benefício de toda a humanidade. A idéia de trabalho perpétuo não permite o usufruto da tecnologia pela classe operária que vê no trabalho sua realização de forma pura. Agindo desse jeito, não percebe que contribui para aquilo que secularmente o movimento operário vem combatendo que é a exploração capitalista. Não é por menos que pais, escolas, universidades, partidos e sindicatos,

SISTEMA
INTEGRADO DE
TRANSPORTE



**CONTRA
A CATRACA
ELETRÔNICA**

**POR MAIS
SALÁRIO
E EMPREGO**

CONTRA O DESEMPREGO E O AUMENTO DAS TARIFAS

Campanha do SINDMOC por melhores SALÁRIOS e mais QUALIDADE no transporte

Figura 5 - Cartaz da campanha do SINDMOC contra a introdução da catraca eletrônica em Florianópolis (SC), 2002

Fonte: SINDMOC

todos, sem exceção, oram ao deus-trabalho como se fosse a própria eternidade da vida. A ética religiosa e o capitalismo fizeram do trabalho sua grande criação, como vimos na análise de Weber sobre o espírito capitalista. Lafargue, grande visionário, deu seu grito contra a ordem, que infelizmente não ecoou nos movimentos políticos, principalmente nos sindicais que, julgando ser de caráter revolucionário, acabam se tornando conservadores nessa perspectiva que conduz sua ação política.

O utilizador do transporte coletivo observa que, entre a cobrança de um passe e outro, o cobrador aproveita para colar os passes em folhas quadriculadas, passa cola branca e cola passe por passe. Sobre esta ação, alega que é para facilitar o controle da venda dos passes pela empresa no final do dia. Após isso, aquelas folhas com passes colados serão destruídas. Indagado sobre este tipo de serviço, responde que era muito chato fazer aquilo, bem como ficar horas a fio sentado apenas recebendo passes. Sabe que se trata de um trabalho rotineiro, mas que precisa ser feito, pois é seu emprego e é através dele, que ganha seu sustento. (Informação verbal) Essas conversas com os cobradores ocorreram de forma não orientada e muitos deles, como pude observar, não se sentiam satisfeitos naquilo que exerciam.

A entrevista que realizamos com dois membros da direção do SINDMOC, pronunciaram-se contrários à instalação das catracas eletrônicas sendo que um deles, mais enfaticamente, se posicionou contrário à substituição dos trabalhadores pelas máquinas. Pelo fato de cobrador ser uma profissão e que eles gostavam do que faziam e, além disso porque *‘Se as máquinas vão substituindo as pessoas, o que elas irão fazer?’* (a antiga preocupação de Aristóteles). *‘Elas têm que trabalhar’*, afirmou o dirigente com convicção. (informação verbal)

Os dirigentes mostraram-se indignados porque o processo de reestruturação do transporte vinha ocorrendo de forma unilateral, sem a participação dos trabalhadores. Apesar de o SINDMOC cobrar a participação e pronunciamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Prefeita não se pronunciou e não fez qualquer ação nesse sentido, deixando essa questão para ser resolvida entre patrão e empregado, como se fosse um desses “triviais” conflitos entre trabalho e capital. Cabe lembrar aqui que o transporte coletivo é uma atividade pública, portanto uma concessão dada à iniciativa privada. Se fosse uma Prefeita comprometida com a população, no mínimo deveria intervir para que o desemprego não prejudicasse os moradores da cidade na lógica da Sociedade do Trabalho, mas parece que não é, pois eximi-se dessa responsabilidade, porém, sem saber e sem querer, essa atitude segue um plano secreto da natureza (Hegel) capitalista

colidindo com os interesses mais gerais do projeto político-econômico do qual ela faz parte. Agindo dessa forma, contribui para que os antagonismos da Sociedade do Trabalho se revelem e revoltas se expressem de variadas maneiras.

Diante dessa situação, é louvável uma ação sindical desse nível que reivindica a permanência desse tipo de trabalho? Até que ponto o Sindicato dos Trabalhadores, de fato, está contribuindo com seus filiados através desse tipo de campanha? Uma vez que a tecnologia existe, por que não utilizá-la para substituir as pessoas nesses trabalhos enfadonhos ao invés de reivindicar a permanência desses trabalhadores na realização de trabalho cansativo, desnecessário e improdutivo, apenas de controle? Será que não existe outra alternativa a não ser essa de continuar a reivindicar a permanência dos trabalhadores no capitalismo que é um sistema de exploração? Por que o movimento sindical age dessa maneira, reivindicando incansavelmente a manutenção, a inserção ou reinserção dos trabalhadores nesse sistema de exploração? Esses e outros questionamentos são pertinentes e merecem serem elucidados como os principais deles foram. Porém, a brevidade da pesquisa, limitada pelo o tempo de entrega, não dará conta de todas essas indagações, deixando-se algumas delas como reflexão e, se for possível, se transformarem em objetos de futuras pesquisas.

6.2.3. O Movimento Sindical Continua Reivindicando Emprego e Não a Distribuição da Riqueza

O sindicalista do Século XXI d.C. acabou fazendo a mesma pergunta, de forma afirmativa, que Aristóteles fez no Século IV a C, numa distância de tempo de 2400 anos. Porém, ressalte-se aqui que, no entendimento de Aristóteles, a situação de escravo era resultado de uma natureza humana escrava, portanto, os escravos nasciam escravos, não transformavam-se em escravos na existência histórica. Partimos do pressuposto que essa concepção tenha sido superada, pelos menos para a maioria das pessoas. Como podemos observar, a manifestação do dirigente, bem como dos sindicalizados em Assembléia Geral, é uma atitude de quem sacraliza o trabalho e o vê como algo moral. É atitude de partícipe de um estilo de vida que tem o trabalho como algo natural, normal, sagrado e eterno. Essa postura do Sindicato, comprova a cultura do trabalho predominante na Sociedade do Trabalho. Mas, isso nos chama à responsabilidade e a atenção para a importância da Sociologia do Trabalho em contribuir na elucidação dessas e de outras questões, porque uma

hipótese que poderá ser aventada é a de que a estratégia adotada pelo SINDMOC deve-se, provavelmente, ao desconhecimento de outras teorias e manifestações que se posicionam de maneira contrária e que poderiam contribuir no sentido de construir outra estratégia político-sindical. Por isso, nossa preocupação nesta pesquisa. Outra possibilidade também poderá ser sugerida e associada à hegemonia de tendências políticas que romanciam a interpretação da teoria marxiana da eternidade dessa forma que adquiriu a atividade humana denominada de trabalho. Essas prováveis causas poderiam ser destacadas enquanto hipóteses da forte cultura do trabalho que predomina nos movimentos sociais organizados. Isso gera também, inúmeras preocupações à Sociologia Política, justamente quando se está no olho do furacão de uma nova revolução industrial que perfila um conjunto de novas tecnologias que estão sendo postas em marcha numa revolução sem precedente na história da humanidade e que vem substituindo as pessoas no processo produtivo, conforme análises feitas por muitos pensadores sociais atuais, tais com Kurz, Rifkin, De Masi, Thurow e as antecipações teóricas feitas por Marx e Marcuse prevendo essa situação. Como escreve o prefaciador do Livro de Rifkin, com o advento do computador o rei, sozinho em sua ilha, girando a manivela, desencadeia o trabalho pela automação, produzindo todos os bens de que a Inglaterra precisa. (SISMONDI apud HEILBRONER, 1995, p. xiii)

A chamada Revolução Tecnológica tem como base o advento da microeletrônica que se constitui de tecnologias de automação, de informação ou conhecimento, de robótica e da microbiologia, que hoje, contribui para construção de computadores não mais só baseado nos princípios eletrônicos, mas também nas moléculas (THUROW apud CAIXETA, 2001). Essas mudanças no mundo social, com profundos reflexos no mundo do trabalho, são denominadas por sociólogos, economistas e historiadores de Terceira Revolução Industrial³². De acordo com nossas

³² Com o advento do capitalismo acontece a Revolução Industrial no Século XIX, a agricultura perde importância e os postos de trabalhos se transferem para a cidade impulsionando consideravelmente a produção e, com isso, a divisão do trabalho. Amplia-se a jornada de trabalho em torno de 16 até 18 horas/dia, cerca de 3.000 horas/ano, para a produção de excedente. A segunda Revolução Industrial ocorre entre 1870 a 1910, onde aparecem os primeiros cartéis e oligopólios. As fábricas concentram milhões de operários. Há um aumento dos trabalhos em escritórios e a instalação de estrutura hierárquica na produção entre chefia em oposição ao trabalho manual. Com isso, surge uma nova classe média, chefias, engenheiros, administradores, etc. Através de muitas lutas, os sindicatos forçaram o estado limitar a jornada de trabalho em torno de 8 horas/dia, com repouso semanal remunerado, reduzindo a jornada para 2000 horas/ano na década de 70. A Terceira Revolução Industrial começa com os significativos avanços tecnológicos e pelas “reengenharias” que reduzem drasticamente os quadros de funcionários. Trabalhadores de classe média, bancários e comerciantes são demitidos em massa. Enquanto as antigas tecnologias substituíam a força muscular por máquinas, as novas trocam o trabalho mental por computadores. Há a expansão da prestação de serviços, de marketing e de pesquisa. Cresce a intensidade do trabalho, para compensar a redução de quadros através de horas extras e por causa da tecnologia. Os empregados que ficam no emprego acabam produzindo mais em menor tempo de trabalho. Surgem novas doenças

análises anteriores, se a Sociedade Industrial tinha como critério de cidadania, bem como o acesso ao mundo dos provimentos, o trabalho, como porta de entrada, com a Sociedade Pós-Industrial esses critérios não podem ser mais aceitos e nem serem a forma de medir a dignidade do ser humano, cuja profissão se tornou o único critério. Diante dessa situação, a Sociologia tem papel importantíssimo, pois diante dessa revolução tecnológica, há uma pergunta muito simples e singela a se fazer que, na nossa avaliação trata-se de um desafio. **Se não há mais emprego, as pessoas vão viver do quê?** Se não há emprego, não tem salário, e sem salário não tem acesso ao consumo! Essa é a lógica da sociedade atual. Portanto, se as pessoas não tiverem acesso ao provimento através do emprego, não é de se estranhar que elas buscarão outras alternativas, sendo que uma delas, não seria mais a harmoniosa “distribuição da riqueza” pelo emprego, que nunca cumpriu essa promessa, mas pelas armas, a dita forma chamada de “criminalidade”. Se a divisão da riqueza não é feita de forma institucional nos marcos da democracia defendida pelo liberalismo, como estamos vendo, está sendo feito à força, com armas, fora da institucionalidade, na esquina mais próxima ou no semáforo de madrugada ou a qualquer hora do dia. Então, campanhas contra a violência não surtirão efeitos se antes a sociedade não resolver essa sua contradição. Como foi explanado no primeiro capítulo, o ser humano é natureza e processo social e como natureza, o instinto de sobrevivência se manifestará sempre que sua existência se sentir ameaçada, pois a vida é o primeiro valor.

Os filiados e dirigentes do SINDMOC não concebem a tecnologia como algo positivo, pelo contrário, como negativo porque os substitui no trabalho. Diante disso, fica evidenciada a importância deste tipo de pesquisa, que se desenvolve enquanto reflexão da sociedade atual e aponta a necessidade de uma nova postura crítica e de atuação social com novo jeito de produzir e de reproduzir a vida sem privilégios de classes e de grupos sociais, defendendo a tecnologia como um fator importante e que deva estar a serviço e sob o total controle da população. O ócio autogerido que seria uma atividade emancipadora, baseado na autonomia e liberdade dos envolvidos, talvez seja, de início, um mero conceito ideal que permita-nos confrontar com essa forma que a atividade humana tomou na sociedade moderna, a forma de trabalho como instrumento de tortura e castigo divino, conforme denuncia sua origem. A mudança é lenta e pode ser feita de várias formas, mas no âmbito da educação, os jovens devem ser preparados para viverem numa

outra conformação social que não tenha o trabalho como base e princípio da vida social, como aponta alguns sociólogos apresentados no capítulo sobre “A sociedade sem trabalho”.

De certa forma, transformamos o SINDMOC no tipo ideal weberiano. Estamos considerando um tipo ideal de sindicato, representante do pensamento hegemônico dos filiados e dirigentes sindicais brasileiros. A cultura do trabalho é muito forte, conforme percebe-se pela estratégia montada contra a substituição dos trabalhadores causada pela introdução das catracas eletrônicas. Esta é uma postura comum, principalmente no meio sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais, bem como partidos políticos de esquerda. Todas as plataformas dos candidatos fazem apologia do trabalho, tanto de direita quanto de esquerda, sem exceção, prometem reorganização econômica para gerar novos empregos. Como prova disso, podemos observar a campanha do Fórum Estadual de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania com a seguinte mensagem: “A *CRISE SÓ ACABA... QUANDO O POVO TIVER EMPREGO*”. A Centra Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais brasileiras, na mesma perspectiva, continuam a reivindicar emprego. Mas o emprego não é a forma de assalariamento do capitalismo? Não é a forma de escravidão moderna? Não é a forma de exploração? Porque continuar reivindicando-o? Isso não é paradoxal? Pior ainda, é que ao pedir emprego, ou seja, ao pedir para continuar sendo explorado, os trabalhadores se acham revolucionários.



Figura 6 – Campanha por emprego do Fórum Estadual de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, Florianópolis, SC, 2000

Fonte: Fórum Estadual de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania

O movimento sindical acaba reivindicando a continuidade de exploração dos seus próprios filiados mesmo que, historicamente, essa estratégia não tenha surtido o efeito desejado pelos trabalhadores, mas somente para os capitalistas. Um bom exemplo disso, foi a organização sindical dos bancários brasileiros na década de 80, que apesar de sua forte organização³³, não conseguiu impedir o ímpeto da introdução de tecnologias de automação no setor. Em 1989, o setor tinha 824.316 postos ocupados, com o processo de reestruturação produtiva, finalizou o ano de 1996 com 497.108 pessoas empregadas. Disso resultou em 327.208 desempregados em apenas sete anos. (DIEESE, 1997) Semelhante situação também ocorreu com os metalúrgicos brasileiros, setor onde os trabalhadores eram altamente organizados. O empresariado e o governo parece que priorizam investimentos em tecnologias de ponta justamente onde há mais forte organização sindical. O setor automobilístico possuem fábricas altamente automatizadas que continuam dispensando muitos trabalhadores.

6.2.4 Lafargue e o Movimento Operário Hoje

No início de seu manifesto, Lafargue (1990) ressalta a loucura do trabalho que se apossou da classe operária onde reina a civilização capitalista e que essa loucura é responsável pela miséria individual e social que há dois séculos assola a humanidade. Dessa forma, denuncia o movimento operário, que embrutecido pelo dogma do trabalho, reivindica mais trabalho ao invés de exigir a distribuição da riqueza.

Os operários, embrutecidos pelo dogma do trabalho, não compreendem que é o supertrabalho que infligiram a si próprios durante o tempo da pretensa prosperidade a causa da sua miséria presente, em vez de correrem ao celeiro de trigo e de gritarem: “Temos fome e queremos comer!” [...], pedem mais trabalho. (LAFARGUE, 1990, p. 27)

Com essa argüição, Lafargue pretendeu convencer de que, já que a tecnologia está fazendo o trabalho que antes era realizado pelas pessoas, caberia então à classe operária reivindicar sua participação na riqueza produzida socialmente. O fator emprego é uma forma institucional de acesso

ao consumo inventada pelo capitalismo. Com a tecnologia, os empregos estão deixando de existir e os empregados, ao invés de fazer com que a máquina venha a seu favor, infelizmente optam em rivalizar com ela.

À medida que a máquina se aperfeiçoa e despacha o trabalho do homem com uma rapidez e uma precisão incessantemente crescentes, o operário, em vez de prolongar o seu repouso proporcionalmente, redobra de ardor, como se quisesse rivalizar com a máquina. Ó concorrência absurda e mortal! (LAFARGUE, 1990, p. 34)

A cultura do trabalho que assola a classe trabalhadora não lhe permite avançar em outra direção, fechando-se no paradoxo que a mantém como classe permanentemente explorada sob o jugo do trabalho. Além do mais, Lafargue também critica o próprio operariado por essa cultura que assola a sua classe, na qual, além de ser explorado, ainda entrega suas mulheres e filhos aos patrões, também para serem explorados nas empresas capitalistas. Essa situação, é muito comum hoje em dia. Para manter a família, não basta mais que somente o pai trabalhe: a mãe e os filhos também são arrebanhados para o trabalho com o intuito de manter o poder de compra constantemente diminuído pelo aviltamento dos salários. Quanto mais o exército de reserva cresce, os salários diminuem, e em consequência disso, as pessoas, hoje, cada vez mais, se dispõem a trabalhar por qualquer troco. O aumento da correlação de forças em favor do patrão aumentou, e os direitos historicamente conquistados em dois séculos, através de muita luta, numa década se desfazem com o neoliberalismo, criando uma situação de constrangimento, pois às vezes se torna até ridículo reivindicar direitos trabalhistas num mundo de desempregados e miseráveis, no qual inúmeras pessoas morrem de fome. *“É pouco..., mas tens que se sentir feliz por teres ainda um emprego”*, dizem a “sabedoria popular” e a elite conservadora.

Mesmo com essa sua visão revolucionária, no transcorrer da história, Lafargue não venceu o debate político nas organizações sindicais e partidárias, e foi relegado à margem dessas organizações. Mas a história mostra, que as estratégias políticas até aqui adotadas não avançaram no sentido de emancipação das pessoas, principalmente dos trabalhadores que ainda continuam sendo cada vez mais explorados, com a miséria crescente e a concentração de renda ainda mais fortemente percebida e sentida por milhões de trabalhadores excluídos da participação do produto social. Segundo Lafargue, essa paixão cega pelo trabalho é a causa dessa miséria.

³³ A maior greve de categoria no mundo foi realizada pelos bancários brasileiros nos dias 11 e 12 de setembro de 1985. Atingiu cerca de 500.000 trabalhadores em todo o território nacional e paralisou 90% das agências em todo o país, inviabilizando a realização dos serviços nas demais. (ABRAMOWICZ, 1985)

[...] o proletariado, a grande classe que engloba todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traíndo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Rude e terrível foi a sua punição. Todas as misérias individuais e sociais mereceram da sua paixão pelo trabalho. (LAFARGUE, 1990, p. 18)

Sentindo o peso da difícil tarefa de convencer o proletariado de que a palavra trabalho que lhe inocularam, além de perverso, é o mais terrível flagelo que alguma vez já atacou a humanidade, Lafargue (1990, p. 31-33) afirmou que, tendo em vista essa cultura constituída por essa paixão cega pelo trabalho, a máquina ao invés de se tornar libertadora, transforma-se em instrumento de sujeição do homem, já que a produtividade dela advinda contribui para seu empobrecimento. Nessa leitura, o movimento ludista é a sua melhor expressão. De forma análoga, o SINDMOC age como o movimento ludista na Inglaterra. O nome ludismo tem sua origem no líder operário Nedd Ludd, que teria sido o primeiro a quebrar o tear do patrão no Século XVIII. Com as péssimas condições de trabalho, o baixo salário e o desemprego imediato que a utilização das máquinas a vapor provocava, eclodiram fortíssimos movimentos no campo e na cidade no final dos Século XVIII e início do Século XIX na Inglaterra, contrários à introdução da máquina no processo produtivo, principalmente contra os teareas a vapor e as colheitadeiras. (AMBROSOLI, 1993, p. 723)

Ser contrário às máquinas, a história mostra, não ser a solução, além de contrariar a intenção do mais longíquo primata. Segundo a filosofia materialista anteriormente exposta, os seres humanos construíram-se através da necessidade de reflexão para construir artefatos que facilitassem sua interação com a natureza para melhor viver. Dessa forma, a maquinaria se consistiria assim na melhor expressão desse desenvolvimento do conhecimento humano. Então, por que ir contra a máquina e não usá-la como facilitadora da vida?

6.2.5 Diante dos Fatos, Outra Estratégia se Faz Necessária

Na política dominante de organização no local de trabalho, do movimento dos trabalhadores, com a única perspectiva da revolução defendida somente através do discurso, afunilou a sua visão, não se permitindo perceber as inovações que vinham ocorrendo e, com isso, perdeu sua capacidade de transformação. O movimento sindical continua a reivindicar o que a história já mostrou como sendo impossível: evitar a substituição do ser humano no trabalho. O

movimento dos bancários, apesar de toda sua organização, não conseguiu conter esse avanço tecnológico, bem como o dos metalúrgicos. Uma dessas causas é o benefício que a tecnologia traz para os indivíduos, que é facilmente verificada quando paramos para pensar na geladeira, na televisão, na máquina de lavar e, também, nas sofisticadíssimas aparelhagens médicas utilizadas no tratamento e diagnósticos de doenças, não deixando de lado as contribuições dos computadores. Alguém se posicionaria contrariamente a isso? Diante desses benefícios e do aumento da produtividade que a tecnologia proporciona, as pessoas em geral se posicionam a favor dela, o que vem ocorrendo desde os primórdios da humanidade. A mais antiga ferramenta data há 70 mil anos. (WILFORD, 2001) Por que vamos continuar reivindicando a permanência de homens no subsolo realizando trabalho perigoso, como os mineiros da região carbonífera do sul de Santa Catarina? Por que continuar reivindicando a permanência da ocupação de uma pessoa sentada, que vai e volta sem sair do lugar, se existe uma máquina que faz esse serviço? Por que vamos continuar reivindicando o emprego, uma vez que ele é a forma de exploração desta conformação social, e as pessoas não se realizam nesse trabalho? Por que reivindicar a continuidade desse tipo de contrato trabalhista, uma vez que novas gerações estão perdendo essa cultura do trabalho, bem como rejeitando a disciplina para o trabalho? Por que perdermos essa oportunidade de ajudar a acirrar as contradições da sociedade, nos comportando como reacionários? Por que o medo de romper com o trabalho? Por que perdermos a oportunidade de questionar junto à sociedade o que fazer com os trabalhadores que são substituídos pela tecnologia? Por que o SINDMOC, a partir da história da luta dos operários contra a tecnologia e de seus resultados, não dá seu grito contra a ordem, como implora o manifesto de Lafargue e outros manifestos? Por que o SINDMOC, ao invés de ir contra a utilização da tecnologia e solicitar a continuidade da exploração de seus filiados no trabalho, não reivindica a aposentadoria para esses trabalhadores que perderão o emprego e nunca mais o encontrarão? As atitudes do movimento operário não conseguem extrapolar as fronteiras capitalistas, circunscrevendo suas reivindicações sob a égide da sociedade produtora de mercadorias.

Como saída, poderemos indicar o lema “APOSENTADOS PELA TECNOLOGIA. QUEREMOS NOSSA PARTE!” Essa ação, possivelmente, desencadearia uma reação popular benéfica e faria com que a sociedade fosse alertada sobre a utilização da tecnologia como uso privado e não em benefício da comunidade em geral. Afinal de contas, temos que fazer com que a sociedade se escandalize com coisas que parecem banais. Uma pessoa morrer de fome ou morrer por falta de atendimento médico, por não ter dinheiro, é um fato que deve ser denunciado por se

tratar de um escândalo social. Essa situação, causa a sensação horrível de que, para uma parcela crescente da população, isso vai se transformando em coisa normal.

A tecnologia, como produto construído por várias gerações, não poderia ser propriedade privada, ela deveria ser instrumento de emancipação humana do jugo do trabalho. E cada máquina inventada teria que servir como um bem social e não como meio de acumulação de mais riquezas para uns e miséria para outros. “Tudo é de todos!”, já dizia-nos o velho anarquista russo Pedro Kropotkine em seu livro “A conquista do pão”, no Século XIX.

Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos têm trabalhado na medida de suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual de riquezas.

Tudo é de todos! Eis um formidável instrumento que o Século XIX criou: eis milhões de escravos de ferro, que nós chamamos máquinas, e que aplainam e serram; tecem e fiam para nós; que decompõem a matéria prima e formam as maravilhas na nossa época.

Ninguém tem direito de se apoderar duma só dessas máquinas e de dizer: ‘É minha, e quem quiser servir-se dela há de me pagar um tributo sobre um dos seus produtos.’ (KROPOTKINE, 1953, p. 13-14)

Portanto, por essa visão, quem não tiver trabalho, também terá o direito de comer e de viver feliz.

Mas, esse tipo de ação é dificultada pela interpretação equivocada da teoria marxiana que predomina nos movimentos políticos de esquerda. Uma dessas interpretações, talvez seja a de que só haverá mudanças após a revolução. A revolução não acontece porque não há mudança de comportamento, e a mudança de comportamento não acontece porque não há revolução. Como argüiu o próprio Marx,

[...] a classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: *‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’*, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: *‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’*” (Marx, [19--], p. 377-378, grifo do autor)

A interpretação de trabalho concreto e trabalho abstrato é outro equívoco. O fato de se dizer que o trabalho é eterno e que é o metabolismo entre o homem e a natureza, conduz às ações com estratégias equivocadas, não permitindo romper com os grilhões que mantêm o operariado sob o jugo do trabalho. Outro equívoco, nessa estratégia, que se destaca é a OLT (Organização no Local do Trabalho). A forma-trabalho não se realiza somente na empresa, na indústria, no escritório. Ela extrapola essa dimensão onde concentra-se a produção, permeando a vida das

peessoas desde suas casas, escola, praça, transporte, hospitais, etc., porque toda a sociedade é a Sociedade do Trabalho, como diz Marcuse, é o todo que tem que ser questionado. Hoje, isso é se torna mais visível, se olharmos o sistema de “facção”, principalmente da indústria de confecções. Na avicultura, no Sul de Santa Catarina, percebe-se através dos “agregados”, que a exploração não é somente do indivíduo, mais de toda a família, inclusive contribuindo para o aumento da exploração do trabalho infantil, adentrando no espaço que veladamente era destinado somente à reprodução. A indústria contemporânea se alargou, excluindo informalmente um contingente significativo de trabalhadores do amparo da legislação trabalhista. Sem se dar conta disso, o sindicalismo continua organizando somente os trabalhadores formais. Os desempregados deixam de ser filiados, os terceirizados, os quarteirizados, os flexibilizados se tornam não mais trabalhadores formais e sim neoproletários. Dessa forma, se estabelece ainda mais uma hierarquia na classe trabalhadora, uma não-classe nas palavras de Gorz. Desprovidos de importância social, também para o movimento sindical, o neoproletariado vai tentar se garantir na esfera autônoma, às margens da formalidade produtivista. Mas, talvez esses equívocos encontrem suas raízes no outro equívoco interpretativo, que é a idéia de que as organizações dos trabalhadores ainda tomam como princípio a ação produtiva individual, o trabalho individual e não o trabalho genérico, não percebendo a produção enquanto uma força social advinda também da ciência. Marx havia tratado da força da ciência enquanto força de produção social, na qual o trabalhador coletivizado se materializa na maquinaria, transformando-se em quantidade significativa de capital acumulado.

6.3 Progresso Tecnológico e a Substituição do Trabalho

Segundo Marx (1988a), a substituição do trabalho humano é uma constante no desenvolvimento da maquinaria. Com o advento da microeletrônica, não se verifica mais a abertura de frentes de trabalho em decorrência da substituição pela máquina do trabalho humano em outros setores como ocorria em épocas passadas.

Marx (apud MANCE, [200-?]) se referiu a essa substituição, enunciando que o progresso da civilização através da ciência, dos inventos, do melhoramento dos meios de comunicação, da divisão e organização do trabalho aprimoram as forças produtivas sociais, enriquecendo o capital e não o trabalhador. Dessa forma, aumenta o poder daqueles que dominam o trabalho e a força

produtiva do capital. A união da divisão do trabalho com as forças de trabalho combinado com o conhecimento científica materializam o espírito coletivo do trabalho na máquina. A máquina é uma massa de trabalhadores acumulados que se fixa como capital, dessa forma a força produtiva da ciência é força produtiva do capital e a capacidade produtiva do trabalho coletivo é substituída pela máquina, isso se dá graças a aplicação da ciência à produção. Assim sendo, a riqueza progressivamente vai deixando de ser criada pelo trabalho vivo (subjetivo) e passa a ser criada pelo trabalho morto objetivado como maquinaria.

Marx destaca o forte papel desempenhado pela ciência no desenvolvimento das forças produtivas. A produção fundada sobre capital, através da maquinaria, gera mais-trabalho e com isso cria valor. Marx viu nisso uma forma sólida de riqueza, produto e produtora da própria riqueza, como suporte do sistema capitalista, uma vez que passa a utilizar cada vez menos o emprego do trabalho vivo em contrapartida de uma aumento cada vez maior da produção de riqueza.

Marcuse, resumindo Marx, nesta passagem, explica claramente como se dá esse processo de substituição dos trabalhadores no processo produtivo, tendo em vista o capitalismo concorrencial que expropria continuamente maior número de pessoas, concentrando o capital em pequenos grupos sociais. A livre competição faz com que haja investimento continuado nos meios de produção para auferir mais lucro, e com isso, gera o desemprego. Porém, é justamente o emprego que é produtor de mais-valia que diminui e também diminui a taxa de lucro do capitalista.

Mas o avanço tecnológico diminui a quantidade de trabalho vivo (o fator subjetivo) usado no processo produtivo, em relação proporcional com a quantidade de meios de produção (o fato objetivo). O fator objetivo cresce à medida que o fator subjetivo decresce. Esta mudança na composição técnica do capital se reflete na mudança da sua “composição de valores”: o valor da força de trabalho diminui à medida que o valor dos meios de produção cresce. O resultado líquido é um crescimento da “composição orgânica do capital”. O processo da produção é acompanhado do crescimento do volume de capital nas mãos dos capitalistas individuais. O mais fraco é expropriado, na luta competitiva, pelo mais forte, e o capital se centraliza em um círculo cada vez menor de capitalistas. A livre competição individual de cunho liberal transforma-se na competição monopolista entre grandes empresas. Por outro lado, a crescente composição orgânica do capital tende a diminuir a taxa de lucro capitalista, já que a utilização da força de trabalho, que é a fonte única da mais-valia, diminui na razão dos meios de produção empregados. (MARX apud MARCUSE, 1978, p. 284)

Os grandes conglomerados e as multinacionais são exemplos cabais desse processo de desenvolvimento capitalista. O contínuo investimento na inovação tecnológica para substituir o trabalho humano, buscando a produção desenfreada, o barateamento do produto para enfrentar a concorrência e com isso diminuir os custos da produção contribui para a diminuição dos postos de

trabalho e, conseqüentemente com o aumento do exército de reserva, dessa forma barateando, também a mão-de-obra. As empresas de telecomunicações no Brasil são um bom exemplo disso. Após as privatizações das telecomunicações no Brasil, as empresas introduziram novas tecnologias e, no curto período de 2000 a 2002, demitiram 31% dos empregados. (ACESSOCOM, 2002). Diante desses fatos, os indicadores sociais mostram que a miséria não pára de crescer, a produtividade aumenta e com ela, a concentração da riqueza e o desemprego se põem como maiores preocupações atuais da população. Como escreve Rifkin,

A Terceira Revolução Industrial é uma poderosa força para o bem e para o mal. As novas tecnologias da informação e das telecomunicações têm potencial tanto para libertar quanto para desequilibrar a civilização no próximo século. Se as novas tecnologias vão nos libertar para uma vida de mais lazer ou resultarão em desemprego maciço e depressão global em potencial, dependerá em grande parte de como cada nação vai enfrentar a questão dos avanços da produtividade. (RIFKIN, 1995, p. xix)

6.4 A Tecnologia como Instrumento de Poder

O ser humano, desde os primórdios da humanidade, constrói ferramentas³⁴ para facilitar a sua sobrevivência. Porém, ele nunca poderia imaginar que, na Sociedade Industrial, esse conhecimento que produziu se emancipa e se transforma em um instrumento de poder capaz de produzir consenso, dominar e manter a coesão social. Como se fosse um “poder político”, o aparato tecnológico, forjado no transcorrer da história, acabou provocando uma mudança de *status*: de objeto, parece que passou a ser sujeito. O ser humano que produziu a ferramenta para facilitar a sua vida, com isso produziu seu próprio senhor na sociedade contemporânea. Como se tivesse vida própria, a tecnologia emancipa-se e transforma em servo³⁵ o seu criador. Em face disso, o homem sucumbe diante de sua própria criação, sem perceber, que ao contrário a tecnologia é um dos meios de emancipação humana, que contribuirá para a superação do “reino da necessidade”

³⁴ No ano de 2001, a descoberta arqueológica mostra que o homem constrói ferramentas desde mais de 70 mil anos atrás. Os cientistas descobriram ferramentas com essa idade na caverna de Blombos, África do Sul, a 320 km a leste da Cidade do Cabo. Eram *homo sapiens* que caçavam cabras selvagens e comiam peixes. Eles transformavam ossos em ferramentas finamente trabalhadas, uma habilidade mais avançada do que a manufatura das ferramentas de pedra. Nessas ferramentas, encontraram gravações com marcas simbólicas, significando a manifestação de pensamento abstrato, criativo, e, presumivelmente, de comunicação por meio da fala articulada. Essa evidência põe por terra a tese da “explosão criativa” para a origem européia do homem moderno, disse Rick Potts, diretor do Programa sobre origens humanas da Smithsonian Institution (EUA). Segundo as pesquisas, o homem anatomicamente moderno, ou seja, o *homo sapiens sapiens*, evoluiu na África entre 150 mil e 100 mil anos atrás. (WILFORD, FSP, 2001)

para o “reino da liberdade”. Ainda assim essa, decisão é de competência da sociedade que deverá redirecionar, bem como estabelecer o devido uso do aparato tecnológico desenvolvido. Com essa perspectiva, continuam as presentes reflexões sobre a sociedade atual.

A tecnologia de automação, como vimos, é uma realidade presente, que vem gradualmente substituindo o homem no trabalho, e com isso provocando o desemprego. Transforma-se, no fim do Século XX, num *mal*, se olharmos sob o prisma da ideologia da Sociedade do Trabalho, e num *bem* se pensarmos no sonho de muitas gerações que vislumbraram viver sem o fatigoso trabalho. A Sociedade Industrial e Pós-Industrial, com o seu fundamento estrutural baseado na relação de compra e venda da força de trabalho, ou seja, na exploração no e do trabalho, tem a sua coesão social ameaçada, tendo em vista o contingente de desempregados que dá sinais de suas insatisfações através de diversas formas de manifestações, seja para refortalecer o sistema ou para destruí-lo. Em 2002, a crescente guinada dos eleitores europeus para a opção política de direita com medo de serem substituídos por imigrantes nas poucas vagas de emprego que lhes restam, a posse forçada de George W. Bush na presidência dos EUA para liderar o ataque mortal àqueles que se posicionam contrários a sua hegemonia, os efeitos catastróficos sociais nos países da América Latina e África das políticas neoliberais são sinais de agonização por que passa o sistema. Com isso, as contradições que são imanentes ao processo de produção capitalista, acirram ainda mais seus próprios antagonismos, deixando transparecer sua própria crise forjada no seu próprio interior, com o crescimento inaudito da força produtiva da tecnologia que gera o mais famoso desemprego atual: o chamado desemprego tecnológico.

Segundo Marcuse,

A tecnologia, como modo de produção, como totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era das máquinas é assim ao mesmo tempo um modo de organizar e *perpetuar (ou mudar) relações sociais*, uma manifestação de padrões de pensamento e comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação.” (MARCUSE, 1996, p. 113, grifo nosso)

Assim, dessa forma, esse estágio que atingiu o aparato tecnológico que inclui não somente as máquinas, mas todos os conhecimentos para o desenvolvimento tecnológico, como também a organização e a administração desse aparato, se transforma em um instrumento que materializa um poder que por si mesmo poderá promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a

³⁵ A palavra “servo” tem sua origem no significado de conservado, ou seja, aquilo que é conservado para o trabalho, por exemplo.

escassez quanto a abundância, tanto a extensão quanto a abolição da labuta. Enquanto instrumento de poder ele poderá servir tanto à dominação quanto à emancipação humana.

Como prova disso, podemos observar que, apesar do alto índice do desemprego, o aparato tecnológico mantém a coesão social, conquistando opositores do sistema com a promessa dos benefícios advindos da produtividade tecnológica capitalista. Uma das características de nossa sociedade é essa capacidade de “[...] conquistar as forças centrífugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror com dúplice base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente [...]” (MARCUSE, 1968, p. 14) Dessa forma, a sociedade contemporânea parece conter a transformação social, afirma Marcuse.

O progresso técnico, levado a todo um sistema de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parece reconciliar as forças que se opõem ao sistema e rejeitar ou refutar todo protesto em nome das perspectivas históricas de liberdade de labuta e de dominação. A sociedade contemporânea parece conter a transformação social [...] (MARCUSE, 1968, p. 15-16)

Essa contenção, talvez seja a mais singular realização da Sociedade Industrial desenvolvida. Segundo ele, na metade do Século XIX ocorreu uma mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos e necessidades e objetivos entre as duas classes sociais. “Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política das duas classes que se defrontavam na sociedade: a burguesia e o proletariado.” (MARCUSE, 1968, p. 15-16) Essas duas classes básicas no mundo capitalista, tiveram sua função alterada de tal modo que elas não são mais agentes de transformação, principalmente em sociedades mais avançadas tecnologicamente. O aparato tecnológico, como instrumento político, contribui para a assimilação dos antagonismos de classes pela possibilidade de atender às necessidades dos indivíduos e com isso acaba unindo antigos opositoristas no melhoramento do *status quo* institucional. Conforme o autor, “independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é organizada.” (MARCUSE, 1968, p. 23-24)

Assim, não havendo mais agentes e nem veículos de transformação, a crítica recua e se eleva à abstração. A sociedade moderna caracteriza-se pela identidade penetrante dos opostos, então, tendo em vista a isto, é o todo, a sociedade, que deve ser posta em questão. Da mesma forma, o aparato tecnológico, como instrumento político de dominação social tem que ser questionado, e a ele dado outra direção. Em consequência dessa face totalitária da Sociedade

Industrial que não permite alternativas à essa lógica, a tecnologia não mais pode ser vista como *neutra* e nem *isolada* do todo social, dessa forma terá de ser analisada como sendo uma racionalidade política.

Ao se desdobrar, o projeto molda todo o universo da palavra e da ação, a cultura intelectual e material. No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política. (MARCUSE, 1968, p. 19)

Marcuse observa que uma certa falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização desenvolvida, e isso é um testemunho de progresso técnico, porque as formas de controle social são tecnológicas num novo sentido. A eficiência da técnica e do aparato produtivo e destrutivo foi um importante meio de sujeitar a população à divisão social do trabalho, durante o período moderno. No período contemporâneo, os controles tecnológicos parecem ser a personificação da Razão. A realidade tecnológica invadiu o espaço privado e contribuiu para que o indivíduo se identificasse com o todo que é a sociedade. Essa identificação imediata e automática, que é fruto de organização científica, facilitou a perda da dimensão individual que poderia ser a da crítica à sociedade. É justamente nisso que consiste a questão ideológica, que a sociedade industrial desenvolvida silencia e reconcilia a oposição. É essa condição social que se localiza a unidimensionalidade do homem, como conceitua Marcuse. O controle social está ancorado nas novas necessidades produzidas, e o acesso de maior número de pessoas às mercadorias é o novo veículo que ata o indivíduo à sociedade produtora de mercadorias. “As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel”, sentencia Marcuse (1968, p. 29-31).

O aparato produtivo e as mercadorias se impõem ao sistema social, os produtos doutrina e manipulam, promovendo uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. Se a estes produtos um número maior de pessoas tem acesso, a doutrinação que eles contêm deixa de ser uma publicidade para se tornar um estilo de vida, servindo como tática que milita contrária à transformação qualitativa.

Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa. (MARCUSE, 1978, p. 332)

A Sociedade Industrial é uma sociedade dialética constituída de pares de opostos. Diferentemente das sociedades que a antecederam, a atual tem características do Estado de Bem-Estar e do Estado Beligerante, portanto é uma “nova sociedade” (MARCUSE, 1968, p. 32), contraditória em sua essência, mas que faz a união dos antagonismos: produção x destruição; miséria x riqueza; racional x irracional; imanência x transcendência; consumo x fome; consumo x desperdício; guerra x paz, etc. É nestes antagonismos que se revela o caráter de sua irracionalidade: o automóvel sendo conveniente e inconveniente ao mesmo tempo; o trabalho para a produção nacional, se transforma em lucro corporativo, e as necessidades de construção e de destruição. E quanto mais a sociedade capitalista se desenvolve, mais essas contradições iminentes se acirram e outras se revelam.

A sociedade capitalista é uma união de contradições. Ela atinge a liberdade pela exploração, a riqueza pela pobreza, o crescimento da produção pela restrição do consumo. A estrutura verdadeira do capitalismo é uma estrutura dialética: toda forma e instituição do progresso econômico cria sua negação determinada, e a crise é a forma extrema pela qual as contradições se expressam. (MARCUSE, 1978, p. 284)

Quanto mais aumentam as forças produtivas, mais se expressam suas contradições, mais aumentam a opressão e a miséria, e a felicidade sonhada não é compartilhada por todos. Assim, a negação da sociedade e a sua transformação se tornam as únicas perspectivas de libertação. A sociedade unidimensional, escreve Marcuse, oscila entre duas hipóteses contraditórias:

- 1) a de que a sociedade industrial desenvolvida seja capaz de sustar a transformação qualitativa durante o futuro possível;
- 2) a de que existem forças e tendências que podem romper essa contenção e fazer explodir a sociedade. (MARCUSE, 1968, p. 18)

Seguindo esse seu raciocínio, conclui-se que as forças históricas libertadoras se desenvolvem no seio da sociedade estabelecida e isso é a pedra angular da teoria marxista. *As contradições iminentes devido o desenvolvimento do aparato produtivo cria a sua própria negação.* Esse raciocínio é seguido por Robert Kurz e seu Grupo Krisis, pois segundo ele, a superação qualitativa do *status quo* é sempre reprimida para manter uma servidão aceitável feito no próprio processo de produção (nisso se dá a contenção da transformação). É justamente no processo e não somente no local de produção que está a ideologia, pois a cultura industrial avançada é mais ideológica do que a sociedade que a antecedeu. O capitalismo não só produz para

as metrópolis, como produz também, uma “satisfação ‘guiada’ das necessidades materiais, ao mesmo tempo que faz do ser humano inteiro - inteligência e sentidos - um objeto de administração, engrenado para produzir e reproduzir não só as metas mas também os valores e promessas do sistema, seu paraíso ideológico.” (Marcuse, 1981, p. 23) Nessa maneira, de oscilar e de provocar a negação ao mesmo tempo que a reprime é que se releva a irracionalidade da racionalidade da Sociedade Industrial, que tendo todo o aparato tecnológico para superar o reino da necessidade e dele deixar nascer o reino da liberdade, antagonicamente não o faz.

Os setores mais avançados da sociedade industrial ostentam completamente esses dois fatores: a tendência para a consumação da racionalidade tecnológica e esforços intensos para conter essa tendência no seio das instituições estabelecidas. É essa a contradição interna dessa civilização: o elemento irracional de sua racionalidade. É o totem de suas realizações. A sociedade industrial que faz suas a tecnologia e a ciência é organizada para a dominação cada vez mais eficaz do homem e da natureza, para a utilização cada vez mais eficaz de seus recursos. Torna-se irracional quando o êxito desses esforços cria novas dimensões de realização humana. Organização para a paz é diferente de organização para a guerra; as instituições que serviram à luta pela existência não podem servir à pacificação da existência. A vida como um fim é qualitativamente diferente da vida como um meio. (MARCUSE, 1968, p. 36)

A classe trabalhadora de setores avançados da civilização ocidental está passando por profundas transformações: 1) a mecanização está reduzindo cada vez mais a quantidade e a intensidade da energia física no trabalho. A tecnologia automatizada substitui a fadiga muscular pelo esforço mental: “[...] aptidões da cabeça mais do que das mãos; do lógico mais do que artífice; dos nervos mais do que dos músculos; do piloto mais do que do trabalhador braçal; do técnico de manutenção mais do que do operador.” (MARCUSE, 1968, p. 42-43); 2) Há, cada vez mais, uma estratificação profissional, distanciando uma profissão da outra. Nos estabelecimentos industriais-chaves, a mão-de-obra operária declina em relação ao elemento **colarinho-branco**³⁶. (MARCUSE, 1968, p. 45, grifo nosso) Esses fatos dificultam a organização enquanto classe, pois os executivos não se consideram trabalhadores iguais ao operário da produção. Com a utilização da maquinaria, cada vez mais se amplia o contingente desse tipo de funcionário que substitui, não proporcionalmente, o número de operários.

³⁶ Podemos compreender hoje, “colarinho-branco” por executivos, administradores, gerentes, engenheiros e técnicos de empresas. Conforme Marcuse, o crescimento do aparato tecnológico necessita de um novo grupo social como os executivos e administradores, pois servem de administradores do capital. Mas isso não faz deles uma nova classe social. Porém, o que há é uma hierarquização dos trabalhadores dessa classe. Como gerenciadores do capital, que têm uma função determinada visando o lucro capitalista, nesse sentido são capitalistas ou substitutos-capitalistas. (MARCUSE, 1996, p. 133)

A substituição do trabalho humano pela máquina, como vimos antes, é uma constante no processo de produção. O interessante nisso tudo é que Marcuse chama-nos a atenção à concentração de poder que o sistema tecnológico representa e que se transformou num efficientíssimo instrumento político de dominação. Como se observa, a máquina por si só não tem esse poder, pois a sua utilização e o destino de sua produção são decisões políticas, portanto, decisões de pessoas que têm poderes.

Atualmente, o poder político se afirma através dos seus poderes sobre o processo mecânico e sobre a organização técnica do aparato. O governo de sociedades industriais desenvolvidas e em fase de desenvolvimento só pode manter e garantir quando mobiliza, organiza e explora com êxito a produtividade técnica, científica e mecânica à disposição da civilização industrial. E esta produtividade mobiliza a sociedade em seu todo, acima e além de quaisquer interesses individuais ou grupais. O fato brutal de o poder físico (somente físico?) da máquina superar o indivíduo e o de quaisquer grupos particulares de indivíduos torna a máquina o mais eficiente instrumento político de qualquer sociedade cuja organização básica seja a do processo mecânico. Mas a tendência política pode ser invertida; essencialmente, o poder da máquina é apenas o poder do homem, armazenado projetado. O mundo do trabalho se torna a base *potencial* de uma nova liberdade para o homem no quanto seja concebido como uma máquina e, por conseguinte, mecanizada. (MARCUSE, 1968, p. 24-25)

O aparato tecnológico ao invés de liberar o homem da fadiga do trabalho e se tornar um bem social, mantém-se no *status quo*, de forma totalitária. O trabalho tem que preceder a redução do trabalho e a industrialização das necessidades humanas, mas o que ocorre é que se transforma em manipulação de necessidade e é perpetuado. Quando isso acontece, a dominação se estende a todas as esferas da vida pública e privada e integra todas as oposições. Assim, “A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo.” (MARCUSE, 1968, p. 37) Com essa visão, o autor propõe o fim da racionalidade tecnológica, que tem seu caráter político totalitário inviabilizando qualquer surgimento de oposição ao sistema. “Trata-se de meta ao alcance das aptidões da civilização industrial desenvolvida, o ‘fim’ da racionalidade tecnológica”. (MARCUSE, 1968, p. 24, grifo do autor) Na realidade, contudo, opera a tendência oposta: o aparato impõe suas exigências econômicas e políticas para a defesa e a expansão do tempo de trabalho e ao tempo livre, à cultura material e intelectual. Em virtude do modo pelo qual organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Entenda-se por “totalitária” não apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas

também uma coordenação técnico-econômica não-terrorista, que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos, impedindo, assim, o surgimento de uma oposição eficaz completa. Não é apenas de uma forma específica de Governo ou direção partidária que se constitui o totalitarismo, mas também de um sistema específico de produção e distribuição que bem pode ser compatível como o “pluralismo” de partidos, jornais, “poderes contrabalançados”, etc., sentencia Marcuse. (1968, p. 24-25, grifo do autor)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises existentes sobre a Sociedade partem da ótica do trabalho e as conclusões a que chegam não poderiam ser diferentes: a idéia comum de eternidade da Sociedade do Trabalho. Por isso, abordaremos outros aspectos que julgamos importantes neste momento, apenas como algumas reflexões iniciais, mas que merecem pesquisas futuras. Quando analisam o desemprego, a maioria dos economistas, sociólogos, cientistas sociais, políticos e sindicalistas de todos os credos concluem que ele é um mal social e, com essa perspectiva, apontam saídas que nunca solucionam o “problema”. O que se observa é que há uma uniformização dos discursos e práticas tanto das ciências e dos partidos políticos, como do movimento sindical no seu todo.

A questão do desemprego é vista como uma anomalia do sistema capitalista e não como uma lei inexorável inerente a ele. No capitalismo, o desemprego sempre existiu, pois é fruto desse modo de produção, necessário para manter o próprio sistema. Portanto, a Sociedade do Trabalho é analisada a partir do trabalho, principalmente em sua forma emprego, e não de sua negação, impossibilitando uma crítica que aponte para um mundo além da historicidade própria dessa formação social.

Nossa pesquisa apontou para a análise da Sociedade do Trabalho a partir de sua negação e, para fazermos isso, partirmos do conceito de ócio acreditando que era possível uma análise crítica do trabalho.

Por diversas vezes dissemos que a Sociedade do Trabalho transformou o indivíduo em mero trabalhador, não lhe permitindo constituir sua identidade através das várias dimensões que a vida humana permite. A sociedade capitalista reduziu-o a um apêndice do processo produtivo, como se fosse um meio e não um fim. A partir dos anos 90, o desemprego se tornou o centro do debate mundial e a globalização e as novas tecnologias de informação e de comunicação passaram a ser os grandes violões desse fenômeno. A Terceira Revolução Industrial, tendo como causa o advento da microeletrônica e os novos movimentos da economia-mundo (WALLERSTEIN, 2001) na incessante busca do aumento da produtividade das empresas para disputar o aguerrido mercado mundial, tem provocado alterações significativas nas relações sociais no âmbito local e mundial, principalmente pela redução dos postos de trabalho, da precarização do emprego e do surgimento de novas formas de trabalho, tais como as alternativas não-institucionais de participação no produto social.

Os países que não atingiram o nível de desenvolvimento tecnológico dos europeus e norte-americanos sofrem ainda mais com as conseqüências do desemprego com a disputa em atrair o capital especulativo, na qual entregam suas riquezas nacionais através da privatização de empresas estatais e aumentam a exploração dos cidadãos através da flexibilização das leis trabalhistas e do aviltamento dos salários.

Durante dois séculos, o emprego foi a forma constituída para a inserção social e participação no consumo. A partir dos anos 90 para cá, isso vem deixando de ser a regra e passando a ser a exceção. Através de mecanismos de coerção e de coação foi preciso, “educar” e/ou “treinar” os “recursos humanos” para o trabalho. As pessoas e os materiais foram equiparados, pois constituem ambos recursos para a produção. Sofisticadas empresas de consultoria de recursos humanos se multiplicam para dar continuidade ao arrebanhamento e recolocação de pessoal. Instituições públicas e privadas têm seu “departamento de recursos humanos”, “assessoria de recursos humanos”, “seleção de recursos humanos”, “recrutamento de recursos humanos”, “treinamento de recursos humanos” que se tornaram expressões que fazem parte do cotidiano, principalmente para aqueles que resistem em não ser mais um “desnecessário” da produção social se submetem a diversos constrangimentos impostos pelas “agências de recursos humanos”

A palavra “recurso” vem do latim *recursu* que significa corrida para trás, volta ou caminho para voltar ou seja caminho de volta. (FARIA, 1992). Em português, transformou-se em ato ou efeito de recorrer para rever algo já decidido. (FERREIRA, 1988) Dessa forma, podemos entender que “recurso humano” seja um meio para produzir algo ou trilhar o caminho novamente. Então, como meio para rever algo, a pessoa deixou de ser um fim e passou a ser um meio. Se a comparamos ao processo produtivo, a pessoa é hierarquicamente inferior em relação ao processo de produzir algo. Ao compará-la com o outro significado, o de recorrer o caminho já trilhado, podemos entender que se trata de caminhar sem sair do lugar. É trilhar o caminho diário entre a casa e a indústria, entre a casa e o serviço, numa rotina incessante que não leva a lugar nenhum, mas apenas ao esgotamento da energia do processo vital criativo dos indivíduos. Na forma em que está a sociedade, as pessoas são tratadas como recurso e não como o objetivo da melhor organização social que busque a sua qualidade de vida, como sonhou Morus.

Essa tentativa constante de mudar e anular a subjetividade e transformá-las em meros instrumentos de trabalho, também pode ser uma causa de rebeldia que adquiriu a forma de

criminalidade. Ser criminoso é impor-se como autor de um crime, é uma tomada de decisão que viola uma lei formal da sociedade. Decidir é se impor enquanto sujeito da ação e não como um meio ou um recurso. É importante ressaltarmos esse aspecto sociológico, porque dele poder-se-á ter muitas informações para se analisar esse fenômeno social, além de ser essencial no estudo da relação econômica entre desemprego e criminalidade. Segundo Urani (apud MAGALHÃES, 2002), a desocupação leva à vida marginal, principalmente jovens sem perspectivas de emprego ou que vêm no emprego uma forma ainda de pobreza, pois seus pais, apesar de trabalharem muito, não têm dinheiro para uma vida digna. E a escola não oferece atrativos que conduzam à melhoria de vida. A economia chamada criminal é a oportunidade de imediatamente saciar a fome ou o desejo de ter uma moto, um tênis ou um óculos da moda, que a Sociedade do Espetáculo tenta constantemente vender como sendo a verdade e não apenas um reflexo falso da realidade. Segundo Debord,

O espetáculo é o herdeiro de toda a *fraqueza* do projecto filosófico ocidental, que foi uma compreensão da actividade, dominada pelas categorias do *ver*; assim como se baseia no incessante alargamento da racionalidade técnica precisa, proveniente deste pensamento. Ele não realiza a filosofia, ele filosofa a realidade. É a vida concreta de todos que se degradou em universo *especulativo*. (DEBORD, Tese 19)

A relação que Kahn (1998) faz entre crime e desemprego é importantíssima. Segundo ele, a situação de desemprego não transforma imediatamente o indivíduo em um criminoso, o criminoso de hoje é o desempregado de ontem.

Em primeiro lugar, constatou-se que os efeitos do desemprego sobre a criminalidade não são imediatos. Ninguém perde o emprego num dia e torna-se assaltante de bancos no outro. Antes, tentará obter um novo emprego, ou mesmo um subemprego. Recorrerá ainda às economias pessoais, ao salário desemprego, à ajuda de parentes e amigos, etc. somente depois disso é que o crime passa a ser uma alternativa. Este processo pode levar meses ou mesmo anos. Portanto, o desemprego de hoje só se reflete nas taxas de criminalidade futuras. Já a criminalidade atual é fruto do desemprego passado. (KAHN, 1998)

Esse fato corrobora a nossa tese da cultura do trabalho com seus significados presentes principalmente na geração adulta que já teve emprego e hoje está desempregada. A insistência na procura de um emprego com o intuito de manter a integridade física e emocional, mesmo que isso não seja solução definitiva, pode ser prova cabal de resistência imediata à criminalidade, haja vista que o indivíduo, apesar de passar por diversas humilhações e dificuldades nas agências de empregos, em casa, nas relações sociais continue buscando essa alternativa. O mesmo fato pode não ocorrer na geração jovem que vem perdendo a cultura do trabalho que tinham seus pais e avôs.

Por essa observação, podemos concluir que a procura de um emprego é indício de uma resistência à adesão à forma criminalidade, porém, os jovens sem essa cultura estarão mais suscetível à essa forma se partirmos dessa lógica. Como escreveu Gorz, “Quando o processo de produção exige cada vez menos trabalho e distribui cada vez menos salários, a ordem está em perigo.” (GORZ, 1990, p. 215) Segundo Santos, ex-economista da OIT, a violência urbana das grandes cidades é uma distribuição de renda feita à força, é um sintoma dessa guerra silenciosa e invisível, e sua manifesta preocupação vai nessa direção: “Quando os dois exércitos de excluídos - a milícia daqueles historicamente aliados da produção e a dos que foram cuspidos de seus empregos pela introdução de novas tecnologias - se encontrarem é de se prever que haverá barulho” (SANTOS, 1996) Diante desse panorama, a sociedade terá que decidir entre manter o atual sistema gerando emprego para satisfazer o instinto do velho Adão por trabalho ou se investir em outra cultura na qual a qualidade da vida seja o objetivo central da sociedade e da produção. Para se fazer isso, o trabalho não é o melhor caminho e muito menos a educação para o trabalho, mas sim uma educação para a criatividade, para as artes, as ciências, as filosofias e os esportes e aprender a viver sob o ócio autogerido.

Como vimos, segundo o Grupo Krisis, a sociedade do trabalho chegou a seu limite e quem não consegue emprego está sendo jogado no aterro sanitário social. Prova desse seu limite, é que nunca a sociedade do trabalho foi tão enfatizada nessa sua fase terminal, quando o trabalho revela seu poder totalitário na tentativa de manter seu domínio sobre as pessoas. Ideologias a favor do trabalho se multiplicam; a necessidade de construções de novas prisões é debatida; o trabalho infantil e escravo se proliferam de formas variadas; o trabalho comunitário e voluntário é defendido; e o emprego deixa de ser cada vez mais relacionado à riqueza, mas à pobreza; os países entram no cassino-capitalista disputando qual vai ser o mais esperto para seduzir o capital especulativo. “Quem não trabalha não deve comer!” Este fundamento cínico, segundo o Krisis, é ainda mais defendido nesta época porque se tornou obsoleto.

Com o desemprego criou-se o Quarto Mundo, o mundo dos desnecessário ou impregáveis, que surge tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. (SILVA, 2000) Não sendo o desemprego um privilégio apenas de países “subdesenvolvidos”, o fenômeno *jobless grow*, que significa crescimento sem emprego está provocando pânico em todo o mundo e conduzindo a conflitos sociais. Dentre todas as razões, uma que se destaca é a introdução de novas tecnologias no processo produtivo. Até o Japão, orgulhoso da estabilidade do emprego e da enraizada cultura do

trabalho, está se vendo obrigado a repensar seus princípios baseados no trabalho. (DIMENSTEIN, 1993). A flexibilização do tempo de trabalho - com a retirada do relógio de ponto, houve uma transferência para o trabalhador, do controle da produção, não importando se o número de horas de trabalho é maior ou menor (geralmente aumenta a jornada) -, fez com que um novo fenômeno aparecesse para os trabalhadores japoneses: o chamado *karoshi* que significa “morte por excesso de trabalho” (TOLEDO, 1999). São tantas as vítimas de extenuantes jornadas de trabalho que a justiça trabalhista japonesa está se vendo obrigada a conceder decisões favoráveis às indenizações por doenças advindas por excesso de trabalho. (GUIMARÃES, 1997)

Segundo Pochmann (Apud VEIGA, 2000), as pessoas no Brasil, nos EUA e países asiáticos trabalham muito. “A grande maioria dos trabalhadores brasileiros que tem baixa qualificação trabalha muito porque ganha e produz pouco” e “Outros trabalham muito porque são qualificados e podem ganhar mais pelo tanto que produzem. O resultado é que todo mundo encontra motivo para trabalhar muito”, pouco se importando com a qualidade de vida. A cultura do trabalho é forte e sobrepõe-se à vida das pessoas. Para elas o trabalho é tudo. O capitalismo transformou a sociedade, através da produção, numa máquina de gastar gente³⁷ e não poderia ser de outra forma, pois iguala as pessoas e a matéria-prima como recurso, pouco se importando com o desaparecimento delas.

Se o critério para medir a riqueza é a quantidade de trabalho, as pesquisas mostram o contrário, pois as populações dos países subdesenvolvidos são as que mais trabalham, mas nem por isso deixam de ser as mais pobres. Portanto, trabalho e riqueza não tem relação direta. Produzir emprego é importante para quem quiser manter a forma da sociedade atual. Isso, porém, não surte efeitos sobre a diminuição da pobreza, pois isso se trata de um problema maior.

Segundo Pereira (1993), a sociedade contemporânea aparece-nos como uma sociedade do emprego precário e intermitente, do trabalho em tempo parcial, da atividade informal e clandestina, do desemprego.

Sobram cada vez mais braços e cabeças de trabalho criadas a partir de atividades que anteriormente integravam o conjunto de não-trabalhos sociais, das atividades produtivas terceirizadas e uma sociedade em que a informação é o meio e o produto. Também no Brasil as políticas econômicas de ajustamento têm optado por uma indução à recessão que se reflete numa expansão quantitativa do desemprego, que hoje se estende pelos diferentes setores da economia e da sociedade. (PEREIRA, 1993. p. 27)

³⁷ A expressão “gastar gente” é uma alusão que fazemos à expressão “Moinhos de gastar gente” feita por Darcy Ribeiro quando se referiu, em seu livro, ao trabalho escravo nas fazendas do Brasil Colonial. (RIBEIRO, 1995)

Explica a autora, que a sociologia ainda não tomou conta da tarefa de construir o desemprego como objeto sociológico. Ele vem sendo analisado do ponto de vista econômico neoclássico e associado à pobreza ou à crise econômica. O desemprego foi construído ou inventado no século XIX pelos reformadores para dar uma compensação à parcela que involuntariamente não encontrava ocupação no mercado formal. Essa concepção de emprego não se deu pela deficiência pessoal, mas como resultante das leis objetivas do mercado. Dessa forma, entra em cena o “desemprego involuntário” – em épocas anteriores não fazia sentido falar de desemprego – cujo personagem do moderno desempregado passa a ser tratado como objeto de política social, além de dado estatístico. Em 1903, foi feita a distinção entre “desemprego ocasional”, em consequência das depressões cíclicas, e “desemprego sistemático”, que resultava de indivíduos que não queriam trabalhar com regularidade. Para a autora, desempregado é aquela pessoa que não tem “emprego” ou quem “não trabalha”. Os desempregados se sentem culpados, pois têm como referência a moralidade do trabalho. O trabalho desempenha papel psicológico crucial na formação do ego, da identidade e no sentido de ordem e de tempo, no domínio sobre si mesmo e do ambiente, no senso de autonomia; “[...] o indivíduo sem trabalho regular perde o sentido de objetivo da vida e tem aumentada a sensação de isolamento e inutilidade pessoal.” (PEREIRA, 1993, p. 34)

Observemos este depoimento de um desempregado em Florianópolis (SC):

Eu estou mais afastado... Estou mais afastado de ir na casa de minha mãe, afastado de muito lazer. Fico em casa, quieto, procuro sempre tá tranqüilo. Adquiri o vício do silêncio. Estou muito silencioso. Antes eu dava resposta para qualquer pergunta, hoje... (D. 34 anos, desempregado há 8 meses.) (apud TUMOLO, 2002, p. 79)

Essa experiência de insegurança, carência e isolamento social vivenciada pelas pessoas desempregadas não poderia estar trazendo repercussões sobre a relação dos indivíduos com valores como o trabalho, emprego e instituições familiares? O indivíduo se sente culpado por estar desempregado (a culpa é construída socialmente, mas assumida individualmente) e sente vergonha de poder ser taxado de vagabundo ou de desqualificado. Na família, o(a) desempregado(a) se sente um peso, principalmente quando é o(a) chefe, pois o que antes era fator de equilíbrio pode tornar-se o desequilíbrio. O tempo livre se transforma em tormento, e ele(a) se sente perdido e culpado. (WEINGÄRTNER e JOHN, 1995). “[...] entre o desempregado estatístico da economia e do seguro social (dados objetivos) e o desempregado individual (subjetivo) da psicologia, **deve haver**

um ser sociológico que leva em conta a ambos e cuja visão de si mesmo é marcada pelas definições e classificações institucionalizadas.” (PEREIRA, 1993, p. 34, grifo nosso)

Segundo o Papa João Paulo II, o desemprego passa a ser uma “[...] situação de permanente violação da dignidade das pessoas.” (apud CNBB, 1999, p. 59-60) Nós diríamos que o emprego é essa violação da dignidade humana, sendo o desemprego apenas uma consequência dessa violação. Segundo Mercadante,

O lado mais cruel do desemprego dorme nas marquises do centro da cidade, com restos de cobertor e pedaços de papelão. Às vezes se amontoa nas praças e becos mais afastados, sempre com uma garrafa de cachaça, tropeçando nas pernas que se movem sem direção. Esses não aparecem nem mesmo nas estatísticas oficiais. Os filhos dos desempregados mais pobres estão de cabeça baixa na sala de aula, muitas vezes tendo até que abandonar a escola. (MERCADANTE, 1999)

Segundo De Masi, “a vida de um desempregado é horrível, porque na nossa sociedade tudo depende do trabalho: salário, contatos profissionais, prestígio e (quando se é católico) até o resgate do pecado original é o bilhete de ingresso para o paraíso. Portanto, se falta o trabalho, falta tudo.” (De Masi, 2000, p. 237) A organização social deixada por conta do trabalho, tende a dividir a população. “Por um lado, trabalhadores hiperocupados até o enfarte, que dedicam a seus ofícios todo seu tempo de vida; do outro, os desempregados completamente excluídos do mundo da produção e, portanto, da sociedade civil, pois o trabalho é considerado o único passaporte para a cidadania.” (De Masi, 1999a, p. 85). As pessoas desempregadas se sentem humilhadas ao pedir emprego e as pessoas empregadas se sentem da mesma forma porque ganham pouco. Essa situação afeta conexões sociais, pois sempre há um culpado por deixar de pagar sua dívida ou por ganhar pouco. Nesses casos, quem seria punido? Seria o Estado ou é o João que está desempregado e a Maria que ganha o salário de miséria?

Neste ano de 2002, haverá eleições presidenciais no Brasil. Todos os candidatos, sem exceção, fortalecem a ideologia do trabalho. Tanto os de esquerda como os de centro e de direita prometem a geração de emprego como fator de retomada do crescimento nacional e de solução dos males sociais. Na Europa, nos anos 90, muitos candidatos social-democratas prometeram solucionar o desemprego em seus países. Gerhard Schröe, chanceler alemão, quando candidato, prometeu reduzir de 4 para 3,5 milhões, o número de desempregados durante seu governo. Após quatro anos, a Alemanha amarga mais de 4 milhões de desempregados. Diante desse fato, pesquisas eleitorais deste ano, que também haverá eleições naquele país, mostram que a oposição

conservadora tem 42% de apoio dos eleitores, contra 35% do atual governo. (PATTERSON, 2002)

As saídas para o desemprego são várias apontadas por políticos, economistas e sociólogos, porém elas não passam de saídas dentro dos limites da Sociedade do Trabalho: seguro desemprego, seguro social, redução da jornada de trabalho para aumentar o tempo livre, investimento econômico nacional e internacional atraindo o capital especulativo. Todas essas formas já foram testadas e nada resolveram em país algum. Investimento em ONGs, em capacitação profissional, em trabalho voluntário, etc., também estão sendo outras alternativas sem efeito adequado, pois apenas dão continuidade à lógica do trabalho.

Como vimos no primeiro capítulo, o trabalho recebeu seu *status* na modernidade, e transformou todas as pessoas em forças de trabalho. Após várias gerações da cultura do trabalho, estamos numa situação limítrofe entre uma sociedade do trabalho e uma sociedade sem trabalho. As pessoas que vivem esse momento sentem alguns valores se desintegrarem e cabe à sociologia, psicologia e outras ciências humanas uma discussão maior sobre este assunto, não cabendo mais aí somente análises econômicas. Se o trabalho foi, desde o Século XIX, a forma de integração social, constituição de identidade da maioria das pessoas, e sinal distintivo dos conflitos sociais e, ao mesmo tempo, de relação social, quais seriam as formas de integração social hoje, já que muitas pessoas experienciam o desemprego? Uma delas poderia ser a criminalidade? Possivelmente, pois elas já estão subjacentes e ainda não as conhecemos, porém como essa última, talvez elas se revelem como se fossem novidades.

Até aqui a sociedade mostrou que pelo trabalho não se constroem, pelo contrário se destroem, tanto as pessoas que trabalham como o meio ambiente que é explorado. Também pelo trabalho o que se conseguiu foi construir uma lógica destrutiva. Construiu-se menos e destruiu-se mais, prova disso é a matéria-prima que some diante da poluição e dos gastos exagerados.

A busca de alternativas ao desemprego pelos movimentos sociais, sindicais e intelectuais, tais como a Economia Solidária, a formação de Organizações Não Governamentais (ONGs), Economia em Rede, etc. que contam com o financiamento do próprio governo, no caso do Brasil, através dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassado à CUT e outras centrais, e financiamento de organismos internacionais como do Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, no campo do sindicalismo, as centrais sindicais internacionais, todas essas alternativas ficam restritas à ideologia do trabalho e não à socialização da

riqueza. Dessa maneira, acabam contribuindo para a contínua promoção dessa forma societal de exploração, evitando que transpareçam os antagonismos sociais. Como exemplo, a CUT, seguindo a ideologia burguesa do trabalho, resolveu assumir o papel do Estado e criou escolas de “qualificação para o trabalho”, que oferecem cursos de profissões praticamente extintas ou com poucas repercussões financeiras, acreditando que pelo trabalho se emancipa.



Figura 7 - Folder de propaganda do curso Técnico em Hotelaria da Escola Técnica da CUT, Florianópolis, SC, 2002.

Fonte: Escola Sul da CUT

Ao invés de uma economia solidária, devemos buscar uma vida solidária, que a vida seja a primeira razão e a forma de mantê-la seja apenas uma meio e não um fim. A economia solidária está dentro da lógica capitalista que prioriza a economia em detrimento da vida.

A atual investida dos organismos internacionais em favor das cooperativas, com injeção de importantes recursos, inclusive destinados a sindicatos, parece-nos indicar que a necessidade de algum consenso, de coibir ou controlar os conflitos, mesmo através de mecanismos que só perpetuam o quadro de uma existência no limite da sobrevivência, ainda faz parte desse modelo. (BUONFIGLIO; DOWLING, 2000, p. 18)

Com essas alternativas, entidades sindicais, partidos e intelectuais acabam ocupando essas pessoas para que não tenham tempo para pensar, ou seja, mantêm esse contingente de desempregados ocupados sem que reaja contra a exploração. Outra central sindical brasileira utiliza-se de subterfúgios para atrair seus filiados através de sorteios de apartamentos. O capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas e nos próprios sindicatos das

categorias, ainda com a idéia de que pelo trabalho se enriquece. Essa idéia trata-se de um mito, pois os que mais trabalham são pobres.

As saídas indicadas são sempre as mesmas, todas para continuar a sujeição dos trabalhadores ao modo de produção capitalista: educação e qualificação para o trabalho, investimento na indústria nacional, incentivar a exportação, flexibilizar as leis trabalhistas, reduzir a jornada de trabalho, seguro desemprego, renda mínima, salário social, inovações tecnológicas, etc. Essas são as tradicionais saídas, mas, poucas são as verdadeiras análises que criticam a Sociedade do Trabalho. Poucas iniciativas aparecem, questionando por que se trabalha, se as pessoas vivem insatisfeitas e na miséria. O trabalho é-nos apresentando como algo sagrado e tenta impedir o seu questionamento.

Temos que perceber que o próprio capitalismo está provocando a sua crise e a esquerda, ao invés de fazer com que aflorem os antagonismos que causam a crise através dos movimentos sociais, pede e promete emprego e qualificação de mão-de-obra, ignorando o fato de que nunca existiu emprego para todos; continua a exigir a reintegração dos excluídos na exploração, dessa forma contribuindo com a lógica do capitalismo. Todas as instituições sociais, escolas e universidades fazem isso, quando deveriam apontar outras alternativas diferentes dessas. Uma delas poderia ser a autogestão como forma embrionária para uma saída além do mercado, não tendo como fim a produção, mas a vida, como aponta os manifestos anarquistas, comunistas e o grupo Krisis.

No fundo, a idéia de autonomia, entendida enquanto forma de autogoverno, aplica-se à sociedade enquanto um todo, e não apenas à economia. A noção de autonomia grega aplicava-se, no seu sentido mais pleno, à *polis* e não apenas à *oikos*, aplicava-se no próprio funcionamento da comunidade social e não apenas ao funcionamento técnico. Deste modo, a autogestão significa hoje, antes de mais, a gestão de aldeias, dos bairros e das cidades. A gestão social torna-se mais importante que a simples gestão técnica. (BOOKCHIN, 1998, p. 86)

Outro aspecto que destacamos é do trabalho desnecessário. O volume de trabalho improdutivo parece ser maior do que as atividades socialmente úteis à sociedade. A cultura do trabalho é tão forte que a lógica da Sociedade do Trabalho é a produção de trabalho. Inúmeras atividades são realizadas desnecessariamente. Não são atividades que tenham um fim que sirva à vida, pelo contrário, servem à destruição, à hierarquia, ao controle do trabalho, manutenção de poder e a produção de dinheiro. A Sociedade do Trabalho produz coisas para gerar mais trabalho

desnecessário. Exemplo disso é a propaganda para seduzir o consumidor. Se todos tivessem acesso ao consumo, precisaria de propaganda? Após as multinacionais liquidarem as pequenas produções locais, os produtos como mercadorias dão várias voltas ao redor do globo até chegar ao consumidor, gerando inúmeros trabalhos desnecessários como transporte e confecção sofisticadas de embalagens muitas vezes cancerígenas. Hoje a embalagem é mais cara do que os alimentos e os produtos que tentam conservar. Assessorias, bancos, bolsa de valores, seguradoras, advogados, polícia, clero, exército e burocracias, como a existente na cidade de Brasília, se analisar sob o ponto de vista da vida são atividades que não precisariam existir. Poucos trabalham para sustentar muitos. Se abolirmos isso significará provavelmente um grande avanço para a humanidade. A produção se destinaria à nutrição, à saúde, à criatividade, ou seja, ao bem estar.

Outro aspecto importante para pesquisa diz respeito à relação entre saúde e trabalho. A primeira doença do trabalho é a própria cultura do trabalho. Dela se originam outras pelo excesso e forma inadequada de trabalhar, pelas longas jornadas de trabalho a que são submetidas as crianças, adolescentes, homens e mulheres e o pouco dinheiro que recebem que mal paga as contas para a sua sobrevivência. Tantas doenças não surgiriam se a sociedade fosse centrada na qualidade de vida e não no trabalho, pois se fosse o caso, não se realizariam atividades que pusesse em risco as vidas e nem o meio ambiente. Isso acontece, porque o lucro e o trabalho que o gera é o fim em si mesmo. Muitas doenças e mortes são os resultados de loucura advinda do amor pelo trabalho, o qual degrada a condição humana. Por isso, os filósofos e cidadãos da Grécia Antiga tinham tanto desprezo pelo trabalho que ainda hoje é cultuado como um deus.

A tecnologia construída por várias gerações substitui o trabalho vivo. Através dela é possível conceber a sociedade pelo conceito da abundância e não da escassez, pois este último, é conceito predominante em muitas análises. O progresso da tecnologia e da criatividade humana, tem que implicar reciprocamente em progresso da humanidade como um todo, caso contrário, esse não existe. Se existe, segundo Hegel, uma faculdade desejante de ter escravo, a humanidade resolveu isso construindo outro tipo de escravo: a máquina. Portanto, não há mais necessidade de exploração do homem pelo homem. Da cultura clássica grega também vem essa concepção, como a de Cícero, que declarou que “quem trabalha por dinheiro vende-se e coloca-se na categoria de escravo. (apud BLACK, [199-?], p. 21) Com esse sentido, a sociedade atual é uma sociedade de escravos.

O projeto burguês criou um exército de famintos e de expropriados através da produção dissociada da vida. Ter filhos ou trabalhar, é um dos dilemas vividos pelas mulheres. E não

precisaria ser desse jeito, pois há sociedades que não se organizam pelo trabalho, mas pelo ócio, pela recreação, pela vida. (SAHLINS, 1957) As pessoas têm trabalhado tanto que, como consequência, estar doente já se tornou normalidade. O trabalho dominou a vida das pessoas e as tornou reféns. É impressionante seus efeitos. Em época de prosperidade é impossível falar de ócio, e, em época de recessão e desemprego, fica pior ainda falar em não trabalho. A produção continua crescendo não se vê isso transformar-se em benefício para a população. Quando falamos de trabalho ou de desemprego, os tratamos como categorias morais. Qual é o crime que mais leva as pessoas para o cárcere? Provavelmente, é o crime capital, principalmente contra a propriedade. E o castigo é o não-trabalho. Punem as através da isenção de trabalho. Valendo-nos de Durkheim, que vai buscar no direito a materialidade da solidariedade, vamos buscar na prisão a materialidade da Sociedade do trabalho. A punição dos que transgridem as regras da sociedade é condenação pelo não-trabalho, ou seja, a ociosidade serve como castigo.

Outro aspecto que deve ser destacado é a educação para o trabalho. As escolas e universidades insistem na educação para o trabalho, quando, na realidade, a educação tem que ser para a vida. Se analisarmos os livros didáticos encontraremos neles, também, a verdadeira ideologia do trabalho. Na sociedade atual, o critério de empregabilidade que predomina atualmente é o da escolaridade, porém com o avanço tecnológico, nem mais isso consegue se sustentar enquanto um critério de acesso ao bom emprego e de mobilidade social. Hoje, mestres e doutores já estão desempregados, assim como verdadeiros artesãos estão nesta mesma situação. Dessa forma, pessoas que querem contribuir com a produção social são impedidas pelo mercado.

Na Sociedade do Trabalho o transporte coletivo serve somente para conduzir as pessoas para o trabalho. No fim de semana é reduzido o número de linhas dos ônibus. Numa sociedade centrada no trabalho, final de semana é para ficar em casa descansando o corpo e a mente para na Segunda-feira estar revitalizado novamente para mais uma semana de trabalho. E a vida segue dessa forma. Os jovens, sonhando com a mobilidade social, trabalham o dia todo e a noite estudam e, quando chegam os finais de semana, estão tão cansados que o próprio lazer cansa também. Os pais trabalham o dia todo e a noite vão para casa fazer as atividades domésticas, principalmente a mulher, o que caracteriza a dupla jornada de trabalho.

A paranóia do fim de semana é tão imensa que causa em alguns indivíduos seqüelas diferentes: há os que com a chegada da sexta feira entram em depressão ou pânico, pois significa o fim de semana que se aproxima. Sem qualquer cultura do lazer, ficam entediados pelo fato de não

ter trabalho. São os chamados *workholics*. Mas, também, existem aqueles que ficam um pouco mais felizes quando chega o fim de semana, porém adoecem no domingo à noite, principalmente quando escutam a música de um famoso programa dominical da televisão brasileira, chamado Fantástico. É a síndrome dominical.

As cidades também são organizadas para o trabalho e não para a vida de sua população. Suas ruas são vias rápidas para o trabalho. O asfalto é para dar agilidade aos carros, não importando se queima os pés das pessoas e aumenta a velocidade dos veículos e o conseqüente risco de atropelamentos. Além disso, impermeabiliza o solo e polui o meio ambiente, pois não é uma tecnologia apropriada para o clima do Brasil. Ainda assim, a maioria das pessoas continua reivindicando asfalto em sua rua. Existe ainda uma contradição: as leis de trânsito não permitem velocidades acima de 80 km/h, mas os carros são fabricados com capacidade de chegar até 400 km por hora ou mais.

Se pensarmos numa cidade projetada não para o trabalho, mas para o ócio, como ela seria? As ruas não precisariam ser de vias rápidas, porque a velocidade introduzida por esse modo de produção é uma exigência do progresso capitalista que não quer que as pessoas pensem no que estão fazendo e cuja ordem principal é: trabalhem, trabalhem, trabalhem! O corre-corre cotidiano é um empecilho para o pensamento, pois se pensar, não faz o que faz. Esse aspecto é importante ser ressaltado, porque muitas pessoas só vão perceber isso no fim de suas vidas, quando percebem que viveram para o trabalho e não foi o trabalho que serviu a sua vida. O trabalho coloniza a vida. A rapidez é coisa de trabalho e não do ócio. O ócio faz com que as pessoas pensem no que estão realizando e cada passo que dão é um passo refletido, pensado, sentindo a brisa que sopra e acaricia enquanto caminham.

Pensar uma estrada para a sociedade do ócio é pensar uma nova arquitetura para a cidade. A rua deveria ser acesso preferencialmente ao transporte coletivo. Ciclovias seriam a prioridade, pois elas trariam muitos benefícios. Não são poluentes, oportunizam exercícios para as pessoas, não provocam essa imensa quantidade de acidentes, principalmente os fatais que os carros provocam. Com isso, diminuiria a necessidade de academias de atividades físicas, provocada pela falta de exercícios e do sedentarismo que a sociedade do trabalho impõe às pessoas. As crianças poderiam ir para as escolas de bicicletas, por exemplo, sem que seus pais precisassem se preocupar por estarem sujeitas a serem atropeladas. Durante a extensão das ruas, existiriam bancos para as pessoas descansarem e conversarem com as outras, cheias de árvores, flores e frutos.

Sonhar é também ser revolucionário, e foi através de grandes sonhos que as transformações sociais ocorreram. O dia 7 de novembro foi estabelecido como o Dia Internacional da Preguiça e Contra a Inércia. Diz a convocatória de grupos autonomistas, que “é preciso fazer coisas não produtivas, sair da lógica da produção. Saber que não há só um caminho, entorpecedor e mecânico, que a vida é mais sutil do que isso - e mais rica de sentidos.” (SAAVEDRA; MIGUELOTE, 2001)

Como protesto contra a expropriação capitalista do tempo, o panfleto convida para atividades não produtivas como dormir, brincar, contemplar a paisagem e trocar idéias.

Podes continuar este sonho ...

Afinal de contas, ...

Lixo não é lixo, anarquia não é bagunça e nem ócio é vagabundagem.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRAMOWICZ, Betty. 1985. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. São Paulo: Global, 1985.
- ACESSOCOM. **Setor de telecomunicações demitiu 31% da mão-de-bra em 2 anos**. Disponível em: http://www.sindicato.com.br/mais_info.asp?=177. Acesso em: 28 agosto 2002.
- ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ALEMÃES trabalham cada vez menos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A20. 20 abr. 2001.
- AMBROSOLI, Mauro. Ludismo. In.: **Dicionário de política**. 5 ed. Brasília: UnB, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19--].
- ARON, Raymond. Da divisão do trabalho social. In: **As etapas do pensamento sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: UnB, 1990.
- ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação:** na “Fenomenologia” e nos “Manuscritos”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos**.
- BAGOLINI, Luigi. **O trabalho na democracia:** filosofia do trabalho. São Paulo: LTr; Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- BLACK, Bob. **A abolição do trabalho**. Crise luxuosa, [1998?].
- BONNANO, A. M. **Destruyamos el trabajo**. Tradução de Plano Serrano. [19--]. Disponível em: <http://personal.redestb.es/cbarona/txt/bonanno2.html>
- BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In: **Textos dispersos**. Lisboa: Socius, 1998
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BUOUNFIGLIO, Maria Carmela; DOWLING, Juan Alfonso. **Flexibilização das relações de trabalho:** precarização e desemprego. In: Seminário Internacional da Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, 3., 2000, Buenos Aires.

CAIXETA, Nely. A terceira revolução industrial. **Exame**, n. 754, 2001.

CAMARGO, Octávio de Lima. O lazer é um perigo. **Veja**, 30/06/1993.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Col. Polêmica).

CATTANI, Antonio David. A sociedade sem trabalho. In: **Trabalho & autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Taylorismo. in: **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISBOS DO BRASIL. A fraternidade e os desempregados: sem trabalho... por quê? São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999.

DAHRENDORF, Ralf. Conflito depois de classe. In: **O conflito social moderno:** um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Zahar; USP. 1992.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999a.

_____. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999b.

_____. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. Ócio criativo é bom para o Brasil. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 18. 1º out. 2000. Entrevista concedida a Viviane Araújo.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Disponível em: <http://www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540>.

DIEESE. **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos**. Rio de Janeiro: DIEESE, 1997. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estjul97.html>

DIMENSTEIN, Gilberto. Crescimento sem emprego produz tensão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3-3. 13 jun.1993.

DUMAZEDIER, Joffre. Trabalho e lazer. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de Sociologia**. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1973. Vol. II.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. in: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. v. 2.

EVOLUÇÃO: da caça e coleta aos computadores. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 30 mai. 1999.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLORIANO, Elair Pereira. **Alforriados do Século XX**. 1999. TCC (Bacharel em Jornalismo) – Curso de Graduação em Jornalismo, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

FROM, Erich. **Conceito marxista do homem** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editor, 1979.

GIANOTTI, José Arthur. A negatividade histórica do trabalho. In: **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

GORZ, André. Para além do socialismo. In: **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GORZ, André. Quem não tiver trabalho, também terá o que comer. In.: Revista de **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, n. 10, v. 4, set/dez. 1990.

GRUPO AUTONOMIA. A liberdade capitalista é a escravidão assalariada! Rio de Janeiro, **Boletim aperiódico e experimental do Grupo Autonomia**, 05 mar. 1999. Disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>

GRUPO AUTONOMIA. Os operários não querem mais trabalhar. **Revista Potere Operaio**, n. 29, Ano 2, 1-8 out.1970. Disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>

GRUPO COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Aceitar o mal menor é suicidar-se um pouco, todo dia**. Rio de Janeiro, 1998. <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>

GRUPO COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Contra o trabalho**. Bruxelas: GCI. **Revista do GCI**, n. 3, jan. 2000.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidemann com a colaboração de Cláudio Roberto Duarte. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia/USP. Cadernos do Labor n. 2, 1999.

GUIMARÃES, Helder. Japão discute excesso de trabalho. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-10, 22 mai. 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, [199?]

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEILBRONER, Robert L. Prefácio. in: RIFKIN, Jeremy. **Fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

KAHN, Túlio. **Crime e desemprego**. 03 mai. 1998. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/ilanud/imprensa/desemprego.htm>

KÖNIG, Helmut. A crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual. In: MARKERT, Werner (Org.) **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito**: contribuições para uma teoria crítica da formação do homem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. (Col. Biblioteca Estudos Universitários)

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KROPOTKINE, Pedro. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

KURZ, Robert. A honra perdida do trabalho: o socialismo dos produtores como impossibilidade lógica. **Revista Krisis**, n. 10, 1991.

_____. Antieconomia e antipolítica. Sobre a reformulação da emancipação social após o fim do “marxismo”. **Revista Krisis**, n. 19, 1997.

_____. Mataram o lazer. **Revista Isto é**, n. 1521, 25 nov. 1998.

_____. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. revista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **O fim da política**: teses sobre a crise do sistema de regulação sob a forma-mercadoria, [200-?] (em fase de elaboração).

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. in: CATTANI, Antonio David (Org.) **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. Ócio e negócio. In: CARVALHO, Antonio Paes de. **A crise da universidade**. Rio de Janeiro: 1998.

LEO MAR, Wolfgang. O trabalho forma. In. **Revista Teoria & Debate**. São Paulo: PT (Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores, n. 13, jan/fev/mar. 1991)

LOEWITH, Karl. Racionalidade e liberdade: o sentido da ação social. in: **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MAGALHÃES, Heloísa. Desocupação na favela leva jovens à vida “marginal”. **Jornal Valor Econômico**, n. 533, ano 3, 1º Caderno. 18 jul. 2002. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=1321353>

MANCIE, Euclides André. **Trabalho, Ciência e Tempo Livre em Karl Marx: dos Grundrisse a O Capital**. Curitiba: IFIL, 1997. Disponível em: <http://usuarios.milenio.com.br/mancie/trabalho.htm>

MARCUSE, Hebert. **Idéias sobre uma teoria da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____ **A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1968.

_____ **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981. 2ª ed.

_____ **Razão e revolução**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978. 3ª ed.

_____ Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Revista Praga - Estudos Marxista**, n. 1, set-dez.1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, SP: Moraes, 1984.

MARX, Karl. “A crítica crítica absoluta” ou a crítica crítica personificada por Bruno Bauer. In: **A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____ A maquinaria e a indústria moderna. In: **O capital**. v. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a.

_____ **Manuscritos econômico-filosóficos: terceiro manuscrito**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores)

_____ **O capital**. v. I, 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.

_____ O trabalho alienado. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____ Salário, preço e lucro. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1. [19--].

MASIP, Vicente. **História da filosofia ocidental**. São Paulo: EPU, 2001.

MERCADANTE, Aloizio. Cartas aos inimpregáveis. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 08 mar. 1999.

MORE, Thomas. A utopia. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 4ª ed. (Os pensadores).

NEGRO, Paulo Jácomo. Trabalho vicia tanto quanto drogas e álcool. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 10 ago. 1992. p. 3-5.

OBESO, Carlos. La evolución del trabajo humano: problemas y perspectivas. In: **El futuro del trabajo**. Espanha: ESADE, [199-?].

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: **Trabalho & sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORGANIZAÇÃO CONSELHISTA. **Teses para a abolição do trabalho**. Texto extraído de “Acheronte”, 14/11/70, Turim. <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>

OS DESEMPREGADOS felizes: em busca de recursos obscuros. Rio de Janeiro. Letralivre - Revista de cultura libertária, arte e literatura, n. 33, 2002, Ano 6, p. 23-30.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PAQUOT, Thierry. O dever da preguiça. Revista **Le Monde Diplomatique** (Diplô Brasil, Out. 2000).

PATTERSON, Tony. Desemprego em alta ameaça Schröder. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2002.

PECADO: algumas definições. [199?] Disponível:
<http://www.objetiva.com/catalogo/pecados.htm>

PEREIRA, Vera Maria Cândido. Quem são os “desempregados” para a Sociologia? In: **Natureza, história e cultura: repensando o social**. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIFKIN, Jeremy. O fim do trabalho. In: **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROUANET, Sergio Paulo. A morte e o renascimento das utopias. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 25 jun.2000. Caderno Mais!.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SAAVEDRA, Candy; MIGUILOTE, Carla. Dia internacional de preguiça e contra a inércia. <http://www.uol.com.br>, publicado no dia 04/11/2001.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [19--].

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Wilson Vieira dos. O emprego acabou. **Isto é**, São Paulo, n. 1380, p. 5-8. 13 jun.1996. Entrevista concedida a Paulo César Teixeira.

SEABRA FILHO, José Rodrigues. Introdução. In: Sêneca. **Sobre a tranqüilidade da alma; Sobre o ócio**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

SÊNECA. **Sobre a tranqüilidade da alma; Sobre o ócio**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994a.

SILVA, José de Souza Silva. Estado-Nação está debilitado. **O Povo**, Fortaleza, 17 out. 2000. Entrevista concedida a Valdemar Menezes.

Subcomandante Marcos. A Quarta Guerra Mundial já começou! **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 out. 1997. Caderno Mais!, p. 5-1.

TOLEDO, José Roberto de. Jornada de 28 horas elimina desemprego. **Folha de São Paulo**, 30 mai.1990.

TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin. EUA: [199-?]. 1 fita de vídeo (85 min.), VHS/NTSC, son., p&b.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen. **As características da vivência das pessoas que se encontram desempregadas em Florianópolis - SC**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VALLE, Marcos; VALLE, Paulo Sérgio. Capitão de Indústria. (Música). [19-?].

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores)

VEIGA, Aida. Tempos modernos. **Veja**, São Paulo, n. 1643, 05 abr. 2000.

VERGEZ, André; HUISMAN, Denis. O idealismo pós-kantiano. In: **História dos filósofos**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1972. 2ª ed.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico-civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALTER, Nicolas. O trabalho. In: **Do Anarquismo**. São Paulo: Imaginário; Soma; Nu-Sol, PUC-SP, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Weingärtner, Carmen Lisboa; JOHN, Daniele. **Desemprego e sofrimento: uma referência ao trabalho a partir do não-trabalho**. In. Histórias de trabalho. Porto Alegre, RS: Unidade Editorial, 1995.

WILFORD, John Noble. África tem ferramentas com 70 mil anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 2001. Disponível em: <Http://www.uol.com.br/fsp/ciencia/fe03122001.htm> Acesso em: 03 dezembro 2001.